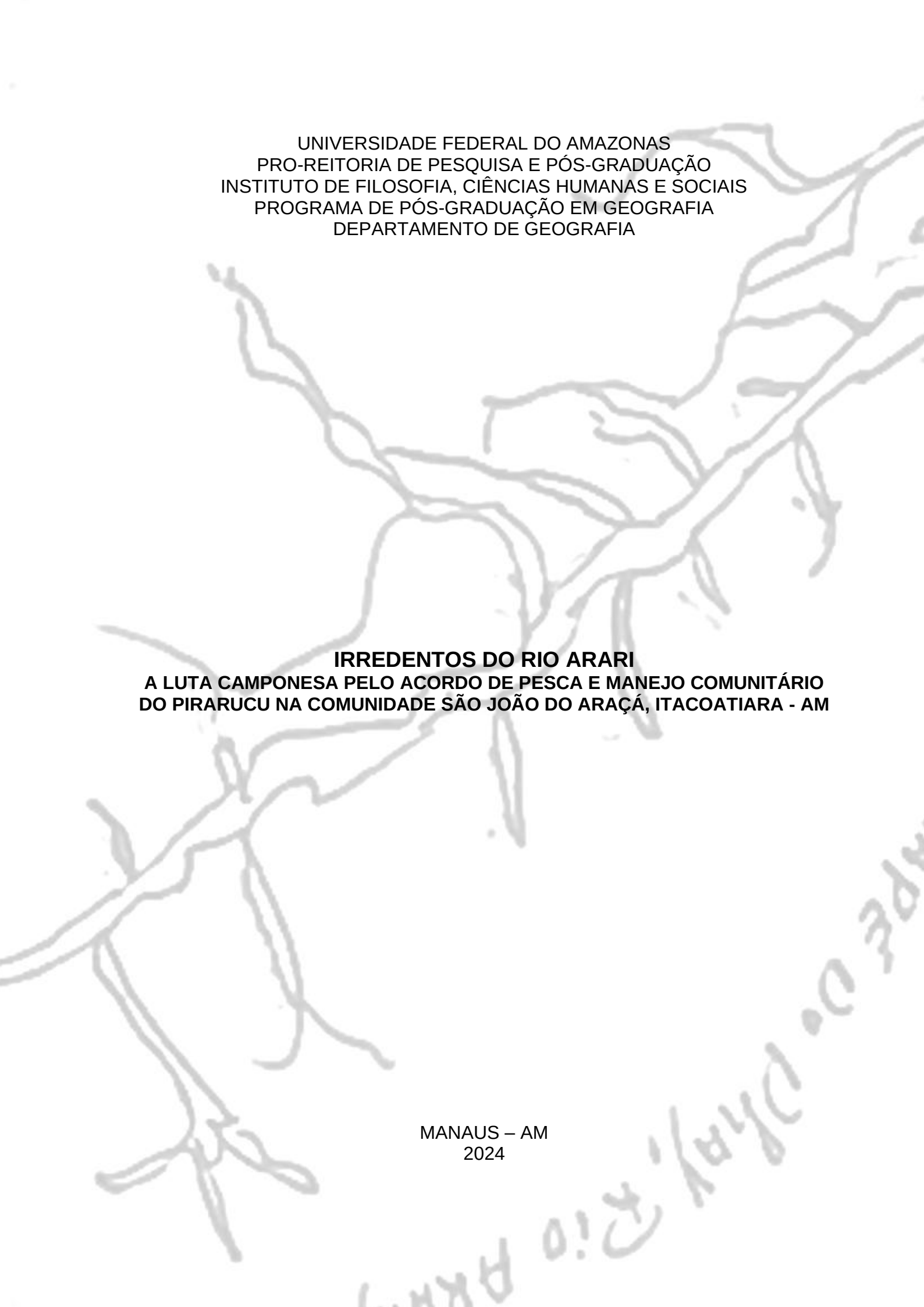




UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRO-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

IRREDENTOS DO RIO ARARI
A LUTA CAMPONESA PELO ACORDO DE PESCA E MANEJO COMUNITÁRIO
DO PIRARUCU NA COMUNIDADE SÃO JOÃO DO ARAÇÁ, ITACOATIARA - AM

MANAUS – AM
2024

FRANCISCO IGO SAID PINHEIRO

**IRREDENTOS DO RIO ARARI
A LUTA CAMPONESA PELO ACORDO DE PESCA E MANEJO COMUNITÁRIO
DO PIRARUCU NA COMUNIDADE SÃO JOÃO DO ARAÇÁ, ITACOATIARA - AM**

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Amazonas, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Geografia. Linha de Pesquisa: Território, Espaço e Cultura na Amazônia.

MANUEL DE JESUS MASULO DA CRUZ
Orientador

MANAUS – AM
2024

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

P654i Pinheiro, Francisco Igo Said
Irredentos do rio Arari : a luta camponesa pelo acordo de pesca e manejo comunitário do pirarucu na comunidade São João do Araçá, Itacoatiara - AM / Francisco Igo Said Pinheiro . 2024
237 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Manuel de Jesus Masulo da Cruz
Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Acordo de Pesca. 2. Território. 3. Campesinato. 4. Movimentos Sociais. 5. Amazonas. I. Cruz, Manuel de Jesus Masulo da. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

FRANCISCO IGO SAID PINHEIRO

IRREDENTOS DO RIO ARARI
A LUTA CAMPONESA PELO ACORDO DE PESCA E MANEJO COMUNITÁRIO
DO PIRARUCU NA COMUNIDADE SÃO JOÃO DO ARAÇÁ, ITACOATIARA - AM

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Amazonas, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Geografia. Linha de Pesquisa: Território, Espaço e Cultura na Amazônia.

Aprovado em: 30 de setembro de 2024

BANCA EXAMINADORA



Documento assinado digitalmente
MANUEL DE JESUS MASULO DA CRUZ
Data: 30/09/2024 21:20:45-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Presidente: Prof. Dr. Manuel de Jesus Masulo da Cruz (PPGEOG/UFAM)



Documento assinado digitalmente
FRANCILENE SALES DA CONCEICAO
Data: 01/10/2024 10:21:42-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Membro titular externo: Profa. Dra. Francilene Sales da Conceição (PPGEO/UEA)



Documento assinado digitalmente
AMELIA REGINA BATISTA NOGUEIRA
Data: 01/10/2024 22:23:37-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Membro titular: Profa. Dra. Amélia Regina Batista Nogueira (PPGEOG/UFAM)

À memória de Maria Alves de Souza, Maria
Alves Said, Lázaro Marques Pinheiro e
Francisco Carlos Alves Said, todos, em
diferentes momentos, contribuíram para a
construção do que sou!

AGRADECIMENTOS

A Deus pela fé que nutre meus passos e me mantém de pé;

Aos meus guias espirituais que me permitem caminhar pelas encruzilhadas, à força e sabedoria do meu pai Xangô, à sensibilidade da minha mãe Oxum; à Cabocla Jurema e à Cabocla Mariana, o meu Saravá;

Ao meu companheiro de vida, Jhemerson Paes, presença indispensável e ombro amigo em dias turbulentos;

À minha mãe, Maria Dagmar Alves Said, por me mostrar a força da minha ancestralidade;

Aos meus três gatos, Maria, Caetano e Chicó, responsáveis pelos carinhos felinos durante a rotina de escrita;

Ao meu orientador, professor Manuel de Jesus Masulo da Cruz, brilhante pesquisador amazônida, pessoa humilde e atenciosa, responsável pela minha caminhada rumo ao amadurecimento intelectual durante as etapas deste trabalho;

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEOG/UFAM) pelos diversos encontros dentro e fora da sala de aula, oportunizando a (des) construção de ideias;

Aos professores do Programa de Pós-graduação em História (PPGH/UFAM), pelas aulas e contribuições na minha pesquisa, em particular, os professores Davi Avelino Leal e Glauber Cícero Ferreira Biazzo;

Aos membros da minha banca de qualificação, professores Thiago Oliveira Neto e Ricardo José Batista Nogueira, e de defesa, professoras Amélia Regina Batista Nogueira e Francilene Sales da Conceição, pelas contribuições ao presente trabalho;

À Universidade Pública e Gratuita;

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), pela concessão da bolsa de apoio à pesquisa que oportunizou minha dedicação exclusiva para este trabalho;

Ao professor José Aldemir de Oliveira (*in memoriam*), grande geógrafo amazônico, meu primeiro orientador de iniciação científica, influência eternizada na minha maneira de olhar o mundo pelas lentes da Geografia;

Por fim, aos irredentos (as) do rio Arari, em especial, Dona Socorro, Seu Dico e Wanderley, pela oportunidade de aprender sobre o contexto pesqueiro no médio rio Amazonas, mediante os relatos daqueles que lutam pelos seus territórios, nossos verdadeiros guardiões.

“Aprender mesmo a gente aprende quando o saber não é mercadoria. Quando é com mestres e mestras, eles não cobram. Eles ensinam para manter o conhecimento vivo. Quando você compartilha o saber, o saber só cresce. É como as águas que ‘confluenciam’. Quando o rio encontra o outro rio, ele não deixa de ser rio. Ele passa a ser um rio maior”

(Antônio Bispo dos Santos – Nêgo Bispo).

RESUMO

A pesca é uma atividade fundamental para o campesinato amazônico, sendo central para as populações das áreas de várzea. A pesca integra saberes que conectam a cosmovisão local e o mundo do trabalho, delimitando territórios onde o conhecimento ecológico rege o uso e a conservação dos recursos pesqueiros. No entanto, com o avanço de projetos tecnocráticos para o desenvolvimento da indústria pesqueira no Brasil, diversos territórios tradicionais foram explorados, gerando escassez e conflitos. Como resposta, o campesinato amazônico se organizou politicamente em torno do Movimento em Defesa do Peixe, buscando alternativas para a demarcação aquática e denunciando a histórica marginalização das populações do campo. No Amazonas, as mobilizações começaram na década de 1980, na Prelazia de Itacoatiara, reunindo pescadores das comunidades ribeirinhas do médio rio Amazonas. A Comunidade São João do Araçá, no rio Arari, em Itacoatiara-AM, identificou uma oportunidade nesses encontros para demarcar áreas tradicionais de pesca comunitária. O acordo de pesca do rio Arari, aprovado em 2008 após doze encontros comunitários, é resultado de uma mobilização popular que, desde o início, buscou transformar áreas de uso comum, frequentemente impactadas pela pesca ilegal, em espaços voltados à conservação da diversidade ictiofaunística e à preservação do modo de vida e das territorialidades de pesca. O Lago Babaçu foi escolhido pela comunidade para sediar o projeto de manejo sustentável do pirarucu, visando promover o repovoamento dessa espécie, essencial para os pescadores artesanais. Portanto, o foco desta pesquisa foi compreender a organização político-camponesa na definição do acordo de pesca e do manejo do pirarucu no rio Arari. Para isso, utilizou-se o método histórico-dialético, com a abordagem quali-quantitativa, mediante levantamento de dados primários da Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras, Artesãos e da Agricultura Familiar do Baixo Rio Arari (ASTA) e secundários (bibliografia especializada), além de atividades de campo para a realização de entrevistas. Foram consultados clássicos da Geografia que abordam território, Amazônia e campesinato, fornecendo suporte teórico para a análise. A estruturação dos capítulos foi baseada nas narrativas dos pescadores e lideranças comunitárias entrevistadas. Os Acordos de Pesca vão além da ótica institucional, respondendo a um movimento histórico de exclusão social vivido pelas populações camponesas. No rio Arari, o movimento em defesa do peixe atua há cerca de 50 anos, defendendo as territorialidades camponesas que historicamente marcam a identidade e o modo de vida dessas comunidades. Embora a luta popular tenha conquistado a institucionalização da demarcação da bacia hidrográfica, os moradores ainda enfrentam a escalada de conflitos aquáticos, resultantes da pressão de setores da indústria pesqueira sobre o Estado. Essa pesquisa contribui para entender a organização social e política das comunidades ribeirinhas, evidenciando a luta por direitos territoriais e pela preservação do modo de vida camponês na Amazônia, além de apontar para desafios futuros, como a necessidade de fortalecer a gestão e a proteção dos recursos pesqueiros diante das pressões externas.

Palavras-chave: Acordo de Pesca; Território; Campesinato; Movimentos Sociais; Amazonas;

SUMMARY

Fishing is a fundamental activity for the Amazonian peasantry, and is central to the populations of the floodplain areas. Fishing integrates knowledge that connects the local worldview and the world of work, delimiting territories where ecological knowledge governs the use and conservation of fishing resources. However, with the advance of technocratic projects for the development of the fishing industry in Brazil, various traditional territories have been exploited, generating scarcity and conflicts. In response, the Amazonian peasantry organized politically around the Movement in Defense of Fish, seeking alternatives to aquatic demarcation and denouncing the historical marginalization of rural populations. In Amazonas, the mobilizations began in the 1980s, in the Prelature of Itacoatiara, bringing together fishermen from the riverside communities of the middle Amazon River. The São João do Araçá Community, on the Arari River in Itacoatiara-AM, identified an opportunity in these meetings to demarcate traditional community fishing areas. The Arari River fishing agreement, approved in 2008 after twelve community meetings, is the result of popular mobilization which, from the outset, sought to transform areas of common use, often impacted by illegal fishing, into spaces aimed at conserving fish and wildlife diversity and preserving the fishing way of life and territorialities. Babaçu Lake was chosen by the community to host the sustainable pirarucu management project, with the aim of promoting the repopulation of this species, which is essential for artisanal fishermen. Therefore, the focus of this research was to understand the political and peasant organization in defining the fishing agreement and pirarucu management on the Arari River. To do this, we used the historical-dialectical method, with a qualitative-quantitative approach, by collecting primary data from the Association of Workers, Craftswomen and Family Farmers of the Lower Arari River (ASTA) and secondary data (specialized bibliography), as well as field activities to conduct interviews. Geographical classics on territory, the Amazon and peasantry were consulted, providing theoretical support for the analysis. The chapters were structured based on the narratives of the fishermen and community leaders interviewed. The Fishing Agreements go beyond the institutional perspective, responding to a historical movement of social exclusion experienced by peasant populations. On the Arari River, the movement in defense of fish has been active for around 50 years, defending the peasant territorialities that have historically marked the identity and way of life of these communities. Although the people's struggle has led to the institutionalization of the demarcation of the river basin, the residents still face the escalation of aquatic conflicts, resulting from pressure from sectors of the fishing industry on the state. This research contributes to understanding the social and political organization of riverside communities, highlighting the struggle for territorial rights and the preservation of the peasant way of life in the Amazon, as well as pointing to future challenges, such as the need to strengthen the management and protection of fishing resources in the face of external pressures.

Keywords: Fishing Agreement; Territory; Peasantry; Social Movements; Amazonas;

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – EXPANSÃO DA ORDEM RELIGIOSA JESUÍTICA PELO VALE AMAZÔNICO (SÉCULO XVII – XVIII).....	32
FIGURA 2 – DISTRIBUIÇÃO DOS PESQUEIROS REAIS NA AMAZÔNIA COLONIAL	56
FIGURA 3 – PRODUÇÃO PESQUEIRA (1950-2000).....	80
FIGURA 4 – DISTRIBUIÇÃO DA INDÚSTRIA PESQUEIRA NO BRASIL	82
FIGURA 5 – INFLUÊNCIA DA REDE URBANA PARA O MERCADO PESQUEIRO	86
FIGURA 6 – VARIAÇÃO DEMOGRÁFICA DOS POLOS PESQUEIROS (1950 A 2022).....	88
FIGURA 7 – VARIAÇÃO DEMOGRÁFICA DE MANAUS (1950 -2022).....	88
FIGURA 8 – INDÚSTRIA PESQUEIRA NO AMAZONAS	90
FIGURA 9 – MERCADOS DE PESCA DO AMAZONAS.....	96
FIGURA 10 – PESCA COM MALHADEIRA NA BORDA DO ESTUÁRIO	102
FIGURA 11 – LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	110
FIGURA 12 – DISTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO FAMILIAR DA FARINHA ENTRE AS CIDADES CIRCUNVIZINHAS À COMUNIDADE SÃO JOÃO DO ARAÇÁ – ITACOATIARA-AM.	115
FIGURA 13 – PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES CAMPONESAS DO RIO ARARI NO ENCONTRO ESTADUAL DE MULHERES CAMPONESAS (PRAÇA HELIODORO BALBI, EM MANAUS, NA DÉCADA DE 1990).	117
FIGURA 14 – DONA SOCORRO E SEU FILHO ROBSON TRANSFEREM REJEITOS DE MASSA ASFÁLTICA PARA TRAJETOS DA VICINAL QUE FORAM DETERIORADOS PELA AÇÃO DOS EVENTOS CHUVOSOS.	119
FIGURA 15 – SEU DICO EM VISITA A HORTA FAMILIAR DESTINADA À SUBSISTÊNCIA E COMERCIALIZAÇÃO.	122
FIGURA 16 – LAGO ARAÇÁ, EM FRENTE À COMUNIDADE SÃO JOÃO DO ARAÇÁ, RIO ARARI – ITACOATIARA-AM.....	124

FIGURA 17 – PRIMEIRA TURMA DE FORMANDOS NO ENSINO MÉDIO DA COMUNIDADE SÃO JOÃO DO ARAÇÁ.....	131
FIGURA 18 – ESPACIALIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE USO COMUNITÁRIO NA COMUNIDADE SÃO JOÃO DO ARAÇÁ, ITACOATIARA (AM).....	134
FIGURA 19 – ACORDOS DE PESCA NO AMAZONAS.....	175
FIGURA 20 – CURSO DE CONTAGEM DO PIRARUCU (<i>ARAPAIMA GIGAS</i>), REALIZADO EM 2006 NA COMUNIDADE SÃO JOÃO DO ARAÇÁ, ITACOATIARA (AM).....	187
FIGURA 21 – CERCAMENTO DO PIRARUCU (<i>ARAPAIMA GIGAS</i>) COM AUXÍLIO DE REDES DE PESCA.....	188
FIGURA 22 – LACRE DE IDENTIFICAÇÃO INDIVIDUAL DE CADA PIRARUCU (<i>ARAPAIMA GIGAS</i>), COLOCADO PRÓXIMO À SUA NADADEIRA PEITORAL	188
FIGURA 23 – INFRAESTRUTURA DA ASTA (A – SEDE DA ASTA EM CONSTRUÇÃO; B – CASA DIGITAL; C – MICRO-ÔNIBUS PARA O TRANSPORTE DE PESCADORES E DA PRODUÇÃO ATÉ A COMUNIDADE E/OU ATÉ A MARGEM DIREITA DO RIO AMAZONAS; D – FLUTUANTE PARA MONITORAMENTO).....	191

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – RELAÇÃO ENTRE GEOGRAFIAS, PRÁTICAS DE SUBSISTÊNCIAS E TÉCNICAS TRADICIONAIS DO MODO DE VIDA INDÍGENA.....	36
QUADRO 2 - UNIDADES ADMINISTRATIVAS SOB A JURISDIÇÃO DA CAPITANIA DO RIO NEGRO.....	48
QUADRO 3 - DISTRIBUIÇÃO DA QUANTIDADE DE EMBARCAÇÕES E SEUS RESPECTIVOS TAMANHOS NA REGIÃO PORTUÁRIA DE MANAUS NO PERÍODO DE 1970 A 2019.....	98
QUADRO 4 – ENCONTROS REALIZADOS PELO MOVIMENTO EM DEFESA DO PEIXE NO AMAZONAS, ORGANIZADO PELA CPT AM/RR.....	165
QUADRO 5 – TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO EM DEFESA DO PEIXE NO RIO ARARI.....	180
QUADRO 6 – ORDENAMENTO PESQUEIRO NO COMPLEXO LACUSTRE DO RIO ARARI.....	182
QUADRO 7 – ESTIMATIVA DO NÚMERO DE PIRARUCUS NO LAGO BABAÇU ENTRE OS ANOS DE 2005 E 2006.....	184

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – COMPOSIÇÃO DOS MERCADOS PESQUEIROS DO AMAZONAS	97
TABELA 2 – DISTRIBUIÇÃO DOS ACORDOS DE PESCA NO AMAZONAS.....	175

LISTA DE SIGLAS

AAV – Agentes Ambientais Voluntários

ASTA – Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras, Artesãos e da Agricultura Familiar do Baixo Rio Arari

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNCC – Banco Nacional de Crédito Corporativo

CEBS – Comunidades Eclesiais de Base

CENTREPI – Centro de Treinamento Pastoral

CODEPE – Conselho de Desenvolvimento da Pesca

CODEPI – Comissão em Defesa do Pescado de Itapiranga (AM)

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba

CPP – Comissão Pastoral da Pesca

CPT – Comissão Pastoral da Terra

DCP – Divisão de Caça e Pesca

DNOSC – Departamento Nacional de Obras Contra a Seca

DNPA – Departamento Nacional de Produção Animal

DPA – Departamento de Produção Animal

ECO-92 – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento

FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

FFAP – Fundo Federal Agropecuário

FINAM – Fundo de Investimentos da Amazônia

FINOR – Fundo de Investimentos do Nordeste

FISSET – Fundo de Investimentos Setoriais

GTA – Grupo de Trabalho da Amazônia

I PNDNR – I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais

IDAM – Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas

IFAM – Instituto Federal de Educação do Amazonas

II – Impostos de Importação

INCRA – Instituto de Colonização e Reforma Agrária

INPA – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia

INPA – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia

INSTITUTO MAMIRAUÁ – Instituto de Desenvolvimento Sustentável de Mamirauá

IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados

IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica

JUCSJA – Juventude Católica São João do Araçá

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MPA – Ministério da Pesca e Aquicultura

PDP – Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Pesqueiro

PESCART – Plano de Assistência à Pesca Artesanal

PNDP – Plano Nacional de Desenvolvimento da Pesca

PNPA – Política Nacional para a Pesca e Aquicultura

PROHOT – Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro

RGP – Registro Geral de Pesca

SCP – Serviço da Caça e da Pesca

SEAP – Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca

SEMAS/AM – Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amazonas

SINDPESCA – Sindicato dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Município de Itacoatiara

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

SUDEPE – Superintendência de Desenvolvimento de Pesca

UICN – União Internacional para a Conservação da Natureza

ZFM – Zona Franca de Manaus

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
I PARTE - A PESCA NA AMAZÔNIA.....	24
1. TESSITURAS DO PASSADO COLONIAL.....	25
1.1. FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DA AMAZÔNIA COMO INSTRUMENTO DE DOMINAÇÃO.....	25
1.2. O VALE AMAZÔNICO NA FRONTEIRA DO CAPITAL.....	29
1.2.1. DESPOTISMO POLÍTICO COMO ESTRATÉGIA DE DOMINAÇÃO.....	35
1.2.2. O REFORMISMO PORTUGUÊS E A ECONOMIA POLÍTICA COLONIAL.....	38
1.2.3. A NATUREZA, OS SUJEITOS E OS CAMINHOS PARA A SERVIDÃO.....	42
1.3. A PESCA COMO ESTRATÉGIA DE DIVERSIFICAÇÃO ECONÔMICA.....	51
1.3.1. FLUXOS PRETÉRITOS, O PAPEL DA REDE URBANA E A CONSOLIDAÇÃO DE UMA INFRAESTRUTURA PESQUEIRA COLONIAL.....	54
2. A INDUSTRIALIZAÇÃO DO SETOR PESQUEIRO.....	60
2.1. A MODERNIZAÇÃO DOS SETORES PRODUTIVOS E OS IMPACTOS NO MUNDO DO TRABALHO.....	60
2.1.2. A ECONOMIA QUE EMERGE DAS ÁGUAS.....	64
2.2. POLÍTICA PESQUEIRA À BRASILEIRA.....	67
2.3. O PAPEL DA REDE URBANA PARA A DIFUSÃO DA PESCA COMERCIAL NO AMAZONAS.....	83
2.4. MERCADO DE PESCA NO AMAZONAS.....	93
II PARTE - CAMPESINIDADE, LUTAS E ARTICULAÇÕES.....	105
3. IDENTIDADE CAMPONESA.....	106
3.1. O TERRITÓRIO DOS FILHOS DO ARARI.....	106
3.1.1. OS IRREDENTOS.....	116
3.1.2. A ESPACIALIDADE CAMPONESA.....	125
3.2. O CONHECIMENTO ECOLÓGICO DO CAMPONÊS AMAZÔNICO.....	135
3.2.1. REMINISCÊNCIAS NARRADAS: O MOVIMENTO POPULAR NO RIO ARARI.....	140
4. O ALVORECER DO MOVIMENTO EM DEFESA DO PEIXE NO RIO ARARI.....	150
4.1. DISSIDÊNCIAS — OUTRO OLHAR PARA AS TERRITORIALIDADES CAMPESINAS....	150
4.2. O MOVIMENTO EM DEFESA DO PEIXE NO AMAZONAS.....	156
4.2.1. A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA DEMARCAÇÃO AQUÁTICA.....	171
4.3. O ACORDO DE PESCA DO RIO ARARI.....	176
4.3.1. A DESPESCA DO PIRARUCU.....	186
4.4. O ORDENAMENTO PESQUEIRO COMO INSTRUMENTO EM DEFESA DA TERRITORIALIDADE CAMPONESA.....	192
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	202
REFERÊNCIAS.....	210
ANEXOS.....	219
ANEXO 1: ATA DE FECHAMENTO DO ACORDO DE PESCA DO COMPLEXO LACUSTRE DO ARARY.	219
ANEXO 2: TERMO DE PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE.	225
ANEXO 3: CAMPANHA DE CONSCIENTIZAÇÃO: ÁGUA FONTE DE VIDA (ASTA).....	227
ANEXO 4: CARTILHA DE CONSCIENTIZAÇÃO: HISTÓRICO DA LUTA PELO PEIXE DO ARARY.	232

INTRODUÇÃO

A pesca é uma prática geracional intrínseca à ontologia camponesa. O conhecimento ecológico relativo à atividade pesqueira é adquirido ainda na infância, quando as crianças aprendem com os pais sobre as técnicas de observação, captura e confecção dos instrumentos de pesca. Costuma-se dizer entre os ribeirinhos que, uma determinada criança compreende o mundo do trabalho à medida que vai crescendo. Em se tratando da pesca, o desenvolvimento cognitivo de uma criança é substancial para essa aprendizagem. Ademais, esse conjunto de saberes é atravessado pelo sistema de crenças que demarca a racionalidade dos sujeitos (Almeida, 2013). Além disso, a pesca demarca territórios onde as águas de trabalho foram territorializadas em diferentes momentos pelos grupos sociais (Cruz, 2007).

Historicamente, a Amazônia brasileira, em particular, a porção nortista, foi atravessada pelos projetos econômicos idealizados pelo Estado. O processo de posse e ocupação e a injeção no desenvolvimento econômico da região, demonstravam a natureza político-ideológica do Estado colonial acerca da cultura local. Territórios ancestrais e tradicionais foram reduzidos à mercadoria e os sujeitos à mão-de-obra, enquanto suas culturas foram marginalizadas. Acerca da pesca, uma das frentes de expansão da atividade econômica da região, a exploração de rios e lagos afetou diferentes grupos sociais. O mais emblemático desse processo foram os impactos no ambiente aquático, apontando fenômenos como a sobrepesca do pirarucu durante o século XIX, efeito dos pesqueiros reais (Veríssimo, 1895). Com o avanço do capital monopolista e das políticas tecnocratas do Estado moderno, houve o desenvolvimento da indústria pesqueira, acompanhada da modernização das frotas, instrumentos e técnicas, ampliando o raio de exploração (Goularti Filho, 2017).

No Amazonas, além das populações indígenas sofrerem com os impactos da exploração de seus territórios ancestrais, populações ribeirinhas passaram a conviver com o cenário de exploração dos recursos naturais, invasão de lagos e conflitos. O campesinato inserido no ecossistema de várzea é o primeiro grupo social a enfrentar a fragilidade ambiental decorrente da exploração dos recursos naturais. O mundo do trabalho camponês é desenvolvido a partir da inteligibilidade que envolve as necessidades familiares, os ambientes de uso comum (florestas, rios e terra-firme) e o limite de exploração dos recursos conforme as necessidades domésticas (Cruz, 2007). Em função do complexo sistema de crenças, o camponês conservou

tradicionalmente o ambiente mediante a aplicação de práticas sustentáveis. Por esta razão, quando diversas comunidades amazonenses perceberam o cenário de escassez do pescado, a organização social foi fundamental para a retomada dos territórios e a recuperação da ictiofauna¹. O enraizamento cultural determinou a unidade no discurso do movimento político camponês durante a revolucionária medida de enfrentamento à exploração dos rios e lagos pela indústria pesqueira. O movimento em defesa do peixe no Amazonas, assim nomeado no trabalho de Spínola (1997), nasceu dos projetos socioeducativos das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), realizados nas comunidades ribeirinhas. À medida que a população camponesa foi sendo politizada a ponto de questionar sua invisibilidade e marginalização, o movimento político surgiu através da identidade dos sujeitos. Quando conflitos de pesca emergiram demasiadamente, afetando a pesca de subsistência e artesanal, mas, sobretudo, a pesca enquanto uma atividade ligada à cultura camponesa, este movimento político se direcionou ao Estado, denunciando algozes e apontando uma proposta de ordenamento pesqueiro.

Nesse sentido, o presente estudo, resultado de 24 (vinte e quatro) meses de cooperação direta com camponeses manejadores do pirarucu de Itacoatiara–AM, versa sobre o movimento em defesa do peixe que demarcou diversos lagos e instituiu o sistema de manejo comunitário no rio Arari. Adotou-se uma abordagem que caminhasse ao oposto do discurso que sacraliza o campesinato como uma estrutura social imóvel (Harris, 2006). Assim, o movimento político resultante da organização popular foi apresentado conforme as narrativas dos sujeitos entrevistados neste trabalho. O percurso metodológico e, por consequência, interpretativo dos processos e fenômenos decorrentes em uma pesquisa respeitou a narrativa dos sujeitos, de tal modo que a oralidade subsidiou a construção do arcabouço teórico disponível neste escrito. Desta maneira, o trabalho objetivou apresentar horizontes possíveis para outra geograficidade, onde os sujeitos apresentam seus lugares de vivência e de resistência.

Esta pesquisa concentrou-se em compreender o movimento político camponês a partir do estabelecimento do acordo de pesca e o manejo comunitário do pirarucu

¹ De acordo com Ratzlaff (2020), o termo ictiofauna representa o conjunto de espécies de peixes presentes em uma determinada região biogeográfica. Segundo o autor, estima-se que nos sistemas hidrográficos do país exista uma diversidade ictiofaunística de aproximadamente 2.300 espécies de água doce.

na Comunidade São João do Araçá, em Itacoatiara–AM. Entendendo o camponês enquanto protagonista desse processo de mobilização política, ficou estabelecido os seguintes objetivos específicos: I — entender o processo de exploração dos recursos pesqueiros no baixo rio Amazonas e suas implicações no modo de vida camponês; II — identificar diferentes estratégias e resistências sociopolíticas dos camponeses-ribeirinhos frente à exploração de seus recursos naturais e; III — problematizar a intervenção do Estado no desenvolvimento da indústria pesqueira e sua inoperância no enfrentamento à questão da sobrepesca e segurança das territorialidades camponesas.

Na comunidade São João do Araçá, no rio Arari, em Itacoatiara–AM, existe há mais de 30 anos um acordo de pesca entre os moradores. Entre 2004 e 2006, a população local esteve reunida durante 12 assembleias comunitárias para deliberar sobre a realização de um estudo desenvolvido pelos pesquisadores do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) relacionado à proposta de manejo do pirarucu. No segundo semestre de 2005, foi autorizado o estudo científico do manejo do pirarucu e, em 2008, foi aprovado projeto de manejo do pirarucu no Lago Babaçu pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA). Durante as assembleias, lideranças comunitárias reforçaram a necessidade da institucionalização da demarcação aquática no rio Arari e, para isso, um grupo de trabalho foi montado para mapear o conjunto de lagos de uso comum e categorizá-los em áreas de manutenção, preservação e acesso livre. A definição da demarcação dessas áreas considerava as condições ecológicas do espaço aquático e a necessidade de recuperação da área. Em 2007, o movimento em defesa do peixe do rio Arari aprovou o projeto de ordenamento pesqueiro comunitário, apresentando a proposta ao IBAMA mediante o projeto do Acordo de Pesca do rio Arari. No ano seguinte, houve a aprovação do acordo de pesca mediante a publicação da Instrução Normativa IBAMA n.º 181/2008, instituindo o Acordo de Pesca do rio Arari.

Dois corpos hídricos foram delimitados na Comunidade São João do Araçá. O lago Araçá, historicamente voltado à pesca de subsistência e artesanal, contudo, com o avanço da exploração pesqueira, diversas espécies desapareceram dos seus domínios, assim, a comunidade decidiu restringir o acesso ao lago de manutenção. O lago Babaçu também foi definido como área de manutenção exclusiva para o uso comunitário, entretanto, em razão da aprovação do projeto de manejo do pirarucu (*Arapaima gigas*) e o simbolismo do lago para a cultura camponesa, deliberaram pela

restrição no acesso, tendo como horizonte o repovoamento da espécie e sua conservação. O objetivo de manejar o pirarucu, segundo a memória narrativa das fontes orais ouvidas durante este trabalho, recaiu na complexa dimensão simbólico-cultural que envolve a relação de pertencimento dos moradores com o ambiente, as espécies e o mundo do trabalho.

A representação do território de pesca, construído pelos laços sociais, dimensiona a natureza do conhecimento ecológico camponês quando, ao lutar pela conservação dos recursos, estabeleceu condições necessárias para a sua reprodução social e cultural. Por esse motivo, estudos territoriais que dialoguem com os processos sociais, especialmente quando os sujeitos discorrem sobre suas realidades, expõem a natureza da economia política do Estado na re-produção das desigualdades. Além disso, é função do geógrafo, conforme indicou Moreira (1982), realizar a leitura do espaço contrária às linhas imóveis de uma interpretação reducionista (e positivista), mas, sobretudo, compreendendo processos que emergem das frestas entre o pragmatismo e a subjetividade. Diante disso, a relevância desta pesquisa se deu pela compreensão do acordo de pesca como uma estratégia de planejamento territorial com base no conhecimento ecológico camponês, estabelecendo alternativas viáveis, sustentáveis e de baixo impacto ambiental. O estudo percorreu questões simbólicas, como a memória de infância e aspectos da própria ontologia camponesa, para desaguar nas mobilizações sociais em defesa de seus territórios.

O estudo foi desenvolvido com base no método histórico-dialético, reconhecendo que o fenômeno da sobrepesca e as estratégias de resistência camponesa são construções históricas, carregando contradições inerentes à sua natureza (Lakatos e Marconi, 2003; Predanov e Freitas, 2013). O desenvolvimento do trabalho escrito foi orientado pelo entendimento metodológico da História Oral, adotando uma abordagem quali-quantitativa, resultando na execução de procedimentos relativos ao levantamento documental de materiais primários e secundários, realização de entrevistas com lideranças comunitárias e trabalho de campo.

Com o auxílio metodológico da História Oral, foi possível catalisar nuances acerca das experiências e das memórias coletivas que frequentemente escapam das entrevistas que instrumentalizam a resposta dos sujeitos. A abordagem reconhece que as entrevistas são processos bidirecionais, nos quais a aprendizagem é mútua, e as histórias contadas carregam significados que vão além da intenção consciente dos

narradores (Meihy, 2005; Portelli, 2016). Assim sendo, as entrevistas realizadas com os oralistas buscaram compreender diferentes marcos históricos que apresentassem o panorama da exploração dos lagos da região do rio Arari e o início da organização comunitária. A definição desses marcadores históricos possibilitou a confluência da memória narrativa do grupo entrevistado com documentos históricos oriundos de jornais, revistas, artigos e livros. Posteriormente, o trabalho foi estruturado pelo marcador temporal, organizando o conjunto de ideias para facilitar a interpretação dos leitores acerca do processo de exploração dos recursos pesqueiros e o início do movimento popular em defesa do peixe no Amazonas.

O trabalho de campo foi indispensável para a compreensão ampla e profunda dos fenômenos sociais. Assim, por meio do desdobramento metodológico envolvendo a revisão bibliográfica, a observação in loco e a escuta sensível dos relatos narrados, foi possível articular esses conhecimentos aos fenômenos sociais em múltiplas escalas, conforme preconizado por Lacoste (2006, p. 91):

O trabalho de pesquisa, propriamente dito, a observação no campo, corresponde à grande escala e, neste nível, é somente uma parte dos fenômenos que pode ser convenientemente apreendida; os outros devem ser antevistos em escala menor, sendo preciso, para isso, utilizar representações que a pesquisa não pode fornecer. O trabalho de campo, para não ser somente um empirismo, deve articular-se à formação teórica que é, ela também, indispensável. Saber pensar o espaço não é colocar somente os problemas no quadro local; é também articulá-los eficazmente aos fenômenos que se desenvolvem sobre extensões muito mais amplas.

As questões norteadoras das entrevistas visaram entender as motivações que desencadearam no ordenamento pesqueiro do rio Arari, mediante os questionamentos: a) Qual a relação dos camponeses da comunidade São João do Araçá com as águas de uso comum; b) Quando e como os comunitários perceberam o processo de sobrepesca?; c) Quais atores estão envolvidos na exploração aquática?; d) Quando as comunidades do rio Arari resolveram se organizar socialmente?; e) Por que demarcar lagos e realizar o manejo do pirarucu? f) A inoperância do Estado contribui para o avanço da depredação da ictiofauna no rio Arari?; e g) Quais avanços puderam ser evidenciados desde o início do acordo de pesca e manejo?

Diante disso, com base nos relatos orais e o auxílio do levantamento bibliográfico, o trabalho foi dividido em duas partes. A primeira dedica-se à

compreensão geo-histórica da exploração pesqueira na Amazônia, realizando um percurso analítico acerca da construção do espaço amazônico e dos projetos econômicos ligados ao desenvolvimento da pesca na região. A segunda parte evidencia o protagonismo político-camponês diante da exploração dos recursos naturais e a defesa dos territórios de pesca. Neste momento do trabalho, os relatos contornam as curvas interpretativas acerca das questões de pertencimento, identidade, modo de vida e cultura camponesa.

A Primeira Parte intitula-se “A Pesca na Amazônia” e possui dois capítulos. O Capítulo 1 reúne uma série de discussões relativas à produção do espaço amazônico à luz das expropriações do espaço e da inteligibilidade indígena. A Amazônia brasileira, durante o período colonial, é compreendida como uma reserva de valor para o Estado português. A exploração das drogas-do-sertão e as campanhas de descimento levaram os colonizadores ao conhecimento da piscosidade dos rios da região. Consequentemente, passaram a injetar recursos para a difusão da economia pesqueira, no bojo da diversidade produtiva defendida pelas políticas econômicas coloniais. A discussão relativa à produção do espaço amazônico enquanto uma reserva de valor deriva de uma interpretação marxista acerca do processo de posse e ocupação da região e as sucessivas políticas econômicas desenvolvidas para acelerar o desenvolvimento da região (Marx, 2013). A conversão de indígenas a cristãos e, posteriormente, a servos da Coroa portuguesa, construiu uma sociedade civil que deu impulso à governamentalidade dessa nova espacialidade. Portanto, estabelecer bases produtivas sem a adesão popular seria impossível e, por esse motivo, diversas reformas políticas foram desenvolvidas para promover a coesão do pensamento social acerca das transformações do território pelo capital monopolista. Para Foucault (2008), a sociedade civil é considerada uma tecnologia de poder a serviço das intervenções do aparelho estatal. Nesse sentido, o presente capítulo buscou colaborar para o entendimento da influência das políticas econômicas voltadas à pesca comercial como estratégia de diversificação da economia regional.

No Capítulo 2, foi construído um preâmbulo histórico relativo à prática comercial inserida nos projetos econômicos para a acumulação de capital industrial no país e, em particular, no Amazonas. Evidenciou-se a politização do setor pesqueiro iniciada nos anos de 1950, quando o país adotou a política desenvolvimentista, acentuada nas décadas seguintes, quando da criação da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), em 1962 (Goularti Filho, 2017). A autarquia promoveu uma política

econômica voltada à modernização da pesca, incentivando a sua industrialização mediante a concessão de linhas de crédito e benefícios fiscais para pequenos capitalistas. No entanto, essa modernização trouxe à tona a marginalização dos pescadores artesanais e a natureza da expropriação dos territórios de pesca pelo país (Goularti Filho, 2017). Essa expansão mercadológica incitou conflitos entre pescadores artesanais e comerciais, principalmente em territorialidades onde a pesca é uma atividade cultural dos grupos sociais. Segundo a cosmovisão ribeirinha, a pesca ocorre mediante a interação dos sujeitos com o ambiente aquático e o desenvolvimento dos saberes pertinentes à atividade decorre da transmissão de conhecimento desde a infância. Em razão da tradição camponesa ter base na sinergia entre sujeitos e ambientes, a constituição dos territórios de pesca pelos ribeirinhos considerou a conservação dos recursos para a sustentabilidade da atividade. Entretanto, com o avanço da pesca comercial no Amazonas, diversos locais de pesca passaram a ocupar a rota de exploração pesqueira, introduzindo o cenário de conflitos aquáticos. A formação da infraestrutura pesqueira no estado resultou na definição de dez mercados de pesca com forte influência da rede urbana amazonense.

Além da atenção dada a região do médio rio Amazonas, onde está concentrada a área de estudo, o capítulo teve um esforço de articular ideias acerca do desenvolvimento da infraestrutura pesqueira que considerasse a rede urbana, de transportes, frota pesqueira, entrepostos e unidades de beneficiamento de pescado. Devido ao alto valor econômico do pirarucu nos mercados de pesca, a espécie torna-se alvo frequente das pescarias para comercializá-la nos mercados locais ou industriais. Apesar da existência de dispositivos jurídicos que proíbam anualmente a pesca e comercialização do pirarucu, é comum encontrar barcos de pesca comercializando mantas nos mercados informais das cidades amazonenses (Lopes, 2021). A origem dessas mantas decorre da invasão de lagos pelos pescadores artesanais capitalizados na atividade comercial ilegal.

A segunda parte, intitulada “Campesinidade, lutas e articulações”, está dividida em dois capítulos. A estruturação dos capítulos sintetiza a proposta do trabalho acerca da organização social camponesa em defesa de seus territórios. Os narradores destes dois capítulos se autodenominam “Filhos do Arari” e compuseram o movimento em defesa do peixe na Comunidade São João do Araçá, em Itacoatiara–AM. Raimundo (Dico), Maria do Socorro e seu Wanderley emprestaram suas memórias individuais para dar luz a estes escritos e ajudar a contar a trajetória da mobilização político-

camponesa no Amazonas. No Capítulo 3, os narradores são apresentados conjuntamente ao território onde suas vivências atravessaram os meandros da luta coletiva. Segundo os oralistas, o trabalho nas pescarias é tão antigo quanto a formação da comunidade. Há pelo menos cem anos ocorrem pescarias no rio Arari, sendo os “mais antigos” (fundadores) responsáveis pela introdução dessa atividade na região. Há indícios contundentes afirmando que a região foi um importante entreposto pesqueiro (Furtado, 2002), motivando o processo de ocupação das áreas de várzea do rio Arari. Para os camponeses, a pesca é socializada na infância, onde os pais ensinam aos filhos sobre as técnicas de captura, manejo e confecção artesanal dos instrumentos de pesca. O conhecimento ecológico dos pescadores artesanais do rio Arari é resultado do amadurecimento das experiências empíricas que permearam a afinidade do pescador com a arte da pesca. Nesse sentido, o mundo do trabalho na atividade haliêutica ocorre em comunhão com a cosmovisão ribeirinha, demarcando a área de atuação (locais de pesca) e a racionalidade quanto ao uso (limite da exploração) (Almeida, 2013).

Com o surgimento dos conflitos aquáticos, como consequência da exploração da ictiofauna, as comunidades do médio rio Amazonas passaram a se organizar politicamente para defender seus territórios. As principais transformações ocorridas no rio Arari têm início na década de 1970, com a politização dos moradores através dos projetos socioeducativos realizados pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), pavimentando os caminhos de uma organização política em defesa da socioterritorialidade camponesa. A ruptura do pensamento social acerca do contexto de marginalização, levou os camponeses a atuarem em espaços outrora distantes, como a presença efetiva de uma delegação do rio Arari no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itacoatiara–AM, e as constantes reivindicações para o acesso aos serviços básicos. Em paralelo ao movimento de confrontação dos camponeses, ocorreu nas frestas desse processo a luta pela conservação dos recursos naturais que compõem o arranjo territorial das comunidades ribeirinhas. O movimento em defesa do peixe surgiu após a realização da 1ª Assembleia do Povo, organizada pela Prelazia de Itacoatiara, mediante o recebimento de denúncias quanto à frequência dos conflitos aquáticos na região do médio rio Amazonas. Em razão da mobilização da população do rio Arari envolvida nos projetos sociais da Igreja, uma comitiva formada pelos moradores da região esteve presente no encontro, criando uma comissão local para avaliar o panorama dos conflitos no rio Arari. Socorro, Dico

e Wanderley estiveram à frente desta mobilização, reivindicando o ordenamento pesqueiro, a conservação dos recursos e a manutenção do modo de vida.

Por fim, o capítulo 4 se aprofunda na trajetória do movimento em defesa do peixe no rio Arari, narrado principalmente pela agricultora Socorro. A agricultora atuou nos projetos das CEBs, politizando diversos camponeses no intento de buscar articulações internas para a mobilização popular que emergiu na década de 1970. Ao longo deste capítulo, é descrito o itinerário de luta pela demarcação dos recursos aquáticos e o manejo do pirarucu, espécie explorada desde a década de 1960. Além disso, mediante os relatos, compreendeu-se que a conflituosidade de pesca presente no Lago Babaçu revela as interfaces da incursão do Estado visando industrializar o setor pesqueiro, sucateando instituições ambientais para fragilizar movimentos sociais.

Em razão da política tecnocrata introduzida com o golpe cívico-militar de 1964, diversos foram os projetos direcionados ao “desenvolvimento da Amazônia”, como a abertura de estradas e urbanização de suas margens, programas de colonização fundiária dirigida, além de incentivos fiscais e linhas de crédito para o desenvolvimento de atividades produtivas (Pantoja, 2006). A industrialização pesqueira agravou os conflitos socioambientais diante do esgotamento dos recursos pesqueiros. Algumas espécies tradicionais do cardápio das famílias camponesas foram paulatinamente desaparecendo, como o pirarucu (*Arapaima gigas*), o tucunaré (*Cichla ocellaris*), o tambaqui (*Colossoma macropomum*), assim como os quelônios (*Testudines*), descaracterizando a ictiofauna e a pesca artesanal, parte integrante da tradição camponesa. Assim, o movimento em defesa do peixe nasceu do descontentamento da população diante do quadro de sobrepesca que, além de impactar na economia doméstica, descaracterizava o conjunto de saberes populares ligados à atividade. Conforme Spínola (1997), o movimento possuiu três fases de desenvolvimento: a primeira, entre 1983 e 1987, buscou a organização comunitária; entre 1988 a 1992, enveredou-se pelo fortalecimento institucional; e, por fim, a terceira fase ocorreu de 1993 a 1996, quando o movimento se articulou com diversas organizações estatais e civis, especialmente com o IBAMA, universidades, ONGs e outros.

A atuação do IBAMA foi fundamental para o desenvolvimento de políticas conservacionistas pelo país. Desde os anos de 1990, a autarquia atuou na intermediação dos conflitos de pesca, estabelecendo legislações para a predação, além do desenvolvimento de outras regulações igualmente relevantes para a

mitigação da exploração dos recursos naturais. Em razão da ampla mobilização popular pela demarcação aquática, o IBAMA passou a desenvolver estratégias de governança territorial envolvendo o Estado e as comunidades, estreitando essa relação marcada pela conflituosidade. Os acordos de pesca surgiram do conhecimento dos órgãos ambientais acerca do cenário de sobrepesca pelo país, instituindo ações participativas sob o apoio institucional do IBAMA. Desta maneira, após a realização de 12 assembleias comunitárias, foram demarcados 55 (cinquenta e cinco) lagos de uso comum no rio Arari. Embora existisse um acordo de pesca comunitário baseado no contrato social das famílias camponesas, a institucionalidade deste acordo objetivou a reintrodução da pesca artesanal como atividade econômica, além de priorizar áreas para a conservação da ictiofauna. A sobrepesca do pirarucu motivou outra frente de atuação do movimento em defesa do peixe. Além da demarcação aquática, a comunidade instituiu o manejo do pirarucu como alternativa à escassez do peixe. O estabelecimento do manejo do pirarucu, segundo os oralistas, centrou-se na relação de pertencimento dos moradores com o consumo do peixe e sua presença no imaginário popular. Uma das prerrogativas estabelecidas pelos pescadores seria desenvolver a atividade econômica do pirarucu manejado com apoio do IBAMA.

Apesar dos esforços coletivos pela demarcação aquática, tal medida necessitaria da evolução do aparelho estatal quanto ao desenvolvimento de políticas públicas orientadas às camadas sociais do campo. Convivendo à espreita do monitoramento ambiental, sob a iminência de conflitos de pesca, além do assédio do poder público municipal, diversos moradores abandonaram a luta temendo retaliações. Restando-lhes a memória de outrora, Socorro, Dico e Wanderley permaneceram à frente do movimento em defesa do peixe como resíduos de um passado que ainda esperança novos desdobramentos para as territorialidades de pesca. A institucionalidade dos acordos de pesca deu protagonismo às comunidades, revelando a histórica marginalização do campo, bem como as interfaces das políticas ambientais em desajuste ao desenvolvimento social e econômico. O manejo do pirarucu resiste há quase vinte anos, sob o planejamento da ASTA. Os oralistas ouvidos durante essa pesquisa representam faces dos movimentos sociais em defesa das identidades subversivas que demarcam identidades, modo de vida e territórios.

I PARTE



A PESCA NA AMAZÔNIA

1. TESSITURAS DO PASSADO COLONIAL

1.1. Formação socioespacial da Amazônia como instrumento de dominação

Segundo Marx (2013), o homem, ao separar-se da terra, meio e condição para o seu trabalho, inaugura um processo que culminou no desenvolvimento das sociedades modernas e dos diferentes estágios do capitalismo. Esse processo de transformação impacta a soberania do Estado e exige dele outros mecanismos de controle. Como fora nos estágios embrionários do capitalismo através da acumulação de riquezas por meio da coerção, na contemporaneidade, os mecanismos são outros, pois o mercado regula as ações do Estado, este, por sua vez, cria condições para o sistema econômico operar. Assim, a história das sociedades é marcada por reconfigurações constantes que definem os tempos históricos e deixam impressões significativas no espaço geográfico.

A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre o produtor e meio de produção. Ela aparece como “primitiva” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde (Marx, 2013, p.961).

A economia política do Estado burguês, transfigurada ao interesse do capital monopolista, passou a orquestrar suas ações a partir do esforço ao classificar uma sociedade, grupo ou comunidade mediante o papel social daqueles sujeitos diante dos demais, isto é, separados em classes sociais. Desta forma, separavam-se, assim, os desvalidos, expropriados daqueles “possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, que buscam valorizar a quantia de valor de que dispõem por meio da compra de força de trabalho alheia” (Marx, 2013, p.961).

Segundo Marx (2013), como resultado dos estágios iniciais do capitalismo, foi possível pensar a sociedade a partir das rupturas conformadas pelo fascínio do capital em dizimar, mercantilizar e transformar tudo à sua volta em valor.

Essa acumulação primitiva desempenha na economia política aproximadamente o mesmo papel do pecado original na teologia. Adão mordeu a maçã e, com isso, o pecado se abateu sobre o gênero humano. Sua origem nos é explicada com uma anedota do passado. Numa época muito remota, havia, por um lado, uma elite laboriosa, inteligente e sobretudo parcimoniosa e, por outro lado, uma súcia de vadios a dissipar tudo o que tinham e ainda mais. De fato, a legenda do pecado original teológico conta como o homem foi condenado a comer seu pão com o suor do seu rosto; mas é a história do pecado original econômico que nos revela como pode haver

gente que não tem nenhuma necessidade disso. Seja como for. Deu-se, assim, que os primeiros acumularam riquezas e os últimos acabaram sem ter nada para vender, a não ser sua própria pele. E desse pecado original datam a pobreza da grande massa, que ainda hoje, apesar de todo seu trabalho, continua a não possuir nada para vender a não ser a si mesma, e a riqueza dos poucos, que cresce continuamente, embora há muito tenha deixado de trabalhar. (...), Mas tão logo entra em jogo a questão da propriedade, torna-se dever sagrado sustentar o ponto de vista da cartilha infantil como o único válido para todas as faixas etárias e graus de desenvolvimento. Na história real, como se sabe, o papel principal é desempenhado pela conquista, a subjugação, o assassinio para roubar, em suma, a violência. Já na economia política, tão branda, imperou sempre o idílio. Direito e “trabalho” foram, desde tempos imemoriais, os únicos meios de enriquecimento, executando-se sempre, é claro, “este ano”. Na realidade, os métodos de acumulação primitiva podem ser qualquer coisa, menos idílico (Marx, 2013, p. 959-60).

A separação dos direitos comuns de homens e mulheres e a ascensão do *homo oeconomicus* alteraram a relação tradicional entre soberania política e economia. De um lado, discutem-se os limites de atuação do Estado em face do mercado; de outro, o pensamento fisiocrático que, ao reconhecer a soberania estatal, também aponta para a justaposição de competências, planejamento e atuação. A soberania estatal transcende os sujeitos que compõem a sociedade. Entretanto, esses sujeitos são, simultaneamente, econômicos e de direito. Surge, então, a questão: se o Estado se vê diante de uma irredutibilidade entre o sujeito econômico e o sujeito de direito, ele deve abdicar de sua soberania ou adotar uma racionalidade científica e especulativa?

Para combinar as artes de governar no âmbito econômico e jurídico, nos espaços globais de soberania, é necessário um novo campo de referência, encontrado na sociedade civil. Ao assumir a sociedade civil como uma tecnologia de governo, ou estratégia de governamentalidade, o Estado possibilita a explanação da heterogeneidade do econômico e do jurídico, superpostos ao processo de produção e troca. Foucault (2008, p. 397–98) afirma que o *homo oeconomicus* não se integra ao conjunto social pela mesma dialética que o sujeito de direito. Enquanto este renuncia a seus direitos ou os transfere, o *homo oeconomicus* se integra mediante uma multiplicação espontânea. Portanto, a sociedade civil torna-se o espaço onde a arte de governar se reproduz no pensamento coletivo, sem infringir os limites da economia ou os princípios do direito, mas, sobretudo, limitando comportamentos sociais.

Assim, para Foucault (2008), o *homo oeconomicus* é a construção de uma racionalidade ou pensamento social, atravessado pela cultura do capital que, ao operar condições para a sua reprodução enquanto sistema político e econômico,

determina o papel dos sujeitos neste processo justamente pela capacidade de autogovernar-se. A sociedade civil é uma realidade primária, nascida dos processos transacionais e transitórios com os quais as tecnologias governamentais se apropriam dos espaços de poder. Essa realidade se intensifica nos processos econômicos liberais, onde o *homo oeconomicus* não apenas limita o poder soberano, mas, em certo grau, o destitui (Foucault, 2008, p. 398).

Na segunda metade do século XVIII, a sociedade civil começou a ser percebida como produto da combinação da estrutura jurídico-política e dos princípios da economia política. Foucault (2008) identifica a sociedade civil como uma tecnologia governamental correlativa ao liberalismo, onde o objetivo é a autolimitação do governo, indexada à especificidade dos processos econômicos. O vínculo econômico surge como subproduto das relações estabelecidas no seio da sociedade civil, expressando uma convergência espontânea de interesses, apesar da dissociação que o egoísmo econômico provoca nos grupos sociais.

O poder, intrínseco às relações humanas, reproduz as relações pelas quais o poder político ganha forma. A sociedade civil, ao longo da história, constrói e reconstrói pactos de soberania e subserviência. As estruturas jurídicas, constituições e legislações surgem como sistemas de regulação para a reprodução do poder. Enquanto sujeitos históricos, os indivíduos rompem acordos de benevolência orientados pelos interesses individuais. A história, mistura-se às transformações realizadas pela sociedade civil desde as populações primitivas até as modernas. A sociedade civil, portanto, é marcada pela instrumentalização ideológica do Estado e pela produção de discursos que perpetuam memórias coletivas e formas de dominação subjetiva. Ainda assim, é possível que interesses individuais construam organicidade, na intenção de se opor aos acordos de benevolência determinados pelo aparelho ideológicos do Estado.

Foucault (2008), no esforço de compreender a arte de governar, aponta que a sustentabilidade das técnicas de dominação no capitalismo remonta à constante reconstrução de estratégias inatas, por vezes contraditórias, engendrando novos caminhos para a reprodução das relações de produção. Para haver certo grau de constância social para um equilíbrio econômico, a sociedade, investida pela necessidade de mudanças, incorpora novas agendas e perspectivas. Por outro lado, o capital se apropria desses projetos, nutrindo sua mecânica econômica mediante contradições internas, garantindo a longevidade do sistema. Ao discutir a

governamentalidade e a sociedade civil, Foucault (2008) complementa sua visão ao afirmar que a soberania do Estado e a racionalidade econômica se interpenetram. A sociedade civil, vista como uma tecnologia de governo, permite a articulação entre o econômico e o jurídico, configurando um campo onde a soberania estatal se encontra limitada pelas exigências do mercado. Essa limitação, entretanto, não impede o Estado de exercer seu poder, mas o orienta para garantir a reprodução das relações sociais numa estrutura espacial específica.

Para Moreira (1982), ao desvendar as “máscaras sociais”, a Geografia revela as relações de classe que estruturam o espaço geográfico, tornando-se, assim, uma ferramenta essencial para a compreensão das dinâmicas sociais e econômicas. Essa análise dialética do espaço expõe como a Geografia não é apenas um reflexo passivo das condições materiais, mas um componente indispensável para a compreensão da formação econômico-social brasileira. O espaço geográfico, entendido como parte da “segunda natureza” segundo o pensamento marxista, é uma entidade que articula os processos de produção social e controle das instituições. Esses processos, inerentes ao desenvolvimento das formações econômico-sociais, são responsáveis por moldar as relações de classe e as estruturas de poder que se manifestam no espaço. Nesse sentido, os arranjos espaciais reproduzem as relações de classe, refletindo a lógica do modo de produção dominante.

Portanto, segundo Moreira (1982, p.2-3), espaço é história,

(...), mas, antes que tudo, de que o espaço geográfico é parte fundamental do processo de produção social e do mecanismo de controle da sociedade... Compreendido como parte fundamental em uma formação econômico-social de dois processos articulados que lhe são vitais, o de produção social e o de controle de suas instituições e relações de classes, o espaço é uma entidade de rico tratamento científico. (...) Os arranjos espaciais reproduzem, em síntese, as relações de classes da formação econômico-social.

O autor critica as “armadilhas epistemológicas” que distorcem a compreensão da Geografia, como a falsa dicotomia entre o físico e o social, que esconde a verdadeira natureza social desta ciência (Moreira, 1982). Ao abordar o espaço geográfico como uma formação articulada à história e às relações de produção, Moreira (1982) destaca a importância de uma análise que considere a continuidade e a descontinuidade dos processos históricos. Sem essa historicização, o espaço geográfico se torna uma mera estrutura, opaca, desvinculada das dinâmicas sociais que lhe conferem dinamismo.

(...) "armadilhas epistemológicas" em que os geógrafos vêm incorrendo insistentemente, sem perceberem ou fazendo vistas grossas ao fato de que elas desviam a epistemologia geográfica do seu real terreno. De que a falsa dicotomia "físico-humana" só serve para esconder a natureza social da geografia e do seu objeto; de que a falsa querela "determinismo x possibilismo" só serve para desviar os geógrafos do emprego da categoria "determinações"; de que a falsa dicotomia "geografia geral-geografia regional" só serve para afastar a geografia da lógica dialética, atrelando-a à lógica formal e ao kantismo" (Moreira, 1982, p. 9).

A divisão social do trabalho, fundamental para a formação do espaço geográfico, é também um processo que reflete as relações sociais de produção. O trabalho social, ao organizar a produção e a distribuição da riqueza, molda as interações entre os indivíduos e o espaço que ocupam. Assim, o espaço geográfico não apenas reflete, mas também reforça as relações de poder e dominação presentes em uma sociedade.

A integração das ideias de Foucault (2008) e Moreira (1982) revela que o espaço geográfico, longe de ser um cenário neutro, é um campo de disputa onde se desenrolam as lutas pelo poder e pela hegemonia. O Estado, ao organizar o espaço, exerce controle sobre as relações sociais mediante o campo ideológico, enquanto os movimentos sociais podem utilizar o mesmo espaço como estratégia de resistência. Portanto, a análise do espaço geográfico é crucial para compreender as relações de poder e o papel dos movimentos sociais na transformação das estruturas sociais e econômicas.

1.2. O Vale Amazônico na fronteira do capital

(...) e não poderia um só Estado produzir gente bastante para povoar muitos; de tudo isto vejo que até agora se não achou outro modo de dominar as nações bárbaras e ferozes que não fosse o de civilizá-las e de se aliarem com elas os que as dominam: vivendo os conquistadores e os conquistados debaixo da união da sociedade civil, e da observância das mesmas leis, formando um só corpo sem distinção alguma. Por isso é que desta sorte conquistaram os romanos em pouco tempo toda a Europa; que o grande Afonso de Albuquerque, no espaço de quinze anos, dominou a maior parte da Ásia, com as limitadas expedições que vos sejam manifesta; que os ingleses se têm feito senhores não menos que de 21 graus de costa, na parte setentrional da América espanhola (Correspondência do governador e capitão-general do estado do Grão-Pará e Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759) (Rocha, 2009).

A formação social amazônica é fruto de dissidências, reformas e revoltas, sejam elas no campo político, econômico, social ou cultural. Esse movimento histórico

resultou no cruzamento de duas racionalidades distintas, de um lado, indígenas, do outro, colonizadores. Para os povos indígenas, o espaço é corpo-território dotado de uma estrutura metafísica que transcende seu uso no plano terreno. Para o kariwa², invasor, a terra era vista como propriedade entrelaçada ao seu valor de uso e troca. Eis, portanto, o confronto de duas ontologias distintas que caminharam conflituosamente na formação do espaço amazônico.

Durante o fausto da colonização amazônica, ocorreram diversos conflitos em razão da conversão do trabalho livre, outrora vivido pelos indígenas, ao regime de escravidão. Dos rincões nas áreas de várzea às pequenas vilas e cidades aqui edificadas durante o século XVI, a população indígena aldeada ou citadina, bem como seus descendentes, travou lutas em prol da liberdade física e intelectual diante da ganância em mercantilizar a natureza. Naquele momento, as missões religiosas atuavam na conversão da população nativa a servos do Reino, dóceis corpos que comungariam os interesses lusitanos e não ofereceriam resistência aos colonizadores.

Conforme os diários do missionário Samuel Fritz (1654–1723), é possível não apenas compreender as dimensões culturais que emergiam do contato entre o europeu e o indígena, mas também questões geopolíticas conflitivas entre a coroa portuguesa e espanhola. O missionário descreveu que os métodos utilizados pelos espanhóis eram igualmente violentos aos praticados pelos portugueses, no entanto, em seu diário, Fritz apontou que a racionalidade da ocupação espanhola era a principal diferença entre os dois métodos coercitivos. De acordo com Pinto (2005), diferentemente da violência adotada pelos portugueses, os espanhóis estudavam cuidadosamente o modo de vida local, de modo a não descaracterizar culturalmente cultura dos grupos sociais, criando estratégias para introduzir sua dominação a partir das relações sociais já existentes.

Segundo Pinto (2005), em seu *Diário de Viagem*, Samuel Fritz menciona as dificuldades de conversão dos missionários a serviço da Coroa Portuguesa no vale amazônico.

² De acordo com Veiga (2023), o termo *kariwa* deriva da língua geral yêgatu, quando usado, refere-se aos não indígenas, em geral, pessoas brancas, negras e amarelas. Ainda segundo a autora, existe um termo específico para pessoas negras, o tapayuna, contudo, utilizam comumente o kariwa para classificar àqueles que não pertencem àquele núcleo.

Apesar de seus posicionamentos contrários aos movimentos de mobilização e de resistência indígena ao processo de dominação e expansão colonial sobre seus territórios, Samuel Fritz faz o registro de alguns desses movimentos, um de seus líderes tendo sido algumas vezes mencionado pelo padre, o chefe Aiporeva, que apesar de seus aconselhamentos para que este deixasse de incitar e levantar os índios contra os europeus, manteve-se resistente à conciliação (Pinto, 2005, p.8).

Outra importante fonte historiográfica descende dos escritos do Padre João Daniel (1722–1776) materializados na obra *Tesouro descoberto no rio das Amazonas* (≅1757–1776) escrito durante os anos de cárcere, nele o autor fornece uma rica descrição do modo de vida dos povos indígenas na região amazônica. A descrição da cultura dos sujeitos só era possível mediante o contato entre o europeu e o indígena, desta maneira, nos estágios iniciais do capitalismo na Amazônia, a colonização através da evangelização construiu saberes catalogados como repositórios de valor econômico. Produziu “quadros razoavelmente completos relativos aos recursos naturais, à Geografia, aos povos indígenas, às atividades econômicas do extrativismo, da agricultura, fruticultura, pecuária, agroindústria, navegação, exploração mineral, madeireira e de aproveitamento de uma vasta quantidade de plantas medicinais” (Pinto, 2005, p.9).

Uma vez estabelecidos mediante o uso da força e coerção, o principal interesse português foi descaracterizar o modo produtivo das populações locais através do longo processo de aculturação. Padre João Daniel foi um dos signatários da ideia de modernização da agricultura e diversificação econômica ainda nos primeiros anos de colonização, atuando na perpetuação de uma ideologia alheia às identidades ancestrais, embora, contraditoriamente, as tenha descrito com acuidade e com elas aprendido sobre o extrativismo. O religioso foi um dos principais defensores da substituição das técnicas tradicionais no cultivo das roças a partir do trabalho livre exercido pelos indígenas, colocando-se contra a escravização deles. Durante o século XVI crescia a ideia de expandir as fronteiras de exploração da Amazônia, entretanto, era preciso, primeiramente, povoá-la.

Em suas projeções para o surgimento de uma nova sociedade para fazer prosperar o vale amazônico rigorosamente, não haveria lugar para a permanência da maior parte das comunidades nativas conservando seus padrões de organização cultural. Essas deveriam gradativamente incorporar-se aos novos sistemas da organização produtiva voltada para o mercado e para a satisfação das necessidades locais e regionais em termos de consumo e de produção de matérias-primas para a agroindústria em expansão. Se, de uma parte, seu plano de valorização sugeria medidas inovadoras, de outra,

Toda atenção dada a Amazônia pela política econômica portuguesa decorreu do enfraquecimento da produção de especiarias e sua comercialização no mercado asiático, assim como tensões geopolíticas envolvendo a iminente invasão da foz do rio Amazonas pelas potências econômicas da época (Inglaterra, França e Holanda). O afã da conquista e a necessidade protecionista desse espaço a ser explorado, exigiu que a Coroa adotasse uma agenda específica para a colonização da região. Portanto, cabe mencionar que a Amazônia, nos estágios iniciais do capitalismo, foi loteada, posteriormente passou à vassalagem indígena através da aculturação, no ímpeto da expropriação das riquezas naturais para o mercado (Biaggi, 2015).

A concentração de terras improdutivas marcou um dos primeiros gargalos às políticas econômicas coloniais, pois criara subsídios legais para a apreensão de extensas áreas continentais e fronteiriças, bem como a criação de monopólios fundiários por meio da doação e aforamento dado a herdeiros, competência delegada aos governadores das capitanias e outorgada por Dom João III.

Segundo Tavares (1955),

O sistema adotado por D. João III para colonizar o Brasil foi o regime feudal das doações. O território brasileiro foi dividido, arbitrariamente, em 12 capitanias, que não eram mais do que 12 feudos perpétuos, doados pelo rei a vassallos ilustres, a fidalgos da Casa real portuguesa, aos quais se assegurava a prerrogativa de conceder, de sesmaria, as terras maninhas das capitais “se foro, nem direito algum, a não ser o dízimo de Deus” (Tavares, 1955, p.79).

Pode-se afirmar que a formação territorial brasileira e, em particular, a Amazônica, teve como pano de fundo a produção de desigualdades no acesso à terra através da instituição do litígio irregular e ilegal da posse, criando subsídios à tese do *uti possidetis*³. Assim, ficava permitido a concessão de terras àqueles que, além de mantê-la produtiva, pagassem o dízimo devido à Ordem de Cristo (Tavares, 1955).

Foi então, investido o Governador Geral, pelo regimento de 17 de dezembro de 1548, com todos os poderes para colonizar o território, inclusive a

³ “A expansão política e territorial, que se inscreve nos quadros do ciclo do descobrimento geográfico e do mercantilismo europeu, acabou por anular o Tratado de Tordesilhas, 6 de junho de 1494, cujo quinto centenário se comemorou recentemente. A instituição do direito do *Uti possidetis*, consagrado pelos Tratados de Madri, de 1750, e Santo Idelfonso, de 1777, constituiu a fórmula jurídica que estabeleceu o direito de um país à soberania sobre um território, direito esse fundado na ocupação e posse efetiva, prolongada e independente de qualquer outro título – cada parte há de ficar com o que actualmente possui” (Benchimol, 2009, p. 74).

faculdade de conceder sesmarias a quem as quisesse, respeitadas as concessões anteriores. E esse direito passou aos seus sucessores (Tavares, 1955, p.82).

De acordo com Tavares (1955), a colonização brasileira foi decisiva para a formação das burguesias locais e, posteriormente, nacionais, mediante a concentração de terras subsidiadas pelo aparato jurídico. A tese do *uti possidetis* manteve o controle da terra aos abastados, dando-lhes direito pelo princípio da hereditariedade até a publicação do alvará outorgado em 1795, perdurando até julho de 1822, após quase três séculos em vigor (1530–1822) (Tavares, 1955).

Nos idos do século XIX acentuaram-se os interesses pela dominação do vale amazônico. Naquele período, o avanço das técnicas de transporte e circulação ressoavam para a Coroa portuguesa o discurso de integração do território para que se diversificasse as economias, isto é, quanto maior fosse os modais de circulação, maiores seriam as condições de deslocamento da produção extrativista. Entre os séculos XVIII e XIX ocorreram mudanças nos sistemas de circulação das produções manufaturadas com a introdução de navios a vapor, bem como através da construção de redes ferroviárias e seus respectivos portos de abastecimento. Nesse sentido, os reflexos ocorridos na colônia brasileira foram sentidos primeiramente nas sociedades indígenas, visto que houve a transição da produção tradicional para métodos agrícolas avançados, substituindo a diversidade produtiva pela monocultura.

A questão das fronteiras e seu sentido estritamente político permeou todo o desenvolvimento da política fundiária na Amazônia, pois, concomitantemente ao interesse econômico, seria imperativo a defesa nacional, assim, o processo de demarcação dos limites obedeceu à tese do *uti possidetes*, desconsiderando tratados internacionais outrora definidos: Madri (1750) e São Ildefonso (1777) (Fonseca, 2017). Com o território protegido através da defesa militar e projetos de circulação da produção agrícola, a Coroa portuguesa se manteve na esteira da exploração extrativista durante todo o século XVII, mesmo diante do quadro de crise política enfrentado naquele período em função da necessidade de reformas administrativas (Witkoski, 2009).

As sociedades indígenas que, ao longo da história da ocupação sofreram diretamente influências dos projetos políticos, após a instituição do Diretório dos Índios (1757), ganharam proeminência no tecido social da “nova” população miscigenada através do incentivo ao casamento entre indígenas e europeus. Tornavam-se mais

que servos devotos à Coroa, atuaram como senhores das leis, obstinados a perpetuar o pensamento eurocêntrico empregado no processo de aculturação. Foi neste ciclo etnocêntrico de posse, contato, conflito e/ou dominação/resistência que o espaço amazônico foi forjado pelo capital, onde a intelectualidade e o saber ancestral foram inventariados e, posteriormente, arrematados como mercadorias.

Portanto, o despotismo praticado durante a colonização da Amazônia, construiu bases para a expropriação das riquezas naturais mediante um arranjo ecossistêmico de ações que envolveram a expropriação e fixação de colonos para diversificar a economia extrativista na região sob a égide do desenvolvimento.

1.2.1. Despotismo político como estratégia de dominação

A colonização, primeira manifestação institucional do movimento político e de fortes apelos ideológicos, se realizou no interior de diferentes interesses que permearam durante a construção do espaço amazônico. O decurso da posse e produção da Amazônia Lusíndia⁴, apoiou-se no processo de violação dos direitos territoriais, transformando indígenas em força de trabalho através da escravidão e a pequena atividade extrativa em meios de produção dedicados ao mercantilismo.

Segundo Benchimol (1999), tanto portugueses como espanhóis dividiam o mesmo interesse pela exploração do vale amazônico, contudo, a natureza dessas explorações era distinta.

A conquista europeia e a posse da Amazônia, no decorrer dos séculos XVII e XVIII, se realizaram sob um intenso processo de luta e disputa entre portugueses, espanhóis, franceses, ingleses e holandeses. Os portugueses acabaram dominando o delta e a maior parte da calha central do rio Amazonas e os seus principais afluentes, ao norte e ao sul, enquanto os espanhóis, obstaculizados pela cordilheira andina e seduzidos pelas minas de prata e ouro do litoral transandino, consolidaram a sua conquista na periferia setentrional dos vales dos rios Içá (Putumayo), Japurá (Caquetá) e alto rio Negro (Guiana); e a montante, no oeste e sudoeste a partir do rio Javari, e em todo o percurso do alto Amazonas até as suas nascentes, por meio dos seus principais formadores, rios Ucayali e Marañon (Benchimol, 1999, p.73).

⁴ Samuel Benchimol se utiliza do termo “Amazônia Lusíndia” na obra *Amazônia: Formação Social e Cultural* (1999) para descrever o processo de “fazer a Amazônia” durante o período de truculência colonial e as reformas políticas que se sucederam na região a serviço da fé e do império.

O desconhecimento da Geografia regional foi o principal obstáculo às navegações portuguesas. Diante dessa dificuldade, portugueses passaram a coagir populações indígenas durante as campanhas de descimento para conhecer e compreender o espaço amazônico. Assim, o conhecimento ecológico indígena foi a primeira mercadoria portuguesa. A partir do vasto conhecimento do vale amazônico, desde os extensos rios aos mais pacatos lagos de espécies endêmicas das bacias hidrográficas de água doce como o pirarucu (*Arapaima gigas*), nada passou despercebido pelo olhar cuidadoso dos incautos (Veríssimo, 1895). Benchimol (1999) catalogou as principais descobertas realizadas pelos viajantes a cada campanha de descimento, onde métodos, objetos e relações culturais com o mundo do trabalho indígena foram observadas isoladamente (Quadro 1).

Quadro 1 – Relação entre geografias, práticas de subsistências e técnicas tradicionais do modo de vida indígena.

Conhecimento ecológico das populações indígenas		
Geografia	Subsistência	Técnicas
Conhecimento dos rios, furos, paranás, igarapés e lagos	Uso das florestas com distinção entre as áreas de terras firmas (caá-etê) e as áreas inundadas (caá-igapó);	Construção de montarias, igarités, jacumãs, remos, balsas e jangadas para dominar o transporte sobre os rios e vencer os percalços dos sacados, remansos, terras caídas, praias, pedras, calhaus e troncos;
Extrativismos	Roçados de mandioca; Caça e classificação dos animais silvestres para alimentação e seu aproveitamento na produção de utensílios (caititu, capivara, anta, cutia, tatu, veado, onça e outros bichos do mato; Pesca do pirarucu, tambaqui, tucunaré, pacu, sardinha, jaraqui, matrinxã, piramutaba, piraíba e outros peixes de escama e de couro; Apanha de bichos de casco (tartarugas, tracajá, iaçá. Jabuti, matamatá. Muçua) e mamíferos aquáticos (peixe-boi, lontra, ariranha e os botos cor-de-rosa e tucuxi);	Maceração da mandioca, uso do tipiti, fervura para eliminar os tóxicos dos tubérculos e seu preparo nas casas de farinha; Desmatamento da floresta pela broca, derrubada, queima e coivara; Produção de instrumentos de captura; Construção de casas de paxiúba e palha de buçu e pau-a-pique para vencer as enchentes, flutuantes, tapiris, marombas, palafitas e malocas;
Culinária	Culinária regional envolvendo o peixe cozido, frito ou	Artesanatos de cuias, paneiros, jamais, cestos,

	assado, bem como o auxílio de hortaliças regionais como a pimenta-de-cheiro, cheiro-verde e cebolinha; cozimento dos bichos de casco e preparo de seus ovos (arabu ou mujanguê) ou transformá-los em banha de tartaruga; Descoberta de frutos silvestres (tucumã, pupunha, cupuaçu, bacuri, mari, pajurá, abiu, cubiu, murici, açai, bacaba, patauá, uixi, mangaba, sorva, piquiá, caramuri, câmu-câmu, buriti, maracujá-do-mato, camapu, castanha-do-pará, castanha sapucaia e do macaco, ingá, cutitiribá, abricó, biribá, jenipapo e etc.); Extração de fibras de piaçava, tucum, malva, jauari, buçu, miriti, uacima, painas de sumaúma, cipó-titica; Produção de especiarias (pimenta grossa e fina, cravo, canela, anil, urucu, baunilha, puxuri, jarina, mutamba, louro, cacau e outros); Extração de madeiras de lei (itaúba, angelim, sucupira, acariquara, macacaúba, páu-amarelo e etc.);	tipitis, redes e produtos oriundos da cerâmica;
Conhecimento ancestral das ervas e raízes	Plantio de plantas e ervas medicinais como a ipecacuanha ou poaia, salsaparrilha, copaíba, carajiru, jaborandi, amor-crescido, caapeba, capisanto, carapanaúba, cidreira, cumaru, erva-de-bicho, imbaúba, jambu, jurubeba, malícia, malva, marupá, mastruz, mulungu, mururé, pega-pinto, quebra-pedra, saracuramirá, vassourinha, verônica, entre tantas outras.	Produção de bálsamos, resinas voláteis como o breu-branco, jutaica, bálsamo-de-copaíba, óleo de andiroba, patuá, mutamba, essência de pau-rosa, louro-pimenta, vetiver, raízes aromáticas como o patchuli, pripioca, canela, casca-preciosa, favas de cumaru; Alucinógenos como ipadu, coca, ayahuasca, iagê, caapi; estimulantes e afrodisíacos como o guaraná, muirapuama catuaba, xexuá; plantas tóxicas e venenosas como buiuçu, cipó amargoso, curare, galeria, erva-de-passarinho, timbó, entre outros.

Fonte: Samuel Benchimol (1999). Org.: Said Pinheiro (2023).

Até o século XIX, segundo o trabalho de Sant'Anna Nery (1885)⁵, viviam no território amazonense cerca de 373 povos indígenas. Seu estudo determinou que, apesar do curso colonial e da crescente introdução de mão-de-obra negra escravizada, o grande contingente populacional era indígena sobrevivente do processo de aculturação portuguesa.

Segundo diferentes cosmovisões indígenas, a atividade de subsistência possui em seu interior o equilíbrio entre trabalho-consumo germinado na ancestralidade étnica, portanto, a expansão da atividade de coleta e extração indígena obedece aos preceitos desse sistema de crenças que o fez constituir seu espaço sagrado (Benchimol, 1999).

As reformas impostas desde as missões religiosas, acentuadas durante o período pombalino na Amazônia, orientaram socialmente a racionalidade ameríndia marcada por processos geopolíticos mais amplos como migrações constantes, coerção por meio de casamentos entre europeus e indígenas, somado ao fatídico incremento de mão-de-obra negra escravizada em substituição à mão-de-obra indígena.

1.2.2. O reformismo português e a economia política colonial

(...) o velho e o novo mundo encontram-se em 1492 (descoberta do Continente americano). (Mas), antes mesmo de ser explorado, o Novo Mundo sofre a sua primeira intervenção histórica, formalmente expressa pelo Tratado de Tordesilhas (1494). América Espanhola e América Portuguesa assinalam uma divisão do desconhecido território, o que não impediu de dividir povos, culturas, agora espaços anexados à geografia econômica da Europa. Lusitânia (parte oriental portuguesa) e Nova Andaluzia (parte ocidental espanhola) são as primeiras denominações da Amazônia, e as características de uma posse que precedeu a conquista (Corrêa, 1996, p. 9).

Witkoski (2009), ao se debruçar pela racionalidade colonial, advertiu sobre os riscos de reificação no que tange à interpretação da produção social amazônica. Para o autor, o processo de ocupação e construção de uma ideia de sociedade civil ocorreu por meio da intensa mobilização decorrente da colonização da região, atraindo um grande fluxo migratório que também acompanhou os ciclos econômicos a partir do século XVIII. A conquista de novos territórios nas Américas chancelou a centralidade

⁵ A obra intitulada *Le Pays des Amazones* (1885) oportunizou o conhecimento dos principais grupos indígenas existentes do estado do Amazonas, Roraima, Acre e Rondônia. Foi escrita durante o período de estudos na Academia e Ciências Morais e Políticas e no Colégio de França, a primeira versão foi publicada em francês.

geopolítica exercida pelos países europeus, em especial, de Portugal e Espanha. A gênese do pensamento social que subsidiou o plano de governo destes novos espaços conquistados foi orientada pelo arcabouço ideológico, baseado no eurocentrismo, isto é, o poder precedia da origem dos seus governantes.

Esse determinismo geográfico foi a base da fundação da teoria eurocêntrica que, através da filosofia cristã, se solidifica no modelo de ciência medieval, principalmente diante da necessidade de construir uma cartografia pujante que exprimisse o poder e a centralidade imperialista. Ganhou evidência através da teoria geocêntrica do matemático Cláudio Ptolomeu (100 a.C. – 168 a.C.), responsável pela introdução do protagonismo do continente europeu segundo a ideia da geolocalização, transformando a Europa numa espécie de centroide global. Para Witkoski (2009), essa ideia de mundo teve seu protagonismo difundido no período das grandes navegações e, a cada descoberta territorial, topônimos europeus eram dados a esse espaço, demonstrando sua superioridade cultural.

Diante disso, foi o princípio da centralidade territorial, simbolizado nas instituições de Estado, a primeira modificação estrutural que deu sentido à ideia moderna de Estado, alicerçada numa coesão político-econômico e social (Gottman, 2012). Logo, cada nova porção territorial anexada aos domínios imperialistas sofreria modificações estruturais que lhes confeririam coesão política e dependência direta dos seus administradores (Coroa).

Portugal, durante o século XVIII, vivia um cenário de impasses políticos diante do confronto de duas alas que buscavam preservar e/ou transformar a forma de fazer política econômica naquele período. Tratava-se da ala conservadora, com inclinações ao regime eclesiástico, alheia às transformações políticas vividas pelos países europeus naquele período. Do outro lado estavam os reformistas, devotos da ruptura com o velho regime político e da adaptação ao modelo político-econômico adotado, principalmente, pela Inglaterra. Após a crise política acrescida do período de recessão econômica gestada desde o século XVII e início do século XVIII, D. João resolveu cancelar o fim da aliança com o velho modelo político, nomeando Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, como primeiro-ministro português, em 1750, sob a responsabilidade de encabeçar as reformas necessárias para alavancar o setor econômico.

O primeiro-ministro, além de herdar uma crise institucional, tinha como principal desafio realizar as reformas que o levaram ao poder. Entre as primeiras medidas,

articulou com as colônias o desenvolvimento de pesquisas para compreender as riquezas naturais e o potencial para a exploração. Naquele período, a Europa vivia o apogeu do movimento científico que logo se refletiu nos planejamentos portugueses. A questão da defesa territorial esteve no centro de seu governo, especialmente a iminência de conflitos pela posse do vale amazônico, contudo, orientado pelo pragmatismo político, sua administração foi responsável pela instituição de diversos acordos internacionais envolvendo limites e fronteiras como o Tratado de Santo Ildefonso (1777), sendo a diplomacia sua principal estratégia para a coesão territorial.

Para o governo pombalino, a defesa da soberania territorial da colônia brasileira representava a principal alternativa para o possível “milagre econômico”, em razão da perda do mercado asiático, além do vertiginoso gasto com a Guerra dos Sete Anos (1756 a 1763) e a invasão portuguesa à Província de Maynas, Vice-reino do Peru em 1711, intensificando o conflito entre portugueses e espanhóis. Witkoski (2009) endossa a importância da ocupação amazônica pelos portugueses diante da pressão enfrentada por Portugal para acompanhar o avanço do mercado ultramarino, principalmente após constantes perdas de mercados estratégicos, aprofundando o domínio territorial e exploração dos recursos naturais na região amazônica, ampliando a participação da produção tropical para a economia portuguesa.

Embora a Amazônia tenha sido mantida inexplorada por quase todo o século XVI, na medida em que passa a ser objeto do interesse de nacionalidades não portuguesas ou espanholas, a questão da conquista torna-se vital para assegurar o domínio do novo território — o que só é possível com a apropriação. Nesse sentido, a conformação de território amazônico acontece no interior de um movimento histórico que coincide com a exploração de novos recursos naturais, em escala global, o que acaba formando um conjunto de nascentes mercados. No embate pela posse e conquista, a Amazônia foi, num primeiro momento, loteada — o que reflete de maneira bastante evidente o clima político das nações européias, com relação à parte do Novo Mundo a ser conquistado (Witkoski, 2009, p. 72).

Para a Coroa, a posse precedia a conquista, portanto, reforços relativos à defesa militar demandaria custos exorbitantes nas áreas fronteiriças, assim, o desenvolvimento de novos mercados oportunizaria equilibrar os gastos públicos e o ônus produzido pelos conflitos, especialmente àqueles dedicados à construção da infraestrutura militar (fortes e fortins). Além da defesa, a Coroa portuguesa organizou periodicamente expedições denominadas de “descimentos” cujo objetivo era compreender a Geografia do vale amazônico. Essas expedições contavam com uma tripulação que envolvia portugueses e indígenas, rumando pelas terras e águas da

região. À medida que cada descimento avançava pelo território, novas formas de apreensão da inteligibilidade indígena eram absorvidas segundo o propósito de expropriação. A pesca, caça, coletas e produção de equipamentos, assim como a afinidade dos povos indígenas ao ecossistema, oportunizou o amplo conhecimento dos portugueses sobre a cultura e o mundo do trabalho amazônico.

As campanhas de descimento foram uma importante estratégia incorporada pelo governo pombalino através das descobertas realizadas nas expedições de Francisco Orellana (1511–1546) e Pedro Teixeira (1570–1641) que, ao desbravarem a região durante o século XVI, reuniram um expressivo número de manuscritos a partir da memória narrativa das populações locais, além do próprio convívio de missionários com indígenas durante o processo de evangelização (Pinto, 2005).

Até o final do século XVI a Amazônia manteve-se inexplorada, salvo a atuação de ingleses e holandeses que promoviam o comércio de madeira e pescado no baixo rio Amazonas, Tapajós e Xingu. Segundo Rezende (2006), os países europeus só passaram a se interessar pela região a partir da publicação de documentos relativos à expedição de Orellana, descritas pelo cronista Gonzalo Hernández de Oviedo y Valdés.

Na realidade, a Europa só viria a ficar interessada pelas descobertas fantásticas do novo continente após a chegada do capitão Francisco de Orellana. Quem descreveu as histórias extraordinárias de Orellana foi o cronista Gonzalo Hernández de Oviedo y Valdés, que teve a oportunidade de se encontrar com Orellana em Santo Domingo e ouvir a narração da viagem pelo próprio capitão. Oviedo então enviou uma carta ao Cardeal Pietro Bembo, na Itália, exaltando as riquezas naturais encontradas na *Terra das Amazonas*. A carta foi apresentada no dia 20 de janeiro de 1543 e publicada em Veneza em 1556, chamando a atenção dos governos colonialistas europeus para uma área inexplorada de consideráveis proporções (Rezende, 2006, p.43).

A conversão de indígenas em “homens livres” e cidadãos através do Diretório dos Índios foi uma espécie de estratégia político-econômica adotada pelo Marquês de Pombal no intuito de cristalizar a soberania territorial numa região de vazio demográficos, portanto, converter indígenas em servos foi a alternativa encontrada para mitigar conflitos históricos, ampliar a economia extrativista a partir da introdução de novos engenhos, bem como a difusão de uma rede urbana que acompanhasse esse progresso, mas, sobretudo, construir uma ideia de sociedade civil genuinamente amazônica. Não à toa, essa população recém-convertida em cidadãos com direitos assegurados passaria a ocupar cargos nos diretórios e nos engenhos. Por outro lado,

a introdução de mão-de-obra negra africana em condição de escravização passou a ser frequente em razão dos projetos econômicos para a região. A medida em que a mão-de-obra indígena se tornava escassa, o Estado português incentivou circuitos de migração intra e extrarregional em função dos ciclos extrativistas, novos aviamentos em grande maioria oriundos do Nordeste foram deslocados como força de trabalho para a região (Benchimol, 1999; Fausto, 2000).

Apesar do forte apelo para a ocupação e integração da região amazônica ao restante do território da Coroa, os projetos econômicos não consideraram as especificidades regionais, especialmente a Geografia. De acordo com Ravena (2005), as dificuldades de operacionalização das mercadorias manufaturadas na Amazônia decorriam de uma rede de circulação ineficiente, questão que contribuiu para a intermitência dos ciclos econômicos e a inconstância nos preços praticados durante todo o século XVIII. Segundo a autora, as reformas pombalinas e a economia extrativista, especialmente no que concerne à exploração das drogas-dos-sertões, minimamente contribuiu para o fortalecimento da economia regional, principalmente para as populações locais, visto que, após a migração compulsória de indígenas para as cidades e os constantes motins realizados pela população escravizada resultavam na escassez de produtos para o consumo dessa população urbana.

Conforme Ravena (2005), a formação social amazônica possui particularidades, pois ocorreu no interstício da formação territorial desenvolvida durante o processo de defesa da soberania territorial, como estratégia para alavancar recursos para tais projetos, instauravam-se ciclos econômicos aquém das condições logísticas. Embora tenha existido um forte apelo ao estudo in loco da biodiversidade amazônica e o uso da inteligibilidade indígena, não houve planejamento em outras escalas de produção, consumando ciclos econômicos curtos, grandes fluxos migratórios e o cenário de pobreza nas cidades da região.

1.2.3. A natureza, os sujeitos e os caminhos para a servidão

Até o século XVI não havia o interesse em explorar o vale amazônico, no entanto, a presença europeia já ocupava a região desde os anos de 1599, eram os holandeses explorando o potencial pesqueiro na bacia do rio Xingu. Os ingleses, por sua vez, mantiveram-se restritos à região de Oiapoque, onde construíram uma pequena colônia em 1606. No afã de dominar a região, ingleses e holandeses edificam

pequenas feitorias ao longo do rio Xingu na segunda década do século XVII (Rezende, 2006).

A serviço da organização mercantil de Flessingen, os holandeses lançaram-se em direção ao rio Tapajós, onde estabeleceram um forte inicialmente com 40 colonos, onde iniciaram o plantio de culturas como o tabaco e o urucu, introduzindo a exploração e o comércio de especiarias amazônicas. Mais tarde, a exploração holandesa contava com uma estrutura que atuava na extração de madeiras, gomas, óleos nativos, plantações de cana, algodão e tabaco (Rezende, 2006).

De acordo com Rezende (2006), no final do século XVI o monopólio ibérico sobre o vale amazônico era cada vez mais contestado em razão de conflitos institucionais, corroborando à tensão com holandeses e ingleses que ameaçavam sua soberania. Além da extração vegetal, holandeses e ingleses dedicaram-se a exploração animal, em particular, a difusão da prática haliêutica nos rios da região, ocasionando certo grau de aperfeiçoamento das técnicas de captura, conservação e comercialização, como a pesca predatória do peixe-boi que, desde 1580, pescadores comerciais passaram a se especializar na salga desta espécie. Para o autor, foi a partir da ruptura paradigmática entre a perspectiva idílica e a assunção da região amazônica como uma reserva de recursos naturais para o mercado internacional que despertou o interesse de seus exploradores.

Em fins do século XVI, passado o tempo dos caçadores de tesouros lendários, pescadores e comerciantes procuram obter vantagem econômica, nessa vasta e pouco conhecida região, lançando as primeiras bases de implantações coloniais por meio do levantamento de feitorias e pequenos fortes (Rezende, 2006, p.44).

Dessa maneira, diante do potencial geoeconômico da região o regime ibérico tratou de redefinir sua rota de exploração, marcada pelo decreto do Rei Felipe IV da Espanha, desmembrando o território em duas partes, a saber, o Estado do Maranhão e Grão-Pará na porção norte, e Estado do Brasil na porção sul. Houve o incremento na defesa militar para expulsar holandeses, ingleses e franceses. Em 1619, foi edificado o Forte de Santo Antônio do Gurupá e, em 1637, é criada a Capitania do Cabo Norte como parte da estratégia de obstruir expedições que adentravam no vale amazônico pela região da foz do rio Amazonas (Benchimol, 1999).

Para Corrêa (1987), esse movimento de retomada do controle territorial derivou da perda portuguesa dos mercados de especiarias no Oriente, levando-lhes, a partir

de 1655, a um esquema destinado à procura de explorar as “drogas do sertão”. Esses produtos eram valorizados na Europa e tinham diferentes finalidades, desde o uso farmacêutico ao gastronômico, bem como no auxílio às edificações. Em razão do comércio realizado entre indígenas e holandeses construírem rotas comerciais assim como a infraestrutura dos sistemas de aldeamento e fortes planejados pelas ordens religiosas, a principal estratégia militar portuguesa foi sobrepor-se a esses espaços, aproveitando as condições existentes.

Essas aldeias e fortins localizavam-se, principalmente, às margens do rio Amazonas, em muitos casos na confluência de um afluente. Esses núcleos possuíam, assim, uma posição vantajosa, controlando a circulação de um vale: são exemplos, entre outros, Santarém (rio Tapajós), Óbidos (rio Trombetas) e Tefé (rio Japurá). Mas o número de aldeias missionárias foi muito maior. Cita-se, entre outras, as de Surubiú (atual Alenquer), Jamundás (Faro), Gurupatiba (Monte Alegre), Maturu (Porto de Moz), Silves, Itacoatiara e Coari no rio Amazonas, e Mariuá (Barcelos), no rio Negro (Corrêa, 1987, p. 44).

Em seguida, outros fortes e fortalezas foram edificadas nos arredores de uma rede urbana embrionária que lhes oferecesse suporte para o funcionamento, isto é, condições para deslocamento, fixação e intermédio das ações administrativas entre a Coroa e a colônia. Desta maneira, as primeiras cidades a surgirem na Amazônia portuguesa foram: São Luiz do Maranhão (1615), Belém do Pará (1616), Macapá (1636) e Manaus (1665). Depois, foram instituídas vilas no interior da capitania, a saber, Cametá (1633), Gurupá (1639) e Bragança (1663), que, mais tarde, tornaram-se parte da rede urbana da porção oriental da região (Tavares, 2011). A porção ocidental, ociosa, a qual a presença de fortalezas e fortins, além de cidades, era mais espaçada, como estratégia de ocupação, decidiu-se aproveitar a estrutura do Forte de São José do Rio Negro, construído pela ordem dos carmelitas, em 1669, tornando-a base para o surgimento da cidade de Manaus que, às margens do rio Negro e Solimões, encontrava-se próxima da confluência com o rio Madeira (Corrêa, 1987).

De acordo com Corrêa (1992), a questão geográfica da densa floresta e a piscosidade dos rios foi imperativo para a retomada portuguesa da ocupação do vale amazônico, embora essa iniciativa tenha sido tardia quando comparada ao desenvolvimento das economias na região litorânea no período colonial.

A imposição da posse portuguesa pela supremacia militar evidencia-se nas medidas de fortificações e preocupações estratégicas com as áreas fronteiriças, centrais e litorâneas do rio Amazonas e principais afluentes. A articulação física da Amazônia com o Brasil-colônia implica que, na orientação do governo português no século XVIII, a Amazônia não seria mais uma reserva de riqueza para o futuro (Corrêa, 1992, p.40).

Ravena (2005) evidencia o trabalho de conversão de indígenas livres em servos do reino como meio para a governança territorial e o sucesso das primeiras produções no espaço amazônico. À medida que eram vencidos, tomados pelo trabalho forçado e transformados em servos, o conhecimento ecológico indígena foi a primeira mercadoria explorada.

Trabalho organizado, racionalidade dos provimentos e coerção ideológica foram o tripé do empreendimento que durante quase um século organizou a vida econômica, social e cultural do Grão-Pará. Os missionários usufruíam da vantagem de controle das especializações econômicas internas, tendo em cada região uma fonte de suprimentos – a carne do Marajó, a farinha do Tocantins e as tartarugas do rio Negro (Ravena, 2005, p.9).

Corrêa (1992) afirma que o interesse português pelos recursos naturais da região antecede o processo de ocupação. Segundo Diegues (2004), pescadores portugueses atuantes nas confrarias de pesca que exploravam a região costeira da Terra Nova chegaram à Amazônia devido aos erros no trajeto. Estes pescadores, ao observarem as condições ecossistêmicas da ictiofauna amazônica, aprenderam sobre a biologia das espécies, nomearam topônimos e cartografaram as curvas de diversos rios. Portanto, o rio foi o principal mecanismo para a exploração colonial, visto que através dele foi possível circular para ocupar, observar e aprender, e, posteriormente, ser a base para a exploração pesqueira durante a colonização (Diegues, 2004).

Os portugueses também se destacaram na pesca da sardinha e do bacalhau, tendo atingido a Terra-Nova antes do século XVI e já no final desse século os barcos portugueses eram os mais numerosos na Terra-Nova, onde grande número de pontos e acidentes geográficos tinham nomes portugueses. Os pescadores portugueses devem ter tido um papel importante na formação dos navegadores portugueses, como sugere Jaime Cortesão, ainda que fama das viagens das Descobertas tenha recaído exclusivamente sobre os capitães ligados à burguesia lusitana nascente (Diegues, 2004, p. 9-10).

A densidade demográfica, embora espacializada e rarefeita pelo território, foi o principal desafio aos projetos da Coroa no período que Witkoski (2009) convencionou chamar de “colonização à cruz e à espada”. Naquele período as sociedades indígenas

constituíam-se geograficamente ao longo de extensas áreas com populações que poderiam chegar até mil pessoas em cada agrupamento; em seu núcleo existiam moradias unifamiliares, nos arredores eram fixadas áreas de plantio (roças), na floresta e nos rios era praticado o extrativismo florestal (coleta) e animal (caça) (Moreira, 2020).

Para Benchimol (1999), embora as chagas do eurocentrismo tenham prevalecido em detrimento da cultura local, transformando o modo de vida indígena segundo o projeto colonialista, ocorreram múltiplos conflitos que fugiram aos escritos dos cronistas. Isolados na floresta densa, deflagraram motins e viviam da adaptação itinerante em razão da iminência da captura.

Tanto portugueses como espanhóis, no processo de conquista e ocupação, transplantaram e difundiram os valores e símbolos culturais europeus. A sociedade nativa amazônica, ao receber o impacto dominante desses valores e sistemas imperiais, aculturou-se, por via de submissão, acomodação, assimilação ou conflito, sobrepondo-os ou integrando-os à própria cultura original (Benchimol, 1999, p. 73).

Ainda segundo o autor, colonos portugueses buscaram equalizar os problemas desencadeados no decurso da colonização, empreendendo algumas alternativas no afã de persuadir indígenas para a permanência no trabalho extrativista.

[...] O uso e abuso da força pelos sertanistas, cabos de canoas e tropeiros de resgate para obtenção de mão-de-obra servil ou escrava para o trabalho nas missões, aldeias e coleta das drogas, ou para guia, mateiro e remador;

- Tentativas de pacificação das tribos por meio da mancebia ou casamento de colonos com as filhas dos tuxauas, expediente conhecido e praticado pela nobreza europeia para unir monarquias e firmar alianças;
- Sincretismo religioso católico-ameríndio pelo qual, por exemplo, entidades religiosas indígenas como Tupã e Jurupari eram transfiguradas em Deus e no diabo, no catecismo das missões;
- Introdução de escravos africanos em Belém, São Luís, por intermédio da Companhia de Cacheu e Companhia de Comércio do Maranhão e Grão-Pará, em número calculado em 30.000, pelo professor Mário Meireles, por meio dos navios tumbeiros, que transportavam as peças da Guiné e os fôlegos vivos de Angola, Costa da Mina e do Marfim. Essa mão-de-obra originada do tráfico negreiro servia para suprir as necessidades de braço e força para as construções, lavouras, serviços domésticos, sertanismo e outros afazeres na falta do escasso e arreado braço índio;
- Introdução de instituições protetoras da saúde do homem, como a Santa Casa de Misericórdia, as Irmandades, as Confrarias, Sociedades Benéficas e Hospitais;
- A instituição do afilhado e do compadrio, criando novas formas sociais e de laços familiares ao redor do batismo e das fogueiras de São João, de compadres, comadres, padrinhos e madrinhas, primos e filhos de criação, ensejando relações afetivas que mitigavam a pobreza e as diferenças sociais, e serviam de escada para a ascensão social e econômica;

– Valorização e reconhecimento dos recursos autóctones da floresta e do rio, produzidos pela indiada nos albores da colonização portuguesa, que eram conhecidos como “drogas do sertão” – verdadeiros amazonismos vegetais (Benchimol, 1999, p. 74–78).

O interesse do regime pombalino pela diversificação da exploração dos recursos naturais o fez criar um canal de comunicação direto da Capitania com a metrópole. Por seu turno, na gestão do governador Mendonça Furtado, o Rei Dom José I decretou, através da Carta Régia de 3 de março de 1755, o desmembramento do Estado do Grão-Pará e Maranhão, criando a Capitania de São José do Rio Negro na porção ocidental da região. O objetivo de criação da nova capitania era subsidiado pelo interesse de intervenção militar nas áreas de fronteira com o território ocupado pela Espanha, além de conquistar o maior número de gentios para a atividade agrícola. A dificuldade em legislar sobre os domínios do vale amazônico determinaram tal decisão, por conseguinte, o governo da capitania tratou de construir nós de articulação territorial a partir do surgimento das primeiras unidades administrativas ou como descreveu Corrêa (1987), o padrão dendrítico da rede urbana amazônica.

Para Corrêa (1987), a criação desses núcleos urbanos emergia da dupla necessidade de manifestação do poder português sobre o território. Primeiro, pela defesa militar, posteriormente, como ponto de penetração e conquista do território. Ainda segundo o autor, a criação de uma cidade ou vila no período colonial estava ligada às questões geopolíticas.

A criação de uma cidade, destinada a desempenhar funções de proteção e de ponto de partida para a conquista de um território, implica na escolha de uma posição e um sítio condizentes com essas funções. No caso de Belém, sua localização nas proximidades da embocadura secundária e meridional do Amazonas, simultaneamente protegido do oceano e distante do estuário norte, conhecido pela violência das águas e dos ventos que perturbam a navegação, confere-lhe uma excelente posição, garantindo-lhe o acesso e o controle do litoral e do vale amazônico (Corrêa, 1987, p.44).

Após sua criação, a Capitania de São José do Rio Negro tinha sob sua jurisdição 45 (quarenta e cinco) povoados elevados à categoria de vilas, entre 1755 e 1760, ao longo das principais bacias hidrográficas da região (Quadro 2). Ressalta-se que a viabilização da navegação pelo rio Madeira integrou a recém-criada Capitania do Mato Grosso e, conseqüentemente, ao restante do Estado do Brasil, sendo uma importante conquista para a integração territorial.

Quadro 2 - Unidades administrativas sob a jurisdição da Capitania do Rio Negro

Bacia Hidrográfica	Nomenclatura
Rio Madeira	Vila de Borba
Rio Amazonas	Freguesia de N.S ^a . do Carmo
	Vila de Silves
	Vila de Serpa
	Pesqueiro Real do Puraquequara
Rio Solimões	Pesqueiro Real de Manacapuru
	Lugar de Avelos
	Lugar de Nogueira
	Vila de Ega
	Lugar de Alvarães
	Lugar de Fonte Boa
	Lugar de Castro de Avelãs
	Vila de Oliveira
	Vila de São José do Javari
	Fortaleza e presídio de São Francisco Xavier da Tabatinga
Rio Japurá	Santo Antônio do Matupi
Rio Negro	Fortaleza de Barra do Rio Negro
	Lugar de Airão
	Vila de Moura
	Lugar de Cavoeiro
	Lugar de Poiares
	Vila de Barcelos
	Lugar de Moreira
	Vila do Tomar
	Lugar de Lamalonga
	Santa Izabel do rio Negro
	Nossa Senhora do Loreto
	Santo Antônio do Castanheiro
	São João de Nepomuceno do Camundé
	Nossa Senhora de Nazaré
	Fortaleza de São Gabriel
	Nossa Senhora da Guia
	São João Batista do Mabé
	Fortaleza de São José de Marabitanas
Rio Uaupés	São Joaquim do Caoné
Rio Branco	Pesqueiro real da Demarcação

	São Martinho
	Nossa Senhora do Carmo
	Pesqueiro da Capitania
	Santa Maria
	São Felipe
	Nossa Senhora da Conceição
	Santa Izabel
	Fortaleza de São Joaquim
	Santo Antônio das Almas

Fonte: Tavares (2011). Org.: Said Pinheiro (2023)

Segundo os relatos de viagem do Ouvidor Sampaio, a celeridade com que se projetou territorialmente a expansão do domínio português pela porção ocidental amazônica esteve ligada à rentabilidade do mercado de contrabando e exploração das drogas do sertão, assim sendo, um negócio altamente lucrativo para a economia colonial (Aguiar e Siqueira, 2010).

Em todo o diário há uma referência excessiva à questão dos limites e fronteiras entre as possessões espanholas e lusitanas. O tratado de Madri, como já mencionado anteriormente, indiretamente é citado pelo Ouvidor inúmeras vezes, apresentando um temor de que os espanhóis pudessem tomar parte de riquezas da região, através do contrabando e em alianças com indígenas. A preocupação de Sampaio, contudo, não era infundada, segundo Maxwell o “comércio ilícito de drogas e especiarias da Amazônia era em larga escala lucrativo” (MAXWELL, 1999, p.97). (Aguiar e Siqueira, 2010, p. 5).

Todavia, a coesão territorial sonhada pelo modelo político-econômico pombalino fracassou em função do monopólio das companhias coloniais, desencadeando na instabilidade dos ciclos econômicos. A tentativa de constituir uma economia de *plantation* no Grão-Pará priorizando alguns gêneros para a agricultura e o insignificante papel das exportações de algodão e arroz não responderam positivamente ao planejamento colonial. Apenas a produção de cacau foi significativa (Ravena, 2005). Corrêa (1987) endossa que, embora o fracasso do plano econômico pombalino tenha sido resultado da dificuldade estratégica em incorporar novas áreas à economia colonial, levando a concentração de atividades produtivas em núcleos já incorporados economicamente, as Companhias monopolistas representavam a aliança entre a monarquia absolutista e o capital comercial, resultando na intensa acumulação e concentração de riquezas para a burguesia que emergia na Amazônia.

A companhia pombalina foi criada nessas circunstâncias internacionais, procurando infiltrar-se nos mercados europeus de produtos tropicais, sobretudo, de algodão, arroz e cacau, cuja produção ela incentivou. Internamente, em Portugal, a criação da companhia visava reproduzir, tardiamente, o modelo de acumulação que muito contribuiu para a passagem do capitalismo mercantil para o industrial: acumulação que era em parte dificultada pelo poderio comercial das ordens religiosas, especialmente a dos jesuítas (Corrêa, 1987, p.45).

Além do fracasso do plano econômico colonial ser resultado de monopólios e baixa capacidade para a competição das matérias-primas no mercado colonial a resistência indígena na adoção de técnicas avançadas e a introdução da monocultura foi preponderante para a substituição dessa mão-de-obra pela negra em condição de escravização (Corrêa, 1987; Aguiar e Siqueira, 2010).

Por este motivo, com o objetivo de tornar a economia da Capitania de São José do Rio Negro mais rentável, especialmente e principalmente através da atividade agrícola, Sampaio deixou inúmeras instruções nas localidades quanto aos métodos de cultivo e ao que cultivar. Seu diário, em parte, denunciou os problemas que dificultavam o incremento da atividade agrícola, como o desprezo pelo cultivo de alguns gêneros que seriam essenciais e que fomentariam a economia da região, a presença de alguns grupos indígenas, que segundo o viajante, destruíram muitas plantações, e se negavam a se dedicar a agricultura, por outro lado a falta de incentivo e instruções dadas aos indígenas para que se dedicassem à agricultura, e outro fator questionado pelo autor foi a ausência de braços para se dedicar as atividades econômicas da região. (Aguiar e Siqueira, 2010, p.7).

Um dos setores privilegiados pelo plano econômico pombalino foi a pesca, inicialmente pensada para a subsistência das tropas militares e, por consequência das pescarias, tão logo ocupou a posição de uma atividade comercial. As Companhias de Pesca foram instituídas no século XVII, estavam localizadas na periferia das fortalezas, construindo locais de pescarias onde o conhecimento ecológico indígena era indispensável para a captura das espécies. Os pescueiros, como eram chamados os locais das pescarias que dispusessem da infraestrutura de pesca disposta de armazéns para a salga do peixe e pescadores que organizavam essa atividade, conformaram uma certa comunidade de pescadores que, inicialmente atraídos pela atividade comercial, passaram a ocupar áreas de várzea nas proximidades dos locais de pesca. Segundo Veríssimo (1895), até o século XIX existia a exploração de três espécies dedicadas à exportação, a saber, o pirarucu (*Arapaima gigas*)⁶, o peixe-boi

⁶ O pirarucu (*Arapaima gigas*) é um dos maiores peixes de água doce do planeta. Quando adulto, seu tamanho costuma variar de dois a três metros e pesar entre 100 kg e 200 kg. Nativo da Amazônia, seu nome tem origem indígena, *pira* “peixe” e *urucum* “vermelho”.

(*Trichechus manatus*)⁷ e a tartaruga-da-Amazônia (*Podocnemis expansa*).⁸

A Amazônia tem nos peixes das suas águas doces e salgadas uma riqueza apenas inferior á da borracha. Entretanto, como que hypnotizados pela arvore de ouro, poderes públicos e populações, menospresam ess'outra pulência, cuja fonte inconsiderada e imprevidentemente destróem ou deixam destruir demasiado confiantes no presente e criminosamente indiferentes ao futuro (Veríssimo, 1895, p. 166).

O avanço da exploração haliêutica através dos pesqueiros levou ao desaparecimento dessas espécies dos rios amazônicos. Veríssimo (1895) e Furtado (2002, 2006) identificaram que a pesca comercial na Amazônia, encabeçada pelos Pesqueiros Reais diante da alta piscosidade dos rios e a diversidade de espécies capturadas com destino a exportação, transformou esses pesqueiros em unidades de beneficiamento, manutenção e intermediação de pescados aos principais núcleos urbanos da região (Manaus e Belém).

1.3. A pesca como estratégia de diversificação econômica

Veríssimo (1895) relata que as características fisiográficas e culturais manifestadas no contato das populações locais com a natureza e seus recursos logo despertaram interesses nos colonizadores para absorver o conhecimento geográfico e biológico dessa biodiversidade. O trabalho nas roças, a coleta e a pesca realizadas pelos indígenas considera a disposição de recursos e as condições geográficas para esta finalidade, desta maneira, a primeira missão dos colonizadores em curso foi conquistar a inteligibilidade do espaço através da expropriação dos saberes ancestrais, tornando-o mercadoria para as campanhas de descimento cujo objetivo era conhecer e explorar recursos.

Não pareça, todavia, paradoxo observar que menos cômodas e confortáveis seriam elas, portanto, mais difíceis e raras as longas viagens, do copioso número de canoas e gente que logo se entraram a fazer e, por conseguinte,

⁷ O peixe-boi (*Trichechus manatus*) é um mamífero de regiões tropicais e temperadas do oeste do Atlântico. É uma espécie herbívora e recebe esse nome devido a sua dieta alimentar consistir no consumo de plantas. Podem medir até 4 metros e pesar até 1,5 toneladas. Apesar da estimativa de vida superar os 60 anos, esta espécie encontra-se ameaçada no Brasil em razão do histórico período de captura.

⁸ A tartaruga-da-Amazônia (*Podocnemis expansa*) é um cágado comum na Bacia Amazônica, considerada o maior quelônio de água doce da América do Sul, podendo ultrapassar 100 cm de comprimento de carapaça. Habitam grandes rios e lagos e se alimentam de insetos, vermes, frutas e folhas.

menos rápida a entrada do sertão, se não fora a abundância de fácil alimentos nos próprios caminhos percorridos encontrado. O peixe foi sempre, então como hoje, mais ainda que hoje, na Amazônia, o principal desse alimento, a sua abundância, a habilidade que os índios tinham em pescá-lo, foram parte nessa obra verdadeiramente nominável da fácil penetração de portugueses sertões amazônico adentro (Veríssimo, 1895, p. 90).

A localização dos assentamentos indígenas contribuiu significativamente para a exploração da sua mão-de-obra indígena, visto que situados às margens dos grandes rios, em particular, o rio Amazonas, estavam suscetíveis às constantes campanhas de exploração, bem como, ocupando a rota da defesa militar. De acordo com seu estudo etnográfico, Veríssimo (1895) observou que a atividade haliêutica desempenhada pelos povos indígenas usava equipamentos de baixo impacto ambiental, em geral, caniços, anzóis, arco e flecha e uma espécie de rede pequena de puçá, instrumentos extraídos da coleta florestal e transformados em equipamentos para as pescarias.

Ao longo dos primeiros anos de colonização, essa relação com a pesca foi preservada, em razão do interesse da Coroa estar direcionado para a atividade pecuária e agrícola, buscando adaptar atividades econômicas à região. Até o século XVII a pesca na Amazônia não passava de uma atividade complementar, restrita à economia de subsistência ou para fins de guarnição para tropas militares atuantes nas áreas fronteiriças da Coroa. Somente no final deste século e início do século XVIII que, através da modernização da frota pesqueira do Rio de Janeiro, a Coroa passou a estudar a possibilidade de fixação dos Pesqueiros Reais na Amazônia. Nos anos iniciais, a atividade pesqueira esteve voltada às especificidades regionais, recorrendo aos saberes indígenas através das técnicas de captura e conhecimento da dinâmica das espécies. No século XIX as técnicas de pesca de linhas de fundo com uso de caíques e métodos de pesca conhecidos como “arrastões” foram introduzidos na Amazônia, sendo, portanto, a primeira medida concreta cujo interesse consistia na difusão da atividade comercial (Diegues, 1983; Veríssimo, 1895).

Assim sendo, os Pesqueiros Reais nasceram da necessidade de diversificação econômica, aproveitando a potencialidade pesqueira da região diante da iminência da crise na pecuária e nos engenhos de açúcar do litoral nordestino (Furtado, 2002). Entretanto, essa alternativa não foi bem aceita pela burguesia pecuarista sediada em Belém, visto que a base da economia da época consistia na manutenção dos latifúndios. Além disso, esses latifundiários alegavam que a Coroa pouco ou nada

fazia para investir na atividade diante dos gargalos no deslocamento da produção, assim como diante de outras dificuldades operacionais, pressionando a Capitania para atender a demanda pela construção de um frigorífico direcionado a criação de gado na Ilha de Marajó, todavia, o plano econômico português não privilegiava esse projeto (Veríssimo, 1895).

De acordo com Cruz (2007), a idealização dos pesqueiros reais era oportuna aos interesses da administração colonial porque o pescado capturado obtinha diferentes funções; serviria de provisão às tropas militares, pagamento pelos serviços prestados pelos funcionários públicos, mercadoria nos mercados locais e subornos. Estima-se que até 1687 existiam três pesqueiros mantidos pela Fazenda Real na porção ocidental do território amazônico. No final do mesmo século, outros pesqueiros foram edificadas na região do baixo Rio Amazonas, Tapajós, Trombetas, Ilha de Marajó.

Segundo o autor, a estrutura dos pesqueiros estava organizada da seguinte maneira:

[...] um feitor residente nesse ponto de pesca, sendo responsável pelas pescarias executadas; um administrador que residia na cidade mais próxima e importante, na qual controlava uma espécie de armazém, destinado para depósito de sal e peixe; um vendedor ou mais, conforme a situação, incumbido de vender e/ou entregar o peixe para o consumidor final, ou seja, a população em geral ou funcionários públicos (Cruz, 2007, p. 149).

Em 1810, a Coroa resolveu arrendar os pesqueiros para a iniciativa privada, no entanto, retoma o controle das Fazendas Reais, em 1820, à medida que o mercado do peixe se difundia na Amazônia. À vista disso, a atividade pesqueira mostrou-se eficiente diante da oferta de biomassa, fazendo com que o interesse de outros mercados pelas espécies amazônicas crescesse. Entre 1889 e 1893, a produção pesqueira viveu seu apogeu em razão da instalação das primeiras unidades de beneficiamento de pescado no âmbito da Companhia de Pesca (Veríssimo, 1895). A produção da Gurijuba (*Arius luniscutis*) alcançou 347.399 kg comercializados, representando uma receita de 629.891\$876 mil réis. Por outro lado, esse mesmo período apresentou a interface da pesca artesanal constantemente absorvida pela demanda comercial, uma vez que essa mão-de-obra, além de explorada nas rotinas exauridas de pesca, pouco recebia pelo trabalho, chegando a contabilizar 126 contos a cada pescaria.

O mercado pesqueiro paraense despontou na exportação de diversas espécies durante o século XIX, a principal diferença em relação ao mercado amazonense consistia na consolidada rede urbana e de transportes. Desta maneira, a produção amazonense enfrentava as adversidades geográficas e as condições de desvantagem na concorrência com o mercado vizinho. O Pará foi também o maior exportador da carne seca do pirarucu (*Arapaima gigas*), totalizando cerca de 11, 54 toneladas no período de 1885 a 1898, com o lucro médio anual de 850\$000 contos de réis (Veríssimo, 1895). Nesse mesmo período, a produção paraense passou a introduzir outras espécies, pensando na diversificação do mercado pesqueiro, fortemente influenciada pelas condições de sobre-exploração de espécies de alto valor comercial, como o pirarucu, peixe-boi e a tartatura-da-Amazônia. Assim, passaram a atuar na pesca de espécies sedentárias, como a pescada (*Plagioscion squamosissimus*), cuja captura através dos arrastões oportunizou a produção de mais de 4,88 toneladas no século XIX, com o lucro de 1.920:196\$000 (mil e novecentos e vinte contos de réis).

1.3.1. Fluxos pretéritos, o papel da rede urbana e a consolidação de uma infraestrutura pesqueira colonial

O desenvolvimento da rede urbana amazônica se deu tardiamente em relação ao fenômeno urbano em escala nacional, o que não impediu a construção das hierarquias urbanas segundo determinações locais. Corrêa (1987) determinou que a escolha das primeiras cidades foi subsidiada pela interferência dos corpos hídricos, pois como alternativa viável ao governo colonial, era através dos rios que o sistema de comunicação governamental obtinha suporte para o deslocamento, assim como diferentes escalas da economia tinham neste recurso meios para sua circulação.

Para Tavares (2011), foi esse padrão dendrítico que orientou o planejamento urbano das pequenas cidades que surgiram na região até o século XIX, especificamente no contexto paraense, contudo, no Amazonas, a relação com o rio permaneceu inalterada até a segunda metade do século XX.

De acordo com Cruz (2007), até o século XVII a região amazônica era carente no âmbito da atividade pecuária, apresentando dificuldades para adquirir cabeças de gado. Veríssimo (1895) durante sua expedição no século XIX pelo rio Amazonas identificou que esse problema persistia, embora houvesse o movimento político pela instalação de unidades de beneficiamento para cortes, era, na verdade, a resposta

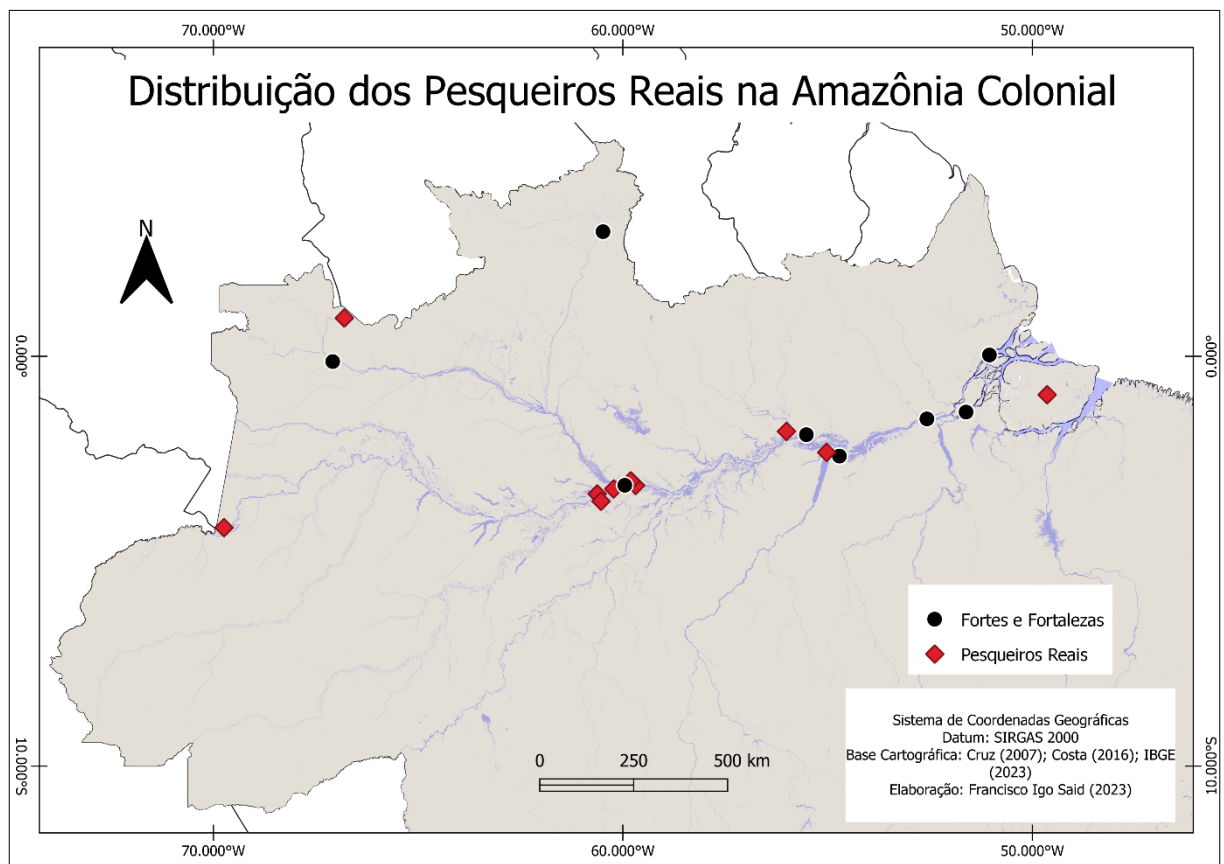
das elites locais que resistiam à difusão da economia gomífera e pesqueira. Como alternativa de abarcar o interesse da pequena burguesia latifundiária, bem como integrar outros planos econômicos, o governo decidiu criar as Fazendas Reais na Amazônia.

A proposta de criação das Fazendas Reais correspondia ao anseio pela propagação da atividade pecuária e agrícola na Amazônia, entretanto, não se restringiu apenas a este setor. Os Pesqueiros Reais foram uma das iniciativas integradas às Fazendas Reais e objetivavam explorar os recursos pesqueiros, inicialmente como uma atividade embrionária, focalizando a demanda regional. Eram unidades voltadas à pesca com destino à provisão militar e, à medida que se desenvolveu, passaram a integrar estratégias econômicas dos governos seguintes.

Conforme a periodização realizada por Cruz (2007), em 1687 existiam três pesqueiros que mantinham a provisão das tropas do Rio Negro, a saber, Pesqueiro Caldeirão, Puraquequara e Rio Branco. Ainda no século XVII foram identificados na região do baixo rio Amazonas e rio Tapajós dois outros pesqueiros, o de Vila Franca e o da Sapucaia (Figura 2). Com o reformismo político do século XVIII, derivado do período pombalino, observou-se com acuidade a especialização da pesca comercial já existente, orientando a produção e captura de espécies como o peixe-boi, quelônios e o pirarucu. No século XIX, o número de pesqueiros foi ampliado com o surgimento de novas unidades como o Pesqueiro de Marajó, dedicado à captura de tainhas e gurijubas e o Pesqueiro do Lago do Manaquiri, voltado ao abastecimento da Cidade da Barra do Rio Negro, atual município de Manaus–AM (Spix e Martius, 1981 *apud* Cruz, 2007).

Segundo Cruz (2007) a pesca comercial focalizou entre os séculos XVII e XVIII o peixe-boi e a tartaruga da Amazônia, porém, a partir do século XVIII a atividade voltou-se substancialmente a predação do pirarucu, não à toa que sua produção no século seguinte superou o rendimento de outras espécies tradicionalmente consumidas na região (Veríssimo, 1895). Durante todo o século XIX observou-se a proeminência da captura desse pescado no Pesqueiro do Lago do Manaquiri e de Manacapuru, em razão da proximidade da Cidade da Barra do Rio Negro, onde eram escoados e comercializados.

Figura 2 – Distribuição dos Pesqueiros Reais na Amazônia Colonial



Fonte: CRUZ (2007); COSTA (2016); IBGE (2023).

O tamanho do pirarucu, sua característica sedentária, somado ao conhecimento ecológico e comportamental, resultaram na pesca indiscriminada pelos portugueses em virtude da sua aproximação degustativa com o bacalhau. Pode-se dizer que o enfoque dado pelo mercado comercial teve influência da tradicional culinária portuguesa, especialmente no contexto de sobreposição desses hábitos à tradição da população amazônica. Logo, a espécie adquiriu, além do alto valor econômico, certo grau de simbolismo, seu consumo ostentava prestígio social.

Estes pesqueiros são particularmente destinados a apanhar pirarucus, porque esse peixe, muitas das vezes de 50 a 60 libras de peso, é o que mais se presta para salga e a seca. São mortos a arpão ou a flecha; mais raramente são apanhados em redes. O preparo no pesqueiro é simples e rápido. A cabeça, entranhas, espinha dorsal e escamas à água; a carne é cortada dos ossos em grandes pedaços, salgando e posta a secar ao sol ou sobre o fogo. Incrível é a quantidade desse peixe que anualmente é salgado nos pesqueiros do governo ou de particulares, ele aqui substitui em absoluto o bacalhau, e constitui o principal alimento da classe trabalhadora (Spix e Martius, 1981 *apud* Cruz, 2007).

Para Cruz (2007), cada localidade que abrigasse um pesqueiro em certa medida acabava atraindo mão-de-obra e, por sua vez, intensificando períodos sazonais de migrações internas. Quando o governo colonial passou a conceder o controle das fazendas reais aos arrendatários, em 1810, a atividade cresceu e consigo o número de pescadores envolvidos em sua estrutura organizativa. A estrutura dos pesqueiros reais estava organizada através da presença de um feitor, um administrador e um vendedor (Cruz, 2007).

Esses pesqueiros reais tinham, na maioria dos casos, a seguinte estrutura organizativa: um feitor residente nesse ponto de pesca, sendo responsável pelas pescarias executadas; um administrador que residia na cidade mais próxima e importante, na qual controlava uma espécie de armazém, destinado para depósito de sal e peixe; um vendedor ou mais, conforme a situação, incumbido de vender e/ou entregar o peixe para o consumidor final, ou seja, a população em geral ou funcionários públicos (Cruz, 2007, p.149).

A imigração de pescadores portugueses para a região era um fenômeno comum, visto que foram eles os responsáveis pela introdução da pesca comercial na Amazônia. No final do século XIX e início do século XX, um grupo de portugueses decidiu investir no desenvolvimento da infraestrutura pesqueira na região ao criarem a primeira empresa voltada à comercialização de canoas movidas a remo e velas, as chamadas poveiras. O nome dado às canoas fazia referência à região da Póvoa de Varzim, em Portugal. Sua tripulação era composta por quatro pessoas, sendo três portugueses e um brasileiro. Até o início da década de 1950 há registros da presença dessas empresas na cidade, contabilizavam nove empresas.

De acordo com Cruz (2007), o principal destino da frota pesqueira era a região a montante do rio Solimões, onde estavam situados os locais de pesca, perdurando essa atividade em torno de quatro a cinco dias, quando retornavam ao Porto de São Vicente, em Manaus–AM, para comercializarem a produção.

A pesca realizada por essas canoas se limitava apenas ao rio principal e paranás. A pesca nos lagos, particularmente os de várzea, era exercida apenas pelos camponeses-ribeirinhos. No entanto, estes, após as realizações das pescarias, destinavam parte da captura para o abastecimento da casa, negociavam com os portugueses. As espécies de peixes mais procurados eram a pescada, o tambaqui e o pirarucu, todas espécies de escamas. Os peixes de couro/liso não eram capturados e nem negociados com os donos das poveras (Cruz, 2007, p.152).

Com o advento dos barcos motorizados e das caixas de isopor, a economia pesqueira apresentou saltos quantitativos que acompanharam o demasiado crescimento urbano de Manaus–AM. Cruz (2007) admite a centralidade da cidade no que concerne à atividade, inclusive, fazendo emergir a figura do “despachante”, um intermediário entre o pescador e o mercado ou feira. A ruptura com formas pretéritas de armazenamento incentivou o crescimento da atividade nas cidades do estado. A progressiva especialização na pesca embarcada levou ao surgimento de novas funções nos barcos de pesca, tornando complexa a divisão social do trabalho, visto que sem a presença de maquinistas, geladores, cambiteiros, motoristas e cozinheiros, a produção estaria sujeita às intempéries.

Assim, para Cruz (2007, p.155),

A explicação para esse crescimento da demanda urbana por peixe reside no extraordinário aumento populacional observado nas principais cidades amazônicas nas últimas décadas. A cidade de Manaus, por exemplo, teve um crescimento populacional sem precedente, passou de 175.000, em 1960, para 1.403.796 no ano 2001, tornando, portanto, o maior pólo consumidor de pescado da Amazônia ocidental.

Dessa forma, rupturas paradigmáticas encaradas pelo setor e pensadas consoante à tradição amazônica levaram a um aperfeiçoamento da atividade, acompanhando o avanço das técnicas de pesca, especialmente entre os apetrechos e os métodos de captura. A profissionalização do setor intensificou a busca pela inserção na atividade, pode-se dizer que este processo se deu por meio de duas vertentes; a primeira, considerando o crescimento urbano e a migração campo e cidade, levou pescadores artesanais à procura da atividade comercial; o desenvolvimento do mercado pesqueiro amazonense concentrou-se em Manaus, direcionando investimentos e aprimorando a infraestrutura do setor, tornando-a uma atrativa atividade econômica.

Em face do desenvolvimento também mostrou sua interface, a precarização do trabalho a qual a classe trabalhadora estava submetida, pois o expressivo interesse pela profissionalização da pesca comercial foi alimentado pela coação de pescadores artesanais sob a promessa de enriquecimento progressivo, tendo em vista a alta demanda pelo pescado na região. Possivelmente essa tenha sido a oferta convidativa para recém-chegados à cidade, buscando emprego e logo chamou a atenção de pescadores quanto à continuidade de sua “autonomia” profissional, entretanto, diante

do regime de pagamentos através do sistema de partes, descontando frações relativas à manutenção dos barcos, mantimentos e equipamentos de pesca, o pescador observou que a tal liberdade, na verdade, estava disfarçada de exploração.

A forma de pagamento na pesca profissional embarcada itinerante, em Manaus, é realizada pelo sistema de partes. Este sistema está condicionado a quantidade de peixe a ser capturado que, por sua vez, induz o pescador a se empenhar, cada vez mais, no processo de captura, não tendo limite de jornada de trabalho. Além disso, essa atividade pode ser realizada em qualquer hora e em qualquer situação: à noite, com chuva ou sol. Como se pode ver, os pescadores ao sair para as viagens, são afetados ideologicamente, pois os mesmos têm a ilusão de que numa boa pescaria terão certamente ganhos maiores do que outros trabalhadores em terra. Entretanto, não muito diferente de outros trabalhadores, os pescadores são na atividade pesqueira mal remunerados (Cruz, 2007, p.157).

2. A INDUSTRIALIZAÇÃO DO SETOR PESQUEIRO

A partir da década de 1960, uma conjunção de fatores, incluindo o aumento do mercado de pescado, a introdução de novas tecnologias de pesca, políticas de fomento do setor pesqueiro e a decadência da juta, a principal atividade econômica da várzea, levou à intensificação da pesca na Amazônia. O aumento na eficiência da pesca, devido ao incentivo do governo às empresas de pesca, combinado às inovações tecnológicas de captura (fio sintético), de transporte (barcos a motor), e de armazenamento (fábricas de gelo e caixas de isopor) do pescado, abriram espaço para a pesca comercial como atividade econômica principal na várzea entre os ribeirinhos e o pescador comercial (Castro e McGrath, 2001).

2.1. A modernização dos setores produtivos e os impactos no mundo do trabalho

Na esteira da crise soviética ou socialista, o mundo testemunhou o surgimento de novas formas de ordenamento territorial à luz do neoliberalismo (Santos, 2000; Oliveira, 2016). O liberalismo de base keynesiana não fazia mais sentido para os intelectuais neoliberais, especialmente no contexto das crises econômicas causadas pela interferência direta do Estado na economia. Assim, começou a se materializar a separação das competências incumbidas pelo Estado, tornando o mercado financeiro um agente autônomo. Oliveira (2016, p.11) definiu essa separação como “uma determinada visão social do capitalismo a partir da ótica dos capitalistas, portanto, da burguesia”.

A principal estratégia da burguesia para difundir suas ideias foi o uso dos veículos de comunicação capitalistas. Novos termos passaram a popularizar o vocabulário social, como “aldeia global”, “globalização” ou “globalismo” (Santos, 2000). O capital mundial se disseminou pelos países emergentes, formando alianças com setores das burguesias nacionais, transformando-os em capitalistas globais (Oliveira, 2016).

Assim, o capital mundial disseminou-se pelos países emergentes, aliançando setores das burguesias nacionais, transformando-os em capitalistas mundiais (Oliveira, 2016, p. 12).

A “ideologização maciça” promovida pelos veículos de comunicação, visando homogeneizar a sociedade e impor um pensamento único, contribuiu para essa alienação coletiva (Santos, 2000). As “fabulações” ligadas à ideia de “aldeias globais”, do “mundo ao alcance das nossas mãos” ou da capacidade de estar em diferentes

espaços ao mesmo tempo, fetichizaram as mercadorias, adornando-as em valores utilitaristas, conforme preconizado por Carl Menger (1840–1921) em sua teoria da utilidade marginal (Magalhães, 2016). Essas ideias, instrumentalizadas pelo mercado, geraram alienações, visto que houve a busca pela uniformidade, estimulada pelos atores hegemônicos através dos padrões de consumo universais (Santos, 2000).

Há uma busca de uniformidade, ao serviço dos atores hegemônicos, mas o mundo se torna menos unido, tornando mais distante o sonho de uma cidadania verdadeiramente universal. Enquanto isso, o culto ao consumo é estimulado (Santos, 2000, p. 9).

A internacionalização das economias não é um fenômeno recente. Desde os estágios iniciais do capitalismo, ainda no mercantilismo, a lógica mercadológica esteve presente. O que diferencia o processo atual do colonialismo encabeçado pelo emergente capital industrial é o fato do mercado, na contemporaneidade, adquirir autonomia em razão do setor financeiro, criando uma rede de agentes que atuam em benefício da independência em relação ao Estado.

Desta maneira, a nova função do Estado, segundo o neoliberalismo, é financiar e regular o espaço de apropriação e circulação de capitais, atuando para o seu pleno funcionamento (Santos, 2000; Magalhães, 2016). A lógica mercadológica se fortalece na ideia de uma mais-valia global, associada às multinacionais, que não precisam de uma base fixa, apenas de uma centralização administrativa para operacionalizar os circuitos produtivos. A representação desse sistema deriva do meio técnico, científico e informacional, cuja base descende da passagem de tecnologias de outros tempos para as consideradas “modernas”. Portanto, a ótica do neoliberalismo decorre da supressão de tempos e espaços pretéritos, buscando a unidade territorial, espacial e econômica.

Esse é um fenômeno recente na história, visto que grande parte da existência humana seja intermediada pelo uso de tecnologias. Mesmo na Amazônia profunda, o ensino à distância é mediado pelo sinal de internet, bem como a comunicação intracomunitária. Assim, no passado, existiam técnicas hegemônicas e aquelas consideradas não-hegemônicas, em geral, de forte caráter sociocultural; hoje, as técnicas não hegemônicas são subjugadas pelo princípio de uniformidade dos processos hegemônicos, alterando substancialmente o modo de vida na Amazônia.

Conforme Santos (2000), o meio técnico, científico e informacional não deve ser visto como um dado absoluto apreendido pela sociedade, não à toa, comunidades indígenas e ribeirinhas travam batalhas históricas pela preservação da identidade cultural e territorial em razão do avanço do capital que expropria seus territórios, intelectualidade e identidade, secularmente.

Na história da humanidade é a primeira vez que tal conjunto de técnicas envolve o planeta na totalidade e faz sentir, instantaneamente, sua presença. Isso, aliás, contamina a forma de existência das outras técnicas, mais atrasadas. As técnicas características do nosso tempo, presentes que sejam em um só ponto do território, têm uma influência marcante sobre o resto do país, o que é bem diferente das situações anteriores. Por exemplo, a estrada de ferro instalada em regiões selecionadas, escolhidas estrategicamente, alcançava uma parte do país, mas não tinha uma influência direta determinante sobre o resto do território. Agora não. A técnica da informação alcança a totalidade de cada país, direta ou indiretamente. Cada lugar tem acesso ao acontecer dos outros. O princípio de seletividade se dá também como princípio de hierarquia, porque todos os outros lugares são avaliados e devem se referir àqueles dotados das técnicas hegemônicas. Esse é um fenômeno novo na história das técnicas e na história dos territórios. Antes havia técnica hegemônicas e não hegemônicas; hoje, as técnicas não hegemônicas são hegemônicas. Na verdade, porém, a técnica não pode ser vista como um dado absoluto, mas como técnica já relativizada, isto é, tal como usada pelo homem. As técnicas apenas se realizam, tornando-se história, com a intermediação da política, isto é, da política das empresas e da política dos Estados, conjunta ou separadamente (Santos, 2000, p. 13).

A modernização dos setores produtivos orientados pelo neoliberalismo afeta a pequena agricultura familiar, visto que a produção camponesa está inserida no sistema de circulação, assim, à medida que as técnicas avançam sobre seus territórios, o camponês se vê em desvantagem ao concorrer com o capital monopolista. Em razão de depender dos recursos da terra, florestas e água, o camponês reconfigura sua produção à medida que o mercado local se transforma. Por outro lado, no seio da unidade familiar, a relação com o espaço e a economia de subsistência continuam inalteradas (Harris, 2006; Cruz, 2007).

Em vista disso, nos questionamos: Que tipo de globalização vemos emergir e se homogeneizar? Na verdade, há um tipo de globalização que inclua a promoção do desenvolvimento social? Assim, se somos todos parte de uma “aldeia global”, conectada pelo meio técnico, científico e informacional, estamos, de fato, promovendo justiça social através do avanço tecnológico?

De acordo com Santos (2000), essas novas tendências criam falsas ilusões de justiça social, supostamente gerada por setores da indústria em detrimento às causas coletivas, por meio de fundos de investimento, campanhas de arrecadação, etc. Na

realidade, o que ocorre é a supressão das necessidades individuais pelas fabulações planejadas segundo a ótica empresarial, direcionadas à sociedade para homogeneizar o pensamento e o comportamento social.

Conforme o Estado cede seus aparelhos ideológicos à produção, riquezas e acumulações aos atores dominantes, observa-se a disparidade social crescer a passos largos na sociedade. A combinação de interesses produtivos, espelhada pelas formas de mundialização comercial, não necessariamente se traduz em melhorias nos indicadores de desenvolvimento social.

O uso dos recursos pesqueiros no Brasil, e em particular na Amazônia, é um exemplo claro de como as mudanças tecnológicas e a política econômica afetam o ambiente, o espaço e os sujeitos. A modernização do setor pesqueiro, com a introdução de novas tecnologias, provocou o esgotamento dos estoques pesqueiros, destruição de habitats naturais e conflitos com povos e comunidades tradicionais. De acordo com Cruz (2007), a pesca artesanal, que, durante séculos, foi a principal forma de subsistência de diversos grupos étnicos na Amazônia, passou a sofrer com a concorrência desleal da pesca industrial. Esta última, sob o apoio do Estado mediante subsídios para a aquisição de equipamentos modernos, intensificou a exploração dos recursos pesqueiros sob o interesse de industrialização do setor, uma herança engendrada na era Vargas (Goularti Filho, 2017).

Essa dinâmica contribuiu para a desigualdade econômica entre os pescadores artesanais e os grandes conglomerados industriais, com maior acesso a crédito e tecnologias avançadas. Enquanto a pesca artesanal se baseia em técnicas tradicionais e sustentáveis, a pesca industrial se orienta pela lógica da maximização de lucros, desconsiderando os impactos a longo prazo para o meio ambiente e para as populações que dependem desses recursos para sua subsistência. Além disso, o Estado, em sua função reguladora, tem criado políticas que, muitas vezes, favorecem os grandes produtores em detrimento dos pequenos pescadores. O aumento das licenças para a pesca em larga escala, a falta de fiscalização adequada e brechas na legislação ambiental contribuem para a sobrepesca e a degradação dos ecossistemas aquáticos.

Essa situação reflete a falta de uma política pública eficiente voltada para a preservação dos recursos naturais e para o fortalecimento das atividades pesqueiras sustentáveis. A adoção de práticas ecológicas através do conhecimento ecológico das populações tradicionais garantiria a sustentabilidade dos recursos pesqueiros, além

de contribuir para o pleno funcionamento da atividade econômica ligada à pesca artesanal que abastece centenas de mercados locais na Amazônia. A pesca artesanal, historicamente ligada à sustentabilidade e ao uso racional dos recursos, está cada vez mais ameaçada pelas forças do capitalismo industrial. As grandes empresas, com o apoio do Estado, têm buscado maximizar seus lucros à custa do meio ambiente e das pequenas comunidades pesqueiras.

Conforme Oliveira (2016), essa dinâmica reflete a ideologia neoliberal, que prioriza o mercado e a acumulação de capital em detrimento da justiça social e da preservação ambiental. O resultado é a crescente exclusão social e o empobrecimento das populações, empurrando para a margem do dito desenvolvimento, povos e comunidades historicamente marginalizados.

2.1.2. A economia que emerge das águas

Na Amazônia brasileira, grande parte da população se estabeleceu em cidades ou comunidades ao longo dos rios e afluentes da vasta rede hidrográfica que compõe a bacia amazônica, com aproximadamente 7.500.000 km² de extensão, abrigando inúmeras espécies espalhadas em seu ecossistema. Devido às características geográficas que distinguem essa região de outras bacias hidrográficas do Brasil — e do mundo —, foram elaborados estudos que combinaram o conhecimento teórico e empírico acerca do potencial pesqueiro da Amazônia. Esses estudos identificaram mais de 2 mil espécies, muitas delas consideradas primitivas, cujos ancestrais já habitavam a região antes da separação entre África e Ásia (Barreto *et al.*, 2017). Contudo, não há consenso sobre o número total de espécies catalogadas. Para Suanon (2004), a ictiofauna amazônica abriga uma variedade de mais de 3 mil espécies, podendo chegar a 5 mil. Junk (1983), por sua vez, categorizou essa população em espécies pertencentes às famílias Silurídeos (44%), Caracídeos (42%), Ciclídeos (6%) e outras (8%).

A pesca artesanal, tradicional atividade do mundo do trabalho amazônico, se utiliza do ambiente, lago ou rio, em geral, associadas às áreas de várzea e com forte dependência dos ciclos hidrológicos para a captura de diferentes espécies. As áreas de várzeas representam cerca de 5% do território da Amazônia Legal, abrangem mais de 3.500 km e oferecem condições propícias tanto para a pesca de subsistência quanto para a pesca comercial (Goulding; Ferreira, 1996).

Com a implantação da Zona Franca de Manaus nos anos 1970 e a ocorrência de cheias excepcionais no mesmo período, ocorreu o movimento migratório intenso para as cidades da região. Além desse processo impactar na urbanização das cidades, influência também os padrões de consumo. O deslocamento da várzea para a terra firme, em cidades, comumente nas periferias que compõem o mosaico urbano, esse novo arranjo populacional elevou a demanda pelo peixe por dois motivos, seu consumo é algo cultural na região, portanto, quando transformado em mercadoria, torna-se acessível às populações mais pobres.

Com a modernização do setor pesqueiro comercial através da introdução de barcos a motor e caixas de isopor (poliestireno), a pesca predatória foi intensificada a partir dos anos de 1950, algumas comunidades ribeirinhas do médio rio Amazonas relatam a sobrepesca de determinadas espécies a partir da década de 1960 (Said Pinheiro; Cruz, 2024). A Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), criada em 1962 com o intuito de tornar a atividade altamente rentável para a economia nacional, promoveu ações voltadas à modernização do setor, incentivando sua industrialização a partir de concessões de linhas de crédito e benefícios fiscais.

Essa expansão mercadológica gerou conflitos entre pescadores artesanais e comerciais, principalmente nas áreas destinadas à pesca de subsistência. Historicamente, as territorialidades de pesca das populações ribeirinhas eram respeitadas através dos acordos mútuos entre os pescadores, estabelecendo certo grau de complexidade na organização produtiva. Esses acordos partiam do sistema de crença dessa população e tinham como pressuposto a sociabilidade entre pescadores e suas famílias, assim, cabia a cada pescador salvaguardar os acordos estabelecidos.

Diante do seu exímio conhecimento ecológico sobre os rios e as espécies, o camponês organizava seu trabalho a partir desse arranjo de saberes integrantes do seu modo de vida. Da floresta retiravam as matérias-primas para a confecção dos instrumentos para as pescarias, transformados em caniços, tarrafas ou espinhéis. Além disso, o extrativismo florestal serviria para a construção de canoas para o deslocamento. Os lagos eram preservados conjuntamente às roças, durante o ciclo hidrológico, pois a cada subida e descida da água, periodicamente essas áreas eram limpas para receber novos períodos de cheias e migrações laterais de peixes. Até a década de 1960, esse era o mundo do trabalho da pesca na Amazônia, quando do avanço da pesca comercial. Esse cenário sofreu alterações expressivas diante da

pesca indiscriminada, conflitos pesqueiros e o fenômeno da sobrepesca. Além disso, a busca por espécies mais valorizadas no mercado levou ao descarte de peixes considerados de menor valor, como jaraqui, branquinha e pacu (Spínola, 1997; Cruz, 2007). Assim, a esperada modernização do setor pesqueiro revisitou a histórica marginalização dos pescadores artesanais no processo de politização do setor pesqueiro encabeçado pelo Estado burguês (Goularti Filho, 2017).

Muitos ribeirinhos, diante das excepcionais cheias ocorridas nos anos 1970, migraram para a pesca comercial com o atrativo do desenvolvimento do setor industrial. O uso de embarcações motorizadas e a técnica de arrastão, oportunizando a captura de um número expressivo de espécies de peixe, levou o camponês a prosperar nas fases iniciais de adequação à modalidade comercial, por outro lado, esse mesmo camponês observou a diminuição considerável da oferta de peixes nos ecossistemas de várzea, comprometendo a economia da unidade doméstica.

Conflitos envolvendo os territórios de pesca também se intensificaram, com camponeses-ribeirinhos passaram a lutar pelos seus territórios e condições de reprodução social, enquanto a classe empresarial ligada a pesca comercial, no afã do crescimento, tinha a proteção do Estado na exploração desses recursos. A partir do momento que a sobrepesca passou a interferir na produção industrial, a SUDEPE assumiu o papel de intermediar os conflitos socioambientais e a natureza da exploração mediante o desenvolvimento de Acordos de Pesca, sua principal mobilização no sentido de estabelecer um ordenamento pesqueiro.

A SUDEPE reconheceu que a educação é essencial para a administração dos recursos pesqueiros e que a fiscalização do uso racional da natureza é necessária. A “Campanha Nacional de Conservação dos Recursos Pesqueiros e Incentivo à Fiscalização da Pesca” deve ser intensificada, assim como o controle e a preservação dos recursos pesqueiros (SUDEPE, 1985, p. 38).

Ao longo dos primeiros anos, os acordos de pesca ganharam a atenção do governo brasileiro, à medida que as questões ambientais ganharam relevância internacional. Iniciativas como a criação da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), em 1980, e o Relatório “Nosso Futuro Comum”, em 1986, influenciaram a formulação de políticas ambientais, culminando na Agenda 21, discutida em 1992 (Arraes *et al.*, 2006).

Ainda assim, o Estado brasileiro continuou injetando recursos no desenvolvimento da atividade industrial, elevando o número de entrepostos e unidades de beneficiamento de pescado, criando, assim, uma infraestrutura complexa e abrangente pelo território nacional. Nesse sentido, torna-se fundamental compreender a questão da difusão da exploração pesqueira no país atrelada às dinâmicas políticas, econômicas e sociais, visto que essas contradições históricas retroalimentam a dinâmica dos fluxos de capital e a constante mercantilização da natureza promovida pelo ideário de desenvolvimento econômico, embora para que se alcance tais objetivos, paisagens e territórios amazônicos sejam constantemente vilipendiados.

2.2. Política pesqueira à brasileira

O pontapé do Estado para incentivar o desenvolvimento da atividade pesqueira ocorreu, inicialmente, no século XIX, sob forte impulso de um conjunto de intencionalidades a qual o setor econômico buscou consolidar no país. O ponto de partida desse plano versou sobre a identificação dos pescadores e sua espacialização como alternativa para organizar essa atividade econômica. Assim, é criada em 1846 as Capitanias dos Portos, onde pescadores e embarcações eram matriculados e o Estado passava a quantificá-los.

A primeira medida estatal voltada para o desenvolvimento da pesca comercial ocorreu em 1856, através do Decreto n.º 876, de 10 de setembro de 1856, acompanhada do Decreto n.º 8.338, de 17 de dezembro de 1881, confirmando o compromisso do Estado com o desenvolvimento do setor industrial, mediante a concessão de incentivos fiscais e financeiros para a difusão da pesca marítima (Goularti Filho, 2017).

O primeiro Regulamento de Pesca foi aprovado em 1923, após anos de discussões relativas à regulamentação da atividade comercial e artesanal no âmbito da Inspetoria de Pesca. No entanto, ações concretas no campo das políticas públicas para o setor só foram realizadas durante o governo de Getúlio Vargas, especialmente após a reforma constitucional de 1934, quando foi criado o Departamento Nacional de Produção Animal (DNPA) e o Serviço da Caça e da Pesca (SCP), subordinados ao Ministério da Agricultura. Em 1938, o Código de Pesca foi aprovado, construindo, desde então, os marcos jurídicos e regulatórios para o exercício da pesca comercial,

a Caixa de Crédito da Pesca daria o suporte necessário para o planejamento da infraestrutura pesqueira (portos, entrepostos, frotas pesqueiras, instrumentos de pesca e maquinário).

Entretanto, Goularti Filho (2017) afirma que durante a década de 1950, em particular durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956–1960), que o setor pesqueiro ganha evidência pelo Estado, sendo inserido no Plano de Metas do governo como resultado do progresso que o setor representava para a economia nacional desde o período Vargas. Os planos para o setor consistiam na ampliação das bases industriais e institucionais, bem como intensificar a abertura de linhas de crédito, oportunizando o surgimento de novas empresas pelo país. Em sua primeira mensagem enviada ao Congresso Nacional, em 1956, Juscelino Kubitschek reafirmava o interesse em construir um Brasil novo e o setor pesqueiro fazia parte desse conjunto de planos da industrialização nacional.

Com a dinamização de investimentos voltados à pesca comercial/industrial, as elites regionais se apoderaram da oportunidade para ampliar seus domínios e, evidentemente, acumular capital. Assim, no bojo da ampliação de diversas cadeias produtivas, sob o apoio das políticas de incentivo propostas pelo Estado, essa burguesia herdeira dos grandes latifúndios, migrou ou consorciou a atividade pecuária e/ou agrícola com a indústria pesqueira mediante a construção de entrepostos, unidades de beneficiamento de pescado, bem como a ampliação e modernização das frotas pesqueiras.

O ato de criação da SUDEPE, em 1962, representa o marco para a valorização da pesca como atividade econômica no país, inaugurando o momento descrito por Goularti Filho (2017) como o início da politização da atividade pesqueira, centrada na atividade industrial e modernização do setor, estabelecendo limites bem demarcados entre a pesca comercial e artesanal.

Assim, conforme preconizou o autor:

[...] podemos classificar o ato de criação da Sudepe como um processo de politização da pesca. Uma atividade de subsistência aos poucos foi esvaindo-se das mãos do pescador artesanal, deslocando-se para o mercado concorrencial, concentrando-se nas mãos de poucos capitalistas com a complacência do Estado (Goularti Filho, 2017, p.388).

Por meio da inserção no Plano de Metas, a atividade industrial obteve um salto qualitativo em função do alto investimento que recebera do governo, subsidiando sua

expansão. Além do caráter assistencialista, o Estado passou a investir na formação de recursos humanos, passando à fase da especialização da mão-de-obra. Em certa medida, as primeiras ações apresentaram bons resultados, como o de 1955, cuja produção alcançou a marca de 200.000 toneladas produzidas.

Esse resultado esteve circunscrito a uma série de transformações que a pesca comercial vivenciou desde o primeiro governo de Getúlio Vargas, conforme mencionou Goularti Filho (2017):

No período pós-1950, o ritmo acelerado de implantação das bases industriais no Brasil e a constituição de uma ossatura material mais robusta do Estado, sobretudo com a definição de novos canais de financiamento, orientavam as possibilidades de expansão industrial na pesca. A modernização técnica do setor abrangia duas frentes: i) a constituição de uma frota pesqueira com maior capacidade de armazenagem e captura; e ii) a construção de entrepostos com câmaras frigoríficas e fábricas de gelo. Em ambas as frentes, segundo a Mensagem Presidencial de 1956, o país estava avançando continuamente (Goularti Filho, 2017).

Em 1960, dois anos antes da criação da SUDEPE, já existia uma infraestrutura pesqueira consolidada oriundas de ações enérgicas do Estado, para além da sua inserção no âmbito das políticas públicas, o desenvolvimento do setor foi responsável pela criação de acordos bilaterais com o Japão, Noruega e Itália, injetando recursos na frota pesqueira do país através da Caixa Especial da Pesca. Naquele período, a Divisão de Caça e Pesca (DCP) gerenciava dezesseis unidades de recepção e beneficiamento de pescado e cada entreposto possuía câmaras frigoríficas e fábricas de gelo, além de dez unidades voltadas à recepção da produção.

O objetivo detrás da busca por investimentos internacionais consistia na necessidade de o mercado pesqueiro brasileiro se consolidar no setor defronte à estratégia de industrialização das bases produtivas, onde a pesca comercial estava inserida. A ação conjunta entre a União, Estados e Municípios, somada à iniciativa privada, alcançou uma produção de 326.432 toneladas, confirmando o crescimento da participação do setor no produto interno bruto (PIB).

Com isso, o Estado passou a exercer centralidade nas decisões pertinentes ao setor, subjugadas ao plano econômico a criação do Conselho de Desenvolvimento da Pesca (CODEPE) é um bom exemplo, pois, através do Decreto n.º 50.872, de 28 de junho de 1961, foram anunciadas mudanças expressivas para a industrialização da pesca brasileira em águas marítimas ou continentais, resguardadas à primeira Política Nacional da Pesca.

Em tese, a principal atribuição do conselho seria salvaguardar o desenvolvimento da indústria pesqueira mediante a construção de estratégias para alcançar esses objetivos. As peculiaridades deste decreto residiram na rapidez com o setor pesqueiro passou a ser tratado pela economia, visto que num dado momento era considerada uma atividade de resultados rarefeitos e, por meio da CODEPE, o Estado criaria condições para o pleno desenvolvimento da atividade, ampliando a autonomia do setor e sua legitimidade em território nacional por meio das superintendências de desenvolvimento regionais, bancos públicos e parcerias com setores privados (Goularti Filho, 2017).

Na década seguinte, é criada a SUDEPE por meio da Lei Delgada n.º 10/1962, como resposta às demandas do setor empresarial que reivindicava da CODEPE maiores investimentos para o setor, considerado aquém do adequado. A nova autarquia herdava atribuições outrora desempenhadas pela CODEPE, Caixa Especial da Pesca e Divisão da Caça e Pesca (BRASIL, 1962). Esteve subjugada ao Ministério da Agricultura, dispondo de autonomia para se articular com outros setores como o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOSC), a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF) e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

A fusão através do reformismo administrativo foi uma resposta severa à necessidade de difusão do setor segundo o plano econômico brasileiro. Como primeira medida da SUDEPE, foi implementado o Plano Nacional de Desenvolvimento da Pesca (PNDP), deliberando diversas ações voltadas à promoção da pesca comercial. Além da continuidade das ações pertinentes à cobertura técnica e financeira dos empreendimentos existentes, houve a ampliação da cobertura de financiamentos para especuladores, através das linhas de crédito ofertadas pelas instituições financeiras, aparelhadas à iniciativa.

Na contracorrente do plano desenvolvimentista para o setor, esteve a classe trabalhadora, cada vez mais marginalizada pelo avanço da atividade industrial, especialização e modernização do setor. De acordo com Goularti Filho (2017), o período que antecedeu o início dos investimentos na pesca comercial, eram os pescadores artesanais que atuavam na prática haliêutica, atuando na manutenção de mercados locais e regionais, contudo, diante da precarização do trabalho como consequência pelo plano econômico, estes trabalhadores foram obrigados a migrarem de trabalho. A SUDEPE, entre outras atribuições, tinha a incumbência de reparar os

conflitos entre pescadores artesanais e comerciais, haja vista que a promoção de projetos assistencialistas em nada contribuiria para mitigar o avanço dos conflitos. Assim, o direito estatutário adquirido pelos trabalhadores só foi cumprido mediante sua adesão enquanto classe no Conselho Deliberativo⁹ da SUDEPE. A criação desse conselho e a participação popular junto à SUDEPE derivou das diversas manifestações contrárias à invisibilidade na qual a atividade artesanal se encontrava. Além disso, denunciavam que pescadores da região Norte e Nordeste eram vítimas das desigualdades regionais provocadas pela exploração da mão-de-obra, baixos salários e a dinâmica produtivista demandada pelos mercados localizados no eixo sul-sudeste.

Apesar do amplo interesse em transformar a atividade pesqueiro numa rentável economia nacional, brechas institucionais relativas à competência dos setores que legislavam sobre a atividade demonstravam ambiguidades e sobreposições envolvendo órgãos, legislações e reguladores, transformando a divisão de competências entre União, Estados e Municípios, numa atividade complexa. Diante dessas fragmentações institucionais, como alternativa para reparar os gargalos internos preconizando sua função de legislar sobre o I Plano Nacional de Desenvolvimento da Pesca (PNDP), a SUDEPE construiu o I PNDP para os anos de 1963 a 1965, contemplando recursos para o desenvolvimento de pesquisas científicas voltadas ao desenvolvimento da piscicultura, capacitação de mão-de-obra e apoio financeiro aos pescadores. Os recursos que mantinham as dotações orçamentárias derivaram de créditos especiais e 10% do Fundo Federal Agropecuário (FFAP) (Goularti Filho, 2017).

Todavia, o I PNDP não foi executado de acordo com seu planejamento em razão das dificuldades apresentadas pela autarquia diante do arranjo institucional do governo. O quadro de instabilidade político-econômico enfrentado pelo governo de João Goulart resultou em seu fracasso, assim como o de outros setores envolvidos no Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social do Ministério do Planejamento.

⁹ O conselho deliberativo da SUDEPE era composto por órgãos e entidades, a saber: Ministério da Agricultura, Ministério da Fazenda, Ministério da Indústria e do Comércio, Ministério da Marinha, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Viação e Obras Públicas, Banco do Brasil S.A., Banco Nacional de Crédito Corporativo, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, Superintendência da Moeda e do Crédito, Superintendência Nacional do Abastecimento, Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste e Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

Com o golpe cívico-militar de abril de 1964, a política pesqueira inaugurou um período para seu desenvolvimento em termos de infraestrutura, contudo, do ponto de vista institucional, os saltos positivos construídos pela SUDEPE como a tentativa de mitigar conflitos e a marginalização da pesca artesanal, foram sumariamente substituídos pelo enquadramento numa perspectiva tecnocrata, alinhada a filosofia militar. A nova SUDEPE reestruturada no período militar, visou priorizar interesses dos empresários em superestruturas que garantissem não apenas a industrialização da pesca, mas também a concentração de poder político e econômico das elites regionais.

A perspectiva tecnocrática dos militares tinha como interesse aparelhar o setor com os mesmos privilégios de outros setores da indústria nacional, conforme descreveu Goularti Filho (2017, p.393).

A primeira grande mudança apresentada pela Sudepe sob a égide militar foi a proposta do novo regulamento da pesca, aprovado por meio do Decreto-Lei n.º 221, de 28 de fevereiro de 1967. A exemplo dos regulamentos aprovados em 1912 e 1938, esse novo regulamento definiu os vários tipos de pesca, normatizou a prática da pesca e a utilização de instrumentos e equipamentos (incluindo as embarcações) e declarou a “indústria da pesca” como uma “indústria de base”. Com essa definição, a pesca passou a gozar dos mesmos privilégios que tinham os setores estratégicos da indústria, a saber: incentivos e isenções fiscais. Com isso, o governo atendia a uma reivindicação do setor empresarial, que almejava sonegar de forma legal e vantajosa.

Em 1972, o governo federal concedeu isenção de Impostos de Importação (II), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), além de isentar empresas pesqueiras do pagamento do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ). Através do convênio do Ministério da Agricultura com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) ocorrido em 1969, foi instituído o Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Pesqueiro (PDP) voltado à necessidade de atender a demanda pela formação técnica, nesse conjunto de ações foi lançado o II PNDP, mais ambicioso quando comparado ao I PNDP. Todavia, antigos desafios careceram de atenção da autarquia, visto que, embora o total do convênio chegasse a US\$ 849.100,00, dos quais US\$ 421.400,00 derivaram da FAO e US\$ 428.100,00 seria contrapartida brasileira, a instabilidade administrativa da SUDEPE impossibilitou o crescimento da atividade industrial segundo as métricas estabelecidas pelo programa (Goularti Filho, 2017).

Conforme a interpretação de Goularti Filho (2017), o insucesso nas ações da SUDEPE derivou dos escombros de antigos órgãos incorporados à nova autarquia, incluindo a função dessas instituições. Outra motivação foi a ausência de profissionais ligados ao setor e a constante substituição de superintendentes acarretou baixo desempenho das atividades e execução do II PNDP. Ainda assim, ocorreram avanços na produção industrial durante a década de 1970, sob o reflexo da transição econômica introduzida no governo de Getúlio Vargas, ampliada pelos militares, especialmente após o chamado “milagre econômico”, elevando o crescimento médio do PIB para 8,8% ao ano.

Numa análise crítica desde a sua criação, em 1962, até 1971, a Sudepe não concretizou nenhum resultado de ação administrativa que consubstanciasse os dispositivos da Lei Delegada n.º 10, demonstrando sua atuação nesse período, que a autarquia estava despreparada para o exato cumprimento das suas atribuições legais decorrendo desse despreparo de uma série de equívocos e fatos (SUDEPE, 1975, p. 20).

Ainda que a base da economia industrial ganhasse solidez, a política social esteve alhures a esses indicadores. A alta concentração de riquezas derivadas do pacote de ações que se seguiram durante toda a década de 1970 elevou as desigualdades entre segmentos da pesca comercial e artesanal, consubstanciado pelo crescimento urbano e pela alta demanda dos mercados locais e globais pelo pescado.

Foi nesse cenário que o Estado alimentou suas forças hegemônicas amparadas pela modernização conservadora, ampliando a agenda de renúncias fiscais relativas à difusão dos mercados pesqueiros, criando subsídios como incentivo à modernização da infraestrutura existente. O Decreto-Lei – Lei n.º 1.376, de 12 de dezembro de 1974, é um exemplo dos esforços políticos para atender à manutenção da infraestrutura do setor agropecuário no qual a pesca comercial estava inserida. Esse instrumento jurídico regulamentou a prática dos fundos de investimento para as instituições públicas. Assim, surgiu o Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR), o Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM) e o Fundo de Investimentos Setoriais (FISSET) (BRASIL, 1974). O FISSET, operado pelo Banco do Brasil, passou a injetar recursos em projetos ligados à SUDEPE.

Mediante a esses esforços, os resultados da produção pesqueira para a década de 1970 não conseguiram atingir a meta esperada, uma vez que a produção saiu de

571 mil toneladas em 1970, chegando a 858 mil toneladas em 1979, número inferior às projeções que indicavam a produção de 2 milhões de toneladas e um crescimento médio anual de 7%.

Para Goularti Filho (2017), o insucesso operado pelo II PNDP seguiu o exemplo do plano anterior, em função dos gargalos inerentes à própria instituição, destacam-se, entre eles, escândalos de corrupção envolvendo empresas beneficiárias de linhas de crédito com o apoio de funcionários da autarquia. A chamada “comissão de corretagem”, deflagrada na década de 1970, absorvia 20% do valor dos projetos, extrapolando o limite de 5%.

O Fiset/Pesca tentou corrigir uma distorção, porém teve como resultado uma distorção ainda mais grave, com o aumento dos privilégios às grandes empresas que tinham acesso livre à Sudepe. Mesmo assim, dentro desse desvio de recursos públicos orquestrado pelos agentes privados, os incentivos fiscais permitiram certa modernização do parque industrial pesqueiro: coma renovação parcial da frota pesqueira, alargou-se o mercado para produtos industrializados e elevou-se o volume exportado. No lado mais fraco da corda, os pescadores artesanais e as cooperativas ficaram de fora da política de incentivos. Ao contrário do que se esperava, os incentivos foram concentrados mais no estímulo às exportações do que na ampliação do consumo doméstico de pescados (Goularti Filho, 2017, p. 397).

Em meio aos escândalos de corrupção, foi lançado, em 1975, o III PNDP para o quadriênio 1975 a 1979, para superar os dois últimos planos do ponto de vista prático diante do fracasso na execução dos planos anteriores. Ainda assim, preservou o interesse pelo desenvolvimento do setor industrial. O plano tinha como previsão injetar 1,25 bilhão de cruzeiros divididos em seis áreas, a saber: “i) pesquisa de recursos pesqueiros (180.360 cruzeiros); ii) formação e capacitação de recursos humanos (40.440 cruzeiros); iii) valorização da pesca artesanal (68.626 cruzeiros); iv) terminais pesqueiros (227.000 cruzeiros); v) fiscalização da pesca (47.465 cruzeiros); e vi) fortalecimento da pesca industrial e ação administrativa (690.000 cruzeiros)” (Goularti Filho, 2017, p. 397).

Além da discrepância orçamentária envolvendo incentivos à pesca artesanal e comercial, observou-se que o III PNDP buscou atender demandas trabalhistas e sociais dos pescadores artesanais, demonstrando uma postura propositiva da SUDEPE em relação ao crescimento dos conflitos entre os dois setores, mas, sobretudo, visava responder à escalada da pesca predatória em rios e lagos, impedindo a procriação de espécies altamente rentáveis para a economia pesqueira.

Essas contradições institucionais derivaram da inexistência de ações anteriores no que tange ao monitoramento e conservação dos recursos pesqueiros. Em razão da marginalização de pescadores artesanais nos projetos da SUDEPE, a incipiente intervenção de políticas sociais para as comunidades de pescadores, bem como a cristalização de uma política ambiental no país, elevou a preocupação da autarquia para a questão socioambiental que, até aquele momento, era descredibilizada em razão do pensamento desenvolvimentista.

De modo a mitigar o avanço da prática predatória, bem como manter o estoque pesqueiro, foi criado em 1973 o Plano de Assistência à Pesca Artesanal (PESCART) através do convênio da SUDEPE com o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o Banco Nacional de Crédito Corporativo (BNCC). O objetivo central do PESCART, além da ampliação da cobertura do assistencialismo, consistia na organização da prática econômica do setor por meio do associativismo, retirando o pescador da marginalidade.

Uma das particularidades desse movimento em defesa da expansão da pesca comercial/industrial foi a conversão de pescadores artesanais à pesca comercial diante do cenário de instabilidade econômica, aliada às condições impostas pelas unidades beneficiamento de pescado, fazendo da comercialização do peixe um negócio altamente rentável. Os resultados do III PNDP demonstram o crescimento da pesca comercial, passando de 759,7 mil toneladas, em 1975, para 858,2 mil toneladas, em 1979.

Entretanto, esse crescimento deparou-se com a crise político-econômica vivida no Brasil, impactando diretamente a construção de políticas de investimento e manutenção da estrutura vigente. Durante a década de 1980, a política pesqueira foi atravessada pelas ininterruptas crises do capital, corroborada pelo declínio do governo cívico-militar. A desaceleração da economia durante esta década, concomitantemente ao aumento da dívida externa do país, dificultou a adesão de medidas anticíclicas que minimizassem os reflexos do déficit econômico. O resultado foi um longo período de crise inflacionária, deixando o Estado brasileiro à mercê da política macroeconômica.

Diante do cenário de incertezas para o crescimento da economia brasileira, a SUDEPE operou suas ações ainda sob os resquícios dos resultados promovidos pelo III PNDP. O III PNDP demonstrou a solidez de um processo de politização da pesca industrial no país iniciado na década de 1960, contava com uma robusta infraestrutura pesqueira disposta em “doze entrepostos, quinze postos de recepção de pescado,

cinco terminais pesqueiros (Fortaleza, Recife, Laguna, Rio Grande, Santos e Rio de Janeiro) e 340 empresas responsáveis pela refrigeração, congelamento, salga, enlatados, defumados e produção de farinha-óleo” (Goularti Filho, 2017, p. 399). Além desse quantitativo, a proposta esperada pela autarquia seria difundir essa superestrutura para outras regiões do país, ampliando o número de mercados pesqueiros (SUDEPE, 1979).

O IV PNDP, lançado no final da década de 1970, legislaria sobre o primeiro quinquênio da década de 1980, sua proposta considerava às condições macroeconômicas, portanto, alhures às metas de produção e previsão orçamentária, voltando-se exclusivamente ao desenvolvimento do consumo interno de pescado, assim como a pesca artesanal (SUDEPE, 1979).

Diferentemente dos fundos internos que mantiveram a SUDEPE em funcionamento, a principal estratégia para manter a sustentabilidade orçamentária e elevar a produção pesqueira, derivou do acordo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), rendendo-lhes um empréstimo de US\$ 61 milhões de dólares, em contrapartida, o governo brasileiro injetou o mesmo valor, totalizando o investimento de US\$ 130 milhões para a execução do IV PNDP. A parceria internacional orientou a execução de um programa nacional de injeção na atividade industrial organizado em setores creditícios, infraestrutura e trabalho.

Durante o período de redemocratização iniciado em 1985, as instituições públicas foram atravessadas por reformas contundentes, no âmbito da SUDEPE a transformação injetada pelo I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República (I PNDNR) demonstrava rupturas ideológicas com o modelo que orientou a criação da autarquia em 1962. Houve, a partir de então, atenção à pesca artesanal e à questão ambiental. Incentivos às pesquisas científicas para a manutenção dos recursos hídricos e da cadeia biótica e abiótica integrava um conjunto de ações que visaram aproximar a instituição dos pescadores artesanais em diferentes contextos de tensões e conflitos pela disputa dos territórios de pesca, condições de trabalho e assistência social (SUDEPE, 1985).

Assim sendo, um dos principais objetivos do I PNDNR voltado à questão da pesca brasileira foi:

(...) eliminar os óbices que impedem a retomada do crescimento da produção pesqueira e atender, sem demora, o artesanato pesqueiro, mais duramente

atingido pela crise econômica que gera a marginalização social e êxodo permanente (SUDEPE, 1985, p. 17).

Todavia, a medida foi identificada por Goularti Filho (2017) como paliativa em razão do fomento ao associativismo, forma à brasileira de manter o funcionamento de mercados locais, enquanto a autarquia lutava para manter o orçamento durante o período de recessão econômica.

Para alcançar esse objetivo estavam previstas a elaboração de um novo código de pesca, a criação de linhas de crédito de acesso fácil aos pescadores, a combinação de diversas políticas sociais com as da Sudepe e a reabilitação da infraestrutura de comercialização existente, voltando-a também para a pesca artesanal. A exemplo do anterior, esse novo plano também não definia metas de produção nem fazia previsão orçamentária (Goularti Filho, 2017, p.402).

Nenhuma das tentativas de manutenção da SUDEPE lograram sucesso, ocasionando sua extinção em 1989, por meio da Lei n.º 7.735, e em seu lugar foi criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) (BRASIL, 1989). As motivações detrás do desfecho da SUDEPE envolveram o histórico arranjo institucional da autarquia e as constantes denúncias de corrupção, além dos gargalos causados pelos conflitos com pescadores artesanais, o não atingimento de metas e, principalmente, a questão da sobrepesca. Antes de sua extinção, a SUDEPE passou por um contingenciamento de 69,2% ocorrido em 1988, pelo Tesouro Nacional. Além disso, o funcionalismo público passou por reformulações e o quadro geral de trabalhadores da SUDEPE foi realocado para outras instituições, visto que o montante de 2.472 trabalhadores absorvia 74,7% de todo o orçamento da autarquia.

[...] o crédito orçamentário ora provado alivia os graves problemas estruturais e a uma sucessão de administrações efêmeras que, por não disporem de tempo suficiente para, sequer, conhecer a complexidade do setor, levou-as a imprimir, algumas vezes, ações conflitantes com os interesses da pesca, impossibilitando resgatar a Sudepe desse quadro de ineficiência e inoperância (SUDEPE, 1988, p. 18).

A campanha pelo desmonte da SUDEPE derivou do movimento político que a elite conservadora pregava ao novo Estado que se erguia diante da crise econômica, indicando que, para a economia política neoliberal não haveria espaço para interferências diretas do governo, assim, seria necessário a redução da regulação

estatal e o pleno exercício das leis de mercado. Por outro lado, a ampla mobilidade de capitais orientados pelo mercado financeiro demandava um Estado de bases fortes do ponto de vista político e institucional. A SUDEPE, neste caso, representava a atuação direta do planejamento estatal no setor.

O Ibama não tinha a função de fomentar a pesca, mas sim de normatizar e fiscalizar, por meio de medidas restritivas e punitivas, algo que faltava – e muito – para o setor. Estava posto o conflito para desenvolver novas políticas públicas para a pesca: como pode o mesmo órgão fiscalizar e fomentar? A Sudepe fomentava mais do que fiscalizava, o Ibama nasceu para fiscalizar e punia mais do que fomentava. A Sudepe tornou-se um estorvo para o Estado, e sua ausência um problema para a pesca brasileira. O Ibama consolidou-se como uma conquista para a sociedade civil (Goularti Filho, 2017, p.405).

Com a criação do IBAMA, nascia uma política ambiental conservacionista, questão ausente nos planos econômicos da SUDEPE e responsável pelos conflitos entre pescadores artesanais e setores da indústria pesqueira. Apesar da atuação da autarquia como órgão fiscalizador em diversos projetos de recuperação dos recursos pesqueiros no país, ocorreram conflitos de interesse envolvendo o setor privado que viu a produção industrial despencar no período de 1985 a 1996 (Goularti Filho, 2017). Diferentemente do discurso do Estado mínimo adotado pelos empresários durante as campanhas pelo fim da intervenção estatal na economia, a extinção da SUDEPE não alcançou o objetivo esperado acerca da livre concorrência do mercado pesqueiro. Nesse sentido, como alternativa para amenizar o conflito com o setor comercial/industrial, foi criado o Departamento de Produção Animal (DPA), através da Lei n.º 9.649, de 27 de maio de 1998, com o papel de fomentar a atividade industrial em consonância à política ambiental promovida pelo IBAMA (BRASIL, 1998). A primeira grande medida do DPA foi a subvenção econômica no preço do óleo diesel utilizado pela frota pesqueira nacional.

De acordo com Goularti Filho (2017), a criação do DPA focalizou na continuidade do diálogo do Estado com empresários do setor pesqueiro e, em certa medida, a retomada da regulação do Estado na economia.

As atividades relacionadas à pesca foram distribuídas no Ibama em diversas diretorias, sem unidade das ações, até a criação, em 1990, do Depaq, setor vinculado ao Ibama. Atuando como órgão fiscalizador, o Ibama, durante quase toda a década de 1990, optou por realizar atividades de recuperação dos recursos pesqueiros, dada a sua situação de sobrepesca, inclusive com espécies ameaçadas de extinção. O conflito de interesses entre o setor privado pesqueiro, que almejava ver seus lucros aumentados, e os agentes

do Ibama, que tinham como objetivo proteger os recursos naturais, foi amenizado com a publicação da Lei no 9.649, de 27 de maio de 1998, que criou, no Mapa, o DPA, semelhante ao que já existia no Ibama, porém com o objetivo de fomentar a pesca e manter o diálogo com os empresários (Goularti Filho, 2017, p. 21).

No amplo processo de construção da política ambiental brasileira, embora integrada ao modelo neoliberal cuja presença do Estado se deu sob o julgo das leis de mercado, a criação do IBAMA representou avanços no sentido da participação popular, em particular de movimentos sociais, na regulamentação de ações voltadas ao monitoramento e conservação dos recursos naturais. O debate a partir da racionalização do uso dos recursos pesqueiros oportunizou a construção de normatizações restritivas à pesca, bem como a catalogação de espécies ameaçadas de extinção.

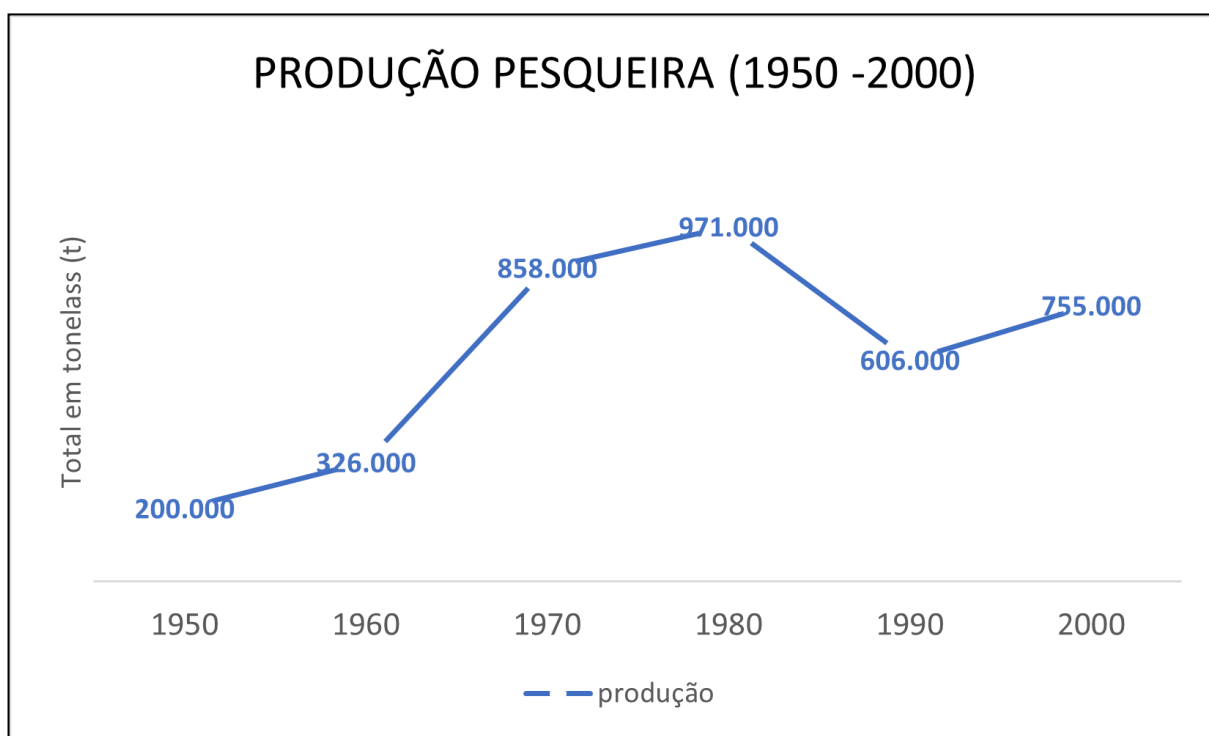
O seguro defeso é uma importante medida criada para mitigar a sobrepesca, no entanto, o contexto socioeconômico dos pescadores artesanais, principais responsáveis pela manutenção dessas políticas conservacionistas, indicava que seria necessário o aparelhamento entre o setor ambiental e social. Distante do adequado para a promoção da justiça social em razão da histórica marginalização vivenciada pelos trabalhadores da pesca artesanal, a implementação do seguro-desemprego durante o período de defeso de espécies ameaçadas de extinção possibilitou que esses trabalhadores possuíssem uma fonte de renda nesse período.

A ambiguidade no que tange à indefinição de uma política de Estado conservacionista ou desenvolvimentista representou aquilo que Goularti Filho (2017) definiu como “cabo de guerra institucional”. De um lado, o IBAMA, responsável pela política ambiental, ligado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), do outro, o DPA e suas inclinações ao desenvolvimento dos setores da economia, sob o julgo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). No entanto, essa queda de braço institucional foi incorporada a atuação de parlamentares que, através da aliança entre o *lobby* político-parlamentar e o DPA, criaram uma rotina de assédio aos agentes ambientais, além de realizarem interferência nas ações de monitoramento e fiscalização dos recursos naturais.

Houve o apoio de um terceiro agente para o sucesso nas ações do DPA, foi a interceptação do judiciário e as constantes flexibilidades jurídicas dada aos projetos de exploração. A principal vitória do MAPA partiu da concessão do direito de legislar sobre o regime de pesca no Brasil, definindo novas regras para a concessão do

Registro Geral da Pesca (RGP), além de novos dispositivos institucionais que versassem sobre concessões, permissões e autorizações da atividade pesqueira. Através dessas concessões, o DPA foi o responsável pela retomada do crescimento da produção durante os anos de 1990, registrando 638,5 mil toneladas, em 1998, e 755,6 mil toneladas produzidas em 2002 (Figura 3).

Figura 3 – Produção pesqueira (1950-2000)



Fonte: Goularti Junior (2017) Org.: Said Pinheiro (2024)

Como vimos, desde a injeção de recursos voltados ao desenvolvimento pesqueiro no governo Vargas, seguido pelo Plano de Metas na gestão de Juscelino Kubitschek, a base industrial esteve no centro do gerenciamento estatal. Com a criação da SUDEPE, em 1962, a infraestrutura pesqueira alcançou os objetivos iniciais para o seu desenvolvimento a longo prazo, embora a produção tenha sofrido com os gargalos institucionais e o fracasso dos PNDP. Após a extinção da SUDEPE, havia o movimento em defesa da regulação estatal na promoção da atividade industrial, visto que a principal iniciativa ocorreu no âmbito da subvenção econômica no preço do óleo diesel, instituído pela Lei n.º 9.445, de 14 de março de 1997 (BRASIL, 1997).

Em 2003, é criada a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP), por meio da Lei n.º 10.683/2003, após treze anos de ausências em investimentos massivos no setor (BRASIL, 2003). No ato de criação da SEAP, foi também instituído

o Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca, dedicado à construção da Política Nacional para a Pesca e Aquicultura (PNPA), propondo diretrizes para o desenvolvimento e fomento à produção aquícola e pesqueira.

A SEAP respondia à necessidade de regulação da atividade pesqueira, entre suas principais atribuições constava o fomento à exploração de espécies subexploradas e sobre-exploradas, e, contraditoriamente, a autarquia fornecia dados ao IBAMA relativos às práticas poluidoras e utilizadoras dos recursos naturais. Além disso, segundo o Artigo 23, cabia à SEAP repassar 50% das receitas derivadas do licenciamento da atividade pesqueira em território nacional ao IBAMA, visando incentivar projetos de conservação dos recursos naturais pelo país (BRASIL, 2003).

Em 2009, a secretaria especial foi transformada em Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), em razão da Lei n.º 11.958, de 26 de junho de 2009. Herdou a estrutura institucional e competências da SEAP, contudo, a proposta de sua criação buscou atender novas demandas para o desenvolvimento do setor, como o avanço tecnológico, desenvolvimento de pesquisas técnico-científicas, entre outras ações orientadas ao segmento industrial. O MAPA ampliou a exploração dos recursos pesqueiros por meio da normalização da pesca ornamental e desportiva, além disso, dinamizou o fomento à introdução de entrepostos e unidades de beneficiamento de pescado. No final da segunda década dos anos 2000, a infraestrutura pesqueira contabilizava cerca de 854 indústrias pelo país (Figura 4).

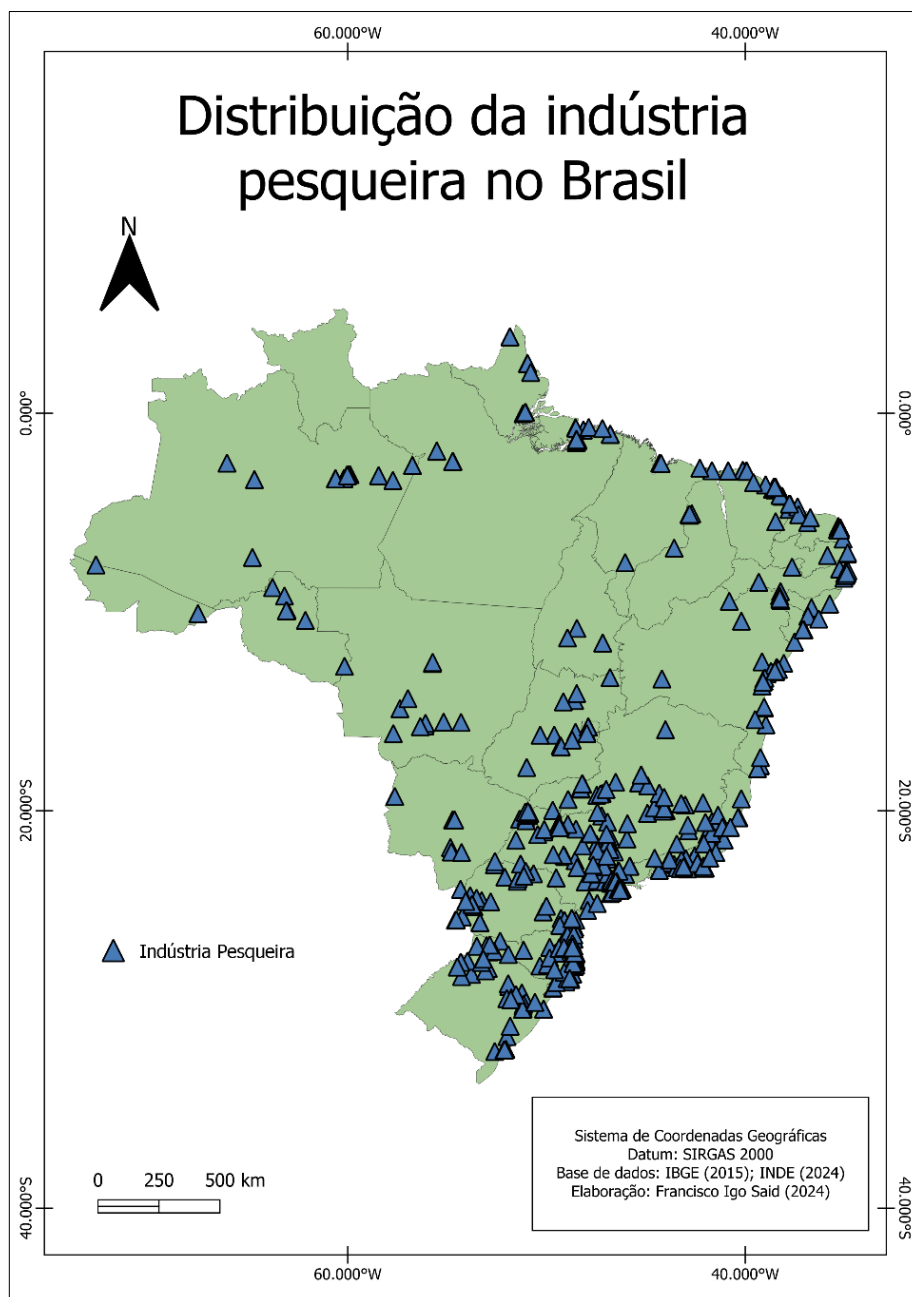
O apoio à produção e escoamento é uma demanda antiga do governo federal, tendo seu início na década de 1960, quando foram criados os primeiros terminais logísticos para o escoamento da produção, as chamadas Ceasas (CONAB, 2023). Estiveram em pleno funcionamento até a década de 1990, quando, do período das privatizações, foram repassadas para a responsabilidade de Estados e Municípios. Tendo em vista essa desconstrução no gerenciamento da logística concernente à produção animal, em 2005, o governo federal lançou o Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro (PROHOT), através da Portaria 171/2005, atuando no âmbito do MAPA.

Entre as principais atribuições do programa, estavam:

A construção e a manutenção de uma grande base de dados com informações das Centrais, o que propicia alcançar os números da comercialização dos produtos hortigranjeiros desses mercados. As plataformas de consulta permitem o acompanhamento de preços, ofertas, identificação das regiões produtoras, consulta de séries históricas, análises

de mercado, entre outros estudos técnicos. Ademais, o Prohort visa contribuir para o desenvolvimento e a modernização do setor hortigranjeiro nacional, além de buscar a melhoria e a ampliação das funções dos mercados atacadistas brasileiros (CONAB, 2023).

Figura 4 – Distribuição da Indústria Pesqueira no Brasil



Fonte: IBGE (2015); INDE (2024).

Embora o Estado tenha atuado conjuntamente aos interesses do setor industrial através da criação da SEAP e, posteriormente, do MPA, a pesca artesanal e a política ambiental caminharam às margens desse desenvolvimento. Ao longo da trajetória de fomento às políticas de desenvolvimento à pesca e à aquicultura,

observou-se o sucateamento e a perda de atribuições do IBAMA na fiscalização e monitoramento da prática predatória no país, principalmente após a publicação da Lei n.º 11.959/2009, retirando a responsabilidade do órgão no que tange à fiscalização da atividade pesqueira.

A responsabilidade em legislar sobre o uso e conservação da ictiofauna, bem como a realização do ordenamento pesqueiro em território brasileiro, segundo a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca passaria à competência do MPA, inclusive, intermediando conflitos socioambientais através das demarcações aquáticas.

2.3. O papel da rede urbana para a difusão da pesca comercial no Amazonas

Para Carlos (2007), a cidade é o espaço das centralidades, onde o fenômeno urbano ganha materialidade e é constantemente reconfigurado pela própria necessidade de manutenção dessa centralidade. No entanto, a cidade, tal como a conhecemos na contemporaneidade, paradoxalmente mantém relações com o espaço primeiro, àquele da história dos sujeitos que construíram a primeira paisagem da urbe.

Segundo Oliveira (2006, p. 1), no caso amazônico, essa relação é essencialmente ribeirinha, porque incorporou questões do modo de vida local para a construção da arquitetura dos espaços públicos, ligados aos rios. A cidade nasceu dessa relação simbiótica entre natureza e sociedade. Desta maneira, os equipamentos públicos urbanos, apesar do forte apego cultural que o processo de urbanização buscou consolidar na região, correspondeu aos projetos coloniais onde o espaço é objeto de poder, portanto, a espacialidade foi construída para retroalimentar essa relação, centrada na soberania das instituições públicas construídas no centro das cidades, enquanto nas franjas a população se desenvolvia (Moreira, 1982).

O lugar da feira foi às margens do rio, acompanhando os primeiros anos de colonização, preservando esses laços nas cidades modernas. Esse processo permaneceu pelo fato de a posição geográfica da feira acompanhar o escoamento da produção animal e vegetal, geralmente proveniente de comunidades ribeirinhas que acessam os rios que margeiam esses espaços. A feira é o lugar da economia extrativa, embora também seja atravessa pela influência da modernidade através da

comercialização dos ultraprocessados que, cada vez mais, se sobrepõem ao consumo pelos produtos *in natura*, embora esse hábito de consumir produtos “fresco” derivados da agricultura familiar seja uma tradição que teima em resistir, ainda motivando sua procura nas feiras e mercados.

A feira foi um dos primeiros espaços públicos edificadas na cidade, onde o circuito da economia urbana era atravessado pelo tráfego das embarcações, de pessoas, de afetos, isto é, diferentes formas de construção das percepções sobre o espaço vivido (Oliveira, 2006). Os portos tinham o mesmo papel das feiras e mercados, recebiam pessoas e autoridades, mas também a produção agrícola, portanto, sua edificação esteve atrelada à localização das feiras. Foi nesse espaço que a comercialização de pescado saltou os olhos da burguesia portuguesa, passando de uma atividade suplementar a uma importante estratégia de diversificação econômica. Assim, surgiram ocupações como o responsável pela pesca e o despachante, uma espécie de intermediário ou negociante¹⁰.

Na contemporaneidade, essa paisagem urbana permaneceu, pois a urbanização das cidades amazônicas manteve traços de arranjos urbanos pretéritos, assim, a feira e o porto sobreviveram ao tempo. Em se tratando dos mercados de pesca, a atividade econômica exercida pelos pescadores artesanais e comerciais foi indispensável para a manutenção do lugar da feira diante da tradição do consumo de pescado. Os mercados locais de pesca voltados ao consumo urbano, em geral, têm sua atividade ligada à condição da cidade na hierarquia urbana regional. À vista disso, a atividade comercial nascida às margens dos rios, tendo a feira como materialidade das relações de troca, teve como influência a questão da hierarquia urbana como pressuposto ao desenvolvimento da atividade econômica.

De acordo com Schor *et al.* (2016), a rede urbana amazonense é composta por um conjunto de arranjos espaciais que consideram aspectos geo-históricos, econômicos, políticos e culturais. Uma cidade pode compor uma rede urbana ou até mesmo uma região, pertencer a uma rede global com pouca influência das distâncias físicas, ou depender da influência de núcleos menores.

¹⁰ Segundo Cruz (2007), a figura do despachante, em geral, ocupa a função de intermediação da produção pesqueira entre mercado e o pescador, podendo ser os próprios “patrões” ou negociadores, especialmente no tratado com permissionários nas feiras.

O cenário amazônico desponta peculiaridades relativas à sazonalidade dos rios, redefinindo as relações de produção entre as cidades, os modais de circulação e as pessoas.

As interações de rede transformam o espaço físico e as estruturas de relações territoriais em conexões de rede. Essa é, sem dúvida, a realidade para a Amazônia brasileira, em especial para o Estado do Amazonas, onde as relações territoriais lidam com fricções das formas físicas de maneira ímpar – é a enchente ou a vazante dos grandes rios que determina os fluxos de transporte, a produção de várzea, o extrativismo, a caça e o custo de vida nas cidades (MORAES e SCHOR, 2010a/b) – e ao mesmo tempo são redefinidas pelas relações de rede que insere determinados recortes do local no espaço da rede global (Schor *et al.*, 2016).

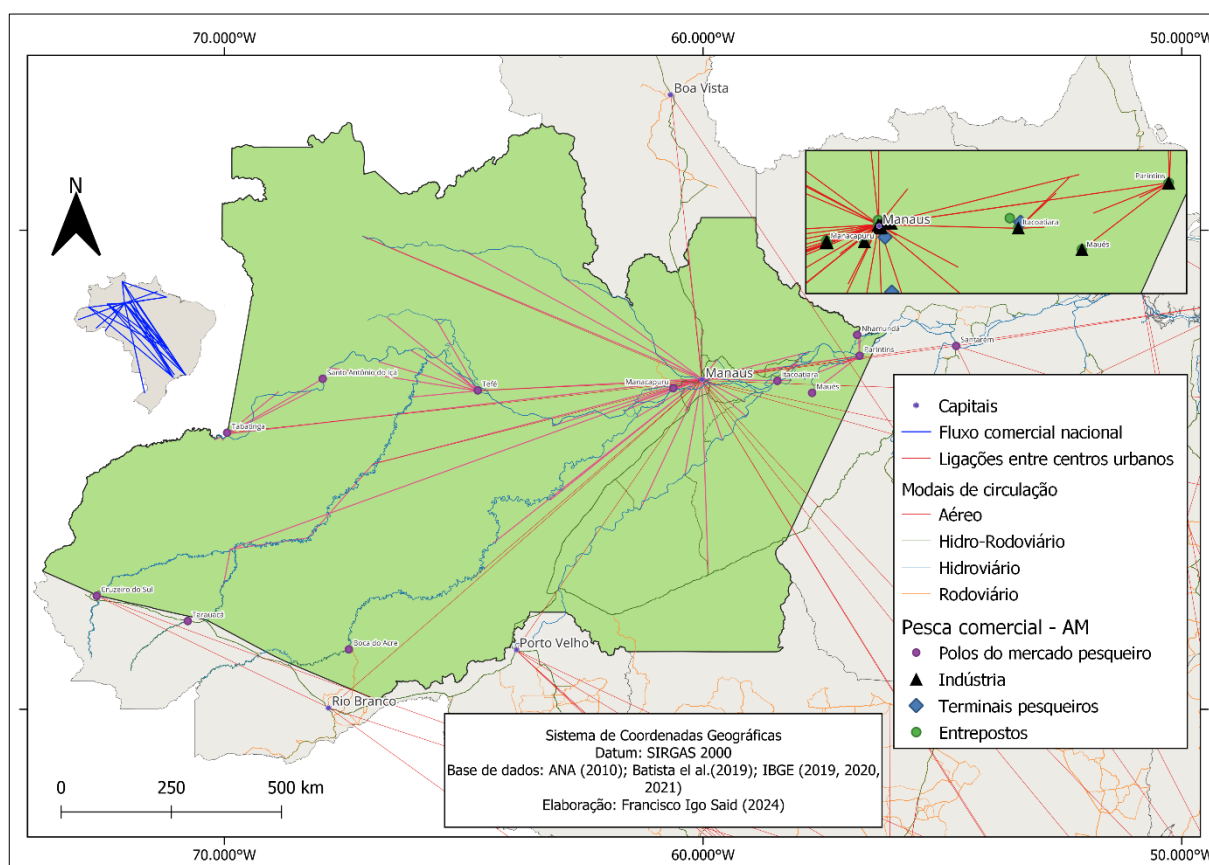
Portanto, se no passado o papel da rede urbana esteve ligado à instituição da soberania colonial durante o mercantilismo sob o propósito de exploração das drogas-do-sertão e pescado, na atualidade, as cidades amazônicas atuam em múltiplas escalas de influência que, apesar dos gargalos logísticos, o meio técnico trabalha para contornar as intempéries. Conforme a tipificação da rede urbana amazonense elaborada por Schor *et al.* (2016) e a relevância territorial das cidades na dinâmica política, econômica e social (Bartoli, Schor e Oliveira, 2020), acerca dos mercados pesqueiros, a rede urbana ao longo do sistema Solimões — Amazonas subsidia o abastecimento do mercado de Manaus, diante da sua centralidade nesta hierarquia. Soma-se a esse conjunto de interrelações, a influência urbana exercida pela capital amazonense aos mercados acreano, rondoniense e paraense.

Os mercados pesqueiros do Amazonas (Itacoatiara, Manaus, Manacapuru, São Gabriel da Cachoeira, Tabatinga e Tefé), foram consolidados num arranjo espacial que considerou a rede urbana existente, além disso, priorizou a capacidade de gerenciamento dessa produção por meio de unidades de beneficiamento de pescado presentes na infraestrutura urbana desses centros. À vista disso, o fluxo do deslocamento fluvial em direção aos entrepostos ditou a dinâmica das pescarias, atuando diretamente nas feiras como modal de circulação da produção, emergindo, gradativamente, unidades de beneficiamento de pescado, evidenciando ainda mais a importância desse arranjo econômico para a economia pesqueira amazonense (Figura 7).

A difusão do fluxo entre os mercados pesqueiros obedece à hierarquização da rede urbana, e essa influência geo-histórica deriva de processos anteriores, relativos aos ciclos econômicos da economia extrativista (Corrêa, 1987; Cruz, 2007; Witkoski,

2009). Algumas cidades floresceram durante esses ciclos econômicos, outras em função da sua localização, a exemplo de Humaitá e Lábrea, defronte às dinâmicas migratórias no período da economia gomífera. O reordenamento territorial de Itacoatiara é outro exemplo da seletividade espacial em razão de projetos econômicos, uma vez que a primeira ocupação da vila de Serpa foi transferida para a atual localização do município, em razão da estratégia de ocupação do médio rio Amazonas, próximo à confluência com o rio Madeira. Com isso, o município despontou como principal centro portuário do estado durante o século XIX.

Figura 5 – Influência da rede urbana para o mercado pesqueiro



Fonte: Batista *et al.* (2019); IBGE (2019, 2020, 2021)

A figura 7 corrobora a tese defendida por Schor *et al.* (2016) acerca da influência da hierarquia urbana para o desenvolvimento das relações econômicas entre as cidades. Os mercados pesqueiros do Amazonas foram definidos pelo nível de importância que os centros urbanos ocupam nesta hierarquia, partindo da metodologia de análise dessa estrutura preconizada por Schor *et al.* (2016)¹¹, os

¹¹ De acordo com Schor e Oliveira (2016), são consideradas cidades de responsabilidade territorial àquelas que desempenham diversas funções urbanas e contêm arranjos institucionais importantes ao

principais polos pesqueiros do estado são compostos pelas Cidades Médias de Responsabilidade Territorial (Tabatinga, Tefé e Parintins); Cidades Médias com Dinâmica Econômica Externa (Coari); Cidades Médias com Função Intermediária (Manacapuru e Itacoatiara). Foram incluídas nas Cidades Especiais o município de São Gabriel da Cachoeira, mediante à dependência da rede urbana das cidades médias e pequenas. Desta maneira, a estrutura da pesca comercial realizada pela frota pesqueira desses mercados obedece integralmente à dinâmica urbana, entre consumo local ou para a exportação, e as condições de circulação dessa produção para esses polos.

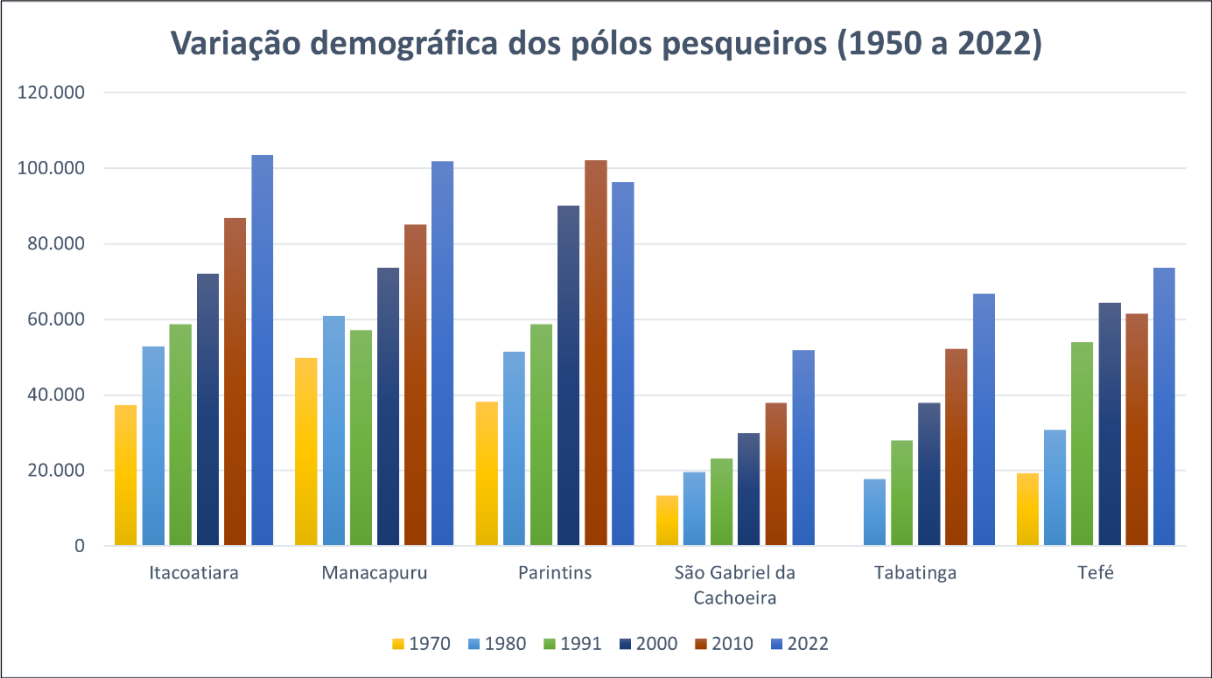
A partir da década de 1960, as cidades brasileiras começam a presenciar alterações no modelo de planejamento urbano até então adotado, repensando a urbe sob a lógica da propriedade privada, flertando, primeiramente, com a questão da segregação socioespacial para a constituição de cidades com características urbano-industriais. O novo planejamento urbano elevou a concentração de empresas, acompanhada da ampliação da infraestrutura urbana e transformações político-administrativas das cidades. Em Manaus, com a criação da Zona Franca de Manaus (ZFM), a cidade que, outrora, possuía fortes ligações com a economia da borracha, tornava-se um importante centro da atividade comercial e industrial, motivando o deslocamento de pessoas interessadas nas oportunidades emergentes (Figuras 8 e 9).

Migrações para a Amazônia ocorrem desde o período colonial, implementadas pelo Estado em razão das economias extrativistas (Benchimol, 1999). Entretanto, outro fenômeno impulsionou o deslocamento interno de pessoas para os pequenos e grandes centros urbanos da região, as cheias excepcionais da década de 1970. De acordo com Cruz (2007), a migração intrarregional foi motivada pela queda nos investimentos à economia agrícola, ampliada pela destruição dos roçados diante das cheias extremas, criando um cenário de incertezas no campo. Assim, o ato de migrar ou escolher onde viver descende de uma seleção que os sujeitos realizam como

município, bem como para as cidades circunvizinhas. As cidades médias com dinâmica econômica externa não possuem fortes vínculos com as demais cidades da rede e seu desenvolvimento econômico não implicará no desenvolvimento regional significativo. Por outro lado, as cidades médias com função de intermediária possuem vínculo de dependência com Manaus, pois, devido à ligação rodoviária, intermedeiam o deslocamento de cidades menores a esse centro urbano. Por fim, as cidades especiais carecem de infraestrutura urbana que possibilite exercer plenamente as funções urbanas, tornando-as dependentes das cidades médias e pequenas de responsabilidade territorial.

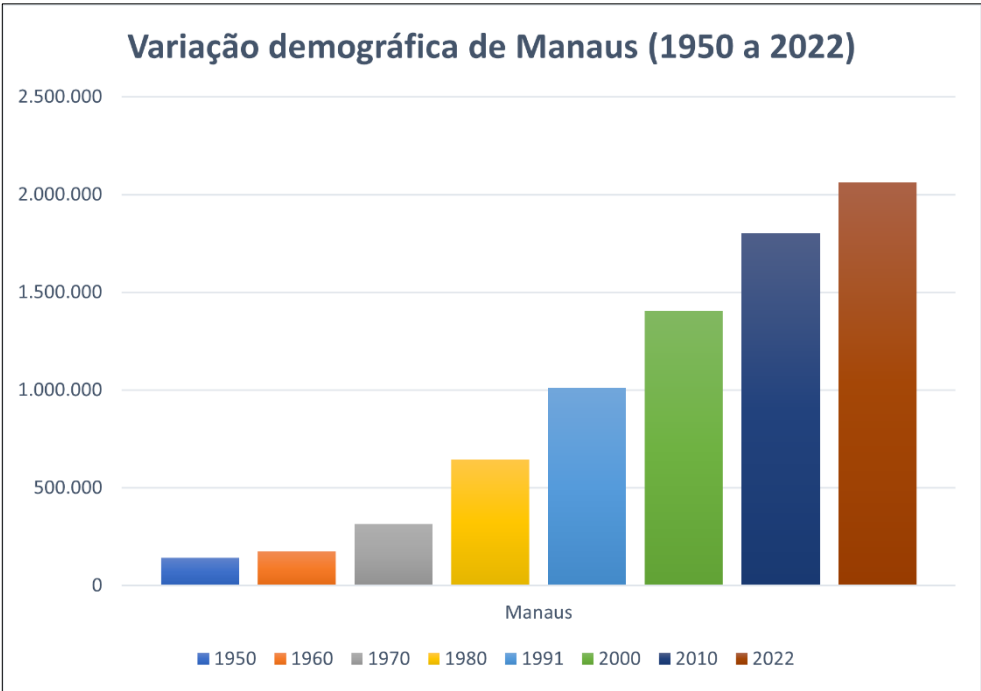
perspectivas para a posteridade, objetivando o atendimento de suas necessidades individuais e familiares (Moreira, 2008).

Figura 6 – Variação demográfica dos polos pesqueiros (1950 a 2022)



Fonte: IBGE (1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010, 2022) Org.: Said Pinheiro (2024).

Figura 7 – Variação demográfica de Manaus (1950 -2022)



Fonte: IBGE (1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010, 2022) Org.: Said Pinheiro (2024).

Portanto, ao migrar, os sujeitos incorporam suas identidades ao novo espaço vivido, de modo a preservar seus traços culturais. A arte da pesca migrou conjuntamente aos sujeitos para os centros urbanos, sendo idealizada nas periferias, próximo aos rios e lagos, onde, paulatinamente, homens e mulheres foram incorporados ao mundo do trabalho na pesca comercial. À medida que as cidades cresciam, a demanda pelo consumo de pescado necessitava acompanhar esse desenvolvimento, por esta razão que, neste período, ocorreu a difusão da pesca comercial/industrial, motivada, primeiramente, pela expansão da demanda urbana, encontrando subsídio nos projetos tecnocráticos da SUDEPE. Manaus passou a sediar as primeiras indústrias pesqueiras no Amazonas, e a partir do fortalecimento de sua infraestrutura pesqueira, outros mercados de pesca começaram a surgir no estado (Figura 10).

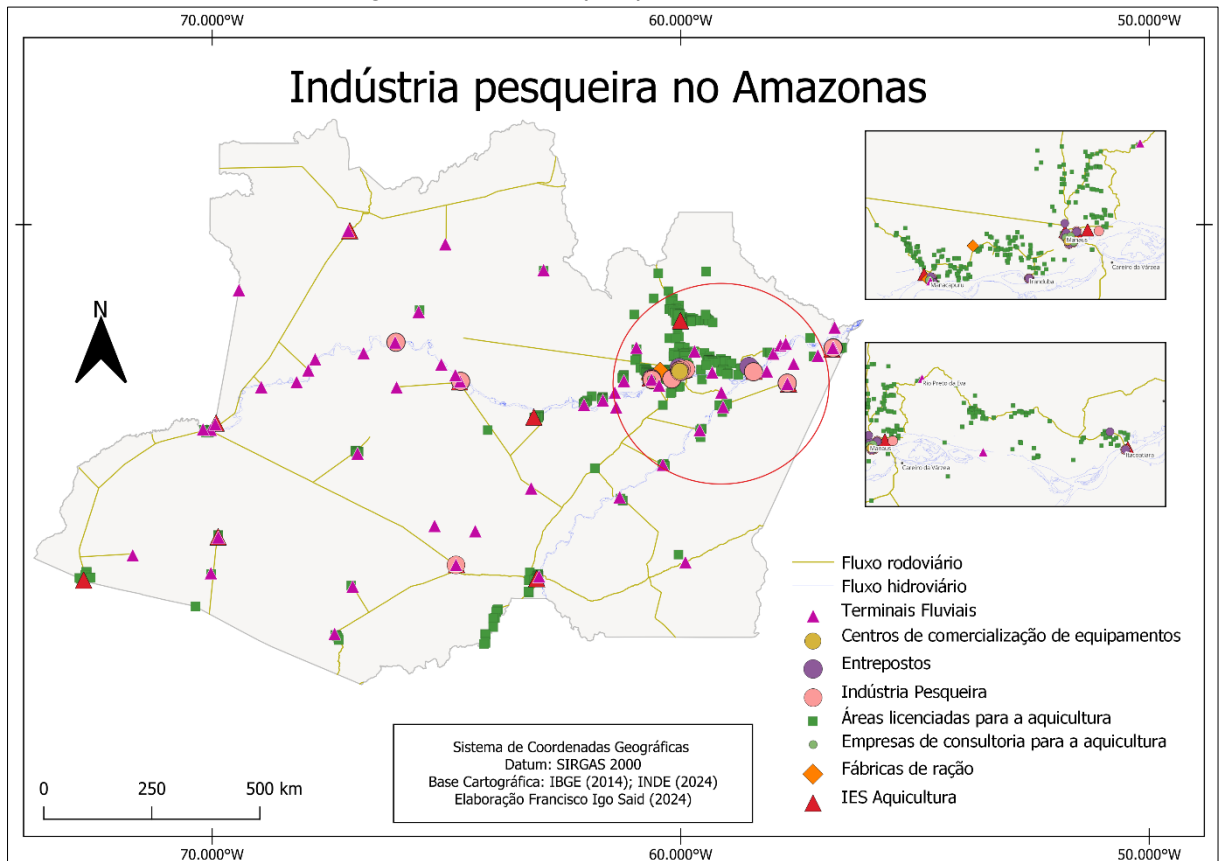
A espacialidade dos mercados pesqueiros que emergiram do fortalecimento da rede urbana desde sua assunção foi atravessada pelo processo de urbanização e investimentos massivos para o setor, construindo uma robusta relação entre as cidades, os mercados de pesca e a demanda comercial de espécies no âmbito local, regional e global.

Em razão da demanda crescente pelo consumo de pescado, Lopes *et al.* (2023) destacam a alta demanda pelo consumo de aproximadamente 12 espécies que totalizam uma produção regional de 170 mil toneladas de pescados. As espécies mais consumidas nos mercados de pesca são: curimatã (*Prochilodus nigricans*), jaraqui (*Semaprochilodus insignis*), matrinxã (*Brycon amazonicus*), tambaqui (*Colossoma macropomum*), pacú (*Mylossoma aureum*), aracú (*Leporinus ssp*), sardinha (*Triportheus albus*), branquinha (*Cyphocharax ssp*), mapará (*Hypophthalmus edentales*), surubim (*Pseudoplatystoma fasciatum*), dourada (*Brachyplatystoma rousseauxii*) e piramutaba (*Brachyplatystoma vaillantii*) (Goulding *et al.*, 2018).

O processo de captura leva consideração a sazonalidade dos rios e o comportamento migratório dessas espécies, implicando na sua disposição nos pontos de pesca. Segundo os autores, a alta concentração de biomassa animal nas áreas de várzea é justificado pelas condições ecossistêmicas do ambiente lago, bem como nas florestas alagadas onde a presença de macrófitas aquáticas e a cobertura do solo atuam diretamente na consolidação dos habitats de diversas espécies (Lopes *et al.*, 2023). Ademais, conforme os autores, os principais portos de pesca estão distribuídos

ao longo da calha do alto e baixo rio Solimões e baixo rio Amazonas, sendo eles, Tabatinga, Iranduba e Parintins (Figura 10). A frota pesqueira que abastece Tabatinga atua em 36 locais de pesca no período de cheias, diminuindo para 33 pontos de pesca durante a seca.

Figura 8 – Indústria pesqueira no Amazonas



Fonte: IBGE (2014); INDE (2024).

Manaus desponta como principal centro de atração para a economia pesqueira do Amazonas, visto que a cidade é o maior mercado consumidor do estado, localizada numa região densamente habitada, cujo deslocamento hidro-rodoviário dinamiza seu mercado comercial e industrial. No entanto, outras cidades-polo para a atividade exercem influências menores em seus respectivos centros, como Manacapuru e Itacoatiara, cidades cuja frota pesqueira atua diretamente no atendimento da demanda pelo consumo local, bem como para a atividade industrial.

Em Iranduba, importante entreposto pesqueiro, o raio de atuação das frotas pesqueiras é menor quando comparada à Tabatinga, explorando aproximadamente 14 locais durante a cheia e 17 locais no período da seca. Em geral, os pescadores que atuam no mercado do município têm preferência pelos ambientes rio e lago no

entorno da cidade, atuando numa distância máxima de 8,5 km da sede do município em ambos os períodos hidrológicos (LOPES, 2023). De acordo com Batista *et al.* (2019), em razão da localização do município em relação aos mercados de Manacapuru e Manaus, seu papel se restringe a ser um relevante entreposto para a recepção da produção a ser deslocada para as indústrias nas cidades vizinhas.

O mercado parintinense, no baixo rio Amazonas, é o mais representativo, quer seja pelos 44 pontos de pesca, quer seja pela distância média percorrida pela frota pesqueira ser uma das maiores do estado, apresentando um raio de atuação de 83 km durante as cheias e secas. Segundo Lopes *et al.* (2023), os barcos de pesca costumam percorrer cerca de 1.028 km no período de seca, para pescar em 23 pontos de pesca. A alta procura é resultado da baixa oferta de espécies diante do histórico cenário de exploração da ictiofauna no decurso do médio e baixo rio Amazonas. Nesse sentido, é comum que pescadores comerciais levem mais tempo até alcançar a produção desejável.

A concentração demográfica no trecho Solimões-Amazonas (Tefé, Manacapuru, Itacoatiara e Parintins), aliado à disponibilidade da infraestrutura pesqueira (portos, entrepostos, indústria), faz destas cidades importantes mercados pesqueiros, conseqüentemente, o número de conflitos socioambientais se eleva mediante a sobre-exploração do peixe (Batista *et al.*, 2019; Lopes *et al.*, 2023).

Batista *et al.* (2019) acrescentam que o raio de influência dos mercados pesqueiros corresponde às características das frotas de pesca, ou seja, embarcações capazes de transportar até 97 toneladas atuam em diversos pontos de pesca. Por outro lado, embarcações menores, em particular, as motorizadas, com capacidade para transportar até 2 toneladas, restritas a distâncias menores, geralmente atuam no abastecimento de feiras e mercados dos pequenos centros urbanos. Itacoatiara, Coari, Marañ, Jutai e Tapauá registram 42,2% de toda frota pesqueira voltada exclusivamente para a pesca artesanal com destino aos mercados locais. Manaus, por sua vez, concentra sozinha 32,1% da frota, entre pequenas e grandes embarcações.

Para que a produção pesqueira alcançar certo estágio de produtividade considerado positivo para a indústria pesqueira, é necessário haver o aparelhamento entre a força de trabalho, frota pesqueira e a dinâmica hidrológica (Batista *et al.*, 2019). O processo de captura do pescado na atividade artesanal difere das atividades comerciais, o pescador é orientado pelos fatores econômicos e sociais, mas,

sobretudo, ecológicos. Sabedores da influência positiva relacionada à manutenção do estoque pesqueiro, racionalizam o trabalho durante as pescarias, focalizando na comercialização para feiras e mercados municipais.

O avanço da pesca comercial/industrial atraiu diferentes possibilidades de desenvolvimento para o emergente mercado pesqueiro desde o início da década de 1960. O deslocamento para as cidades e a incorporação da mão-de-obra dedicada à atividade pesqueira elevaram a infraestrutura pesqueira existente, demandando novos arranjos espaciais, inclusive a descentralização destes mercados pelo estado. Uma das influências negativas desse desenvolvimento, além da precarização do trabalho e elevação no preço do peixe, foi a sobrepesca de diversas espécies. Tal fator motivou o crescimento de conflitos socioambientais envolvendo pescadores comerciais e artesanais, além do confronto com pequenos pescadores-camponeses que pescam para a subsistência familiar.

Questões externas à exploração pesqueira contribuíram para a diminuição do estoque pesqueiro, como a perda da cobertura vegetal nas áreas de várzea do baixo rio Amazonas mediante a exploração madeireira e pecuária, alterando drasticamente a composição da biomassa presente nas planícies de inundação (Castelo *et al.*, 2018). A presença da cobertura vegetal contribui para a preservação dos habitats que oferecem refúgio para as espécies, facilitando as pescarias diante da concentração de pescadores nessas regiões. O mesmo ocorre com a alta concentração de arbustos com altura variante entre 0,5 e 5 metros, pois auxiliam na migração lateral de diversas espécies que buscam refúgio para reprodução ou alimentação, independente do ciclo hidrológico (Lopes *et al.*, 2023).

Nesse sentido, a presença considerável de espécies em rios e lagos possui relação direta com a conservação ambiental. Diversas espécies de peixes costumam regular sua população conforme as condições do ecossistema aquático, a partir daí, essas espécies emitem respostas aos fatores limitantes como mecanismo compensatório à sua própria reprodução. É comum que determinadas espécies modifiquem sua composição em virtude das condições do habitat, principalmente nos espaços onde não há presença de matas ciliares e o aumento da intensidade da luz diminui a entrada de materiais alóctones (Castelo *et al.*, 2018). Desta maneira, à medida que o ambiente é degradado, as espécies migram desses ecossistemas à procura de novos espaços para a sua reprodução.

Assim sendo, o avanço da frota pesqueira consubstanciado pela ampliação da infraestrutura comercial/industrial no Amazonas foi responsável pela maximização da exploração de rios e lagos, em particular, mediante métodos de captura nocivos ao ambiente aquático. Comunidades ribeirinhas do baixo rio Amazonas identificaram a perda da mata ciliar como estratégia para a captura do pirarucu durante o período de migração lateral, quando escondidos na borda do estuário, lançavam suas redes de malhadeira para capturar um expressivo número dessa espécie, destinada aos mercados locais (Said Pinheiro e Cruz, 2024). Desde o início dos anos 2000, houve o aumento do número de conflitos aquáticos envolvendo pescadores comerciais e ribeirinhos no Amazonas (Said Pinheiro e Cruz, 2024), todavia, a resposta das populações ribeirinhas ocorreu mediante a mobilização comunitária em prol do ordenamento pesqueiro, reivindicando a atuação do Estado na mitigação dos conflitos, bem como a implementação de políticas enérgicas quanto à conservação dos recursos pesqueiros.

2.4. Mercado de Pesca no Amazonas

O incentivo à pesca no país ganhou força enquanto projeto econômico apenas na primeira metade do século XX, envolvido no processo de industrialização nacional. Em 1962 é criada a Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), coligada às empresas regionais como estratégia setorializada e coadunada à tantas outras como o transporte, a indústria, moradia. O modelo de desenvolvimento encabeçado pela entidade consistia na proliferação da indústria pesqueira a partir de incentivos fiscais que beneficiaram pescadores profissionais e empresários do setor pesqueiro.

No Amazonas, até a década de 1970, a questão pesqueira concentrava-se nos mercados locais e regionais. Manaus concentrava as principais unidades de beneficiamento de pescado, além de empresas dedicadas à construção e reforma da frota pesqueira que atendia os mercados pesqueiros. De acordo com Cruz (2007), a partir da instalação da Zona Franca de Manaus (ZFM), corroborado aos incentivos fiscais ofertados pela SUDEPE, o setor pesqueiro passou por diversas transformações e a concentração dessa atividade que, outrora, despontava a cidade de Manaus como principal mercado pesqueiro, dinamizou-se ao longo do estado, criando mercados e intensificando a produção pesqueira.

Um dos principais estudos que versam sobre a economia pesqueira no Amazonas é o de Batista et al. (2019), a qual os autores dedicaram atenção ao avanço da modernização da frota pesqueira para atender a demanda pelo pescado na Amazônia. Esse estudo se mostrou inovador defronte às dificuldades de operacionalização dos dados referentes à economia pesqueira no Amazonas, assim, os autores mapearam os principais mercados de pesca articulados a dinâmica urbana e seu papel na rede urbana do Amazonas.

Segundo os autores, a pesca no Amazonas é diversificada, composta pela produção oriunda da pesca artesanal e comercial, além disso, observou-se certa peculiaridade nos traços dessa economia, como a presença da figura do intermediário, atuando como negociante entre os pescadores e o mercado em geral, são pequenos empresários embarcados. Essa conjunção de uso dos recursos pesqueiros impulsionou uma economia que produziu, entre 2009 e 2019, 60 mil toneladas de pescado anualmente, explorando cerca de 500 espécies, 100 delas voltadas ao consumo das populações amazonenses (Faria Junior e Batista, 2019).

Lopes, Matos e Freitas (2023) identificaram que essa produção derivou de 1.467 locais de pesca, divididos entre ambiente, rio e lagos, concentrados ao longo da bacia hidrográfica do rio Solimões e Amazonas. Desse total, 286 locais de pesca apresentaram frequências de uso superiores quando comparados a locais de pesca voltados para a atividade artesanal. Na região do Alto Rio Solimões, foram identificados 126 ambientes dedicados à pesca comercial, 38 ambientes explorados no baixo rio Solimões e 122 locais de pesca explorados no curso do baixo rio Amazonas.

Estima-se que o raio de operação das pescarias no alto rio Solimões variasse entre 243 km durante o período de cheia, e 237 durante a vazante/seca. No baixo rio Solimões a distância de 58 km se estabilizou nos dois períodos hidrológicos. Diferentemente do raio de exploração da frota pesqueira do alto e baixo rio Solimões, as embarcações do baixo rio Amazonas costumam percorrer uma distância média de 962 km para realizarem suas pescarias, sendo o período de seca o mais dispendioso (Lopes, Matos e Freitas, 2023). Além dos fatores específicos do ecossistema aquático, a questão dos centros urbanos contribui para a compreensão do raio de exploração das frotas pesqueiras, visto que a região do baixo rio Amazonas demanda maiores

esforços em razão da sobre-exploração do ambiente rio e lago diante da demanda urbana concentrada ao longo desta bacia hidrográfica.

Em relação à frota pesqueira, Batista *et al.* (2019) afirmam que o Amazonas possui 33.451 embarcações registradas, sendo 31.187 delas canoas motorizadas e 2.264 barcos de pesca comerciais. Desse montante, foram categorizadas 6.072 canoas com propulsão a remo, 25.115 canoas com motor, com potência inferior a 13,5 HP e hélice traseira, além de 453 barcos de porte médio, variando entre 10 e 20 toneladas. Outras 71 embarcações foram qualificadas como unidades de grande porte, em geral, dedicadas à pesca industrial, cuja capacidade supere 20 toneladas (Faria Junior e Batista, 2006).

Para os autores, o conjunto dessas embarcações é suficiente para armazenar e transportar um número superior a 33 mil toneladas de pescado. Essa frota pesqueira deriva dos principais mercados de pesca do Amazonas, onde a produção denuncia suas características predominantemente comerciais, sendo liderada pela cidade de Manaus (32,1%), seguida pelo município de Parintins (16,6%), Manacapuru (8,9%), Boca do Acre (3,5%) e Maués (3,3%). Embarcações menores, até 20 toneladas, sobretudo as canoas motorizadas, foram identificadas nos municípios de São Paulo de Olivença (6,7%), Manacapuru (6,4%), Coari (5,9%), Itacoatiara (5,9%) e Tabatinga (5,2%), e canoas de propulsão a remo, liderado por Itacoatiara (13,5%), Coari (8,2%), Marã (7,4%), Tapauá (6,6%) e Jutai (6,5%) (Batista *et al.*, 2019, p.151). A predominância de canoas motorizadas atendendo aos mercados internos demonstra a ligação dos mercados pesqueiros com a atividade artesanal, ainda que esta atenda a pequena indústria local, ela também corresponde ao consumo urbano do peixe *in natura* comercializado em feiras e mercados.

Desta maneira, a relação entre os locais de pescaria e as características da frota pesqueira entre a atividade artesanal e comercial evidenciam o papel da rede urbana para os mercados pesqueiros do estado.

Essa composição e distribuição da frota pesqueira que atua comercialmente no estado do Amazonas auxilia a entender: a importância que alguns mercados consumidores possuem, refletida no quantitativo de origem das embarcações, na concentração populacional e mercado para a comercialização de pescado, como no caso do município de Manaus, origem de 32,1% da frota de barcos de pesca artesanais (categoria C, D e E), local de concentração de 51,7% da população do Estado e principal porto de desembarque da produção pesqueira do Estado do Amazonas (Batista *et al.*, 2019, p. 151).

A rede urbana é um elemento indispensável para compreender a dinâmica da economia pesqueira, visto que a maior concentração demográfica do Amazonas está localizada nas cidades que compõem as bacias hidrográficas do baixo e médio rio Amazonas, totalizando 2.263.659 habitantes (IBGE, 2022), reunindo certa infraestrutura urbana e logística para a manutenção, comercialização e beneficiamento do pescado.

Nesse sentido, para Batista *et al.* (2019), a organização espacial da infraestrutura pesqueira nos centros urbanos pertencentes à bacia do rio Amazonas corresponde ao processo de organização espacial da atividade mediante investimentos para o desenvolvimento da pesca comercial no Amazonas (Figura 5).

As áreas geográficas dos mercados de atuação da frota são diversificadas, estão centradas nos principais mercados consumidores, pontos de comercialização do município de origem das embarcações, municípios da área territorial do estado do Amazonas, estados vizinhos e países fronteiriços (Batista *et al.*, 2019, p. 158).

Figura 9 – Mercados de Pesca do Amazonas



Fonte: Batista *et al.* (2019)

Nesse sentido, o papel desempenhado pela rede urbana na intermediação entre o processo de captura, beneficiamento e comercialização corresponde à finalidade das pescarias, ora voltadas para os mercados locais, ora orientadas para a exportação. Consoante a delimitação construída por Batista *et al.* (2019), o Amazonas possui dez mercados pesqueiros, três deles reúnem produções de estrados vizinhos, assim como um deles atende à demanda internacional mediante a relação transfronteiriça.

O mercado de Manaus concentra a produção pesqueira de 34 municípios; logo atrás, Itacoatiara recebe a produção de 8 cidades; Manacapuru é mercado para 6 cidades; Parintins é atendida por 3 cidades pertencentes ao Amazonas, além disso, integra o Mercado Paraense que, por sua vez, recebe a produção de 8 cidades (paraenses e amazonenses). Ao longo do rio Solimões, Tefé centraliza a produção de 6 cidades e o mercado de Tabatinga atende 15 cidades amazonenses e a cidade de Letícia, na Colômbia, sendo, portanto, um importante mercado transfronteiriço. No Alto Rio Negro encontra-se o mercado de São Gabriel da Cachoeira, concentrando a produção de 3 municípios. Por fim, na porção sul do Amazonas existem dois importantes mercados interestaduais, o Mercado Acreano responsável por atender 14 cidades e o Mercado Rondoniense englobando a produção de 5 municípios (Batista *et al.*, 2019, p.158–9) (Tabela 1).

Tabela 1 – Composição dos mercados pesqueiros do Amazonas

Mercados	Cidades
Manaus	Alvarães, Anamã, Anori, Autazes, Beruri, Borba, Caapiranga, Canutama, Carauari, Careiro, Careiro da Várzea, Coari, Codajás, Fonte Boa, Iranduba, Itacoatiara, Itapiranga, Juruá, Lábrea, Manacapuru, Manaquiri, Manaus, Marã, Maués, Nova Olinda do Norte, Novo Airão, Novo Aripuanã, Pauini, Rio Preto da Eva, Tapauá, Uarini, Urucará e Urucurituba
Itacoatiara	Autazes, Itacoatiara, Itapiranga, Silves, Urucurituba, Nova Olinda do Norte, Boa Vista dos Ramos e Maués
Manacapuru	Novo Airão, Tapauá, Anamã, Caapiranga, Beruri e Manacapuru
Parintins	Boa Vista dos Ramos, Parintins e Maués
Mercado Paraense	AM: Silves, Parintins, Boa Vista dos Ramos, Nhamundá, Urucará e Maués; PA: Terra Santa, Faro
Tefé	Japurá, Marã, Alvarães, Tefé, Uarini e Juruá

Tabatinga	Letícia (Colômbia); Brasil: Japurá, Maraã, Alvarães, Tefé, Uarini, Coari, Amaturá, Atalaia do Norte, Benjamim Constant, São Paulo de Olivença, Santo Antônio do Iça, Tabatinga, Tonantins, Fonte Boa e Jutai
São Gabriel da Cachoeira	Barcelos, São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro
Mercado Acreano	AM: Boa do Acre, Envira, Itamarati e Eirunepé; AC: Acrelândia, Bujari, Cruzeiro do Sul, Feijó, Porto Acre, Mâncio Lima, Manoel Urbano, Sena Madureira, Senador Guimard e Tarauacá
Mercado Rondoniense	AM: Canutama, Tapauá, Humaitá e Manicoré; RO: Porto Velho

Fonte: Batista *et al.* (2019) Org.: Said Pinheiro (2024).

De acordo com Lopes, Matos e Freitas (2023), o aumento expressivo de embarcações pesqueiras durante a década de 1970 acompanhou o crescimento das cidades e o desenvolvimento industrial do setor. O principal rompimento desse período esteve ligado à substituição gradual das formas artesanais relativas à captura de pescado pelas técnicas mais avançadas, portanto, as embarcações que surgiram nesse período acompanharam o avanço da técnica de captura e armazenamento, pois dispuseram de motores de propulsão, acompanhadas de espaços destinados à guarnição da produção mediante o uso de caixas isotérmicas (caixas de isopor), impulsionando a alta produtividade nas pescarias (Cruz, 2007).

Acompanhando tal modernização produtiva, as cidades responsáveis pela concentração da produção transformaram a infraestrutura dos portos e entrepostos, tornando-as modais de circulação e distribuição de pescados para mercados nacionais e internacionais. Capazes de superar a questão do distanciamento, as embarcações motorizadas suprimiram históricos gargalos na produção, especialmente no que tange à questão da sazonalidade dos rios. Segundo o estudo de Matos *et al.* (2021), a frota pesqueira amazonense teve um crescimento superior a 15% entre os períodos de 1970 a 2004, passando de 120 embarcações, em 1970, para 1.561 barcos, em 2004 (Quadro 3).

Quadro 3 - Distribuição da quantidade de embarcações e seus respectivos tamanhos na região portuária de Manaus no período de 1970 a 2019.

Ano	Quantidade de embarcações	Tamanho médio (m)	Local
1970	120		Mercado Adolfo Lisboa
1975	741	12,8 ± 1,8	

1994-1996	1433	14,0 ± 3,4	Terminal Pesqueiro-Panair
1997	1140	12,7± 3,0	
2001	1339	13,7± 2,4	
2002	1225	13,8± 3,2	
2003	1402	13,9± 3,1	
2004	1561	14± 3,1	
2005-2017	572	15,05± 3,4	
2018/2019	300	15,55 ± 3,0	

Fonte: Matos *et al.* (2021). Org.: Said Pinheiro (2024).

Com a expansão de investimentos no setor, integrados ao plano econômico de desenvolvimento da indústria pesqueira ao nível nacional, as características da frota pesqueira amazonense responderam à especialização da produção existente, bem como da infraestrutura dedicada à logística e circulação. O tamanho médio das embarcações que circulam no mercado manauara é superior ao tamanho daquelas que abastecem outros mercados do estado (Coari, Humaitá, Itacoatiara, Manacapuru e Parintins) e variam de acordo com sua dedicação, pois àquelas dedicadas à pesca artesanal apresentam dimensões menores, geralmente entre 12 a 14 metros, enquanto as embarcações que adquirem pescado (intermediários) variam entre 15 e 17 metros. As embarcações que centralizam a produção de Manaus são maiores devido à origem dessa produção advir da piscicultura, especialmente de espécies tradicionais como o tambaqui (*Colossoma macropomum*), por esta razão os barcos de pesca possuem dimensões superiores a 20 toneladas.

Para Matos *et al.* (2021), a relação entre o tamanho das embarcações e a produtividade está intimamente ligada às condições de armazenamento, assim como à potência do motor de pesca. Cruz (2007) observou que, no passado, o principal gargalo da pesca embarcada consistia na manutenção das espécies capturadas, defronte ao tempo de deslocamento realizado nas pescarias. O uso de caixas isotérmicas comprometia a qualidade do peixe capturado. A partir de 2004, o cenário das embarcações era diferente daquele observado por Cruz (2007), havia o predomínio de *freezers* dedicados à conservação da produção em embarcações do tipo geleiras. Até esse período era costumeiro observar em embarcações menores a presença de caixas isotérmicas, contudo, com a difusão dos mercados de pesca e o crescimento de linhas de crédito para proprietários de embarcações, pouco a pouco a

frota pesqueira substituiu as caixas de isopor pela conservação em *freezers* (Matos *et al.*, 2021).

Em relação à potência dos motores, Matos *et al.* (2021) acrescentam:

Entre 1976 e 1996 as embarcações eram compostas predominantemente por motores da marca Yanmar (>70%), enquanto que em 2018/2019 a marca mais frequente foi MWM compondo cerca de 60% das embarcações. (...) A amplitude de potência dos motores das embarcações aumentou ao longo do tempo passando de 10 a 100 HP na década de 70, para 13 a 315 HP em 2018/2019 (Matos *et al.*, 2021).

A modernização da frota pesqueira impactou também na racionalidade da exploração dos recursos aquáticos. Pode-se afirmar que, anterior à motorização das embarcações, a jornada de trabalho era superior, embora o número de locais explorados fosse inferior. Isso se deu em razão das condições de armazenamento do pescado, geralmente capturadas para atender à demanda urbana. Na contemporaneidade a realidade é outra, apesar do avanço na infraestrutura pesqueira, especialmente no que se refere a presença de empresas fornecedoras de gelo, entrepostos e postos de combustíveis, o maior número de áreas exploradas eleva a questão da sobrepesca de espécies tradicionais e de alto valor econômico para os mercados.

A dinâmica do ecossistema aquático responde aos estímulos do ambiente, portanto, durante o período de sazonalidade dos rios, conhecidos como cheias e vazantes ou pulso de inundação (Junk; Bayley; Sparks, 1989), a paisagem amazônica é alterada, seja pelo extrapolamento dos limites dos rios nas cheias, quer seja pela formação de campos abertos devido as secas. Diferentemente do que ocorre durante as cheias, na seca há a maior concentração de espécies no espaço aquático. Por outro lado, com a ampliação da disposição de habitats nas áreas inundáveis devido às cheias, a ictiofauna responde com o maior número de migrações. É nesse período que espécies ameaçadas costumam migrar para outros espaços buscando segurança.

O pirarucu (*Arapaima gigas*), espécie sedentária, presente no ambiente lago, possui o comportamento sazonal, migrando lateralmente de ambiente durante o período de cheia. Esse padrão sazonal interfere diretamente na lógica da sua captura, visto que na cheia o pirarucu reaparece no mercado em razão do movimento migratório, período pelo qual ocorre a hipervalorização da espécie nos mercados regionais. Entretanto, é no início da seca, anterior ao rompimento do tráfego no

estuário, que pescadores comerciais atuam com vigor na captura dessa espécie, instalando-se nas bordas dos estuários à espera dos fluxos de retorno ao ambiente de origem dessa espécie (Matos *et al.*, 2021). Devido o comportamento sedentário, o habitat do pirarucu é composto por refúgios no fundo dos lagos ou arbustos na superfície, tornando dispendiosa a sua captura, por esta razão que pescadores comerciais aproveitam o início da vazante para captura o maior número do peixe com o uso de malhadeiras (Figura 6).

A pesca no ambiente lago é altamente lucrativa para pescadores comerciais e artesanais. Dependendo das condições fisiográficas, especialmente da capacidade de nutrientes disponíveis nas áreas de várzea, esses fatores vão indicar a adaptabilidade de algumas espécies nesses habitats, seja de forma permanente ou sazonal. O pirarucu prefere o ambiente lago onde as matas ciliares encontram-se preservadas, visto que é nesse espaço que se reproduzem durante a seca.

Os rios e alguns de seus tributários de água branca, como o Solimões e Purus, têm sua produtividade associada à alta carga de nutrientes, diferentemente das bacias de água preta (Junk; Bayley; Sparks, 1989; Barthem; Goulding, 2007). Por outro lado, alguns ambientes aquáticos, como o rio Amazonas, dispõem da vegetação necessária para espécies herbívoras e onívoras se reproduzirem durante o período de cheias (Lopes, 2023).

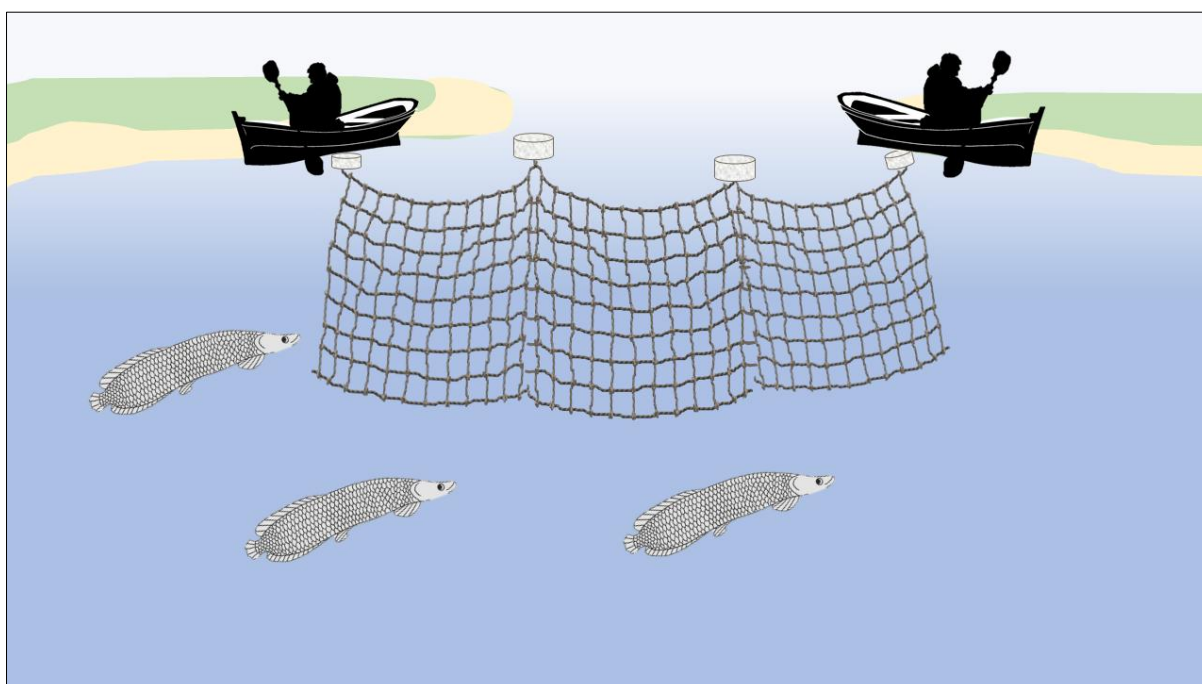
De acordo com Matos *et al.* (2021):

Os peixes têm preferências por ambientes dependendo da sua estratégia de vida, devido ao seu comportamento reprodutivo, migração, alimentação e refúgio de predadores (SANCHEZ-BOTERO; ARAÚJO-LIMA, 2001). As espécies relacionadas ao ambiente de rio, são peixes migradores, formadores de cardumes, sendo encontrados nas margens de rios de águas brancas, claras e pretas (BARTHEM, 1990; FERREIRA, 1993, SAINT-PAUL *et al.*, 2000; FREITAS; GARCEZ, 2004; SIQUEIRA-SOUZA; FREITAS, 2004). As espécies que são amplamente capturadas em lagos têm hábitos sedentários, preferindo ambientes de águas paradas. Porém há espécies migradoras, mas que se deslocam aos lagos nos períodos reprodutivos ou para alimentação (Goulding, 1980; Siqueira-Souza; Freitas, 2004).

Além da racionalidade envolvente ao mundo do trabalho dos pescadores, para Matos *et al.* (2021), desde a década de 1940 ocorre a progressiva substituição de apetrechos e técnicas de captura durante as pescarias, acentuando-se na década de 1950, diante da modernização da frota pesqueira e a necessidade de atender novos mercados.

Esse incremento tecnológico resultou na sobreexploração de diversos estoques de peixes, especialmente de espécies de maior demanda do mercado consumidor, como *Arapaima gigas*, *Colossoma macropomum*, *Pseudoplatystoma tigrinum*, *Pseudoplatystoma fasciatum*, *Semaprochilodus* spp., *Prochilodus nigricans*, *Brachyplatystoma vaillantii*, *Brachyplatystoma rousseauxii* e *Brachyplatystoma filamentosum* (BARTHEM, 1995; BARTHEM; GOULDING, 1997; ISAAC; RUFFINO; MCGRATH, 1998; ISAAC; RUFFINO, 2000; ISAAC; CERDEIRA, 2004; CATARINO et al., 2014; CAMPOS et al., 2015) (Matos et al., 2021, p.3).

Figura 10 – Pesca com malhadeira na borda do estuário



Elaboração: Said Pinheiro (2024).

O estudo de Matos et al. (2021) indicou que as frotas pesqueiras que atracavam no Porto de Manaus até a década de 1950 usavam redes e malhadeiras entre as técnicas de captura utilizadas entre os pescadores. A predominância desses apetrechos se deu mediante a capacidade de explorar abundantemente espécies em um curto espaço de tempo, especialmente cardumes, voltados à comercialização nas feiras e mercados.

De acordo com Matos et al. (2021), a pesca no rio Amazonas corresponde a 11% do quantitativo de pescado que abastece o mercado de Manaus. Entre esse montante, os autores determinaram dois grupos de espécies de maior consumo, oriundas do ambiente rio e lago. No ambiente rio, foi observada a predominância da captura do Jaraqui (*Semaprochilodus brama*), Curimatá (*Prochilodus lineatus*) e Piramutaba (*Brachyplatystoma vaillantii*), enquanto no ambiente lago prevaleceu a captura da Aruanã (*Osteoglossidae*) e da piranha-vermelha (*Pygocentrus nattereri*).

A preferência pela pesca no ambiente rio durante o período de cheia descende do seu potencial de captura, visto que peixes migradores se organizam em grandes cardumes, facilitando o processo da captura. O lago é comumente habitado por espécies sedentárias, e ainda há o grupo que transita entre os ambientes rio e lago, tanto para reprodução quanto para fins de alimentação, dependendo exclusivamente do ciclo hidrológico (Goulding, 1980; Siqueira-Souza e Freitas, 2004).

Em geral, os dias dedicados às pescarias variam desde a bacia hidrográfica, aos períodos do ano e, principalmente, à sazonalidade. Os mercados que demandam o maior tempo durante as capturas é o Mercado Acreano e Rondoniense, visto que as frotas que abastecem esses mercados derivam de pontos de pesca localizados ao longo dos rios Madeira, médio rio Amazonas e Solimões, totalizando 13, 9 e 9 dias, respectivamente (Matos *et al.*, 2021).

O baixo rio Amazonas concentra a maior densidade populacional do estado, 2.263.659 milhões de habitantes (Manaus, Itacoatiara e Parintins) (IBGE, 2022), possui uma demanda urbana expressiva, assim sendo, o tempo nas pescarias é reduzido para oito dias no total diante da alta demanda dos mercados locais, bem como das indústrias pesqueiras instaladas neste trecho (Mercados de Manaus, Itacoatiara, Parintins e Pará).

Durante períodos de seca, a população urbana da região de Manaus–AM consome mais pescado, por consequência, a prática haliêutica se expande nesses períodos, em particular, entre novembro e dezembro. Em contrapartida, o consumo diminui durante as cheias e alcança seu menor rendimento no mês de junho. O consumo de algumas espécies indica a relação entre as condições socioeconômicas e o preço praticado na comercialização do peixe, afetando a dieta alimentar da população urbana diante dos preços praticados, ampliando as desigualdades no acesso à proteína.

Além disso, o estudo desenvolvido por Matos *et al.* (2021) explorou a comercialização de pescado em frotas pesqueiras voltadas para a compra (intermediários) e da piscicultura. Os autores concluíram que os principais barcos responsáveis pela aquisição de pescado nas comunidades tradicionais vêm do mercado de Tabatinga, Tefé e Manaus (alto e médio Solimões-Amazonas, Juruá, Madeira, Purus), enquanto os barcos oriundos da produção da piscicultura derivam dos mercados de Tabatinga e Rondônia (alto Solimões e Madeira).

Ademais, os autores observaram irregularidades na comercialização de espécies como a não observação de espécies proibidas segundo o período de defeso e àquelas cujas comercializações não são permitidas pelos órgãos ambientais, como a comercialização da manta do pirarucu (*Arapaima gigas*), vendida nos portos de Manaus, negociada pelos intermediários. Desde a década de 1990, o IBAMA construiu importantes políticas ambientais direcionadas ao ordenamento pesqueiro e conservação das espécies historicamente ameaçadas de extinção, o pirarucu (*Arapaima gigas*), espécie explorada desde o século XVIII, têm sua pesca restrita às áreas de manejo e piscicultura, segundo a Portaria n.º 8, de 2 de fevereiro de 1996.



II PARTE

CAMPESINIDADE, LUTAS E ARTICULAÇÕES

3. IDENTIDADE CAMPONESA

3.1. O território dos Filhos do Arari

A sociologia do campesinato releva suas singularidades mediante a apresentação dos elementos sociopolíticos que constituem essa estrutura social numa escala local ou mundial. Seu organismo social é resultado de diferentes temporalidades que desnudam a formação social e territorial brasileira (Moreira, 2020). Particular e complexa, sua estrutura e conjuntura desenvolvem-se a partir de um conjunto de ações que lhes confere identidade e autonomia, tendo como alguns determinantes a cultura e, no caso amazônico, a relação entre o campo e a cidade (Harris, 2006; Cruz, 2007).

Portanto, Shanin (1976, p.55–6) definiu o campesinato como uma organização complexa, secular e coletiva, atravessada pelas influências do período histórico, passível de compreensão através dos movimentos da economia e política, responsáveis pela estruturação das relações de re-produção no campo. A leitura preconizada pelo autor orienta uma interpretação das relações camponesas a partir da perspectiva heterogênea, e não homogênea.

La unidad doméstica era la unidad básica de producción, consumo, posesión, socialización, sociabilidad, apoyo moral y ayuda económica mutua. Tanto el prestigio social como la propia estimación de un campesino estaban definidos por la unidad doméstica e la que pertenecían y por su posición dentro de la misma y lo mismo se podía decir de sus lealdades y su propia identificación. [...] La principal actividad productiva de una unidad doméstica campesina estaba constituida por los denodados esfuerzos de sus miembros en alcanzar sus objetivos – alimentar a la familia y pagar tributos e impuestos.

O camponês amazônico ou camponês-ribeirinho, conforme preconizou Cruz (2007), é resultado de um conjunto de ações postuladas durante o período colonial, no estágio primeiro da formação socioespacial da região. Surgiu durante o período entre a conversão dos gentios aos católicos “civilizados” para cidadãos portugueses e citadinos. Desta maneira, a constituição do campesinato amazônico derivou da economia política colonial, mediante o processo de etnocídio indígena, através do esforço para alterar o mosaico social da região. Assim, conforme descreveu a literatura historiográfica da região (Silva, 1992; Benchimol, 1999; Harris, 2006; Cruz, 2007; Witkoski, 2009), durante o colonialismo foram construídas diferentes estratégias, como o incentivo ao casamento entre colonos europeus e mulheres

indígenas; implementou-se a política escravocrata a partir da mão-de-obra negra africana em substituição à indígena; europeus pobres foram deslocados de Portugal para a região, com a tarefa de povoarem e trabalharem na agricultura; além disso, foram influenciados pelas missões religiosas e as políticas agrícolas desenvolvidas no início da exploração da Amazônia.

A população que se desenvolveu ao longo das áreas de várzea e terra-firme construiu seu modo de vida em consonância ao espaço habitado, de tal modo que seus saberes ancestrais comungaram para a construção do conhecimento ecológico. Isto é, uma racionalidade derivada de acordos mútuos entre homens e natureza, numa simbiose refletida no mundo do trabalho camponês ao explorar as terras, águas e florestas (Harris, 2006). Na Amazônia, há uma diversidade de trabalhos que versam sobre a sociologia camponesa (Cruz, 2007; Witkoski, 2009), devotados à especificidade do modo de vida camponês, conforme destacou Shanin (1976).

De acordo com Cruz (2023, p.2), a construção do pensamento social sobre a Amazônia, em particular, o campesinato, obedeceu a uma visão distorcida sobre suas particularidades, recaindo em generalizações que impedem de dissecar a formação dessas estruturas sociais. A reificação do camponês, associada aos valores utilitários da produção camponesa para economias locais e regionais, acabaram subvertendo as especificidades desse modo de vida, distanciando-se da interpretação profunda que compreenda essa formação social.

Algumas concepções têm visto o campesinato como algo homogêneo, no qual o mesmo teria um papel subalterno nas relações sociais. Essas visões têm distorcido a compreensão da realidade camponesa e, em muitos casos, importaram uma ideia estereotipada do *Ser* camponês. Alguns autores generalizaram as particularidades e os diferentes processos que formam os seus modos de vida, ou seja, os camponeses de vários lugares foram entendidos como iguais, desconsiderando suas especificidades. Outros, porém, têm compreendido esse processo como contraditório, percebendo as diferenças existentes entre eles.

A relação que o camponês-ribeirinho constrói com o mercado é um elemento importante de sua idiossincrasia, haja vista que o conhecimento ecológico condiciona a produção da unidade camponesa, contudo, as relações com o mercado não influenciam na organização social camponesa. Seu modo de vida resulta de tradições históricas preservadas pela oralidade no seio da unidade doméstica, onde os pais repassam aos descendentes a primeira aproximação com o ambiente, através da observação. Posteriormente, o trabalho braçal vai espelhar a capacidade da escuta e

o raciocínio envolvente à experiência sensorial no trato da terra ou durante as técnicas de captura das espécies terrestres, ou aquáticas. Neste processo, o camponês empresta sentido à memória coletiva e individual ao socializá-la com um membro da família, sob influência das transformações históricas. Este trabalho exerce influência não apenas à unidade doméstica, mas, sobretudo, à própria especificidade deste modo de vida. Segundo Cruz (2023), são essas transformações sociais e culturais que enriquecem os elementos para a diferenciação das estruturas camponesas, tornando-as específicas.

As unidades domésticas estabelecem vínculos com o mercado em razão do atendimento às necessidades dos membros de uma família para a obtenção daquilo produzido fora deste ambiente. Entende-se que, nesta relação de troca, a economia das unidades domésticas direciona-se para determinada atividade produtiva, organizando o mundo do trabalho camponês. Ao organizar sua produção, o camponês não a restringe exclusivamente à comercialização, isto porque sua racionalidade é atravessada pelas demandas familiares, principalmente durante eventos extremos como as grandes cheias e secas. Nesse sentido, a produção derivada da agricultura familiar precisa atender demandas externas e internas, numa balança social que entende a terra como espaço de trabalho e a produção como meio para aquisição de produtos de primeira necessidade para as famílias. É no equilíbrio trabalho-consumo (Chayanov, 1974), atrelado aos atenuantes regionais, que o camponês-ribeirinho construiu sua identidade por meio de espaços-tempos particulares e a sustentabilidade da exploração dos recursos naturais.

Topografias, extensões de rios e lagos, qualidade do solo, presença da vegetação nativa e a diversidade faunística são elementos indispensáveis ao desenvolvimento social e cultural do camponês. Moreira (2008) escreveu que, durante a formação territorial, questões locacionais fundamentaram determinadas seletividades, a depender dos interesses individuais e coletivos. Através dos relatos orais de moradores do rio Arari, área de várzea de Itacoatiara-AM, os primeiros povoamentos ocorreram através da difusão da economia pesqueira e agrícola, cujas informações obtidas datam que o início da ocupação ocorreu no final do século XIX.

A presença de feitorias de pesca e portos de lenha, naquele período, indicava traços da economia vigente, demonstrando certo grau de independência do campo em relação à cidade (Cruz, 2007). Naquele momento, através da diversidade de portos ao longo das calhas dos principais rios e tributários, fazia-se comércio na

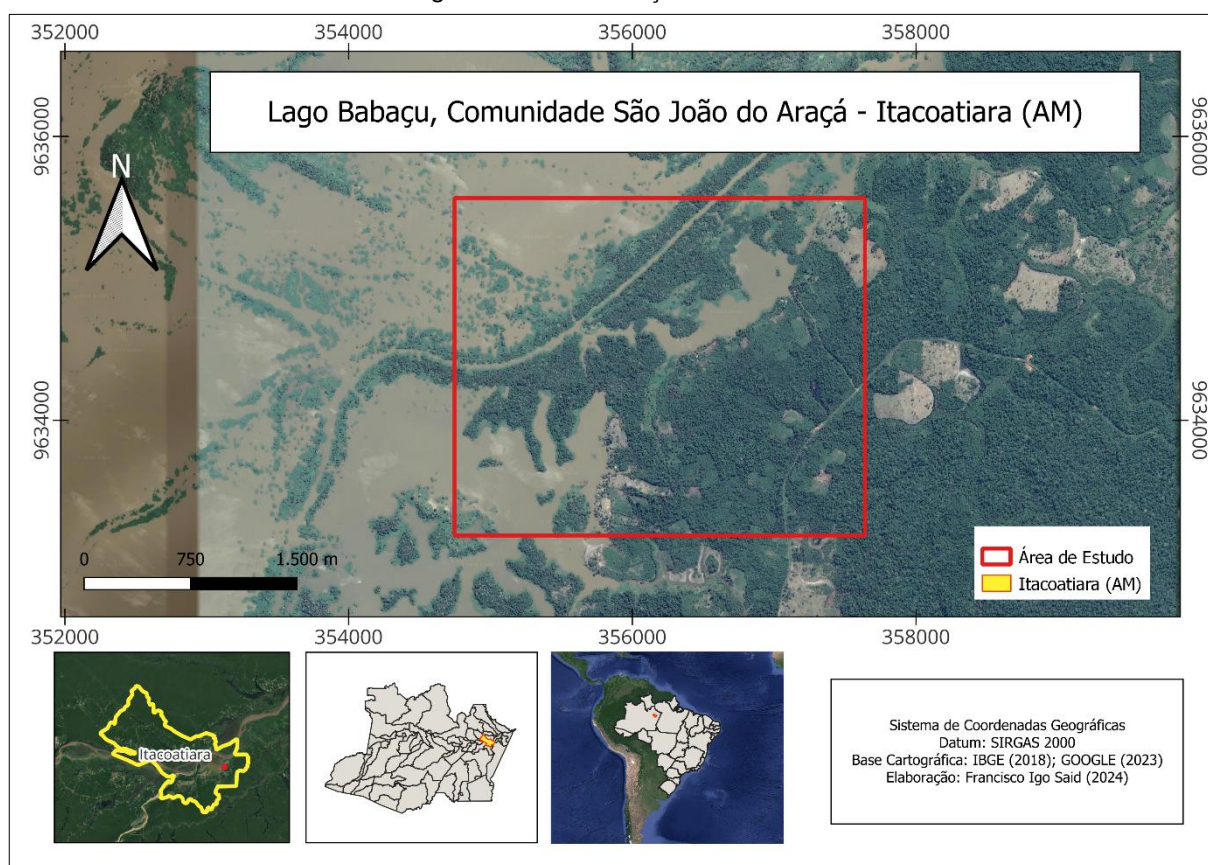
Amazônia. E diante da capacidade produtiva das unidades camponesas, além das dificuldades de deslocamento comuns desse período histórico, não havia necessidade de usar a cidade como espaço de intermediação. Desta maneira, por muito tempo a pesca e a agricultura construíram relações sociais mediante à atividade econômica, de tal forma que, para os mais antigos moradores, é impossível falar da região sem reverenciar este passado.

“Eu não saio daqui por nada!”, revelou a agricultora Socorro, importante liderança comunitária na comunidade São João do Araçá, no rio Arari (Figura 11). Esta frase, por mais simples que pareça, carregou em sua entonação traços da relação sociopolítica tecida ao longo da trajetória de vida desta moradora que, ao mesmo tempo, se mistura à consciência coletiva desta população. O agricultor Dico foi além, contou que não sai da comunidade porque foi ela que o transformou naquilo com que ele se identifica.

Essa relação afetiva apresentada nas duas falas evidencia a demarcação do espaço através da construção do “eu”, enquanto parte de uma estrutura organizativa postulada através das relações de poder, conflitos e cultura. Isto porque, para esses dois narradores, a comunidade vai além de um espaço geograficamente demarcado, parte de uma estrutura administrativa, ela é entendida como núcleo da sua existência enquanto sujeitos. O avanço da pesca predatória e o desmatamento derivado do extrativismo madeireiro exigiu de Socorro e Dico posicionamento assertivo diante da exploração dos recursos de uso comum, visto que, a partir de um certo grau de exploração, diversas famílias foram afetadas. Desta maneira, tanto Socorro quanto Dico, ao afirmarem pertencer à comunidade, evocam seus papéis políticos, transcendendo a produção camponesa, mas, acima de tudo, salvaguardando seu modo de vida e identidade.

É no ato de falar que o camponês preserva a memória coletiva e, portanto, seu modo de vida. A oralidade camponesa busca constantemente rememorar suas origens, mediante um trabalho contínuo de revisita das memórias individuais e coletivas, socializadas em diferentes momentos, para manter vivo seu sistema de crenças. “Se sou pescador, foi porque aprendi a pescar com meu pai”, contou Dico e Wanderley, ao narrarem a relação do camponês do médio rio Amazonas com a pesca artesanal.

Figura 11 – Localização da área de estudo



Fonte: IBGE (2018); GOOGLE (2023).

Os narradores discorreram que aprenderam a pescar durante a infância, quando da companhia dos pais, observavam atentamente as estratégias adotadas durante as pescarias. Além desses fatores, Dico e Wanderley vão além, expõem que, conjuntamente a essa atividade, desenvolviam estágios fundamentais do conhecimento ecológico. O ato de realizar uma pescaria não é coisa simples. Segundo os oralistas, há dias, horários e períodos adequados para a captura. Instrumentos industrializados compõem uma parte dos instrumentos de pesca, outra parte deriva do extrativismo florestal, assim, é necessário compreender qual árvore e suas dimensões estão adequadas para essa atividade. Observar o ecossistema na totalidade é uma tarefa importante, especialmente àqueles que circundam rios e lagos, pois denunciam a natureza das espécies que ocupam determinada área. O silêncio é um instrumento abstrato que compõe essa atividade. Dico e Wanderley costumavam sair para as pescarias no início da manhã, quando não havia outro sinal sonoro que o dos pássaros. Desta maneira, aprenderam ao longo da vida que a execução das ações supracitadas postulou o saber-fazer durante as pescarias, onde foi possível

compreender qual espécie está presente próximo às canoas apenas pelo som da “boiada do peixe”.

Para Almeida (2013), a simbiose envolvendo a relação entre o camponês-ribeirinho e o ambiente é regida pela relação onto-dialética, isto é, conjunção de fatores tangíveis, imaginários e culturais da sociabilidade camponesa. O atendimento ao calendário hidrológico, o regime dos puxiruns¹², a observação da disposição da vegetação que alimenta o peixe e a compreensão do regime migratório das espécies durante cheias e vazantes, orientam o mundo do trabalho camponês.

A consolidação dessa relação se dá pela natureza ontológica do campesinato amazônico, pois, os acordos metafísicos entre humanos e os encantados¹³ estabelece conexão ancestral com povos originários, assim sendo, na definição desses acordos, o sistema de crença camponês incorpora os limites subjetivos dessa relação de trocas. Por isso, ao socializar determinada atividade aos filhos, o (a) camponês (a) transmite esses saberes comuns à coletividade como alternativa para a manutenção desses acordos metafísicos, ao passo que preserva os limites da exploração da natureza pelas unidades domésticas (Almeida, 2013). É nesse limiar de aprendizagens que o conhecimento ecológico emerge enquanto testamento social das famílias camponesas.

O respeito a esses acordos místicos influencia diretamente no mundo do trabalho camponês, conforme preconizou Almeida (2013, p. 13).

Supor a existência de peixes na água constitui um compromisso ontológico, onde a palavra “compromisso” equivale a “pressuposto”. No fim das contas, talvez apenas em um pesque-pague ou em um lago, e ainda assim apenas como um ato de fé no futuro baseado no passado, é possível assegurar que um cardume exista neste exato momento antes de pescá-lo, e menos ainda no próximo ano e nos anos seguintes. Essa fé é o pressuposto de todo “plano de manejo sustentável”. Talvez as águas sejam profundas e pouco conhecidas em sua dinâmica ecológica, talvez estejam sendo afetadas pela poluição ou por efeitos inesperados da própria pesca; talvez os peixes se vinguem dos predadores deixando de seguir o trajeto reprodutivo anual,

¹² Reunião anual ou esporádica, quando se achar necessária, onde camponeses envolvidos nos laços de familiaridade ou outras relações afetivas realizam trabalho coletivo em posses individuais ou em áreas de uso comum (rios, lagos, roças, plantios, construções de casas, transumância da pequena criação no período de cheia, entre outros exemplos).

¹³ De acordo com Maués (1990, p. 196), os encantados são “seres que normalmente permanecem invisíveis aos nossos olhos, mas não se confundem com espíritos, manifestando-se de modo visível sob forma humana ou de animais e fazendo sentir sua presença através de vozes e outros sinais (como o apito do curupira, por exemplo). Além disso, incorporam-se nos pajés e nas pessoas que têm o dom para a pajelança. Entre os encantados, os do fundo são muito mais significativos para os habitantes da região. Habitam nos rios e Igarapés, nos lugares encantados onde existem pedras, águas profundas (fundões) e praia de areia, em cidades subterrâneas e subaquáticas, sendo chamado de encanto o seu lugar de morada”.

talvez os entes encantados do fundo interfiram nos planos dos humanos. Ontologias de pescadores amazônicos reconhecem no mundo subaquático populações apenas ocasionalmente acessíveis aos sentidos, como em encontros de crianças com caboclinhos ou com encantos do fundo, ao mesmo tempo em que esses mesmos pescadores participam de experimentos de “manejo sustentável” que pressupõem a contabilidade exaustiva de “tudo que existe” sob a água. E talvez matem botos, cuja existência humano-metafísica é reconhecida por eles, para usá-los como isca para peixes que o mercado urbano valoriza.

Moreira (2020), ao estudar a formação espacial brasileira, voltou-se para a cosmovisão indígena na produção de seus territórios, visto que essas “macrocélulas” eram pensadas a partir do uso racional dos recursos naturais. O sistema agroflorestal desenvolvido pelos povos indígenas foi planejado para coexistir com as habitações, pressupondo a existência dos roçados como parte da organização espacial dos sistemas de aldeamento. Entre os grupos étnicos estudados pelo autor, destacaram-se àqueles estabelecidos há pelo menos 18 mil anos ao longo de diversos agrupamentos na baía de Guanabara (atual cidade do Rio de Janeiro–RJ), onde a população poderia chegar a 100.000 indígenas, vivendo no sistema de caça, coleta e agricultura.

O acurado conhecimento ecológico influenciava a seleção dos espaços para a ocupação e edificação das moradias, tendo influência direta dos fatores ambientais (proximidade dos rios, qualidade do solo, presença de espécies arbóreas, entre outras), principalmente acerca das condições necessárias para o estabelecimento das roças. A importância dada ao lugar da roça para as populações indígenas transcende o espectro relativo à produção de alimento, fundamenta-se, principalmente, na perspectiva ritualística. Em função de sua predileção itinerante, um dos poucos espaços preservados era a roça, que, na cosmologia indígena, é um espaço sagrado porque é parte da natureza, daí descende essa relação que comumente compreendemos e convencionamos denominar nos estudos agrários de sistemas agroflorestais.

Assim, ao re-territorializar, um grupo étnico encontrava as áreas de plantio preservadas.

Não fora assim, e a comunidade indígena não teria tido a continuidade e a permanência de existência que teve, já que o arranjo de arrumação de sua geografia repete o arranjo de coevolução comunidade botânica e comunidade humana de quase 18 mil anos que ambas as comunidades geraram entre si, numa relação de reprodutibilidade coetânea e recíproca. Não fora essa repetição de correprodutibilidade, e a comunidade indígena não teria

produzido seu modo de vida cada vez que migrasse de área. Não houvesse se reproduzido a cada vez que migrasse, não se teria mantido viva. O arranjo reiterativo da origem e da coabitação respectivos de espaço foi a caução e garantia da reprodutibilidade unívoca. A coetaneidade e a permanência reproduzidas no traço do espaço. Traço de uma continuidade garantida na configuração dos campos de cultivo e campos de caça reiterativa da formação passada... Traços geobotânico-geoeconômico, pois, de uma geograficidade natural-humana/humana-natural indígena que por isso ainda percebemos no arranjo de geograficidade dos dias de hoje (Moreira, 2020, p. 17).

A formação social do campesinato amazônico, através do processo de fixação e reprodução socioterritorial, construiu seu modo de vida em consonância aos saberes ancestrais, por esta razão, o mundo do trabalho e as condições da sua sociabilidade são constantemente atravessados pela perspectiva ambiental. Ainda assim, diante dos processos históricos de (des)caracterização cultural, resultantes da influência (i)migratória, o camponês tornou-se resistente defronte às constantes expropriações territoriais e culturais (Harris, 2006).

Segundo relatos orais dos moradores da Comunidade São João do Araçá, no baixo rio Amazonas, o trabalho no roçado da mandioca é uma prática tradicional e rentável para as economias domésticas, visto que as primeiras famílias a ocuparem a região dedicavam-se ao cultivo do tubérculo, associado a outras atividades. Na contemporaneidade, a atividade assume destaque no seio das unidades domésticas diante da sua circulação nos mercados locais, conforme o relato de Dico, “nós sempre trabalhamos com farinha, é algo que vende rápido, com três sacas eu estou com o bolso forrado”.

O lugar destinado à instalação dos roçados pressupõe condições ambientais e de circulação. Diante das intempéries naturais que ocasionalmente atingem comunidades nas áreas de várzea (cheia e seca), o planejamento estratégico das famílias acerca do lugar da roça é imperativo. Segundo Dico, para os comunitários, o lugar da roça deveria obedecer ao espaço de circulação dos comunitários e a disposição em relação ao rio, mediante à organização espacial da comunidade, famílias dispostas nas áreas interiores à área central da comunidade deveriam construir seus roçados ao longo dos ramais. Pensava-se que, assim, o deslocamento da produção até a área central facilitaria o escoamento via fluvial. Naquele período (por volta da década de 1970), conforme lembrou Dico, a comunidade atuava fortemente na produção de farinha para municípios circunvizinhos e para Itacoatiara (Maués, Nova Olinda do Norte e Boa Vista dos Ramos) (Figura 12).

Outro campo de atuação da atividade econômica camponesa era a pesca artesanal, entretanto, esta, diferente da pequena agricultura familiar, era considerada ainda mais tradicional que o cultivo nos roçados. Conforme os relatos, a relação com a pesca é anterior à fundação da comunidade, quando da época do Pesqueiro de Serpa, a fixação dos pescadores nas áreas circunvizinhas propiciou seu surgimento. “Os mais antigos”, como se referem aos fundadores, foram os responsáveis pela introdução da pesca artesanal, datando, aproximadamente, cem anos desta prática no lago Babaçu, pertencente à Comunidade São João do Araçá.

Diferentemente do trabalho nos roçados, a pesca demandava ações braçais como a confecção dos instrumentos para a captura, mas, sobretudo, destreza e amplo conhecimento do comportamento das espécies presentes na região. Tudo aquilo que antecedia as pescarias fazia parte do rito necessário à concretude do processo, em se tratando do modo de vida camponês, nestes momentos a sociabilidade era fundamental para cada etapa, desde a seleção da matéria-prima a ser extraída das florestas, à sua transformação em zagaiais, cacuris ou paris¹⁴, puçá¹⁵, arpão¹⁶, matapis¹⁷, caniços¹⁸ e linhas de mão¹⁹.

Existem ainda apetrechos confeccionados com a utilização de materiais extraídos da floresta como o cipó titica (*Heteropsis spruceana* Schott), a tala de jupati (*Raphia vinífera*), de miriti (*Mauritia flexuosa* L.) e tala de guarumã (*Ischnosiphon polyphyllus*). Esses apetrechos acabam sendo viáveis para os pescadores artesanais, pois são bens que têm o custo baixo para eles; e quando os mesmos não têm a matéria-prima para a fabricação desses apetrechos nos quintais de suas residências, podem encontrá-la nas proximidades ou em outras comunidades localizadas às margens dos rios (Silva *et al.*, 2016).

O território dos filhos do rio Arari é resultado de processos históricos que influenciaram sobremaneira a origem deste povoamento, até se tornar comunidade.

¹⁴ Tanto o Cacuri quanto o pari são confeccionados com galhos de madeira, talas de guarumã e cipós. São utilizados para barrar a foz dos igarapés, impedindo a saída do peixe. Também conhecida como tapagem, esse tipo de pesca se utiliza do timbó para a captura das espécies.

¹⁵ Armadilha utilizada na captura de peixes pequenos e camarões identificados na superfície d'água. Confeccionado com náilon ou algodão, consiste no apresamento dos animais através da abertura circular.

¹⁶ Historicamente empregado na captura do pirarucu (*Arapaima gigas*) e peixe-boi (*Trichechus inunguis*).

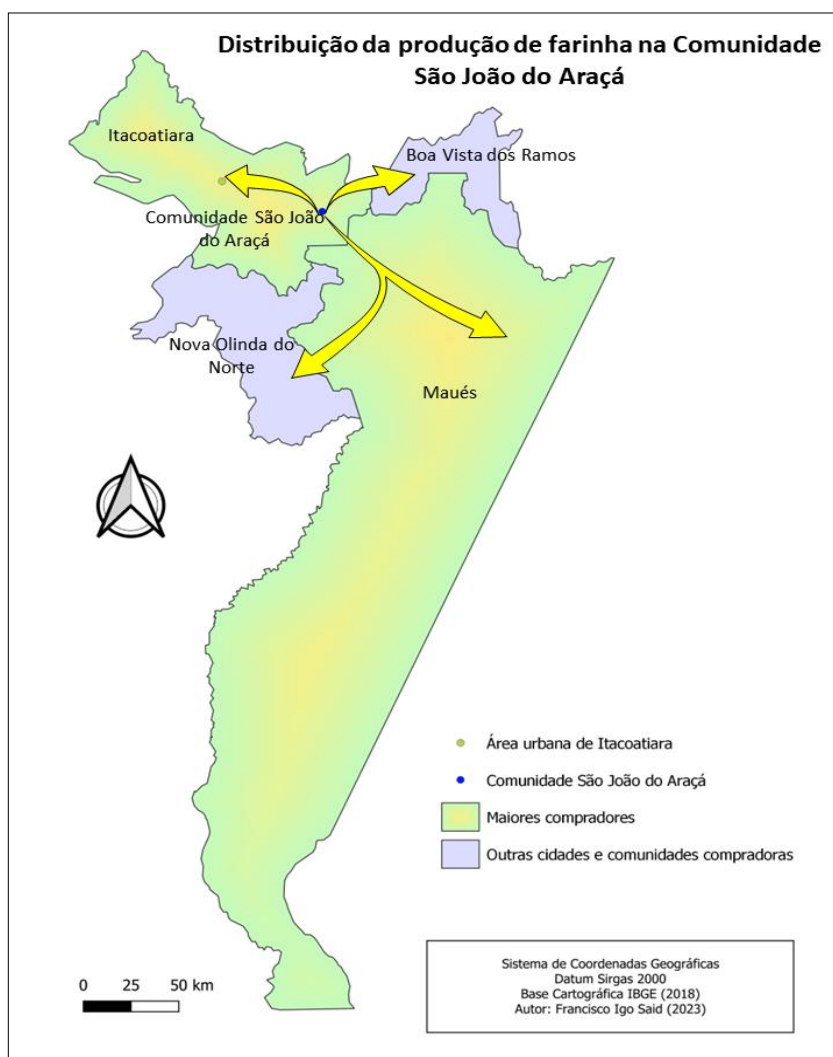
¹⁷ O matapi é um cesto de cipós que funciona como armadilha e/ou viveiro voltado à captura de camarões. Em seu interior, onde os camarões ficam aprisionados, é colocada uma isca para atraí-los.

¹⁸ Segundo Silva (2016), o caniço é uma vara curta feita de material flexível, com linha de 5 a 10 metros de comprimento, cuja extremidade possui fixado um anzol ou anzóis.

¹⁹ A linha de mão se assemelha ao caniço, contudo, sem a utilização de varas para a pesca (Silva, 2016).

O território, tal como uma instância social, política e cultural (Souza, 2013), é atravessado pelas forças endógenas, reconstruindo-o conforme a necessidade de um grupo. A pequena agricultura, a caça e a pesca situam-se como importantes mecanismos de sobrevivência das unidades domésticas desta comunidade, embora os meios de produção sofram interferências provenientes do avanço da técnica. Ainda assim, a sabedoria do ecossistema e a habilidade no trato da terra ou a aguçada observação de um pescado no rio orientam o mundo do trabalho camponês. Oposto à agricultura, o avanço da pesca indiscriminada, iniciada na década de 1960, alterou a relação do camponês com o rio, em especial, com a atividade haliêutica.

Figura 12 – Distribuição da produção familiar da farinha entre as cidades circunvizinhas à Comunidade São João do Araçá – Itacoatiara–AM.



Fonte: Entrevistas (2023).

A pesca como artefato cultural, reunindo um grupo ou família, tornou-se pouco a pouco rarefeita, diante do desaparecimento de determinados grupos de espécies.

Não foi apenas a atividade pesqueira ou a ictiofauna os afetados pelo baixo estoque de peixe, mas a tradição camponesa na totalidade, construída através da pesca e consumo do peixe. Seus moradores cresceram rodeados pela fartura de pescado, consumidos durante todo o ano e intensificados durante os festejos de santo. De acordo com Dico, no passado, bastava pegar uma rede e uma canoa e navegar pelas águas calmas do Lago Babaçu para capturar a espécie desejada para consumir numa determinada ocasião.

Entretanto, desde a década de 1950, o país mergulhou no processo de industrialização dos setores produtivos, entre eles, o pesqueiro (Goularti Filho, 2017). A difusão da indústria e frotas pesqueiras elevou a exploração dos ambientes, rios e lagos. Na comunidade, foi relatada a ocorrência do desaparecimento de espécies, a partir da década de 1950, acompanhada pela presença intensiva das frotas pesqueiras em toda a região do rio Arari. O resultado foi imediato, refletindo no consumo das famílias e nas economias domésticas. Para Dico, o ápice ocorreu durante a década de 1970, quando os comunitários passaram a registrar a ocorrência de conflitos envolvendo pescadores comerciais e artesanais, elevando a exploração ao nível da violência. Em resposta, a comunidade buscou consolidar sua organização política, atuando na defesa constante deste território, denunciando a sobrepesca e os conflitos pesqueiros produzidos na região.

3.1.1. Os Irredentos

“Através do nosso trabalho foram vendo a gente aqui!” (Dona Socorro).

A frase proferida pela agricultora Socorro elucida o processo de formação do movimento político camponês na região do rio Arari. Ao falar da trajetória deste movimento, Socorro seleciona memórias que retratam muito de si, neste emaranhado de vivências construídas desde a década de 1970, quando iniciou seu trabalho nos projetos de base, ligados às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

A agricultora foi e continua sendo uma das principais lideranças comunitárias e regionais acerca do movimento em defesa dos territórios tradicionais no Amazonas. Sua atuação começou através dos projetos educacionais ofertados pelas CEBs, onde Socorro pôde concluir a educação básica. As CEBs, ligadas à Igreja Católica, foram um importante organismo social responsável pela politização camponesa, baseada na

Teologia da Libertação. Neste espaço, Socorro formou sua consciência crítica e construiu outras leituras de mundo, percebendo o processo pelo qual ela estava submersa. Segundo Socorro, sua politização foi um passo importante porque, através dela, foi possível ocupar, ser vista e ouvida enquanto liderança dos movimentos sociais do campo. Iniciou sua trajetória na luta pela terra, atuou na Pastoral da Juventude e, mais tarde, na Pastoral da Mulher, ocupando o posto de ex-representante de ambas as instituições no cenário local, estadual e nacional (Figura 13).

No relato a seguir, a agricultora expõe diferentes momentos da trajetória em defesa do rio Arari, entre elas, a mais emblemática, tratando-se do movimento em defesa do peixe defronte à sobrepesca.

Nós participamos de muitos encontros de ribeirinhos que acontecia lá em Manaus, às vezes com o pessoal de Tefé que trabalhava o acordo de pesca. A partir desse contato decidimos trabalhar aqui também. Nosso primeiro encontro assistido aconteceu em 1987, daqui foram alguns moradores na nossa delegação e nesses encontros aprendíamos muito com as lideranças comunitárias, também eram doados materiais de estudo sobre a pesca, legislação. O livro “A Lei da Vida” fez a gente entender o porquê lutávamos (Dona Socorro).

Figura 13 – Participação das mulheres camponesas do rio Arari no encontro estadual de Mulheres Camponesas (Praça Heliodoro Balbi, em Manaus, na década de 1990).



Fonte: Acervo pessoal da narradora (2023).

A memória individual de Socorro evidencia dois importantes momentos do processo de politização camponesa no Amazonas; o primeiro deles refere-se à sua inexistência até a década de 1970; o segundo, decorre do trabalho socioeducativo realizado pelas CEBs. A presença do campesinato no cenário político em diferentes escalas, rompeu com a sacralidade elitista que o invisibilizou enquanto estrutura social e organizativa, projetando o movimento a outros patamares durante eventos cruciais da democracia brasileira, como a ditadura cívico-militar, bem como na luta travada contra a burocratização para a institucionalidade das demandas populares.

Essa memória narrativa emprestada pela agricultura revela a natureza das lutas vivenciadas pela população no campo brasileiro, em particular, o amazônico. Atravessada pela exclusão sociocultural e territorial, Socorro buscou desvencilhar o campesinato da perspectiva do imobilismo social, afirmando que o território camponês transcendia o lugar da produção da agricultura familiar, situando-se no espaço de reprodução cultural, a partir da herança ancestral que determinava a relação dos sujeitos com o ambiente (Figura 14). No limiar da sua trajetória, a agricultora revelou enfaticamente que, entre todas as demandas enfrentadas, uma das mais importantes foi a questão redefinir o papel da mulher camponesa, segundo a ótica das relações patriarcais. Esse talvez seja um dos mais importantes elementos da narrativa enunciada pela Socorro, porque transmite o rompimento da passividade culturalmente reproduzida nas comunidades. Através das CEBs, Socorro compreendeu que, para romper com a questão da invisibilidade sendo mulher e camponesa, seria necessário organizar um movimento de base que, ideologicamente, estivesse aparelhado. Não à toa, enfatizou a importância da adesão das mulheres nos movimentos sociais no campo.

Comecei na Pastoral da Juventude aqui em Itacoatiara, aqui no interior, depois participei do sindicato. Depois fui para a Pastoral da Mulher, compondo o Movimento de Mulheres. Depois de um tempo me vi preparada para representá-las. Então assim, por onde eu ia e tudo aquilo que eu ouvia me dava mais conhecimento, principalmente porque eu defendia a maior participação de mulheres nos assuntos do campo, mulheres empreendedoras construindo seus negócios. Todo o nosso trabalho aqui também passava pela questão das mulheres (Dona Socorro).

Seu Raimundo, 65 anos, conhecido popularmente como “Dico”, é outro personagem da trajetória do movimento político-camponês no rio Arari. Cônjuge de Socorro, diferentemente de sua esposa, cujos chefes familiares descendiam da

comunidade, seu pai nasceu em Parintins–AM, partindo para a comunidade quando adulto, casou-se com a mãe de Dico e ali estabeleceu sua vida.

Figura 14 – Dona Socorro e seu filho Robson transferem rejeitos de massa asfáltica para trajetos da vicinal que foram deteriorados pela ação dos eventos chuvosos.



Fonte: Said Pinheiro (2023)

“Meu pai trabalhava embarcado, fazia de tudo um pouco. Numa dessas viagens conheceu minha mãe e nunca mais voltou”. O itinerante parintinense decidiu estabelecer moradia no rio Arari em virtude da sua relevante posição geográfica em relação a Manaus, Itacoatiara e Parintins, importantes postos para as embarcações no Amazonas. Além disso, os barcos de Itacoatiara davam suporte aos entrepostos sediados nas cidades de Maués, Silves e Urucará e Manaus. Conforme relatou o agricultor, a fixação de seu pai na comunidade considerou as condições necessárias à reprodução familiar naquele novo espaço, por isto, observava costumeiramente a dinâmica do antigo ofício como alternativa próxima. No entanto, o trabalho com a agricultura e a pequena criação de animais alterou essa perspectiva, diante da demanda crescente dos mercados urbanos.

Ao relatar sobre seu pai, Seu Dico, na verdade, evidencia a formação social do campesinato amazônico que, desde a colonização, é atravessado pelas migrações, entretanto, diferente daquela época, na atualidade, o processo é outro. A migração intrarregional, observada no relato de Dico, deriva do movimento de retorno realizado pelo grupo de indivíduos que, no decurso da urbanização, precisou deixar as comunidades em busca de trabalho. E este movimento se faz presente, quando o agricultor associa essa memória à insatisfação de presenciar os filhos de seus compadres deixando a comunidade, no ato que, de acordo com Dico, deveria ser o inverso. “Saem da comunidade para estudar e, ao retornarem, ficam alguns anos e logo se mudam. E a escola da comunidade recebe professores de outros lugares, que desconhecem a região.”

Retornando à memória do pai de Dico e à relação com a atividade embarcada, percebe-se que, naquele período, além da presença de trabalhadores urbanos, havia o emprego de camponeses nas diversas funções da atividade embarcada. Geralmente, eram cooptados para o trabalho nas pescarias, comumente empreendidas durante os ciclos hidrológicos. Depois, o trabalho embarcado transformou-se numa alternativa para o camponês, ao longo de períodos extremos, como cheias excepcionais, retornando no período de vazante para dedicar-se à atividade agrícola.

A memória narrativa de Socorro e Dico transformou-se no fragmento da memória coletiva dos moradores do rio Arari, rememorando eventos específicos da formação socioespacial camponesa, bem como dos ciclos econômicos que atravessaram a região e as economias das unidades domésticas. Segundo seus relatos, a relação com a atividade embarcada recebe influência direta do processo de povoamento do rio Arari, bem antes da instalação de flutuantes ligados à pesca comercial.

À luz da historiografia, as fontes orais confirmam o papel estratégico da região do médio rio Amazonas para os setores políticos e econômicos do estado, em diferentes momentos históricos. Segundo Furtado (2002), existia na região o Pesqueiro de Serpa, edificado, inicialmente, para a guarnição militar existente ao longo do rio Madeira, no período da formação territorial amazônica. Posteriormente, a atuação dos pesqueiros reais enveredou pela perspectiva econômica, transformando a pesca numa rentável atividade, atraindo inúmeras pessoas para atuar nos pesqueiros (Cruz, 2007). E assim, conforme a historiografia e os relatos orais, se

iniciou o processo de ocupação do rio Arari, atraídos pela atividade pesqueira, as primeiras famílias construíram o modo de vida associado à identidade dos grupos sociais, à religiosidade e à ancestralidade.

Em relação ao modo de vida, especialmente à ligação entre a ancestralidade e o processo de territorialização camponesa, seu Dico se aprofunda nos laços de pertencimento à cultura camponesa ao afirmar que, pelo fato de seu pai ser um caboclo filho de Parintins, sua identidade personificou o agricultor através da relação construída na comunidade, em particular, com o mundo do trabalho. “Aprendi a trabalhar com a terra e com a pesca vendo meu pai trabalhar”. Essa idiossincrasia de ser camponês, através dos relatos, se reafirma a cada memória reativada no quadro de referência onde a ancestralidade é o fio condutor para determinar quem é aquele sujeito que se reproduz socialmente nas várzeas amazônicas (Figura 15).

Os relatos de Dico, através do trabalho na agricultura familiar, e de Wanderley, com a pesca, suscitam a relevância da socialização do trabalho com os pais, para a construção da racionalidade camponesa e a especificidade da relação do homem e da mulher do campo no rio Arari.

Bem, eu nasci e me criei na comunidade. Meu pai é filho de Parintins e a minha mãe é filha daqui mesmo. Sou agricultor e já trabalhei com meu pai mexendo com gado, poucas cabeças que nós tínhamos. Mas uma coisa que nunca a gente deixou de trabalhar foi a roça, o trabalho da farinha, esse foi o primeiro trabalho que a gente aprendeu há muito tempo, antes mesmo de ser comunidade, porque ela só passou a existir em 1974 (Seu Dico).

Quando eu era jovem, criança, o meu pai trabalhava na pesca e eu fui aprendendo, quando me casei fiquei só na agricultura mesmo. E na época do meu o preço não ajudava, né? Agora não. Acabou com matar um peixe rapidinho vende, né? Vende e é fácil, naquela época não. Se ele pegasse muito, já não vendia mais quase. Tinha que trazer para casa para não estragar (Seu Wanderley)

Todavia, o relato de Socorro, aquém dos demais, demonstra certa ruptura aos padrões patriarcais vivenciados no campo, à sua época. Segundo a agricultora, durante a infância, seus pais buscaram alfabetizá-la segundo as condições socioeconômicas da família e a disponibilidade docente para tal. Seus pais, por outro lado, não tiveram a chance de sentar-se no banco da escola, obrigados a trocar o caderno pela enxada, refletiram nos filhos, anseios de outrora. Possivelmente, esse tenha sido um dos indicadores da necessidade voraz de Socorro pela transformação social da comunidade por intermédio da educação, visto que, ainda na infância, foi

atravessada pela ausência de uma escola, direito fundamental que o Estado deveria resguardar a todos.

Fui seringueira desde os meus 14 anos. Tive que ajudar minha mãe a cortar seringa para pagar a minha professora para ensinar eu e meu irmão mais novo. Era o tempo da Carta do ABC. Quando comecei, estudei todo aquele ABC, tinha que aprender a ler, escrever, né? Aqui na comunidade não tinha. Quando terminei, eu já sabia ler algumas palavras, escrever (Dona Socorro).

Figura 15 – Seu Dico em visita a horta familiar destinada à subsistência e comercialização.



Fonte: Said Pinheiro (2023).

Dico, Socorro e Wanderley são considerados porta-vozes da memória da comunidade em crescimento. Seus relatos revelam fases do passado e os desafios do presente, por esta razão, são considerados neste trabalho como irredentos. Ao observar o passado, das lutas e alegrias, esperanças no futuro a continuidade deste movimento de atuação camponesa em defesa de seus territórios. Resistem pela necessidade de autoafirmação da identidade perante a iminente invisibilidade, pois, conforme seus depoimentos, não marginalizam o sujeito, mas toda a sua história.

A coletividade, inerente aos grupos sociais do campo, no rio Arari, comungou em diferentes estágios da formação espacial, desde a gênese do povoado à conformação da comunidade. No bojo desses processos, a construção social

camponesa, decorrente dos movimentos migratórios, buscou empregar a primeira manifestação do modo de vida emergente, a questão do topônimo. Segundo as fontes orais, o primeiro nome utilizado para se referir à comunidade, até o final do século XIX, foi Lago do Araçá, em alusão ao lago e presença do fruto araçá-boi (*Eugenia stipitata*), abundante na região. No início do século XX, defronte à migração nordestina para as áreas de várzea e a forte presença da religiosidade católica, a comunidade passou a se chamar Santa Ana, em devoção à santa de nome homônimo, tradicionalmente festejada pelas famílias de fundadores. Dico relatou haver naquela comunidade um festejo à santa, onde, durante dias, a comunidade congregava a devoção católica, ao passo que festejava o sucesso da produção familiar, rogando bençãos para o ano vindouro.

De acordo com seu Wanderley, descendente dos fundadores, o festejo era também uma ritualística onde as famílias pediam a santa intercessão pela produção dos seus roçados e fartura nas mesas. Para alcançar as bençãos, costumavam oferecer, durante os dias de festejo, tudo aquilo produzido pelas unidades domésticas. Outra prática tradicional dos festejos à Santa Ana, era a matança de pirarucu (*Arapaima gigas*), ocorrida no Lago Araçá ou Lago Babaçu, reunindo homens e mulheres, envolvidos na atividade que, consistia na captura e evisceramento para, depois, serem preparados para o consumo da comunidade durante os dias de festa.

Seu Wanderley rememorou este período, associando, com nostalgia, a infância durante as pescarias e a abundância de peixe nos lagos da Comunidade.

Cresci vendo peixe por aqui porque meu pai era pescador e um dos maiores matadores de pirarucu do baixo Arari. Ele saía daqui para lá para o lago [*Lago Babaçu*], principalmente nesse tempo [fevereiro de 2023] que é o período em que eles estão se reproduzindo. Então naquela época era comum os pescadores matarem o pai e a mãe, eu mesmo cansei de ver dois, três pirarucus grandes na bacia aqui de casa. Daqui do Araçá só duas pessoas faziam essa pesca que era meu pai e seu Domingos porque, na verdade, ninguém sabia que tinham pirarucus aqui no Lago, tinha muito mapará, então faziam a pesca de arrastão e vinha tudo o que viam pela frente. Era uma pesca grande, sabe? Faziam de dois a três pescadores. Era farto, mas hoje não tá mais assim, por isso entendo os mais novos se queixarem da falta de pirarucu no rio. Lá atrás não, ainda cheguei a ver fartura. A gente pescava aquela quantia porque ainda não existia o gelo. Quando dava para salgar, salgava, quando não, levava assim mesmo e aí vendia (Seu Wanderley).

Durante a década de 1970, envolvidos na agitação do movimento pela regularização fundiária, a população repensou a toponímia da comunidade em virtude

de sua regularização jurídica. Questões culturais relacionadas à religiosidade, mais uma vez, nortearam o pensamento da Comunidade, passando a se chamar São João do Araçá. A preservação da toponímia primeira foi um elemento substancial da valorização da identidade e pertencimento ao espaço vivido, a relação com o santo, padroeiro dos pescadores, advém do trabalho na pesca, outra atividade embrionária daquele campesinato (Figura 16). A conjunção desses fatores, segundo as fontes orais, recaiu no desejo coletivo de manutenção do modo de vida construído desde o final do século XIX.

O nome da comunidade começou a ser discutido quando um senhor que costumava atuar na construção das comunidades eclesiais chegou aqui, o seu Getúlio Henrique, vindo de Parintins, observou que aqui tinha morador suficiente para formar uma comunidade. A minha avó fazia o festejo em devoção a Santa Ana em julho, então a gente da comunidade festejava nessa data com todos os moradores envolvidos. Tentamos manter durante o primeiro ano de fundação da comunidade, mas depois pensamos que a escolha de um santo no mês de junho fosse mais festiva porque tinha o pessoal que fazia teatro, o grupo de jovens, a festa junina e o boi. “Bora procurar um padroeiro!” Então decidimos por São João, acrescentamos o Araçá e aí começou. Agora eu não sei por que o “araçá” ou o “babaçu” se aqui não dá nem um, nem outro (Seu Dico).

Figura 16 – Lago Araçá, em frente à comunidade São João do Araçá, rio Arari – Itacoatiara-AM



Fonte: Said Pinheiro (2023)

3.1.2. A espacialidade camponesa

O território dos irredentos do Arari é resultado de processos históricos que influenciaram a organização de homens e mulheres no campo, formando uma conjunção de espacialidades presentes e pretéritas relacionadas ao modo de vida e trabalho camponês. Um dos fatores que demonstraram mudanças e permanências dessa espacialidade tem relação com o mundo do trabalho nas roças. Do plantio do tabaco, cacau, mandioca à extração do látex da seringueira (*Hevea brasiliensis*), em períodos de comercialização intensiva, nenhuma atividade extrativista resistiu tanto aos ciclos econômicos quanto a produção de farinha e a pesca artesanal.

A organização espacial no rio Arari teve como pressuposto as condições hidroclimatológicas para a sustentação da ocupação do camponês e de seu roçado. O conhecimento da geomorfologia e da hidrografia, corroborado pela atenção ao calendário hidrológico, foi um dos elementos fundamentais do conhecimento ecológico camponês, oportunizando sua fixação numa determinada localidade, bem como constituiu relações profundas com o seu modo de vida. De acordo com Harris (2006), uma característica comum às populações tradicionais refere-se à capacidade de adaptação defronte às intempéries, conformando uma racionalidade atenta às dinâmicas sociais e ecológicas.

Segundo as fontes orais, o início das ocupações no rio Arari ocorreu na periferia das feitorias de pesca, presentes até o final do século XIX. A escolha pela instalação nas áreas de várzea em detrimento da terra firme se deu em razão do trabalho na pesca e da possibilidade de realizar o plantio de culturas de ciclos curtos na região. Desta maneira, a constituição espacial no rio Arari partiu da várzea, especificamente às margens do Lago Araçá, partindo para o interior, à medida que a comunidade crescia. Seu Dico relevou que este movimento de ocupação partindo para o interior da comunidade iniciou na década de 1970, diante do fenômeno das cheias extremas, questão que impossibilitou a continuidade de diversas famílias nas antigas residências, exercendo principalmente o trabalho no campo, este, constantemente afetado pelas constantes subida das águas.

Quando as cheias tornaram-se menos frequentes à produção camponesa, outro elemento tornou-se imperativo entre os comunitários, a organização camponesa. Não se tratava mais da ocupação como elemento de territorialização, mas, sim, da capacidade de organizar-se politicamente. Evidentemente, esta

organização não aconteceu abruptamente, conforme os relatos orais descreveram. Descenderam de amplos processos de construção, iniciada pela ruptura paradoxal envolvendo a passividade, passando para a altivez. Para Socorro e Dico, a década de 1970 representou um marco na construção da ideia de comunidade, tal como ela é e representa a este grupo social.

Para Shanin (2005), a ideia de tenacidade relativa às populações do campo é representada pelo constante cenário de luta coletiva em busca de idealizações, isto porque, diante da ausência de políticas estatais no que concerne ao desenvolvimento social e econômico, além da constante pauperização camponesa, nestes meandros a luta popular emerge. A organização popular deriva dos processos de contradição do capital que, ao passo que injeta recursos na produção camponesa, se retroalimenta da sua marginalização, transformando a invisibilidade social, o racismo ambiental e a marginalização, principais instrumentos de controle e subordinação de homens e mulheres do campo às condições do capital.

Portanto, a ruptura com antigos padrões de subserviência, preconizando a manutenção das territorialidades e condições de reprodução social e cultural, fizeram do(a) camponês(a), sujeitos ativos na construção de modelos de desenvolvimento alternativos, convergindo a atuação estatal à racionalidade camponesa.

A “agriculturação” do camponês fazendo com que suas tarefas não-agrícolas anteriores sejam assumidas pela produção industrial em massa (enquanto os aldeões são, frequentemente, jogados nas redes de exploração de empresas agrícolas capitalistas de vários tipos). Do outro lado, a coletivização levou a uma variedade de padrões especificamente camponeses de ação e reação, por exemplo, os padrões diferenciais de produção no terreno doméstico em oposição à área coletiva e seu impacto sobre as atuais esferas sociais da agricultura. Pode-se também mencionar aqui a recorrente surpresa diante da tenacidade das formas sociais camponesas (o problema do não-desaparecimento) e mesmo, a “recamponesação” de algumas áreas (Shanin, 2005, p.5).

As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) chegaram ao rio Arari na década de 1970, em razão da organização socioespacial oportunizar a construção dos seus projetos socioeducativos na região. Alicerçada na Teologia da Libertação, focalizando a formação crítica no contexto de repressão política, as CEBs atuaram no contexto formativo das populações do campo. Conforme visto em outro momento, na região não existia escola ou qualquer política educacional. O que existia era a altivez das famílias para custear o ensino de seus filhos, ainda assim, restritos à primeira fase da

educação básica. Através das escolas geridas pela CEBs, a população do campo pode frequentar a escola, ter acesso à biblioteca pública, participar de aulas de teatro e música. Por meio da promoção do pensamento crítico que a mobilização comunitária ganhou corporeidade, envolvida pelas leituras acerca dos movimentos sociais existentes em outras regiões do país, este movimento iniciou pelo discurso de conservação ambiental e, rapidamente, teve ressonância nas questões centrais para a comunidade: acesso à educação, saúde e nas condições de escoamento da produção.

A economia das unidades domésticas atrelada à produção de farinha, hortifrutigranjeiros e carne de origem animal (peixes, bovino, suíno e ovino), além de palhas de buritizais para a construção da cobertura das casas, transformaram a comunidade no principal centro de abastecimento para o mercado urbano de Itacoatiara-AM. Entretanto, diante do cenário de pauperização envolvendo o deslocamento desses produtos nos períodos extremos (grandes cheias e secas), muitos produtores optavam pela comercialização em feiras e mercados das cidades circunvizinhas, cujo deslocamento era facilitado pela questão geográfica, ou vendiam para atravessadores a preços baixos.

O resultado da produção e sua circulação não foram recebidos com louvor pelas unidades domésticas, pelo contrário, conforme apontou Dico, ao afirmar que, neste período, consoante às cheias excepcionais, ocorreu o processo de migração do campo para a cidade, buscando empregabilidade. Foi o período pelo qual as famílias se reorganizaram estrategicamente, buscando alternativas outras para superar as intempéries (Shanin, 2005). No intento de promover a transformação social através de seus projetos socioeducativos, as CEBs atuaram diretamente neste movimento de conformação do campesinato no rio Arari, especialmente acerca dos fatores relacionados à agricultura familiar. O pontapé dado pelos projetos foi a reunião de um grupo de egressos, do qual Dico fazia parte, para representar a região e a comunidade no recém-criado Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itacoatiara-AM, apresentando o panorama da produção familiar e os gargalos ao seu desenvolvimento.

Em 1972 foi fundado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itacoatiara, em 1979 nossa comunidade passou a fazer parte e eu fui um dos primeiros representantes daqui. Depois a igreja trouxe a Comissão Pastoral da Terra e eu engajei no movimento de legalização de terras, pois naquela época tinha

muitos conflitos aqui no Arari. Por já saber um pouquinho, eu ajudava não apenas a comissão aqui do Araçá, mas também a outras comunidades. E assim palestrei no Tapaiúna, Santa Tereza e São Paulo do Rio Arari que foi o centro da reunião das comunidades. Trabalhamos também na questão da previdência, porque naquela época apenas homens podiam se aposentar e conseguimos que mulheres agricultoras fossem incluídas (Seu Dico).

Naquele período, segundo Wanderley, a principal dificuldade enfrentada pelos agricultores ocorria no período de seca, transformando o deslocamento numa jornada exaustiva. A Geografia complexa do rio Arari, desde sempre, foi um desafio à articulação territorial com o mercado de Itacoatiara–AM, em função da sua localização ocupar uma área de transição entre a terra firme e a várzea, cercada de lagos. A Comunidade São João do Araçá, neste caso, é margeada à frente pelo Lago Babaçu, a oeste pelo Lago Babaçu e a leste pelo Lago Itapaiuna, embora sua distância em linha reta do Furo do Cavado, ligando-a à margem direita do rio Amazonas, estime aproximadamente uma hora, numa embarcação onde o motor possua, no mínimo, 125 HP. Ainda assim, segundo as fontes orais, a localização da comunidade em relação às demais lhes conferia destaque pelo tempo percorrido até o rio Amazonas, bem como a possibilidade de interligação terrestre à margem direita do mesmo rio.

Nesse sentido, a primeira motivação para a organização popular na comunidade decorreu da necessidade de materialização do desejo de ligar a comunidade ao rio Amazonas, não apenas direcionado ao escoamento, mas, sobretudo, para que comunitários pudessem se deslocar até a cidade almejando acessar os serviços públicos, principalmente acerca dos atendimentos médicos. “Não foi fácil, a construção dessa estrada exigiu esforço coletivo”, relatou Wanderley, ao lembrar o passado de sofrimento envolvendo o deslocamento da produção de farinha, entre remadas e caminhos pelo chão batido, até chegar à margem direita do rio Amazonas para, assim, comercializá-las.

A gente ia remando rio adentro e chegava num pedaço que não dava para continuar pelo rio, tinha que andar, e a gente andava muito carregando as coisas até chegar do outro lado [margem direita do rio Amazonas]. Então, depois de todo esse esforço da gente aqui as coisas estão mais tranquilas, veja só, isso também auxiliou o pessoal da vizinhança (seu Wanderley).

A participação e articulação de Dico e outras lideranças do rio Arari junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itacoatiara–AM potencializou a mobilização popular, extrapolando-as ao campo das políticas públicas. Conforme o relato do

agricultor, com o auxílio de dois moradores da comunidade São João Batista (seu Domingo Lopes e Moisés Lopes), conseguiu reunir-se com o vereador Luiz Oliveira Onety (em memória), apresentando diversas demandas comunitárias. Utilizando-se da influência conquistada enquanto delegado da comissão do rio Arari, Dico mobilizou diversos participantes do Sindicato pela difusão do projeto de ligação terrestre da Comunidade São João do Araçá ao rio Amazonas. A pressão exercida pelo Sindicato ao poder público itacoatiarense levou o vereador Luiz Onety a abraçar a ideia, após consulta aos membros da Igreja Católica, construindo, na transição da década de 1970 a 1980, o primeiro esboço do projeto da vicinal.

Entre as primeiras discussões e a materialização da estrada, passaram-se cerca de vinte anos de espera. Consumido pelo desânimo inerente à espera, Dico respondeu que, apesar do longo período, acreditava que um dia sairia do papel. Possivelmente, essa esperança tenha origem na rotina exaustiva vivida pelo agricultor durante os ciclos hidrológicos, depositando na estrada a principal alternativa para dias melhores. Cabe mencionar que, em 1998, apenas o ramal onde passaria a estrada foi entregue aos comunitários, o processo de asfaltamento dos 29 km foi oficialmente concluído no segundo governo de Eduardo Braga (2006–2010).

Bem, ele garantiu fazer o mapeamento porque não se via obra desse tamanho por aqui, na verdade, quase nada se via, né? Então, foi feita essa promessa. Mas nada acontece como a gente espera, o projeto só foi feito no final dos anos 1980 e a estrada só saiu em 1998. Aí depois de tudo pronto melhorou a questão da produção. No verão quase que não dava para tirar nada devido à distância que era muito longa para escoar para a cidade. Agora imagina ter produção no verão e não pode vender? A maioria desse pessoal levava para Maués. Eu ainda carreguei muito cacho de banana daqui lá para o Itapiúna para vender em Maués que era mais perto... Isso porque antigamente o único meio de transporte que tínhamos era a canoa. Então a gente encostava aí atrás dessa mata aqui que fica de para Itacoatiara e a tua produção tinha que ser carregada, só que a gente sempre trabalhou muito unido, sempre se ajudando, durante a seca não era fácil porque tinha muito chão pela frente, já no verão era o tempo todo remando. Então ficava cansado de todo jeito. O barco só passava duas vezes na semana, que era quinta e domingo, então a gente fazia assim, ou ia na quarta-feira, ou ia no sábado esperar o barco passar para atravessar até Itacoatiara. E dormiam lá mesmo, se fosse um dia antes, passava um dia lá esperando o barco. (Seu Dico).

O intento pela democratização no acesso aos serviços públicos foi outra mobilização desencadeada através das CEBs, ocorrendo, concomitantemente, ao movimento pela construção da estrada comunitária. Uma das principais interlocutoras desse movimento foi Socorro, que, atravessada pelas desigualdades no acesso à

educação, não mediu esforços para lutar e articular com homens e mulheres do campo. Inicialmente, direcionou-se para a questão de gênero, no seio da Pastoral da Mulher, redesenhando o papel da mulher para além do conservacionismo patriarcal. Através do seu trabalho de base, diversas comunitárias passaram a atuar conjuntamente com Socorro, profissionalizando uma prática tradicional e subnotificada nas análises das economias domésticas camponesas, o artesanato. Posteriormente, se dedicou com afinco à questão da educação, sendo uma das principais vozes em defesa da construção da escola comunitária.

Segundo a agricultora, sua história de vida se entrelaçou à luta pela educação diante da necessidade de trabalhar com os pais para custear sua alfabetização, interrompendo os estudos na oitava série em razão do nascimento dos filhos. Para Socorro, defender o direito à educação, além de reivindicar do Estado o cumprimento do direito constitucional, interferiria na projeção das desigualdades.

Sempre foi muito difícil participar de encontros e ter credibilidade porque eu ainda não havia concluído os estudos, meus filhos caminhavam para o mesmo destino que o meu. Para que eu levasse adiante o manejo como técnica de pesca, ter o diploma de ensino médio completo era necessário. Sabe, eu vi muita gente aqui da comunidade com vergonha dos pais por serem agricultores, menosprezando, então eu queria mostrar para essa gente que eu como agricultora poderia encabeçar o movimento de pesca (Dona Socorro).

No início dos anos 2000, após a formalização do convênio entre o Instituto Federal de Educação do Amazonas (IFAM) e a prefeitura de Itacoatiara, a Comunidade foi assistida com a oferta do Ensino Médio Semipresencial. Segundo este acordo, era dever da organização comunitária prover a moradia e a alimentação dos professores. A devolutiva foi vista com entusiasmo pelos oralistas, uma vez que a população passaria a ofertar todos os estágios da educação básica, após o intenso período de mobilização popular. Ver compadres, familiares e a própria história ser reescrita pela educação foi a catarse de Socorro, que, naquele momento, retornou aos bancos da escola, conjuntamente ao companheiro Dico e filhos, para concluir o ensino médio. “Formei com meus filhos e meu marido”, na mesma turma da agricultora estiveram presentes outros moradores da comunidade, sendo esta, a primeira turma a se formar no rio Arari (Figura 17).

Figura 17 – Primeira turma de formandos no Ensino Médio da Comunidade São João do Araçá.



Fonte: Acervo ASTA (2006).

Decerto, a iniciativa encabeçada pela agricultora Socorro não surtiria os efeitos que obteve, não fosse o movimento primeiro, iniciado na década de 1970, através da visibilidade dada aos interesses comunitários junto ao poder público do município. Entretanto, pode-se dizer que, não apenas a influência do passado interferiu nos resultados do presente, à medida que o movimento camponês crescia, acompanhando o trabalho realizado pela CEBs, a comunidade necessitou se organizar politicamente através da criação, em 1993, da Associação de Desenvolvimento Comunitário São João do Araçá. A organização teve como incumbência a promoção dos interesses coletivos, determinados através dos acordos consuetudinários estabelecidos por meio de assembleias populares (Mendes, 2017). Esses encontros oportunizaram o amplo debate relativo a questões políticas e culturais, passando pelos temas relativos ao modo de vida e à questão ecológica. Foi neste espaço que as ideias de Socorro ganharam ressonância, bem como tantas outras voltadas ao desenvolvimento da economia comunitária.

A consolidação da associação comunitária potencializou a luta e organização de cerca de 30 famílias da comunidade. Em razão da espera pela abertura da vicinal,

envolvidos nesse novo modelo de organização, os produtores familiares realizaram uma assembleia em 1994, determinando a compra do primeiro barco de uso comunitário, destinado às viagens até o porto de Itacoatiara–AM. Sua aquisição respondia à demanda histórica pelo acesso aos serviços públicos que somente a cidade ofertava, além de escoar a produção. Outro fator preponderante para esta façanha foi a independência do camponês em relação aos atravessadores que, validos das dificuldades logísticas, cada vez mais exploravam os agricultores.

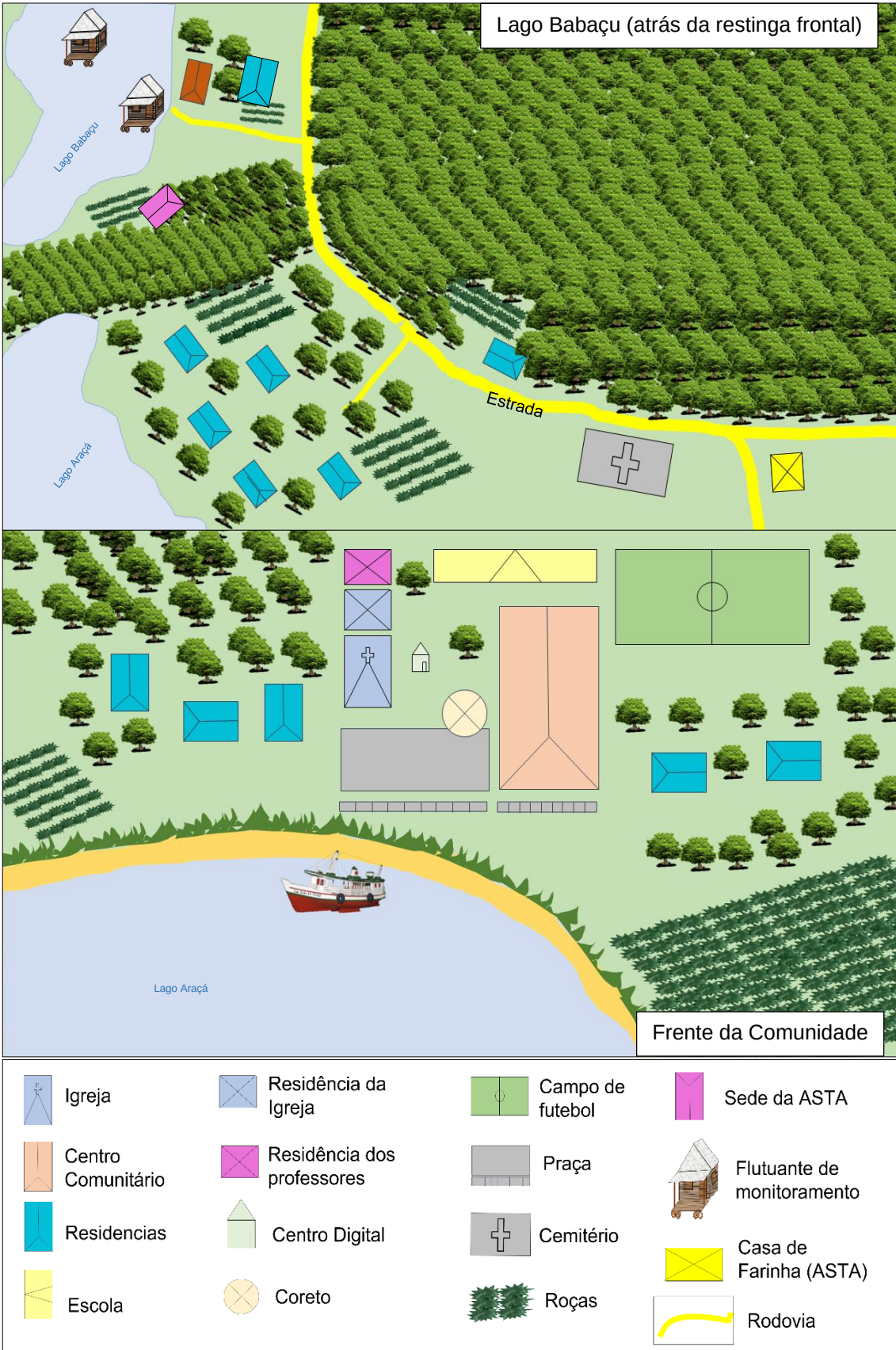
Fizemos um projeto para comprar um barco de 25 mil reais na época que pertencia a um senhor chamado Tangará que circulava por aqui e anunciava a venda de seu barco. Era pequeno, estava desgastado, ainda durou uns quatro a cinco anos conosco. Então os meninos se reuniram e acertaram de reformar. O problema era que não tinha carpinteiro para construir um barco grande, foi o jeito a gente fazer e naquela altura eu já conhecia um pouco de carpintaria, chamamos uns compadres e formos puxar o barco para a terra. Desmontamos o casco e aumentamos ele todo em um metro. Depois de pronto decidimos vender porque nossa atenção foi direcionada a compra de um motor maior e era caro. Nosso primeiro barco tinha um motor de 25 HP, quando compramos o segundo já era de 33 HP. Aí ficamos por um tempo até juntar madeira suficiente para construir outro barco por aqui, e vendemos novamente a antiga embarcação para comprar um motor de 72 HP. Só sossegamos até conseguir o motor desse barco [São João do Araújo] de 125 HP. E agora queremos um mais potente (Seu Dico).

Durante a década de 1990, a espacialidade camponesa era outra, diferentemente da embrionária ocupação. Cada vez mais famílias transferiam seus roçados para as margens da vicinal, esperando seu recapeamento e possibilidades de vencer os gargalos quanto ao transporte. Algumas famílias decidiram deslocar-se para o interior, como Socorro e Dico, outras decidiram permanecer na configuração espacial de origem. Com o avanço da produção familiar, especialmente de produtos tradicionais para os mercados urbanos, somados à facilidade do transporte, oportunizada pela embarcação comunitária, diversos equipamentos de uso comunitários foram construídos, como a reforma e ampliação do centro comunitário e escola, a Capela de São João Batista, casa dos professores, coreto e praça comunitária (Figura 18).

No decorrer da sua entrevista, Socorro rememorou os desafios de romper com a passividade, especialmente no campo político. Decerto, a oralista tenha denunciado a perseguição política vivenciada pelos camponeses ao longo das reivindicações apresentadas desde a década de 1970. Todavia, para a agricultora, a única alternativa encontrada foi lutar em prol da coletividade, principalmente em questões vitais para o

desenvolvimento humano (saúde e educação), consorciada a outras pautas, como a questão do mundo do trabalho. Seu objetivo, conforme relatos orais, foi demonstrar que as populações do campo conseguem construir sem destruir, evidenciando a inteligibilidade camponesa daqueles que se reproduzem social e politicamente em sinergia com a conservação do ambiente.

Figura 18 – Espacialização dos equipamentos de uso comunitário na Comunidade São João do Araçá, Itacoatiara (AM)



Elaboração: Said Pinheiro (2024).

3.2. O conhecimento ecológico do camponês amazônico

Compreender um sistema de crenças não é uma tarefa simplória, especialmente quando ele determina os saberes dos grupos sociais signatários. Numa Amazônia indígena, quilombola, citadina ou rural, a construção do território ribeirinho, como vimos anteriormente, derivou da conjunção de fatores políticos e econômicos, contudo, a cultura foi o sustentáculo para a construção do seu modo de vida. Neste processo de formação social e territorial, relações ancestrais, principalmente indígenas, conformaram o conjunto de saberes de homens e mulheres do campo. Ao passo que se erguia um território ligado ao Estado-nação, sustentado pela sociedade civil, cujos costumes e valores se assemelhavam àqueles dos colonizadores, a economia amazônica construiu cidades e intensificou o fluxo migratório. No findar de cada ciclo econômico, no intento de permanecer na região, essa população migrante se estabeleceu nas cidades, vendendo sua força de trabalho, mas também recorreu ao campo, compondo o arranjo social e cultural das áreas de várzea. São essas particularidades que Shanin (1976) determinou ser substancial para a compreensão da formação socioespacial do campesinato em diferentes períodos históricos.

O território, os sujeitos e seus modos de vida no campo amazônico evidenciam formas outras de territorialidade que, Nogueira (1997), assertivamente, afirmou estar encoberta pelo nevoeiro bucólico e generalizante que resume a Amazônia aos grandes projetos. A diversidade amazônica é subtraída pelo desenvolvimento industrial e, mais recente, pela bioeconomia e pela escalada de conflitos fundiários, exploração madeireira e mineral. Assim, a identidade dos sujeitos é relegada à subalternidade, não por infortúnio do acaso, mas pela necessidade da permanência dessas populações à margem ou “na sombra” (Nogueira, 1997, p. 80).

Ocupada centenariamente por milhares de ribeirinhos, que aí produzem, reproduzem-se, circulam e consomem, sua existência é praticamente mascarada, ou fica na sombra porque não se constituíram, para o discurso hegemônico, enquanto foco ou vítima da ação dos atores dominantes. Somente o índio emerge, e não seus descendentes. A ausência de confronto ou de conflito os exclui como parcela componente dos atores sociais da Amazônia. Esquecê-los é o mesmo que assumir o discurso do vazio demográfico (Nogueira, 1997, p. 81).

Para Almeida (2013), o modo de vida das populações do campo agrupa o conjunto de saberes dos grupos sociais que o construíram. A religiosidade católica oriunda das populações nordestinas, a mítica indígena e a relação com a natureza

desenvolvida pela população negra escravizada, estabeleceu conexões metafísicas determinantes para as relações sociais tecidas no campesinato amazônico. O regime de trabalho, a disposição do lugar da roça, o prenúncio da chuva através das fases da lua, ou até mesmo se um dia está propício ou não para a caça, pesca ou plantio, são conhecimentos que fazem parte da ontologia ribeirinha e determinam sua racionalidade. De acordo com Almeida (2013), o campo simbólico constituinte do modo de vida camponês na Amazônia é alheio aos preceitos pragmatistas que definem a experiência sensível como o único elemento para a racionalidade.

A ontologia ribeirinha, para o autor, descende da construção social e cultural camponesa, atrelada à formação do seu tecido social em diferentes períodos históricos, tendo como pressuposto a autopreservação através da reprodução desse conjunto de saberes às novas gerações (Almeida, 2013). No rio Arari, a relação com as encantarias presentes na natureza é um elemento importante para as famílias alcançarem o sucesso nas atividades econômicas das unidades domésticas. Os acordos metafísicos com esses entes da natureza, conforme o imaginário popular, são transmitidos pela oralidade à população, onde o principal mecanismo para sua preservação advém da socialização no mundo do trabalho, transmitida pelos pais às crianças.

Com efeito, trata-se de pressupor entes que estão aquém da ontologia de coisas-produzidas (por meio de coisas e de trabalho), e que pertencem ao domínio de entes não-produzidos. O outro caso-limite é o de objetos que estão além das coisas-produzidas, que consistem em entes que se pressupõe virão a ser – o domínio de mercados futuros que possuem, contudo, realidade no presente (Almeida, 2013, p. 9).

O conhecimento ecológico dos pescadores artesanais do rio Arari é resultado do processo de amadurecimento das experiências empíricas e subjetivas, estabelecendo a afinidade entre o pescador, o ambiente aquático e as espécies. Esse entrelaçamento entre o camponês e o ambiente ressoa no amplo conhecimento da biologia das espécies, assim como da noção hidrológica e faunística, mas, sobretudo, no uso e conservação deste espaço. Dico e Wanderley aprenderam a pescar ainda na infância, observando seus pais durante as pescarias, conheceram as técnicas de captura através da observação do comportamento das espécies. Não fosse o estreitamento dessa relação entre o sistema de crenças, o modo de vida e o mundo

do trabalho, o movimento em defesa do peixe, gestado na comunidade durante a década de 1980, teria existido.

A atividade do pescador consiste em reconhecer indícios – a água calma que é perturbada por uma trilha quase imperceptível na superfície, a presença de paus que indicam uma tronqueira subterrânea – e em usar técnicas e instrumentos, como canoa, tarrafa, arpão, um corpo que mergulha sob paus nas águas barrentas. Já que não basta que haja peixes pressupostos – é preciso, com efeito, apanhá-los –, cada ato de captura passa agora a operar como uma corroboração pragmática da ontologia (Almeida, 2013, p. 13).

No intento de explorar além do necessário, é comum que diversas espécies de animais silvestres sejam compreendidas como guardiões do espaço usurpado. A agricultora Socorro revelou que a mitologia acerca dos espíritos das matas é materializada nos animais que compõem o ecossistema. Ao lembrar um fatídico episódio de ataque de jacaré-açu (*Melanosuchus niger*) a um desavisado, reafirma que, além do réptil ocupar seu habitat e ser papel das pessoas velar pela segurança individual, no ecossistema, esta espécie exerce a função de proteger rios e lagos da exploração pesqueira. “O jacaré só ataca caso seja ameaçado ou tenha seu espaço ameaçado”.

Compreender que, para a ocupação humana e exploração dos recursos naturais ocorrer em sinergia com questões ecológicas, é reiterado entre os camponeses que essa racionalidade coletiva estabeleça os limites da exploração familiar. A família de Socorro e Dico, assim como a de Wanderley, lembram o passado de exploração do pirarucu (*Arapaima gigas*) e, posteriormente, seu desaparecimento da região. Além do instinto biológico de proteção dessa espécie quando ameaçada, redesenhando sua rota migratória, sua saída dos rios e lagos do rio Arari foi vista como resposta à pesca indiscriminada. Os pescadores entenderam a escassez de pescado como consequência do descumprimento dos acordos metafísicos com os encantados que protegem o espaço aquático, determinando o longo período de *panema*²⁰ nas pescarias.

²⁰ De acordo com Leonardo Vieira Braga (2020), o termo *panema* é conhecido desde o período colonial e tem sua origem no tupi, estando presente no vocabulário de camponeses-ribeirinhos, quilombolas, populações urbanas na Amazônia, além de indígenas de outras famílias linguísticas. Nas línguas caribe, aruaque, jê ou yanomami, por exemplo, existem termos próprios que guardam sentido análogo ao de *panema*. Contudo, seu significado mais conhecido é o de azar, má sorte e infelicidade. São de uso popular, dicionarizados e compõe o acervo linguístico amazônico.

O conhecimento sobre a *panema*, em diversas comunidades ribeirinhas, é parte integrante de seus sistemas de crenças. O sujeito, uma vez acometido pela *panema*, atrai maus presságios para a família e, por consequência, para toda a produção familiar. Portanto, esta relação entre o sujeito e a natureza é pautada na observância dos limites da exploração como elemento substancial para a resiliência ambiental, estabelecendo uma relação de troca onde os encantados não dificultam a capacidade reprodutiva das unidades domésticas, ao passo que as famílias contribuem para a conservação ecológica.

Segundo Almeida (2013), a racionalidade camponesa decorre de um modelo de extração sustentável, visando atingir o limite adequado que propicie não somente a exploração dos recursos, mas sua capacidade regenerativa. Através dessa simbiose entre população, biomassa e reprodução, as famílias mantêm a tradição da subsistência.

O modo de vida das populações ribeirinhas do médio rio Solimões, observada por Witkoski (2009), é um exemplo dessa relação indissociável entre os sujeitos e a natureza. Famílias se preparam para o período de cheias durante todo o ano, reservando parte da produção familiar para aquele período. Durante as águas altas, onde roçados, pastos e a residência permanece submersa ao longo de vários meses, é desse estoque que as famílias se alimentam. Em relação aos animais, diante da impossibilidade de se manterem em terra firme, são construídos currais suspensos (marombas²¹) próximas às casas para facilitar no acesso a esse espaço. Witkoski (2009) também observou que o padrão alimentar durante a sazonalidade dos rios é alterado, passando da carne vermelha para o consumo excessivo de pescado. Além disso, segundo o autor, o trabalho nas pescarias torna-se dispendioso diante da distribuição da ictiofauna no amplo espaço aquático formado nas cheias. A mesma adequação foi compreendida na região do médio e baixo rio Amazonas, através do trabalho de Nascimento e Cruz (2018), onde as questões geomorfológicas desse ambiente viabiliza o processo de transumância do gado das áreas de várzea para a terra firme, contudo, em relação às mudanças na dieta alimentar, o mesmo comportamento foi analisado entre as famílias entrevistadas.

²¹ A principal limitação econômica na pecuária é o longo período das inundações dos pastos, exigindo a construção de “marombas” (podem ser flutuantes, plataformas elevadas ou pequenas elevações artificiais de terra) para abrigar os animais e a alimentação adicional com capim flutuante (principalmente o capim canarana”, *Echinochloa polystachya*) ou ração balanceada que custa caro na região (Ohly, 2020).

Essa inteligibilidade oportuniza a harmonia no uso dos recursos de uso comum, envolvendo terras, florestas e águas de trabalho em uma comunidade ribeirinha (Almeida, 2013). A tradição oral é responsável pela difusão desses saberes, consequentemente, pelo estabelecimento desse estatuto às próximas gerações. Tecendo o respeito aos lagos, florestas, animais e sujeitos como parte da própria identidade camponesa, reproduzida nas diferentes formas de territorialização e uso dos recursos.

Ao descortinarmos a inteligibilidade camponesa mediante a compreensão do seu estatuto simbólico, rompemos com o pensamento acerca da imobilidade social dessas populações, ávidas pela cultura que construiu seu modo de vida. No decorrer dos diferentes períodos históricos, relativos aos ciclos econômicos, a população do campo necessitou ajustar-se às condições daquele tempo, principalmente no que se refere à sua produção (Harris, 2006). Diferentes estratégias foram criadas para dar vazão não somente às condições de reprodução econômica, mas, sobretudo, social. Sendo assim, o processo de formação espacial e territorial do campesinato amazônico é um processo dinâmico, atravessado pelos critérios de adaptabilidade, mediante a seletividade espacial e, principalmente, cultural, onde este último atuará sobre as formas de uso e ocupação dos grupos humanos (Moreira, 2008).

No início da história da civilização humana, as áreas eram escolhidas em locais situados nas encostas montanhosas, mais secas e menos abundantes em recursos, porém mais abrigadas de ameaça de animais de maior porte. Por um longo período, a seletividade limitou-se a se fundir com o processo da aprendizagem da domesticação e da aclimação da flora e fauna. O grupo humano migra entre uma área e outra, até que, já munido da experiência do trato ambiental, desce para as “regiões anfíbias” nas quais vai se fixar em caráter permanente. A fixação definitiva marca o surgimento da civilização (Moreira, 2008, p. 83).

Convencionou associar a seletividade do espaço geográfico onde um determinado grupo social buscou se reproduzir à lógica especulativa embutida na localização. Entretanto, a escolha do estabelecimento familiar camponês transcende a propriedade privada da terra, diferentemente do interesse capitalista que, ao selecionar um espaço, cristaliza consigo um conjunto de oportunidades de lucro. Socorro e Dico, ao se deslocarem para as margens do Lago Babaçu, distante cerca de 4 km do Lago Araçá, não priorizaram o transporte da produção familiar, mas sim a urgência em proteger aquele espaço constantemente explorado pela pesca comercial.

Às margens de lagos têm a fartura dos peixes. Nas terras onde a topografia oferece refúgio, é escolhido como o centro da unidade familiar. Nos arredores ficam os roçados, onde a diversidade produtiva organiza o ritmo de trabalho do(a) camponês(a). É nessa região que, desde o seu processo de colonização, constrói-se “paisagens humanizadas”, baseadas nos laços da ancestralidade, religiosidade e dos acordos metafísicos com os encantados (Moreira, 2008, p.84).

A técnica provém do processo de ambientalização, territorialização e enraizamento cultural que decorre do processo de seletividade. Historicamente, ela tem origem na relação das comunidades humanas com o seu meio geográfico e surge por conseguinte num estado de equilíbrio com ele. Essa relação de inferioridade da técnica com o seu meio geográfico de origem a faz cumprir com equilíbrio seu papel de mediação. Daí que a técnica é nesse tempo um complexo técnico em perfeita consonância com o complexo ambiental (Sorre, 1967 *apud* Moreira, 2008, p. 84).

Pensar a existência humana nos assentamentos, verdadeiramente em comunidade, perpassando pela questão da formação dos arranjos espaciais e, evidentemente, territoriais, na atualidade, torna-se desafiador. O avanço da técnica, encurtando tempos e espaços, modifica o mosaico social das populações camponesas na Amazônia, seja pelo aumento dos conflitos fundiários/aquáticos ou pela natureza monocultora, cada vez mais presente nas produções. É nesse desvencilhamento paradigmático que o conhecimento ecológico camponês se apresenta enquanto ferramenta de resistência à homogeneização social, à segregação, ao racismo e às mudanças climáticas. Para o camponês, o espaço habitado se materializa através da comunhão, das trocas comunitárias diante da socialização estabelecida nos puxiruns, pescarias, festejos ou assembleias comunitárias. A simbiose entre homens e mulheres com o ambiente subjaz quaisquer reducionismos científicos, pois é este sistema de crenças que constrói o conhecimento ecológico, por conseguinte, diferentes formas de uso sustentável dos recursos.

3.2.1. Reminiscências narradas: o movimento popular no rio Arari

Seu Dico, Socorro e Wanderley possuem o papel de tecer a rede de pesca a ser contada a seguir. Ele é o porta-voz de um passado recontado no tempo presente, uma fonte histórica que empresta parte de sua memória individual para costurar a história do período de organização do movimento político-camponês no rio Arari.

Foi Getúlio Henrique da Costa, o responsável pela institucionalização da Comunidade São João do Araçá, junto aos projetos ligados à Igreja Católica, no início da década de 1970. Segundo fontes orais, Getúlio, residente em Parintins–AM, soube dos festejos devotados à Santa Ana e, ao chegar no povoado de nome homônimo, presenciou o expressivo número de moradias existentes ao longo do Lago Araçá. Naquela época, Getúlio atuava na construção de projetos para as CEBs, e um dos principais objetivos do seu trabalho consistia na institucionalização das comunidades através do grupo de sujeitos pertencentes a um determinado assentamento, compondo o arranjo eclesial. Em razão da fé católica ser professada pelas famílias residentes, tal façanha não enfrentou obstáculos e os moradores aderiram à ideia de transformar aquele povoado numa comunidade.

No primeiro momento, a comissão das CEBs buscou conhecer aspectos específicos do modo de vida da população daquele assentamento, ouvindo moradores mais antigos acerca dos dispositivos que acessassem a memória coletiva, seja pela religiosidade, mundo do trabalho e outros aspectos da dimensão simbólico-cultural. A relação com os topônimos foi vista como um mecanismo de preservação do patrimônio imaterial da comunidade, inclusive justificando sua territorialização. Desta maneira, Dico ressaltou que, através desse trabalho de escuta ativa acerca do processo de ocupação do rio Arari, a população local, conjuntamente aos membros das CEBs, pôde decidir sobre o novo nome da Comunidade, passando a se chamar, daquele momento em diante, São João do Araçá. A mudança do nome decorreu de consulta pública e considerou a junção dos nomes do santo padroeiro dos pescadores, São João Batista, e a presença do fruto araçá-boi (*Eugenia stipitata* McVaugh subsp. *sororia* McVaugh, Myrtaceae, nos arredores do Lago Araçá.

Dico revelou não recordar a presença do frutífero na região, por outro lado, Socorro, nascida às margens do Lago do Itapaiuna, afirmou que os fundadores costumavam cultivar o fruto devido ao seu valor nutritivo e mercado diversificado (Falcão *et al.*, 2000)²². A agricultora revelou também a abundância de babaçus (*Attalea speciosa*) no interior da comunidade, justificando o nome dado ao Lago Babaçu. O fato de Dico e seus contemporâneos não possuírem lembranças acerca da presença desses frutos é justificado pelo seu desaparecimento diante das cheias excepcionais ocorridas durante a década de 1970. Ainda assim, a memória narrativa dos mais

²² Ver: FALCÃO, Martha de Aguiar et al. Fenologia e produtividade do araçá-boi (*Eugenia stipitata*, Myrtaceae) na Amazônia Central. Acta Amazonica, v. 30, p. 9-9, 2000.

antigos prevaleceu e se fez respeitada na nomenclatura da comunidade e permanência dos topônimos em alusão aos lagos (Lago Araçá e Babaçu).

A vida em/na comunidade é anterior ao processo de sua institucionalização. As relações sociais foram tecidas no tempo histórico e guardaram consigo marcas do passado, retrabalhadas através das tradições orais, preservando costumes como a Festa de São João Batista, assim como a relação com a atividade pesqueira. Entende-se que, neste processo de solidificação da identidade individual e coletiva, aspectos socioculturais foram indispensáveis não apenas para a definição dos territórios ribeirinhos, mas como mecanismo de preservação do sistema de crenças que, mais tarde, induziria a racionalidade camponesa quanto ao uso e conservação dos recursos de uso comum.

Essa racionalização deriva da integração dos conhecimentos orais, onde o trabalho da memória, o ambiente e seus recursos convergem para a inteligibilidade da vida no campo. A tradição oral e o trabalho da memória, por meio da sociabilidade na lida do campo, estabelecem conexões profícuas entre os sujeitos, nutrindo relações de pertencimento, respeito mútuo e parcerias das mais diversas. Esses laços são fundamentais diante dos desafios ecológicos nas áreas de várzea, especialmente diante dos ciclos hidrológicos, exigindo do(a) camponês (a) certa adaptabilidade às condições ambientais, questão semelhante ocorre em circunstâncias de origem exógena às comunidades, quando o modo de vida é atravessado pelos conflitos socioambientais decorrentes da exploração dos recursos (Harris, 2006).

Compreender os fatores que levaram à ocupação dos grupos humanos na várzea do rio Arari é indispensável para entender a origem daquela organização espacial, perpassando pelas questões que justificaram tanto o deslocamento para a região quanto a escolha pela área a ser habitada. Esses fatores são basilares para a instituição do modo de vida em comunidades, especialmente quando esse processo ocorre em temporalidades distintas, acentuadas pelas migrações decorrentes dos ciclos econômicos. Desta seletividade espacial acordada coletivamente, o ordenamento territorial comunitário derivou do estabelecimento do seu uso, subdividido em espaços de uso familiar e aqueles de uso comum, como rios, lagos, campos abertos para a criação de animais e as florestas. O estabelecimento desses acordos coletivos ocorre, principalmente, no campo simbólico-cultural, mas também no campo material, visto que este é resultado do sistema de ideias que compõe a cosmovisão das populações do campo e suas múltiplas relações com o ambiente.

Conforme os estudos de Oliveira (1983), na Amazônia Central e ao longo do médio rio Amazonas, havia expressivas concentrações de sambaquis²³, indicando a ocupação milenar de grupos indígenas dedicados à pesca, caça e coleta. Para Fausto (2000), durante a expansão do império Inca, a porção territorial que hoje representa a Amazônia brasileira foi ocupada pelos grupos indígenas afugentados desse regime, no intento do autoisolamento, ergueram seus aldeamentos às margens dos principais rios e seus tributários. A arqueologia amazônica revelou, ao longo do tempo, diversos vestígios das sociedades indígenas presentes em artefatos, terraços, disposição dos aldeamentos e roças. Por meio desses vestígios, corroborados pela tradição oral, que indígenas e seus descendentes estabeleceram uma relação de simbiose com o ambiente, habitando e extraindo seus recursos apenas para a subsistência.

No decorrer do século XVI, quando a colonização tornou-se mais intensa no vale amazônico, a racionalidade indígena foi incorporada aos primeiros projetos de ocupação da região, no intento de compreender sua Geografia. Posteriormente, o conhecimento produzido através das campanhas de descimento oportunizou a catalogação dos recursos para sua exploração. Os primeiros projetos econômicos para a região estiveram restritos à exploração dos recursos naturais, como as drogas-do-sertão. À medida que a catalogação da natureza sob o viés economicista ganhava materialidade, novas frentes de exploração surgiam.

Visando atender às guarnições militares, foram estabelecidos diversos pesqueiros orientados à pesca comercial na região. Diante das experiências em expedições pelos rios e comunidades indígenas, o consumo de diversas espécies despertou a atenção dos portugueses para o consumo *in natura* ou destinado à produção de derivados. Foi assim que, inicialmente, exploraram o pirarucu (*Arapaima gigas*), o peixe-boi (*Trichechus manatus*) e a tartaruga-da-Amazônia (*Podocnemis expansa*). No século XVIII, surgiram os pesqueiros reais, visando explorar a biomassa presente nos rios amazônicos para fins de comercialização. No entorno do rio Arari, existiram dois principais postos de pesca da província, o Pesqueiro Real de Serpa e Silves. A escolha do Pesqueiro na Vila de Serpa se deu pela sua proximidade com a capital da Capitania de São José do Rio Negro, bem como do rio Madeira, principal rota hidroviária de deslocamento da produção agrícola e, daquele momento em diante, também pesqueira.

²³ Sítios arqueológicos com vestígios milenares de povos pescadores, coletores e/ou extratores na região Amazônica.

Durante o período imperial, quando os pesqueiros já não desempenhavam centralidade na economia pesqueira, diversas feitorias de pesca surgiram na Amazônia. Defronte ao declínio de algumas culturas destinadas à exportação (Ravena, 2005), assentamentos rurais desempenharam certo prestígio para a economia extrativista naquele período. Diversos povoados surgiram através da mobilização dos ciclos econômicos, atraindo muitas pessoas para a periferia destes empreendimentos. O início da ocupação do rio Arari derivou da atividade pesqueira realizada nos pesqueiros reais, entretanto, devido à estagnação do trabalho nestas unidades, os trabalhadores precisaram se lançar à atividade agrícola, principalmente após a alta demanda do século XIX. Naquele período, segundo as fontes orais, a região continuava dedicada à pesca artesanal, sendo, inclusive, um dos principais polos pesqueiros para o estado. Embarcações movidas a vapor que atracavam no porto desses assentamentos buscavam madeira, produtos agrícolas, pescado e animais silvestres.

Segundo Paião e Leal (2023), a economia rarefeita, atravessada pelas constantes sazonalidades dos ciclos econômicos, criou diferentes estratégias para não sucumbir aos gargalos no deslocamento da produção. A presença de portos de lenha para a subsistência dos navios a vapor desempenhou um importante papel nesse período, pois, ao circularem nos diversos portos concentrados na margem direita do rio Amazonas, as embarcações movimentavam a economia das unidades domésticas, embora esta análise careça de certa atenção. Nascimento e Cruz (2018) identificaram que essa prática foi comum na região do baixo rio Amazonas, marcando o período de independência do campo em relação à cidade, período de crescimento dos assentamentos e o início da organização espacial, tal como conhecemos na atualidade.

Dito isto, espera-se com essa digressão compreender como os sujeitos selecionam um espaço e fazem dele o seu território mediante formas outras de reprodução social, cultural, econômica e política. Moreira (2008) endossa o papel dos ciclos econômicos na conformação dessas espacialidades, uma vez que, podendo trabalhar e extrair a renda da terra, o(a) camponês (a) sente-se seguro para fixar-se com sua família numa determinada porção do espaço geográfico.

A memória narrativa dos moradores da Comunidade São João do Araçá evidencia a presença de feitorias de pesca particulares desde o início do século XX. Outros relatos indicam que sua presença é anterior a este século. De qualquer

maneira, desde o princípio do povoamento, a pesca atravessou o mundo do trabalho camponês. A família de Dico e Wanderley dedicou-se à pesca intensiva através de suas respectivas feitorias de pesca, onde atuavam conjuntamente com outros pescadores residentes naquele assentamento. Segundo Dico, o local das pescarias utilizadas era o Lago Babaçu e a principal espécie capturada, o pirarucu (*Arapaima gigas*), tinha como destino os mercados de Itacoatiara e Manaus.

Conforme o seu relato, Dico e sua família, toda a população do rio Arari foi introduzida na atividade extrativista ainda na infância, aprendendo a observar o ambiente e extrair dele o necessário para a reprodução familiar. Esses saberes são repassados no tempo presente, aos bisnetos de Dico, Socorro e Wanderley. Considerando que, após a modernização das embarcações, o êxodo do campo, a urbanização e a chegada da Zona Franca de Manaus (ZFM), os assentamentos rurais passaram a depender dos núcleos urbanos, de tal modo que a economia citadina passou a ditar a demanda pelos produtos originados na agricultura familiar. No campo pesqueiro, a demanda urbana exigiu métricas produtivas extraordinárias, acompanhadas pelas mudanças consideráveis no mundo do trabalho mediante às técnicas de captura, armazenamento e beneficiamento. Foi a partir desse momento, especificamente, durante a década de 1960, que a população do rio Arari passou a compreender os impactos daquela atividade predatória no ambiente rio e lago. Assim, as famílias dedicaram-se ao plantio, aos roçados e à pesca para a subsistência.

Seu Wanderley narrou com certo semblante de tristeza e saudosismo o período da infância, quando acompanhava o pai nas pescarias no Lago Babaçu, onde costumavam pescar diversas unidades do pirarucu que seria dividido entre familiares e compadres. Cenário diferente do atual, quando a violência da atividade comercial construiu um cenário de medo e desânimo aos moradores da região que, desde a década de 1960, acompanham as constantes visitas indesejadas de barcos pesqueiros na região.

Consoante as fontes orais, esses três importantes personagens da historiografia da comunidade foram indispensáveis para a consolidação do movimento político-camponês no rio Arari. Dico, Socorro e Wanderley são nomes que se cruzam nessas tessituras diante da constituição da organização comunitária gestada na década de 1970, inspirada nos movimentos camponeses de outras regiões brasileiras, seu principal objetivo foi dialogar com o Estado, questões fundamentais para a vida da população no campo. Dico e Wanderley atuaram no Sindicato dos Trabalhadores

Rurais de Itacoatiara, a partir de 1979, cerca de cinco anos após sua criação. Neste espaço, buscaram retratar a realidade da produção camponesa e propor a construção de alternativas defronte aos problemas de escoamento da produção no rio Arari. A presença desses atores sociais na posição de representantes do povo necessitou da articulação de diversas comunidades da região, orbitando numa construção coletiva a partir da organicidade de ideias e interesses.

A gênese do espírito de liderança de Dico descende de seu tio, Luis Freitas, a quem Dico presta reverência como seu principal incentivador. Segundo o agricultor, Seu Luis era uma espécie de artista popular da comunidade, sendo ele um dos fundadores, não havia nascido ali, migrando para o rio Arari com uma bagagem carregada de ensinamentos. O ensinou a ler e a escrever, assim como fez com todas as crianças de sua época. O método de ensino decorria do uso da ludicidade e do uso da literatura regional, especialmente a folclórica. Foi com esse ensinar teatralizado que, Dico e seus contemporâneos entenderam o papel que desempenhavam junto ao ambiente, seus territórios e cultura. O tom da criticidade, conforme relatado, permeou toda sua construção enquanto sujeito, por esta razão, quando adulto, à frente do movimento político-camponês, Dico compreendia a importância daquela luta.

Assim, durante sua adolescência, no início da década de 1970, época da organização juvenil na Comunidade, Dico ajudou a construir o grupo de jovens chamado “Juventude Católica São João do Araçá (JUCSJA)”, onde atuou em oficinas de teatro e música. A existência de grupos de jovens era algo comum naquele período, diante da necessidade de discussão de temas relacionados à coletividade, criando uma atmosfera de debates, consolidando o espírito político do movimento. Neste percurso, discutiram o enfrentamento às cheias excepcionais enfrentadas naquela década, a migração campo-cidade e, principalmente, a ocorrência de conflitos envolvendo a pesca predatória do pirarucu (*Arapaima gigas*), nos lagos da região.

A existência do trabalho de base envolvendo crianças e adolescentes, no seio das CEBs, possibilitou o intercâmbio intercomunitário dentro e fora do Estado. Por meio do contato entre diferentes lideranças comunitárias, bem como a compreensão das diversas lutas enfrentadas pelos camponeses que, neste processo, a consolidação do JUCSJA, no rio Arari, sofreu influências significativas do ponto de vista da natureza da sua mobilização e a direção a qual caminhavam aqueles jovens.

Nessa época, final dos anos 1970 para os anos 1980, tínhamos o grupo de jovens, animávamos aqui a comunidade exatamente como meu tio Luis Freitas fez com a turma da minha geração. Após criado o JUCSJA fomos vistos também por outras comunidades, então sempre viajavamos para lavar o nosso trabalho feito aqui na Comunidade e eles traziam os deles. Lembro bem do intercâmbio com a Juventude Católica do Janauari, era na Comunidade Cristo Reis... (Seu Dico).

Quando adulto e pertencente ao movimento dos agricultores familiares junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itacoatiara, Dico rememorou a trajetória supracitada, colocando-a no espaço significativo da sua memória individual, tal como a consagração de uma caminhada. Identificou que, não fosse a trajetória de politização desenvolvida no âmbito das CEBs, não existiria articulação comunitária e a realidade do rio Arari diferiria da atual. Ao longo desta caminhada, atuou em outras frentes de mobilização camponesa, onde participou de encontros regionais e nacionais, relativos à luta pela reforma agrária e justiça social no campo.

Comecei como delegado da região do Arari, assim que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itacoatiara-AM foi fundado, sempre era convidado a participar dos encontros. Eram encontros com professores, pesquisadores, lideranças religiosas ligadas à Igreja Católica, advogados, etc. Então eu aprendia com eles e buscava incorporar na comunidade como já fazia com a atividade teatral, e assim começamos com o trabalho de conscientização dos moradores em relação aos nossos direitos e deveres (Seu Dico).

A mobilização comunitária pela demarcação aquática foi um movimento pendular para Dico, Socorro e Wanderley, diante dos desafios operacionais e institucionais. Ainda assim, foi neste cenário de incertezas que os agricultores mobilizaram diversos pescadores artesanais para lutarem em defesa dos territórios de pesca, especialmente àqueles em contexto de baixo estoque pesqueiro. Esse movimento comunitário, embora em caráter embrionário à Comissão Pastoral da Terra (CPT), despertou a atenção pelos grupos políticos locais, sendo alvo de boicotes e pressões quanto à deliberação de demandas outrora solicitadas ao Estado, tais como educação, saúde, transporte. Além do boicote mediante o cancelamento de políticas públicas voltadas à comunidade, outro *modus operandi* implantado consistia na difusão de notícias falsas relacionadas aos membros do movimento político camponês, objetivando criar fragmentações no seio da comunidade. Funcionários públicos municipais foram coagidos a deixar o movimento e oferecer resistência nos projetos apresentados durante as assembleias comunitárias.

Entre as décadas de 1980 a 1990 começa a “doença” dos políticos inserirem suas garras na comunidade, e não estou falando de fazer alguma coisa pela gente, sabe? Estou falando das dificuldades logísticas, inexistência de sinal de rede telefônica e telefones na época, então eles escolhiam alguém que estava se destacando na organização comunitária, ofereciam oportunidades de crescimento e “no dia seguinte” a pessoa assumia um cargo alheio ao consenso coletivo, mas era um cargo segundo eles. Depois fomos percebendo que, na verdade, eles levavam as informações daqui até eles, o início do movimento dos Lagos foi tumultuado justamente por essas ações (Seu Dico).

Para as fontes orais, esse processo enfraqueceu o movimento camponês ao passo que interveio como força motriz para a continuidade da luta coletiva. Desde o primeiro barco de pesca identificado na região do rio Arari, na década de 1960, até o início da década de 1980, os episódios de invasão de lagos tornaram-se cotidianos. Quando o peixe começou a faltar nas mesas, os moradores passaram a conceber aquele cenário como o possível fim dos seus locais de pescarias e, principalmente, a relação centenária daquela comunidade com a pesca. Assim sendo, sob as ruínas do movimento político-camponês gestado no rio Arari durante os anos de 1970, Dico, Socorro e Wanderley colocaram-se à frente do movimento em defesa do peixe, da socioterritorialidade e identidade coletiva mais uma vez.

No Amazonas, desde a década de 1980, ocorre o movimento de pescadores artesanais pela demarcação dos recursos hídricos para a conservação dos recursos pesqueiros. O movimento em defesa do peixe do rio Arari participou desde o seu início, tendo como unidade catalisadora do movimento, a Prelazia de Itacoatiara. O jornal Cipó (Spínola, 1997) foi um importante veículo de comunicação entre o movimento camponês, através das denúncias levadas à Igreja para organização das ações de enfrentamento. Nesse mesmo período, articulou-se uma comissão de camponeses voltados à discussão da demarcação aquática por meio de assembleias comunitárias, expondo o panorama das denúncias na escala regional, evidenciando a origem daquela atividade aos moradores. Desta maneira, os oralistas conseguiram o apoio dos moradores da Comunidade São João do Araçá, para pensar a questão do ordenamento pesqueiro nos lagos de uso comum na região.

Os avanços nas discussões sobre a demarcação aquática se estenderam até a década de 1990, quando da criação do IBAMA e seu papel na conservação dos recursos naturais, buscando estratégias outras de participação social na defesa dos territórios e seus recursos. No final da mesma década, além da proibição da captura de diversas espécies devido ao quadro de baixo estoque, a autarquia legitimou o

ordenamento pesqueiro comunitário, popularmente conhecido como Acordos de Pesca. A institucionalização dos acordos gerou diferentes reações de empresários e políticos locais que, inicialmente, buscaram boicotar o movimento mediante métodos conhecidos, como a proliferação de notícias falsas e a descredibilização das lideranças comunitárias. No rio Arari, a comissão voltada à demarcação aquática atuou desde o final da década de 1990, em diferentes estágios de evolução das tratativas.

A pressão de agentes de setores públicos e privados é uma estratégia de governabilidade do capital. No rio Arari, essa iniciativa buscou dissipar o movimento mediante a sua fragmentação, o que de fato ocorreu. Sindicato dos Pescadores ou de Agricultores, o poder público municipal e órgãos ambientais contribuíram para essa desarticulação, corroboradas ao sucateamento das leis ambientais construídas pelo IBAMA. Na Comunidade São João do Araçá, o Lago Babaçu e Araçá foi demarcado como espaço de manutenção dos recursos pesqueiros, onde a atividade ficou restrita aos moradores. O lago Babaçu, em particular, foi escolhido pelo movimento em defesa do peixe para sediar o projeto de manejo do pirarucu (*Arapaima gigas*), desde 2008.

Após quase cinco décadas, o movimento político-camponês projeta uma dúvida atemporal no futuro. Segundo Socorro, este sentimento se apresenta na retomada da luta diante dos desafios do tempo presente. Esse sentimento, compartilhado entre os oralistas, descende da trajetória no movimento político que lhes custou o tempo em prol do desenvolvimento das demandas urgentes para a comunidade. Conceber o lago manejado, sob a vigilância de quatro pescadores, ao passo que observam o repovoamento do pirarucu e outras espécies desse ecossistema aquático, transforma, ainda que rapidamente, a dúvida em materialização da certeza. Não fosse a dúvida, jamais existiria o movimento político e boa parte dos equipamentos públicos conquistados. Não fosse a certeza do cenário de sobrepesca do pirarucu e, sobretudo, seu papel para a dimensão simbólico-cultural camponesa, atrelada à dúvida quanto ao futuro da pesca artesanal e de subsistência, o movimento em defesa do peixe e a demarcação aquática não passariam de utopias.

4. O ALVORECER DO MOVIMENTO EM DEFESA DO PEIXE NO RIO ARARI

As políticas públicas elaboradas nos gabinetes nunca se preocupam com seus protagonistas. Uma política de preservação deve levar em conta os ribeirinhos, os trabalhadores. A Amazônia, um espaço imenso com grande riqueza de espécies é patrimônio de todos, uma política de preservação deveria ser elaborada por aqueles que são os personagens principais dela (SPÍNOLA, 1997, p. 88).

4.1. Dissidências — Outro olhar para as territorialidades camponesas

Pensar territórios e territorialidades na Amazônia tornou-se desafiador para muitos geógrafos que buscam compreender a formação territorial amazônica. Em se tratando da formação social do camponato amazonense, fatores historiográficos demandam certa expertise para o papel da economia política colonial, nos estágios iniciais da ocupação da região. O primeiro elemento que orienta a relação de homens e mulheres no campo é o vínculo ancestral que permeia o campo simbólico-cultural. Descendentes de indígenas — os primeiros habitantes da América —, a população do campo preservou laços culturais em seu modo de vida, relação com o ambiente e, evidentemente, com o mundo do trabalho. No decurso da posse e ocupação da região, engendrados pelas ordens missionárias e, mais adiante, pelas reformas políticas coloniais, a Amazônia foi concebida enquanto reserva de valor para um capital em ascensão, a exploração dos recursos naturais. Esta reserva se desenvolve no bojo da crise econômica portuguesa resultante da perda de mercado na Ásia, direcionando sua atenção para a colônia do Além-Mar. A busca pelas especiarias propiciou o surgimento de diferentes ciclos econômicos baseados na economia extrativista. E para dar vazão à necessidade de mão-de-obra para a atividade braçal, fluxos migratórios passaram a reorganizar o arranjo social da região (Pinto, 2005).

O conjunto de ações iniciados no século XVI não somente vilipendiou territórios ancestrais, mas, principalmente, dedicou-se às transformações profundas na racionalidade que norteava a relação das populações indígenas com a natureza. O processo de aculturação introduzido pelos missionários foi levado a fundo pelos portugueses através das políticas coloniais, buscando construir um ideário de sociedade que transgredisse àquela considerada “selvagem”, tornando-os adequados à função de servos. Libertos dos alçozes da escravidão, a população indígena pode ocupar pequenos povoados, exercer funções administrativas e socializar como os portugueses (Witkoski, 2009).

Em síntese, ocorreu a imposição de uma matriz de pensamento branca e eurocêntrica que ajudou a construir o pensamento social sobre a região e as populações locais. O que emergiu desse período subjaz ao projeto de homogeneização social, concentra-se na produção das desigualdades, entendendo a Amazônia como um espaço onde a ocupação foi tardia quando comparada ao restante da colônia. Portanto, o avanço da expropriação do território, escravização gentil e sua conversão a servos da Coroa esteve inserido no bojo de uma disputa geopolítica pelas fronteiras do domínio europeu na região, especialmente entre antigos combatentes, como Portugal e Espanha. Posteriormente, a ocupação da região esteve condicionada aos fluxos migratórios decorrentes dos ciclos econômicos, especialmente, a partir do século XVIII, quando diversos povoados foram elevados à categoria de cidades e se viu emergir a rede urbana amazônica.

Evidentemente, no decorrer do processo à cruz e à espada (Witkoski, 2009), a soberania militar colonial impôs seu poder através da violência, paralisando qualquer conspiração. No entanto, a perpetuação do pensamento de que populações indígenas se renderam pacificamente desconsidera a pertença desses sujeitos ao espaço, seus territórios e identidades culturais. De acordo com Fausto (2000), a resistência indígena antecede a construção de uma civilização branca e europeia, originando-se do isolamento diante do avanço do império Inca, ocupando extensas áreas da porção ocidental e oriental amazônica. Tavares (2011), contribuindo para o debate da formação social amazônica, lança luz à ocupação negra diaspórica, mencionando a construção dos mocambos como espaço de resistência negra, onde indígenas e negros coexistiam com o ambiente e, em alguns casos, compartilhando áreas de uso comum. Harris (2006), alinhado ao pensamento dos autores supracitados, destaca a intervenção da economia política colonial na construção mestiçagem, denominada pelo autor como processo de caboclicização, quando europeus recebiam incentivos da Coroa para estabelecerem matrimônio com mulheres indígenas. O objetivo deste processo concentrou-se na distinção do fenótipo dos descendentes de portugueses quando comparado aos traços característicos das populações indígenas. Além disso, os caboclos participariam de um modelo de sociedade civil onde a escola, a vestimenta, a língua e a cultura seriam instrumentos ideológicos para a sua homogeneização e sujeição aos desígnios da Coroa. Cruz (2007) salienta que a caboclicização teve incremento dos fluxos migratórios, construindo um arranjo social determinante para a formação do campesinato local, especialmente no que se refere

a preservação dos saberes ancestrais desenvolvidos ao longo da relação com o ambiente, mundo do trabalho, crenças e medicina tradicional. Além disso, o campesinato amazônico incorporou a religiosidade nordestina, o domínio da juta e malva com os japoneses, do tabaco com os árabes, além do folclore, herança portuguesa.

A política econômica estatal durante o período colonial, provinciano e republicano foi direcionada pela agenda de concessões quanto ao uso dos recursos naturais. Os megaprojetos discutidos para a Amazônia não conseguiram atingir seus objetivos centrais, tampouco favoreceram as populações locais, questão justificada pela inadequação dessas obras com as especificidades regionais e, principalmente, sem a consulta pública. Desta maneira, assim como ocorreu durante a colonização, ergueram-se grandes empreendimentos, como a rodovia Transamazônica (1972) e a Usina Hidrelétrica de Balbina (1989), para modernizar o território através das técnicas mais modernas para a sua época. Com o avanço da população urbana, a capacidade de produção de energia de Balbina pouco contribuiu para a demanda das cidades amazonenses, em particular, Manaus. Em razão dos problemas ambientais desencadeados pela fronteira agrícola sul-amazônica, corroborado à necessidade de conservação dos recursos preservados naquela faixa verde cortada pela Transamazônica, a conclusão da rodovia é motivo de debates entre povos e comunidades tradicionais, ambientalistas e setores do Estado e do capital agropecuário.

O espaço amazônico, atravessado pelos megaprojetos, impactou significativamente os territórios camponeses, exigindo mobilização política (Moreira, 1982; Harris, 2006; Harvey, 2005). O território encoberto pelos grandes empreendimentos aprofunda as desigualdades, expropria populações locais e altera abruptamente o modo de vida dessas populações. Enquanto organismo dinâmico, o território é influenciado pelas ações humanas e ambientais, sua preservação é resultado do estabelecimento de diretrizes que tenham como pressuposto sua autorreprodução. Quando uma determinada obra alcança um espaço habitado por um grupo, sem consulta prévia, abre precedentes para o questionamento quanto à segurança territorial. Conforme preconizou Souza (2013), essas brechas no estatuto consuetudinário dos grupos sociais exigem adaptações às realidades impostas, retrabalhando questões fundamentais para a coesão no discurso que, por conseguinte, irá conformar a mobilização política. O espaço político emanado através

dessas ações é retroalimentado pela necessidade de reprodução social, cultural e territorial (Foucault, 2014). Desta maneira, um território continuará a existir enquanto um grupo permanecer resistente à perpetuação dos acordos estabelecidos pelos grupos que dele se valem (Arendt, 1985).

Para a filósofa Hannah Arendt (1983), o poder não é uma “coisa” ou objeto de origem desconhecida, mas existe e depende da sociabilidade para sua efetivação. A autora separa cuidadosamente a relação entre força e poder, identificando o primeiro termo como resultado da concepção weberiana de violência, enquanto o segundo, derivado da capacidade de articulação dos indivíduos em determinados sistemas políticos (Souza, 2013).

Nas palavras de Arendt (1985, p.24–5),

“O poder corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido. Quando dizemos que alguém está 'no poder', estamos na realidade nos referindo ao fato de encontrar-se essa pessoa investida de poder, por um certo número de pessoas, para atuar em seu nome. No momento em que o grupo, de onde se originara o poder (*potestas in populo*, sem um povo ou um grupo não há poder), desaparece, 'o seu poder' (...) A 'força', que usamos frequentemente no linguajar diário como sinônimo de violência, especialmente quando a violência é usada como meio de coerção, deveria ser reservada, na linguagem terminológica, para designar as 'forças da natureza', ou as 'forças das circunstâncias' (*la force des choses*), isto é, para indicar a energia liberada mediante movimento físicos ou sociais”.

De acordo com Souza (1995), o exercício do poder decorre da dominação do homem pelo homem, pressupondo a existência de hierarquizações sociais. Em Arendt (1985), os limites dessas hierarquias são definidos pela capacidade de organização social, pois o poder deriva dos sujeitos e, sem eles, é inconcebível sua existência ou hierarquização. Diferente do senso comum que agrupa “poder” e “violência” sob o mesmo prisma, politicamente, o poder é consentido e, na sua ausência, adota-se a violência como instrumento de força. Desta forma, Arendt (1983) contrapõe a demonização do conceito de poder, diferenciando-se dos anarquistas clássicos, pois entendia o poder a partir de um certo grau de entendimento mútuo, sendo, portanto, a fonte da legitimidade do seu exercício (Souza, 2013).

O filósofo greco-francês Cornelius Castoriadis vai além de Arendt e Foucault, admitindo a ambivalência visceral do poder. Para ele, o poder pode ser uma manifestação autônoma de um determinado grupo sobre o espaço por meio da

democracia, contrapondo a ideia de poder demonizado por Foucault, este, heterônimo e autoritário, “ainda que resistido à tentação de superpor excessivamente poder e poder estatal” (Souza, 2013, p.82). Castoriadis enfatizava que qualquer relação territorial estaria sujeita ao uso do poder, do contrário, esta seria uma ficção incoerente. Castoriadis deixava claro que o poder poderia ser autônomo — radicalmente democrático, no sentido mais profundo daquele introduzido por Arendt —, e não necessariamente heterônimo, ou seja, quando há assimetria (estrutural) de poder e dominação de alguns indivíduos e grupos por outros (Souza, 2013, p.83). Em contraposição à heteronomia, a autonomia se fundamenta em acordos coletivos e individuais, construídos a partir do diálogo. Assim, uma “ação comunicativa” precisa de um contexto social livre e autônomo para se concretizar e florescer.

Portanto, o que se considera ao exercício do poder pelos povos e comunidades tradicionais diante de pressões externas, evidenciadas nos megaprojetos para a Amazônia, é a questão cultural. Conforme discutido acima, a complexidade envolvendo o processo de formação territorial amazônica dissolveu e, ao mesmo tempo, estabeleceu novos vínculos entre homens e mulheres com o ambiente. Enquanto uma instância política (Souza, 1995), as territorialidades construídas pelos diferentes grupos sociais estabeleceram regras de uso e conservação dos recursos naturais comunitariamente, seja mediante acordos verbais ou pela preservação de artefatos culturais embutidos no modo de vida. Quando um conflito antológico (Almeida, 2013) se desenvolve a partir das ações exógenas àquela estabelecida por um grupo, como os grandes projetos, não é apenas a reprodução daquele território em jogo, mas, sobretudo, da cadeia sociocultural e política desses grupos (Souza, 1995).

“(…) Uma coletividade, ao acordar livremente — vale dizer, com todos os membros em igualdade efetiva de condições no processo decisório — regras no tocante à organização de um espaço (que pode ser um imóvel ocupado por um sem-teto, ou então uma biblioteca mantida por uma organização libertária, ou ainda um centro, ou 'diretório' acadêmico autogerido...), definindo, inclusive, possíveis punições para os transgressores dessas regras, está exercendo poder, poder esse que consubstancia sob a forma de um conjunto de normas. O fato de podendo ser alteradas, em vez de serem vistas como inquestionáveis ou tabus, indica que se está diante de um poder não heterônimo — e não que se está diante da 'ausência de poder'" (Souza, 2013, p.84).

Para Haesbaert e Limonad (1999), o homem nasce e toma consciência de que está em um território e, com o tempo, cria e recria novos territórios. Portanto, a

construção social a partir das relações de poder (concreto e simbólico) envolve sociedade e espaço geográfico. Analisar o território através das dinâmicas espaço-temporais sob o crivo do capitalismo é pensar sua constante descaracterização por meio do técnico, científico e informacional, sobrepondo-se às diferentes territorialidades. Territórios são construídos e desconstruídos em espaço-temporalidades distintas, atravessados pela dinâmica global do capitalismo.

A globalização se intensifica através da política econômica impulsionada pelo avanço das técnicas informacionais e pela circulação excessiva de capital financeiro ou fictício. A globalização se territorializa a partir de fluxos cada vez mais centralizados no controle de áreas específicas, consolidando interfaces da relação economia-mundo. Diante dessa realidade, surgem formas de controle global a partir do local, num processo de esvaziamento das práticas e valores culturais territoriais (Santos, 2000). Nesse sentido, o enfoque dado à Amazônia, desde o período colonial, esteve circunscrito à perspectiva desenvolvimentista, tendo como pressuposto a ligação econômica da região com o mercado. Quando o Estado intercede pela modernização do território, ao mesmo tempo, se constrói uma arena de conflitos envolvendo os grupos sociais. É neste momento que as relações de poder desses grupos, diferentemente do poder heterônomo estatal, realizam importantes intervenções mediante a organização social (Foucault, 2014).

Sendo assim, a construção de uma mobilização popular em defesa das territorialidades camponesas representa verdadeiros campos de luta pelos direitos humanos, territoriais e ambientais. Enfrentam a ausência das instituições como consequência da economia política do Estado, gestada pela perspectiva tecnocrática que ainda compreende o espaço amazônico como mercadoria. Numa luta atemporal pela manutenção dos territórios, populações indígenas, quilombolas e camponesas buscam alternativas institucionais para salvaguardar suas territorialidades e modo de vida. Essa luta é também pela conservação dos recursos naturais, embora o modo de vida camponês esteja relegado à produção de valor, é através da racionalidade envolvendo o equilíbrio trabalho-consumo (Chayanov, 1974), e os acordos antológicos com o ambiente (Almeida, 2013), que o camponês constrói sua identidade.

4.2. O movimento em defesa do peixe no Amazonas

No decorrer dos anos, como em todo o Brasil, as famílias se empobreceram mais. O fechamento dos lagos de procriação criou desavenças nas comunidades, desentendimento entre famílias, mesmo no meio de parentes ou comadres. Faltando comida (peixe), as mães vendo seus filhos com fome ficavam num dilema: de um lado o filho chorando, esfomeado, de outro um lago cheio de peixes, com normas comunitárias proibindo a pesca lá. Algumas querem a preservação do lago, tentam resolver o problema do alimenta da criança com frutas, papa de farinha para substituir o peixe, sem necessidade de invadir o lago, respeitando as normas. Elas preservam porque vêem que o problema não é só de seu filho, mas do futuro, isto é, de todas as outras crianças que virão (Spínola, 1997, p. 113).

Dona Socorro retornou à cena, neste capítulo, para emprestar sua memória narrativa à origem do movimento em defesa do peixe no rio Arari. Sua participação na entrevista é fundamental para decifrar questões relativas à trajetória do movimento político camponês na Comunidade São João do Araçá. Além disso, Socorro, por ser uma mulher aguerrida da Amazônia, foi responsável pela consolidação do movimento, mesmo não sendo ela pescadora, o que nem por isso a deteve da luta em defesa dos territórios aquáticos e recursos pesqueiros.

A relação de gênero, complexa e secular para a humanidade, no campesinato amazônico, subverte princípios conservadores ao caminhar pelo percurso oposto, onde homens e mulheres exercem múltiplas atividades na construção dos seus territórios. Harris (2006) compreende esse movimento como um mecanismo anticíclico diante do patriarcado, operando no modo de vida das populações ribeirinhas, quando homens e mulheres constroem laços de solidariedade, aquém das hierarquias baseadas na questão de gênero. Essas diferentes formas de sociabilidade possibilitaram que Socorro fosse atuante nos movimentos populares desde a sua juventude, passando a representante da Comunidade em diversos mandatos, bem como liderança do movimento em defesa do peixe no rio Arari.

Nos diferentes estágios de sua vida, a agricultora relatou que sempre priorizou a coletividade quando da realidade vivida em sua infância, enxergou as mazelas da exclusão social. Pela desassistência dos serviços básicos, compreendeu, naquele momento, que a exclusão de direitos era o único bem assegurado aos agricultores. Para vencer as intempéries, cedo se viu auxiliando sua mãe na extração do látex da seringueira que seria vendido e os ganhos revestidos no pagamento de uma professora para alfabetizá-la. Na juventude, Socorro concluiu os estudos através dos projetos socioeducativos das CEBs, ligadas à Igreja Católica. Conforme seu relato,

aquela conquista rompeu com os anseios da sua curta vida e, aquela imagem projetada de um futuro de incertezas e esquecimento, logo foi avivada pela possibilidade de alçar outros voos. A criação de um Centro de Treinamento Pastoral (CENTREPI) na Comunidade, foi essencial para a continuidade da sua formação, especialmente pelo objetivo de formar lideranças religiosas e comunitárias, por meio dos grupos setorizados que seriam canais de comunicação entre a Prelazia de Itacoatiara e a Comunidade.

O trabalho das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), vinculadas à Igreja Católica, conjuntamente às comunidades ribeirinhas na Amazônia, iniciou na década de 1970, no intento de denunciar injustiças sociais como a “fome, miséria, opressão, ignorância” que acometia o “povo de Deus” (Spinola, 1997, p. 46). A reforma ecumênica da Igreja, substituindo valores seculares pela organização política mediante a criação de comunidades e a defesa dos direitos humanos às populações marginalizadas, ocorreu no seio do Concílio Vaticano II, em 1964, em Medelim, na Colômbia, instituindo as CEBs como precursoras da mensagem litúrgica e a formação socioeducativa de sujeitos por meio de uma visão de mundo libertária, democrática e socialmente justa.

O Documento de Medellin afirmou serem “as CEBs uma das inovações mais promissoras da Igreja”. A pedagogia nelas usada é a da participação e da igualdade. Os valores importantes nas CEBs são: a grande participação do seus membros nas decisões internas, buscando mais consenso, ao invés de votação com maioria absoluta; a fraternidade, a solidariedade, a cooperação, ao invés da competição, o novo jeito de se organizar, com a participação das bases fortalecidas pela democracia interna, tornando possível a igualdade; a ligação fé, vida que se revela nas ações cotidianas na comunidade; a fala espontânea de cada um, em lugar de discursos prontos (Spinola, 1997, p. 46).

A realidade das populações ribeirinhas naquele período era complexa, tendo em vista os agravantes de ordem ambiental, econômico e político. Essa tríade de fatores contribuiu para o cenário de incertezas vivenciados pela população, especialmente entre os mais antigos. A frequência das cheias excepcionais impedia a produção da agricultura familiar e a criação de animais. O (a) camponês se viu obrigado a migrar para os centros urbanos em razão do processo de urbanização e das oportunidades de emprego decorrentes da instalação da ZFM. Do ponto de vista político, durante o regime cívico-militar, o número de conflitos socioambientais cresceu na Amazônia em decorrência dos grandes projetos tecnocráticos. O que Socorro viu

durante sua infância foi a fração de uma realidade que se materializava em nome do “desenvolvimento da Amazônia” (Pantoja, 2006), ao passo que observava mudanças substanciais na paisagem como resultado da exploração madeireira, e nos rios, com a escassez de espécies tradicionais do consumo familiar.

Nesse sentido, a chegada das CEBs foi celebrada entre os moradores como um sopro de esperança para a organização política dos moradores. Cabe destacar que o trabalho embrionário gestado pelas CEBs, impactou significativamente o modo de enxergar a vida em comunidade, embora questões culturais tenham sido preservadas, regras de uso, acordos coletivos, limites de exploração, foram implementados por meio de assembleias comunitárias, visando salvaguardar os recursos naturais e o acesso igualitário a ele pelos moradores. Essa nova compreensão do território camponês teve influência do plano político-pedagógico progressista, baseado na Teologia da Libertação, difundido às crianças, jovens e adultos, durante diversas reuniões setorializadas (pastorais). A formação crítica dos sujeitos mediante os projetos socioeducativos, corroborada ao conhecimento ecológico dessas populações, construíram um rico campo de debates sobre a conservação dos recursos, inclusive realizando diagnósticos ambientais sobre o desmatamento e a sobre-exploração da ictiofauna.

A pesca artesanal comunitária sofreu massivamente com a atividade predatória iniciada na década de 1960, como parte integrante dos mercados pesqueiros difundidos pelo modelo econômico desenvolvimentista. Até aquele período, conforme destacou Socorro, era comum consumir determinadas espécies, portanto, a cada pescaria realizada pela família, eram capturados pirarucus (*Arapaima gigas*), tucunarés (*Cichla ocellaris*), tambaquis (*Colossoma macropomum*), assim como os quelônios (*Testudines*). O cenário modificou-se a partir da introdução dos barcos pesqueiros nos locais de pesca, dificultando significativamente a pesca artesanal. Logo, pescadores observaram o desaparecimento de espécies importantes para a dieta alimentar e, daquele momento em diante, travaram conflitos com pescadores comerciais pelo acesso aos territórios de uso comum das comunidades do rio Arari. Mediante a escassez de peixe e o iminente rompimento com a tradição alimentar camponesa, os moradores se viram reféns dos produtos industrializados adquiridos em Itacoatiara. A mudança na alimentação e abandono do consumo do peixe ressoou na saúde dos moradores, quando comorbidades decorrentes do novo hábito

alimentar, ativadas pela composição dos ultraprocessados, elevou o surgimento de distúrbios cardiovasculares e metabólicos.

Outro impacto da sobrepesca ocorreu com a cultura camponesa. O início da ocupação da comunidade se deu em razão da atividade pesqueira, no final do século XIX, quando homens se lançaram à atividade nos pesqueiros reais. Tendo em vista a proximidade com a cidade de Itacoatiara e Manaus, esses pescadores escolheram ocupar o rio Arari e se dedicar a agricultura e a pesca. Naquele período, as comunidades possuíam independência econômica das cidades, com isso, inúmeras embarcações atracavam nos portos dessas comunidades e adquiriam toda a produção familiar. Essa dinâmica foi rompida com o avanço da urbanização, da motorização das embarcações e a centralidade político-administrativa das cidades. Assim, o grupo de moradores responsáveis pelo desenvolvimento do assentamento, preconizou o trabalho com a terra, a pesca para o consumo e eventuais comercializações, além do extrativismo florestal. Houve um momento, segundo Socorro, que a pesca recebeu atenção dos agricultores, entretanto, ao depararem com o desaparecimento do peixe, ainda que em períodos sazonais, motivou a dedicação exclusiva aos roçados. Para Socorro, a ruptura com a prática predatória entre os moradores só foi possível diante do conhecimento ecológico camponês defronte ao comportamento das espécies que, durante o período de cheias, migravam para outros lagos da região.

A pesca, assim como qualquer atividade realizada numa unidade de produção camponesa, é socializada ainda na infância. É um processo contínuo onde os sujeitos interagem com o espaço aquático e as espécies que nele habitam. Conhecer o período de reprodução das espécies, suas preferências, habitats, padrão de alimentação e refúgio, são constituintes do conhecimento ecológico camponês. A construção dessa identidade é marcada pelo estabelecimento de questões de ordem social e cultural, passam pelo crivo da interatividade do sujeito com o espaço que, sob diferentes perspectivas, formam ao longo do tempo a sinergia do homem com o ambiente/espaço. É nesse movimento que o conhecimento ecológico determina os limites da exploração/produção (Cruz, 2023).

Segundo Spínola (1997), a concepção de natureza integrante à vida social das populações ribeirinhas os diferencia das populações urbanas, cujo pragmatismo construiu uma ideia de natureza mercantilizada, enquanto para os camponeses, este é o espaço da vida.

O ribeirinho tem uma concepção de natureza parecida com a do índio. Ele se identifica com ela, respeita, ama a natureza, não quer dobrá-la ao seu domínio, não agride e nem desperdiça as riquezas da mata ou das águas. Caça e peca o suficiente para si e sua família comer. Ao cortar uma árvore, catar folhas de palmeiras para fazer sua casa, colher frutos e raízes, só pega o necessário para sobreviver. Não mata ou colhe além do que precisa evitando o desperdício ou acabar com a espécie. Não estraga nada do que é tirado da natureza. É a lei ensinada logo cedo às crianças e que orienta o comportamento do ribeirinho durante toda a sua vida: pescar, caçar, colher apenas o suficiente para aquele dia. Numa região equatorial, de calor muito forte, sem refrigeração para conservar os alimentos essa lei consuetudinária foi estabelecida há muito tempo e respeitada até hoje (Spínola, 1997, p. 8-9).

Com o fim da ditadura cívico-militar e o início do processo de redemocratização nacional, a questão ambiental foi colocada no centro dos debates relativos à construção de políticas públicas para a conservação dos recursos naturais e dos povos e populações historicamente marginalizadas (principalmente indígenas, ribeirinhos e quilombolas). Até aquele período, conforme relatos orais e consulta à historiografia nacional, o país mergulhava numa política econômica tecnocrata, herdada do período Vargas e potencializada entre os militares. O discurso desenvolvimentista agrupou um conjunto de ações para industrializar bases produtivas, modernizar e mecanizar, construir redes de transportes para a integração nacional, colocando cidades como o centro financeiro e administrativo das novas demandas do Estado. O setor pesqueiro foi substancialmente impactado pelas reformas econômicas e pela injeção de investimentos para a difusão do setor comercial e dos mercados de pesca pelo país (Goularti Filho, 2017). Evidentemente, os resultados esperados pelos economistas agradaram setores públicos e privados, colocando a economia pesqueira em lugar de destaque no âmbito das políticas públicas.

Por outro lado, de acordo com Goularti Filho (2017), essa economia emergente deparou-se com a fragilidade dos ecossistemas aquáticos, obrigando-a a adotar medidas de controle às espécies valorizadas pelo mercado. Entre comunidades pesqueiras ou àquelas que ocasionalmente dependiam da pesca, como os moradores da Comunidade São João do Araçá, os impactos foram imediatos e aceleraram o surgimento de conflito pelo uso do espaço aquático e, por consequência, dos recursos pesqueiros. A inexistência de uma política ambiental ao nível de Estado levou não somente à fragilidade da ictiofauna do rio Arari, como oportunizou sua exploração intensiva, resultando na sobre-exploração de diversas espécies. Aproximadamente três décadas após o ato de criação da SUDEPE, principal responsável pelo

desenvolvimento do setor pesqueiro no país, sua atuação não tinha mais espaço na agenda política durante a redemocratização, sendo extinta em 1989. Em seu lugar, foi criado o IBAMA, no intuito de transicionar do modelo desenvolvimentista para uma política de Estado ancorada na conservação dos recursos naturais, a partir das políticas ambientais de controle, monitoramento e fiscalização.

De acordo com Pantoja (2006), a Constituição Cidadã de 1988 também foi um importante marco positivo para assegurar direitos às populações atravessadas pelos conflitos socioambientais, interpelando em seu Artigo 225 a função do Estado e da sociedade a observância da conservação dos recursos naturais e das populações que o protegem. Em relação à pesca, uma das primeiras medidas adotadas foi a criação da Lei n.º 7.679/1988 (Lei da Piracema), interrompendo a pesca durante os ciclos reprodutivos das espécies aquáticas (BRASIL, 1988). Além disso, o IBAMA passou a atuar conjuntamente ao Código de Pesca, existente desde 1967, desenvolvendo medidas protetivas à ictiofauna, como proibições de técnicas e apetrechos de pesca, intensificando a fiscalização de embarcações pesqueiras e monitorando locais de pesca, sob a parceria das populações locais (Pantoja, 2006).

Atravessada pela sobrepesca de espécies tradicionais nos lagos do rio Arari, desde a década de 1960, a população local travou uma importante disputa pelos territórios pesqueiros que, mais tarde, contou com o apoio do IBAMA. O discurso que movia os camponeses, sob a liderança de Socorro, refletia a racionalidade dessas populações para preservarem sua autonomia partilhada na defesa de suas territorialidades. Assim, baseados na formação crítica desenvolvida no seio da CEBs e dos grupos de estudos, Socorro, Dico, Wanderley e tantos outros contemporâneos passaram a organizar uma aliança política em defesa da pesca artesanal naquela localidade. O impacto desta aliança foi significativo ao ponto de participarem da primeira reunião acerca dos conflitos pesqueiros, realizada pela Prelazia de Itacoatiara, em 1980, denominada “Assembleia do Povo. Daquele momento em diante, Socorro encabeçaria o movimento em defesa do peixe no rio Arari, com forte influência nos movimentos políticos dissidentes ao longo do médio rio Amazonas.

Segundo Spínola (1997), o objetivo da Assembleia do Povo consistia no monitoramento dos conflitos socioambientais crescentes naquela região, entretanto, para a surpresa dos participantes, o encontro deu subsídio para a organização política em torno da pesca artesanal e dos territórios pesqueiros.

Na década de 80, quando ocorreu em Silves, a 1a. Assembléia do Povo, foram discutidos, entre os membros da Assembléia, os problemas que afligiam a vida da comunidade cristã e, um dos principais problemas colocados naquele momento, foi exatamente, a escassez do peixe causado pelo estrago, pela depredação que era feita por barcos pesqueiros em nossos lagos e rios. E a fome vinha começando a se agravar (depoimento de um líder comunitário) (Spínola, 1997, p. 47).

Quando os atores sociais saíram da posição de passividade diante da depredação dos recursos hídricos e passaram a atuar na linha de frente do movimento político, tal ato expôs a fragilidade da atuação das instituições de Estado. Para David McGrath (1991), essa atitude foi fundamental porque deu protagonismo à participação das comunidades no desenvolvimento de políticas públicas voltadas à conservação dos recursos pesqueiros. Diferentemente do que ocorreu durante os anos de SUDEPE, quando o desenvolvimento da pesca na Amazônia não privilegiou a atividade artesanal desenvolvida pelo campesinato amazônico, tampouco dialogou com pescadores em relação às condições ambientais para estipular o ritmo de produção pesqueira, pelo contrário, mercantilizou a atividade a partir de métricas voltadas à exportação.

Dona Socorro não era pescadora, mas, segundo ela, isso não seria motivo para invisibilizar sua posição defronte à exploração, tampouco ao movimento. “Basta ter determinação”, pois, segundo a agricultora, o camponês, em seus labores, aprende sobre a boiada do peixe, suas diferentes formas de reprodução e migração. Esse conhecimento, ora construído, ocasionou a compreensão de que a dinâmica dos recursos aquáticos era, na verdade, uma relação entre terra e água, uma vez que a preservação das matas ciliares daria condições necessárias para a fixação das espécies no ambiente lago. Portanto, o conhecimento camponês transcende as barreiras de gênero.

Na comunidade São João do Araçá, dois importantes ambientes foram historicamente explorados, o Lago Araçá e Babaçu. A pesca do pirarucu (*Arapaima gigas*), mapará (*Hypophthalmus edentatus*) e jacaré (*Melanosuchus niger*) eram práticas comuns na região, inclusive, atraindo pescadores comerciais de Itacoatiara, contudo, a partir da década de 1970, essa atividade tornou-se recorrente em função do crescimento urbano de Itacoatiara e Manaus. A presença de unidades de beneficiamento de pescado nestas duas cidades englobava uma rede de pescadores comerciais que abasteciam a demanda industrial. Com consequência, a pesca artesanal e de subsistência passou a enfrentar, com a escassez de pescado, o

fenômeno mais acentuado de sua marginalização, a insegurança alimentar. Segundo Socorro, grande parte das famílias da região, tradicionalmente, consumia proteínas originadas da pequena criação, outras dependendo exclusivamente do extrativismo animal, como a caça e a pesca. A complementariedade no consumo do peixe supria a necessidade do consumo de carnes vermelhas, especialmente em momentos de dificuldade financeira das famílias. Desta maneira, o (a) agricultor (a) precisou redobrar sua jornada de trabalho nas roças, bem como durante a caça e a pesca.

Conforme o relato de Socorro, a invasão do espaço aquático acompanhava o calendário hidrológico (cheia e vazante). Durante a vazante, diversos barcos eram avistados pelos moradores distribuindo equipamentos de pesca pelos flutuantes existentes na região. Esses flutuantes atuavam como intermediários para a atividade ilícita, reunindo diversos equipamentos para a pesca e toda a produção que, mais tarde, seria entregue aos barcos pesqueiros. Os donos dos flutuantes eram moradores da região, com certa influência entre os moradores e sobre a atividade pesqueira. Assim sendo, a atividade predatória não encontrou obstáculo para a sua execução, atraindo um número expressivo de pescadores artesanais interessados nas promessas de regularidade no pagamento dado a cada pescaria. Eram ofertadas redes, lanternas, canoas e “baterias”, para realizarem a captura por meio de métodos nocivos ao ecossistema aquático, como o uso de redes de arrastão e choque elétrico. Instalados na borda dos estuários, aproveitando o movimento de retorno das espécies durante a vazante, esses pescadores predavam tucunarés, tambaquis, pirarucus, entre outros.

Após a criação da comissão do rio Arari, instituída durante a Assembleia do Povo, a primeira iniciativa do grupo foi percorrer todas as comunidades da região, acompanhar o panorama da questão pesqueira para construir o diagnóstico acerca dos conflitos socioambientais. A presença da comunidade nesses espaços foi substancial para auxiliar no monitoramento dos barcos pesqueiros e o surgimento de conflitos nos locais de pesca, resultando na formalização das primeiras denúncias relativas à exploração pesqueira, endereçadas às instituições de Estado, cobrando a construção de políticas públicas ambientais. A organicidade do movimento em defesa do peixe foi importante para a fundamentação de um movimento ainda mais abrangente que ocorreria anos depois, ao nível de estado. Entre o primeiro e o sétimo encontro da Assembleia do Povo, a recorrência de conflitos de pesca ocupou destaque nos debates, entretanto, em razão do trabalho de diagnóstico da natureza

desses conflitos, foi possível identificar a influência das elites políticas e empresariais do município na execução da atividade predatória (Spinola, 1997). Não obstante, essa influência não esteve restrita apenas à invasão de lagos, também ressoou nas relações comunitárias, construindo cenários de perseguição às lideranças comunitárias através do compartilhamento de notícias falsas ou emboscadas.

Em uma das reuniões agendadas pela comissão em defesa do peixe do rio Arari, Socorro relatou que Dico, à época, responsável pela realização da reunião na Comunidade São Paulo, no trajeto até o local, avistou um barco pesqueiro conjuntamente à sua comitiva. Na ocasião, intrigado com aquilo que poderia ser um barco pesqueiro, questionou os comunitários e, através do trabalho de coleta de informações, teceu o *modus operandi* da exploração pesqueira na região. Naquele dia, horas mais tarde, Dico e seus companheiros apreenderam a embarcação que deslocava um número expressivo de mantas de pirarucu (*Arapaima gigas*). “Nós apreendemos aquela carga assim que a chuva passou, o dono dela era paraense, acreditamos que ela viesse de lá. Ele nos levou ao local onde estava armazenando aquele peixe, depois liberamos ele.”

À ocasião, suspeitaram de um desafeto entre os comunitários, tratava-se de um fazendeiro que, costumeiramente, estava envolvido em conflitos de pesca e detinha alguns flutuantes na região. Porém, a suspeita não obteve sucesso em razão da quantidade apreendida no confisco da embarcação, acreditando existir uma rede de depredadores bem mais abrangente na região.

Certa vez foi, eu e mais cinquenta homens aqui do Arari a outra região próxima para vermos como ficava o lago após a exploração do lago. Só carcaças de pirarucu! Eles tiravam a carne e deixavam cabeça, tronco, tudo jogado. Era época de seca, então dava para ver bem os restos pelo lago. Quem fazia isso era um Fazendeiro importante que tinha nessa época. Ele pagava os pescadores para capturar e depois vendia aos paraenses que sempre procuravam aquela região para comprar carne de pirarucu (Seu Dico).

A estrutura organizativa da atividade predatória se valia das condições socioeconômicas vivenciadas por diversos pescadores pobres, meio pelo qual eram assediados pela promessa de enriquecimento facilitado, visto que a dinâmica de comercialização do pescado era mais célere que o trabalho na roça. De acordo com Socorro, eram pescadores jovens e recém-casados, aqueles que facilmente negociavam, atuando na ilegalidade sob a promessa de receber o equivalente pelo seu trabalho.

Toda semana eles estavam aqui. Eles iam para Manaus e na outra semana retornavam. Isso acontecia por época. Por exemplo, quando tinha pirarucu aqui, muito antes dele desaparecer, os invasores pescavam com anzol na “baixada d’água”. Aí desapareceu (Seu Dico).

Segundo Spínola (1997), o trabalho orgânico exercido pelas CEBs, apoiado no amplo conhecimento ecológico das populações locais e no desejo pela justiça social, norteou os caminhos do movimento em defesa do peixe, desde o seu início. Apesar das Assembleias do Povo darem o pontapé para o conhecimento do cenário da exploração pesqueira no Amazonas, sua atuação esteve restrita a uma pequena parcela do estado, em particular, no médio rio Amazonas. Através do resultado conjunto das comissões envolvidas nesta Assembleia, rapidamente a iniciativa ganhou apoio de outros setores da Igreja Católica, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), à época, envolvida nos movimentos sociais do campo em favor da reforma agrária. Assim, outras dioceses e prelazias do Amazonas aderiram ao movimento, participando dos encontros anuais que debatiam o cenário de exploração pesqueira, bem como as condições socioeconômicas e ambientais vivenciadas pelas populações no campo. A descentralização do movimento em defesa do peixe seguiu os preceitos definidos nas Assembleias do Povo, instituindo comissões comunitárias para tratar dos problemas específicos das comunidades e, posteriormente, essas questões seriam debatidas com representantes ao nível de estado. De acordo com Spínola (1997), o movimento pode ser entendido a partir de três fases de articulação; a primeira, entre 1983 a 1987, buscou a organização político-comunitária; de 1988 a 1992 se fortaleceu institucionalmente; entre 1993 a 1996, se articulou com diversas organizações como o IBAMA, Universidades, ONGs, entre outros, para construir políticas públicas (Quadro 4).

Quadro 4 – Encontros realizados pelo Movimento em Defesa do Peixe no Amazonas, organizado pela CPT AM/RR

Ordem	Título do Encontro	Diocese ou Prelazia	Local	Ano	Organização
1º	Encontro sobre a Pastoral da Pesca	Coari, Itacoatiara e Tefé	Tefé	1983	CPT – NO -I
2º	Encontro de Pescadores Artesanais	Alto Solimões, Coari, Itacoatiara e Tefé	Itacoatiara	1985	CPT – NO -I
3º	Encontro dos Pescadores	-	Coari	1986	CPT – NO -I

4º	Encontro dos Pescadores – Ribeirinhos	Alto Solimões, Borba, Coari, Itacoatiara e Tefé	Manaus	1987	CPT – NO -I
5º	V Encontro dos Pescadores	Alto Solimões, Borba, Coari, Itacoatiara, Parintins e Tefé	Manaus	1988	CPT – NO -I
6º	VI Encontro dos Pescadores e Ribeirinhos	Alto Solimões, Coari, Itacoatiara, Parintins e Tefé	Manaus	1989	CPT – NO -I
7º	VII Encontro dos Ribeirinhos e Pescadores	Alto Solimões, Coari, Itacoatiara, Parintins e Tefé	Manaus	1990	CPT – NO -I
8º	VIII Encontro Estadual de Ribeirinhos	Alto Solimões, Coari, Lábrea, Itacoatiara, Parintins e Tefé	Manaus	1991	CPT – NO -I
9º	IX Assembléia Regional dos Ribeirinhos	Alto Solimões, Borba, Coari, Itacoatiara, Parintins e Tefé	Manaus	1992	CPT – NO -I
10º	X Encontro Regional de Ribeirinhos em busca da Reforma Aquática	Alto Solimões, Coari, Lábrea, Itacoatiara e Tefé	Manaus	1993	CPT AM/RR
11º	XI Encontro dos Ribeirinhos da CPT AM/RR	Borba, Coari, Itacoatiara, Manaus e Parintins	Manaus	1994	CPT AM/RR
12º	XII Encontro dos Ribeirinhos CPT – AM	Borba, Coari, Itacoatiara, Parintins e Tefé	Manaus	1996	CPT AM

Fonte: Spínola (1997). Org.: Said Pinheiro (2024).

Os primeiros encontros, ocorridos no início da década de 1980 (1983 e 1985), buscaram compreender os diferentes contextos da pesca no Amazonas. Atentou-se às especificidades sociais, culturais e geográficas das comunidades pesqueiras ou daquelas que sazonalmente dependiam da pesca. Um dos elementos importantes desse primeiro momento de organização foi construir o panorama social das comunidades, diagnosticando conflitos externos e internos às comunidades, bem como seus principais causadores. Esse trabalho, de base, deu subsídio às fases subsequentes, tendo em vista o amplo conhecimento adquirido acerca dos conflitos de pesca e suas motivações. A construção da organicidade ribeirinha contou com o

apoio dos povos indígenas que, naquele período, também lutavam pela preservação dos seus territórios ancestrais.

No 3º Encontro, realizado na cidade de Coari, em 1986, através do panorama da pesca artesanal e dos territórios pesqueiros construído nos anos anteriores, o movimento em defesa do peixe dedicou-se à proposição do ordenamento pesqueiro no Amazonas, processo denominado entre os participantes de Reforma Aquática (Spínola, 1997). Para a Reforma Aquática ganhar institucionalidade nas políticas de Estado, seria necessário estabelecer diretrizes quanto ao uso dos recursos pesqueiros pelos comunitários, a proibição do acesso pelos pescadores comerciais e, ainda mais desafiador, construir políticas sociais para pescadores artesanais em situação de vulnerabilidade. Neste sentido, conforme citado anteriormente, foram instituídas Comissões de Pescadores, onde um participante era nomeado o representante regional, atuando conjuntamente a CPT. Este representante regional tinha a função de liderar o movimento político-camponês de forma setORIZADA, no intento de definir comunitariamente o ordenamento pesqueiro, estabelecendo áreas para a preservação dos recursos pesqueiros, área de manutenção e àquelas onde o acesso seria permitido aos pescadores comerciais. Desta forma, os lagos de preservação ou santuários teriam a atividade pesqueira proibida durante todo o ano, por outro lado, a pesca nos lagos de manutenção estaria restrita à subsistência das famílias camponesas, enquanto as áreas de livre acesso não haveria restrições de pesca, apenas de instrumentos e técnicas de captura nocivas ao ambiente aquático (Spínola, 1997).

Durante o 4º e o 5º Encontro dos Pescadores, o movimento em defesa do peixe analisou os avanços e retrocessos do projeto de demarcação aquática no Amazonas. Houve o diagnóstico dos principais obstáculos à política de ordenamento pesqueiro, como o crescimento dos conflitos intracomunitários entre pescadores artesanais e comerciais, ambos residentes nas comunidades ribeirinhas. Esses pescadores comerciais assediados pelo mercado pesqueiro urbano, no passado, atuavam na pesca artesanal, alegando que a principal motivação para a aderência à atividade decorreu das práticas restritivas nos locais de pesca. As críticas ao movimento político-camponês obrigaram-lhes a atender à carência de informação dos pescadores quanto à importância da iniciativa. Por esta razão, foi dada atenção à formação dos pescadores a partir do contexto social, cultural e ambiental vivido pelas famílias camponesas. O apoio de pesquisadores, ambientalistas e representantes da Igreja foi

indispensável para a construção de projetos de conscientização da população, dado os desafios geográficos do Amazonas e o atendimento a todas as comunidades envolvidas no movimento em defesa do peixe. Foi observado que a natureza dos assédios aos pescadores artesanais decorria da difusão de notícias falsas quanto ao objetivo do movimento político em questão, em geral, partiam de representantes políticos municipais de Itacoatiara com alguma ligação com empresários do setor pesqueiro. A desinformação consistia na proliferação de informações inverídicas sobre o alinhamento político das lideranças locais, numa tentativa de aterrorizar camponeses quanto ao futuro da pesca artesanal (Spínola,1997). No entanto, a demarcação aquática impedia práticas pesqueiras em áreas de preservação (santuários) e manutenção, diante das condições biológicas de cada espécie, envolvendo processos particulares de adaptação, reprodução e fases de crescimento. Portanto, o desafio da conscientização coletiva partiria da necessidade de compreensão das condições ecológicas do espaço aquático e sua sustentabilidade para a pesca artesanal ou de subsistência.

Em 1988, sob influência da construção da Constituinte para a Pesca, deliberou-se pela construção da Nova Lei de Pesca, substituindo o antigo regimento da década de 1960. O principal objetivo deste encontro foi pensar a conservação dos recursos pesqueiros acoplados ao desenvolvimento econômico da atividade. Em razão do *modus operandi* da pesca comercial para a alienação dos pescadores, além do contexto de marginalização da atividade, era urgente repensar o papel da pesca artesanal para a economia. Portanto, a principal mobilização daquele encontro se deu pela construção de parcerias com entidades representantes de classe, como os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e Colônia de Pescadores. O principal resultado desta iniciativa ocorreu no seio da Prelazia de Tefé, quando a comissão de pescadores estabeleceu o acordo histórico com pescadores artesanais e comerciais, mediados pela Colônia dos Pescadores Z-4, preconizando a preservação os recursos pesqueiros para o desenvolvimento econômico da atividade. Foi um importante avanço da organização política para a institucionalidade do ordenamento pesqueiro, uma vez que ele esteve alicerçado nas prerrogativas da conservação, monitoramento e fiscalização da prática haliêutica.

No ano seguinte, a Nova Lei de Pesca foi encaminhada à Constituinte Estadual do Amazonas e o trabalho do movimento político concentrou-se no estabelecimento de leis orgânicas municipais que atuassem diretamente no ordenamento pesqueiro,

porém, apenas São Paulo de Olivença realizou seu enquadramento à Lei Orgânica Municipal (Spínola, 1997). O dissabor veio da inexistência do apoio dos Sindicatos Rurais e Colônias de Pescadores, desta forma, durante o 6º encontro, incentivou-se a criação de Associações de Pescadores nas comunidades para o fortalecimento da atividade econômica desempenhada pela pesca artesanal.

Diante dos gargalos enfrentados pelo movimento na defesa dos territórios de pesca, a realização do 7º Encontro dedicou-se à retomada da organização comunitária. Entendendo a importância de uma base consistente e engajada com o contexto social, político e econômico, as comissões de pesca passaram a construir grupos de estudo para a formação das novas gerações de camponeses. Todo o movimento de politização, formação teórica e atividades práticas de manejo, foi realizada com o suporte de pesquisadores, ambientalistas, representantes de ONGs que, desde o início da década de 1990, passaram a atuar diretamente com o movimento político-camponês, formalizando uma parceria consistente, especialmente com a UA²⁴ e INPA.

O ano de 1991 foi marcante para o movimento em defesa do peixe, diante da realização da Conferência sobre o Meio Ambiente (ECO-92), no Rio de Janeiro. Nesse sentido, o trabalho desenvolvido no 8º Encontro Estadual de Ribeirinhos teve como objetivo direcionar a atenção do Estado, especialmente das instituições ambientais, para o cenário de sobre-exploração pesqueira, comprometendo não somente a ictiofauna, mas o mundo do trabalho, a paisagem amazônica e a cultura dos povos e populações que dependem da pesca, seja como meio para a atividade econômico ou para a subsistência. Para isso, a comissão ligada à CPT reuniu um dossiê contendo documentos com dados primários e secundários relativos aos encontros de pescadores, realizados nos anos anteriores. O interesse detrás da apresentação desses documentos consistia na revelação das contradições dos projetos econômicos para a pesca no país, demonstrando a realidade do estoque pesqueiro e, em específico, estratégias de baixo impacto ambiental desenvolvidas pelas populações ribeirinhas. Na ocasião, também foi apresentada a Carta dos Ribeirinhos, redigida pelos pescadores, apresentando suas comunidades e os desafios enfrentados com os invasores de lagos.

²⁴ A Universidade recebeu nova nomenclatura através da Lei n.º 10.468, de 20 de junho de 2002, passando a denominação de Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

Embora a iniciativa de reforma na Lei de Pesca não tenha saído do papel e ainda houvesse resistência das colônias dos pescadores e, principalmente, das instituições de Estado, o ano de 1992 foi significativo para o dimensionamento daquele movimento. Os resultados do movimento em defesa do peixe, divulgado pela CPT em 1992, davam conta da amplitude e relevância da luta popular no Amazonas. Ocorreram avanços na preservação de lagos das comunidades pertencentes à Diocese de Parintins (Boa Vista dos Ramos e Parintins), assim como naquelas ligadas à Prelazia de Tefé (Alvarães, Fonte Boa, Jutai, Marañ e Tefé). Nesta região do médio rio Solimões, 28 lagos foram demarcados. O ordenamento pesqueiro desenvolvido pelos movimentos populares na Prelazia de Itacoatiara registrou 50 lagos demarcados nas comunidades pertencentes à cidade de Itacoatiara, Itapiranga, Silves, Urucará e Urucurituba. No âmbito institucional, cidades ligadas à Prelazia de Borba e Coari inseriram o ordenamento pesqueiro nas leis orgânicas municipais. A prelazia de Coari reuniu cerca de 50 comunidades para a definição do ordenamento pesqueiro de 35 lagos demarcados em Anori e Beruri (Spínola, 1997).

Durante os anos de 1990, apesar da amplitude e consistência que o movimento ganhara nacionalmente, potencializado com o ato de criação do IBAMA, a organização político-camponesa amargou o dissabor da inexistência de políticas ambientais profícuas, tampouco, o interesse em construí-las. Alguns instrumentos jurídicos foram criados através do IBAMA como uma medida suplementar à urgência pela conservação dos recursos hídricos, tratava-se da Lei de Crimes Ambientais (Lei n.º 9.605/1998) e a Lei n.º 10.779/2003, concedendo o seguro-desemprego a pescadores artesanais e comerciais durante o período de defeso (Pantoja, 2006).

O momento vivido pelo movimento da pesca naquele período refletia o cenário de incertezas diante da desmobilização política, além disso, havia a crescente perda da identidade cultural camponesa em meio ao avanço das forças do capital sobre o mundo rural. Além de lutarem pelo peixe, lutavam pela manutenção do modo de vida. O diagnóstico do movimento para o período evidenciava o regresso de inúmeras ações de base comunitária, substancialmente afetadas pela pressão exercida pelo poder público municipal e empresários ligados à pesca. Avanços no campo dialógico entre pescadores amazonenses e os mercados locais (indústrias, donos de embarcações pesqueiras, intermediários, entre outros) deram espaço aos conflitos envolvendo, principalmente, pequenos comerciantes das Feiras e Mercados municipais. A acusação desses permissionários consistia na baixa oferta de pescado

para a comercialização, desrespeitando períodos reprodutivos e de deslocamento das espécies durante ciclos hidrológicos.

A polícia fazia “vista grossa” diante de diversos crimes ambientais existentes, como o contrabando pesqueiro no rio Japurá e na região da tríplice fronteira. A utilização de bombas no Lago de Tefé, bem como o assédio sofrido pelos comunitários de Itacoatiara com a invasão dos lagos pelas grandes embarcações pesqueiras não justificava a atuação policial. Diante do aparelhamento entre a política e os Municípios quanto à fiscalização e monitoramento das áreas demarcadas, o movimento em defesa do peixe construiu um documento denunciando os principais crimes ambientais cometido nas comunidades, direcionado à sede da Superintendência do IBAMA, em Manaus. Era sabido pelas lideranças comunitárias que a autarquia federal passava por mudanças em sua política de atuação quanto à conservação dos recursos naturais, passando de uma interpretação estritamente ambiental para a integração do campo social. Com isso, o IBAMA passou a fazer alusão às populações moradoras dos ecossistemas de várzea e terra firme e integrá-las às estratégias de enfrentamento aos problemas ambientais. Por esse motivo, endereçaram a instituição o manifesto e, como resposta, o IBAMA passou a participar de reuniões do movimento, em Manaus, e acompanhar de perto o cenário dos conflitos aquáticos no Amazonas.

Os encontros seguintes (1993, 1994, 1995 e 1996) não apresentaram avanços significativos, voltando a atenção à mobilização interna e ao cumprimento de demandas antigas. Em resposta à desassistência estatal para o desenvolvimento econômico da pesca e agricultura camponesa, pescadores se viram obrigados a atuar na pesca comercial, paralelamente ao trabalho nos roçados. Na comunidade São João do Aracá, Socorro relatou que as dificuldades enfrentadas no deslocamento da produção derivada da agricultura familiar impediam diversas famílias da dedicação integral à atividade. Diante disso, buscou-se fortalecer Associações Comunitárias para atuar no desenvolvimento do manejo comunitário, objetivando o repovoamento das espécies autóctones nos lagos e o incentivo à comercialização sustentável do peixe, contando com o apoio de instituições parceiras (INPA e IBAMA).

4.2.1. A institucionalização da demarcação aquática

O IBAMA desempenhou um papel fundamental na construção da legislação ambiental brasileira. Em se tratando do ordenamento pesqueiro, o suporte jurídico dado pela autarquia legitimou a luta do movimento em defesa do peixe no Amazonas.

Segundo os incisos I, II, V e VII do Artigo 225 da Constituição, era competência do IBAMA restringir práticas de uso, instrumentos e períodos de pesca, cabendo à instituição estabelecer normativas a serem seguidas em todo território nacional. Por esta razão, quando a CPT apresentou denúncias relacionadas à exploração pesqueira no Amazonas, a autarquia já vinha recebendo denúncias de conflitos aquáticos pelo país, incentivando mudanças em sua política interna. Desta maneira, o estabelecimento da regulação no acesso aos recursos pesqueiros e o apoio mútuo das comunidades ribeirinhas neste processo, foi substancial para a efetividade das ações do movimento em defesa do peixe que, daquele momento em diante, estaria respaldado com o suporte institucional e jurídico (Pantoja, 2006).

O dispositivo constitucional brasileiro estabelecia que a política ambiental seria construída entre a União, Estados e Municípios, entendendo as particularidades regionais e a complexa Geografia. A descentralização propagada mitigaria os desafios no intento de uma política eficaz pelo país. Apesar dessa tentativa, nenhuma medida suplementar foi adotada pelo estado do Amazonas e seus municípios acerca da exploração pesqueira. Assim sendo, o único dispositivo jurídico que salvaguardava a sociobiodiversidade foi a Lei n.º 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, especificamente em seu artigo 29, dispondo de sanções penais e administrativas para crimes ambientais, incluindo a ictiofauna (BRASIL, 1998).

Art. 29. Matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida:

Pena - detenção de seis meses a um ano, e multa.

§ 1º Incorre nas mesmas penas:

I - quem impede a procriação da fauna, sem licença, autorização ou em desacordo com a obtida;

II - quem modifica, danifica ou destrói ninho, abrigo ou criadouro natural;

III - quem vende, expõe à venda, exporta ou adquire, guarda, tem em cativeiro ou depósito, utiliza ou transporta ovos, larvas ou espécimes da fauna silvestre, nativa ou em rota migratória, bem como produtos e objetos dela oriundos, provenientes de criadouros não autorizados ou sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente.

§ 2º No caso de guarda doméstica de espécie silvestre não considerada ameaçada de extinção, pode o juiz, considerando as circunstâncias, deixar de aplicar a pena.

§ 3º São espécimes da fauna silvestre todos aqueles pertencentes às espécies nativas, migratórias e quaisquer outras, aquáticas ou terrestres, que tenham todo ou parte de seu ciclo de vida ocorrendo dentro dos limites do território brasileiro, ou águas jurisdicionais brasileiras.

§ 4º A pena é aumentada de metade, se o crime é praticado:

I - contra espécie rara ou considerada ameaçada de extinção, ainda que somente no local da infração;

II - em período proibido à caça;

- III - durante a noite;
- IV - com abuso de licença;
- V - em unidade de conservação;
- VI - com emprego de métodos ou instrumentos capazes de provocar destruição em massa (BRASIL, 1998).

Segundo Socorro, o dispositivo de lei foi acionado diversas vezes quando crimes ambientais eram cometidos nos lagos da região. A polícia, aparelhada com as elites políticas e empresariais, fazia “vista grossa” para o contexto de conflitos no rio Arari, de tal modo que, após a fixação de uma unidade do IBAMA em Itacoatiara, as denúncias foram direcionadas à instituição, para acelerar a fiscalização e monitoramento na área.

Nos anos de 1990, a organização camponesa no rio Arari havia conquistado melhorias para a infraestrutura comunitária, como a estrada ligando a Comunidade São João do Araçá à margem direita do rio Amazonas, facilitando o escoamento da produção agrícola à sede de Itacoatiara. O senso de coletividade permeava a construção das ações de enfrentamento aos problemas comunitários. Para que essa articulação chegasse aos resultados daquele período, foi necessário um longo caminho de mobilização, originado na década de 1970, com as CEBs e, posteriormente, com os movimentos populares. O surgimento do movimento em defesa do peixe, na década de 1980, a partir do contexto de conflitos e o desaparecimento de espécies endêmicas, levou os comunitários à confiança no repovoamento dos lagos da região e o retorno da pesca artesanal. Quando o IBAMA assumiu o compromisso de construir uma política ambiental com a participação das comunidades, incentivando práticas sustentáveis, os moradores do rio Arari construíram um plano de manejo pesqueiro mediante um Acordo de Pesca. O acordo de pesca comunitário, aprovado no final da década de 1990, estabelecia algumas espécies prioritárias para o manejo, como o pirarucu, jaraqui, mapará, entre outros. O peso institucional deste acordo se deu através dos vínculos de reciprocidade entre camponeses, fazendo cumprir o princípio da conservação dos recursos pesqueiros. Dona Socorro esteve à frente de todas as etapas de construção do acordo de pesca no rio Arari, conjuntamente com outros pescadores, contando com o apoio da Associação dos Trabalhadores Rurais da Comunidade São João do Araçá.

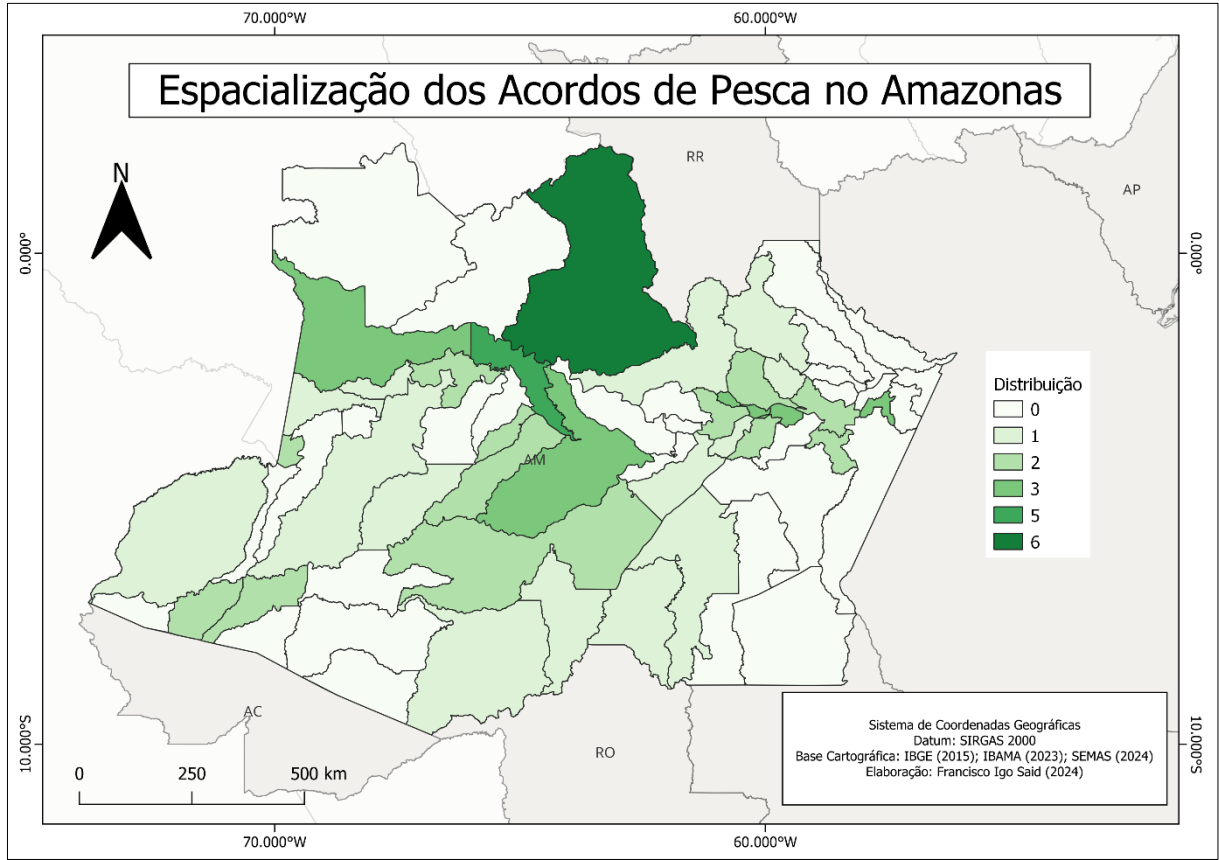
A proposta de manejo pesqueiro foi a única medida encontrada pelos pescadores artesanais do médio rio Amazonas que, nos anos de 1980, 1990 e início dos anos 2000, ocuparam espaços de decisão, ampliando a agenda ambiental e

direcionando atenção à exploração da ictiofauna e o crescimento de conflitos socioambientais. A intermediação do IBAMA, a partir da década de 1990, possuía peso jurídico suficiente para coibir práticas predatórias, mediante ações de conscientização ambiental inseridas no modelo de gestão participativa, onde comunitários atuavam na implementação dessas ações com intervenção do Estado.

Em razão da inexistência de portarias que regulamentassem esses acordos, foi publicada a Instrução Normativa n.º 29, de 31 de dezembro de 2002, estabelecendo critérios para a definição dos Acordos de Pesca a serem assistidos pelo IBAMA (IBAMA, 2002). O objetivo da proposta consistia em identificar os problemas vivenciados pelas comunidades pesqueiras, delimitando áreas onde o acesso seria restrito aos comunitários, assim como equipamentos nocivos ao ambiente aquático. A autarquia e as lideranças comunitárias passariam a monitorar a evolução do processo de repovoamento das espécies e, posteriormente, construir ações para o desenvolvimento da pesca artesanal, focalizando o desenvolvimento econômico das famílias envolvidas com a atividade. A participação coletiva era fundamental para o sucesso dos acordos, sendo, portanto, um dos requisitos da instrução normativa, visto que apenas mediante consenso da população, seria possível demarcar os corpos hídricos para o manejo da ictiofauna. Nesse sentido, desde 2002, diversos projetos de manejo sustentável no Amazonas foram regulamentados como Acordos de Pesca, uma alternativa de ordenamento pesqueiro envolvendo comunidades ribeirinhas, Estado e instituições (Figura 19).

O IBAMA foi responsável pela demarcação de diversos Acordos de Pesca no Amazonas até 2008, após esse período houve a atualização da Lei de Pesca, por meio das Leis n.º 11.958/2009 e 11.959/2009, transferindo essa responsabilidade ao Ministério de Pesca e Aquicultura (MPA), em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente (MMA). Portanto, as últimas portarias publicadas pela autarquia, em 2008, relacionaram-se à institucionalização dos acordos de pesca na bacia hidrográfica do rio Canaçari e do Arari. Ao todo, 21 (vinte e um) acordos de pesca foram aprovados pelo IBAMA no Amazonas (Tabela 2).

Figura 19 – Acordos de Pesca no Amazonas



Fonte: IBAMA (2024) e SEMAS (2024)

Tabela 2 – Distribuição dos Acordos de Pesca no Amazonas

Município	Nº de Acordos	Nº de famílias	Município	Nº de Acordos	Nº de famílias
Alvarães	2	40	Jutaí	1	124
Atalaia do Norte	1	25	Lábrea*	1	-
Barcelos	6	421	Manacapuru	2	194
Beruri	1	118	Manaquiri	1	20
Boa Vista dos Ramos	3	64	Manaus	2	229
Canutama	1	44	Manicoré	1	415
Carauari	1	120	Maraã	5	112
Careiro	2	340	Nova Olinda do Norte*	2	-
Careiro da Várzea	3	285	Novo Airão*	1	-
Coari	3	278	Presidente Figueiredo	1	60
Eirunepé	2	348	Rio Preto da Eva	1	300
Fonte Boa	2	291	Santo Antônio do Içá	1	52
Humaitá*	1	-	Tabatinga	2	94
Ipixuna*	2	-	Tapauá	2	432
Itanduba	3	470	Tefé	2	2.300
Itacoatiara*	2	-	Tonantins	1	270
Japurá	3	70			

* Municípios sem dados demográficos

Fonte: IBAMA (2024) SEMAS (2024). Org.: Said Pinheiro (2024).

Por meio da publicação da Lei Complementar n.º 140, de 08 de dezembro de 2011, cabia à União, Estados e Municípios a cooperação no desenvolvimento da política ambiental (BRASIL, 2011). Com isso, a responsabilidade pela demarcação aquática saía do MPA e do MMA, passando para as secretarias estaduais de meio ambiente. Nesse sentido, desde 2011 a Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMAS/AM) atua no estabelecimento dos Acordos de Pesca no Amazonas, através do Departamento de Pesca. Do período de 2011 a 2023, 45 (quarenta e cinco) novos Acordos de Pesca foram institucionalizados no Amazonas, totalizando 66 (sessenta e seis) áreas inseridas no ordenamento pesqueiro. Segundo dados da SEMAS/AM (2024), aproximadamente 379 comunidades atuam nos projetos de manejo participativo, e 7.516 famílias camponesas gerenciam a atividade.

4.3. O Acordo de Pesca do rio Arari

[...] o manejo é uma experiência de organização como o acordo de fazendeiros e seringueiros no Acre que preservaram as seringueiras e estão lutando, o manejo de pesca em Urucará e Parintins, mas o manejo de pesca é uma forma de preservação dos lagos e sustento dos comunitários, uma atitude das organizações ribeirinhas (ASTA, 2005).

No final da década de 1990, a comunidade São João do Araçá experienciava um Acordo de Pesca comunitário, cujo objetivo era repovoar o Lago Babaçu e Araçá de espécies que, outrora, ocuparam a região. Segundo Socorro, os primeiros anos de manejo foram difíceis em razão do tempo de adaptação e reprodução das espécies, entretanto, conforme os anos foram se passando, a percepção dos moradores foi mudando em relação ao repovoamento dos lagos. Embora o último encontro dos pescadores envolvidos no movimento em defesa do peixe tenha ocorrido em 1996, a organização político-camponesa se mantinha firme através dos canais de comunicação ligados à CPT. Com a preservação do intercâmbio entre lideranças comunitárias e a CPT, instituições parceiras que ajudaram a construir o ordenamento pesqueiro no Amazonas tinham informações acerca dos avanços e desafios enfrentados pelas comunidades envolvidas em áreas de acordo de pesca. Foi assim que pesquisadores do INPA chegaram até a Comunidade São João do Araçá para acompanhar o manejo comunitário no rio Arari. Socorro relembrou que o trabalho desses pesquisadores não se restringiu apenas ao estudo da limnologia nos lagos,

mas se atentou a acompanhar o itinerário de pescadores e o papel da pesca para a cultura e o modo de vida das populações camponesas.

Durante o desenvolvimento da pesquisa junto à comunidade, o conhecimento empírico transcendeu o arcabouço teórico dos pesquisadores, dando destaque à memória narrativa e o seu papel para a construção das etapas seguintes. Para Dico, a inquietação dos pesquisadores demonstrava certa dúvida quanto à motivação detrás da atividade, afinal, tornava-se imprescindível saber por que estavam ali. Desta maneira, entrevistas formais e diálogos informais induziram o percurso metodológico dos pesquisadores, entendendo a integração dos sujeitos e o ambiente. Através do exercício do diálogo e da interlocução das fontes bibliográficas, foi possível historicizar a depredação dos lagos da região e o desaparecimento de espécies nativas e tradicionais para o consumo das famílias, como o pirarucu (*Arapaima gigas*).

Através do trabalho de diversos pesquisadores do INPA, ligados ao Grupo de Trabalho da Amazônia (GTA)²⁵, o resultado da pesquisa elencou as espécies mais consumidas entre os moradores da Comunidade São João do Araçá, a saber, o aruanã (*Osteoglossum bicirrhossum*), aracus (*Leporinus freiderici*), bodó (*Hypostomus plecostomus*), branquinhas (*Psectrogaster amazonica*), carás (*Geophagus brasiliensis*), curimatãs (*Prochilodus lineatus*), maparás (*Hypophthalmus edentatus*), pacús (*Piaractus mesopotamicus*), piranhas (*Pygocentrus nattereri*), surubins (*Pseudoplatystoma corruscans*), tambaquis (*Colossoma macropomum*), tamoatá (*Hoplosternum littorale*) e tucunaré (*Cichla ocellaris*). O estudo também registrou que capturas com o auxílio de malhadeiras de mica, uso de caniços e linhas compridas estavam entre as principais técnicas adotadas pelos pescadores artesanais durante as pescarias.

Com a possibilidade de transformar aquela atividade comunitária numa importante política de ordenamento territorial a partir da pesca, o grupo de trabalho dedicou atenção ao processo de recomposição do pirarucu no lago Babaçu, estabelecendo metodologias para a captação de informações junto aos pescadores.

²⁵ O Grupo de Trabalho da Amazônia — GTA foi criado a partir do novo formato de regularização da atividade pesqueira protagonizado pelo IBAMA. O grupo era composto por órgãos, entidades, pesquisadores e comunitários que, através do Decreto n.º 5.583, de 16 de novembro de 2005, buscava promover a gestão sustentável e participativa dos recursos naturais. Integrava o grupo o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas — IDAM, Prefeitura Municipal de Itacoatiara, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia — INPA, Secretaria do Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável — SDS, Núcleo de Recursos Pesqueiros da Superintendência do IBAMA no Estado do Amazonas — NRP e Escritório Regional — ESREG/IBAMA.

A publicação da Instrução Normativa n.º 01, de 01 de junho de 2005, autorizando o estudo técnico-científico em áreas de manejo (IBAMA, 2005), endossou o interesse da comunidade e pesquisadores pela continuidade do trabalho. Por meio dos resultados da pesquisa desenvolvida no final dos anos de 1990, categorizando o pirarucu entre juvenis, bodecos e adultos e, posteriormente, os quantificando, o grupo de pesquisadores submeteu junto ao IBAMA o projeto “Manejo do Pirarucu (*Arapaima gigas*) pela Associação de Desenvolvimento Comunitário da Comunidade São João do Araçá, Município de Itacoatiara–AM”, coordenado pela pesquisadora Maria Gercília Mota (INPA).

Por meio da articulação entre pescadores inseridos no movimento em defesa do peixe e a atuação do INPA em diversas diligências deste movimento político junto ao IBAMA, facilitou a conexão entre o projeto de pesquisa desenvolvido no Lago Babaçu com outras experiências exitosas. Um dos principais gargalos para a quantificação do pirarucu consistia nas técnicas de contagem adotada pelos pescadores, dificultando a precisão dos números absolutos e, assim, realizando projeções quanto ao avanço da iniciativa. Por esse motivo, o grupo de pesquisadores foi buscar no manejo sustentável realizado na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, a experiência que faltava aos pescadores do rio Arari. A parceria institucional entre o INPA e o Instituto de Desenvolvimento Sustentável de Mamirauá (IDSM) possibilitou a realização de oficinas e cursos acerca das metodologias de contagem e captura do pirarucu aos pescadores da Comunidade São João do Araçá.

Os primeiros testes de contagem realizados pelos pescadores foram fundamentais para associar o conhecimento das características biológicas do pirarucu (*Arapaima gigas*) com as técnicas para a sua contagem. A contagem tinha como pressuposto o tempo realizado pelo peixe até a superfície para respirar, cerca de 20 minutos. Naquele momento, os pescadores também realizavam a metragem conforme a classificação entre juvenis/bodecos e adultos. O objetivo dessa metodologia de trabalho era acompanhar o processo de repovoamento do pirarucu desde a primeira contagem, além disso, o levantamento da população da espécie e seu tamanho era substancial para a captura, uma vez que a distinção entre adultos (próprios para a captura) e juvenis/bodecos (impróprios), impactavam diretamente na eficiência da iniciativa.

A captura do pirarucu ocorria após o período de contagem e a formalização do pedido de captura junto ao IBAMA pelo grupo de estudos, ainda na fase experimental.

A metodologia de contagem passou a ser empregado para definir quantidades a serem pescadas. Para tanto, adotou-se o resultado da contagem de pirarucu (*Arapaima gigas*) adultos do ano anterior como base para solicitar a cota do ano corrente, removendo-se aproximadamente 30% dos adultos contados e deixando um número considerável (70% dos indivíduos adultos contados) para assegurar a reprodução e a continuidade da população (Projeto de Manejo, 2005).

A parceria entre pesquisadores e comunitários só foi possível mediante o histórico processo de politização comunitária desenvolvido desde a década de 1970, contando com a aprovação popular. Naquele período, a população também estava dedicada ao desenvolvimento da Associação de Desenvolvimento Comunitário da Comunidade São João do Araçá (Anexo 1 e 2), entidade responsável pela mobilização de agricultores familiares e seus respectivos trabalhos. Quando da criação do projeto de manejo, a presença de uma associação comunitária teria importante papel representativo para os pescadores manejadores e o desenvolvimento econômico da atividade. Assim sendo, o contexto vivenciado pela comunidade e a presença de pesquisadores orientando as ações dos pescadores artesanais, sensibilizaram a população à adoção dos termos preconizados nas regras do Acordo de Pesca. Ao longo de mais de 12 anos, ficou estabelecida a não comercialização de quaisquer espécies provenientes dos lagos da comunidade (Araçá e Babaçu).

A compreensão do papel da pesca para a cultura camponesa e o lugar das pescarias para a socialização no mundo do trabalho foi preponderante para estreitar relações entre pesquisadores e comunitários. Desde 2005, com a aprovação do projeto experimental do manejo do pirarucu, os encontros do movimento em defesa do peixe do rio Arari caminharam rumo ao estabelecimento do ordenamento pesqueiro nas comunidades da região (Quadro 5). Os resultados obtidos pelo grupo de trabalho eram apresentados nas diversas assembleias comunitárias realizadas nas comunidades pertencentes àquele complexo lacustre. O diagnóstico dos avanços e retrocessos do movimento eram discutidos com pesquisadores, almejando alternativas viáveis para o enfrentamento às resistências e a proliferação de notícias falsas. Um dos casos mais emblemáticos narrados pela agricultora Socorro correspondia às ameaças de quebra de contrato de trabalho entre a prefeitura de Itacoatiara e moradores da comunidade. Além disso, agentes da prefeitura se

infiltravam nas assembleias comunitárias para repassar informações acerca dos projetos e ações do movimento aos perpetradores. A coação e cooptação de moradores ligados à prefeitura resultou em dissidências internas, levando à queda de lideranças comunitárias dos cargos de representantes das associações comunitárias. Em resposta, Socorro e companheiros de luta desenvolveram uma cartilha no formato de história em quadrinho, descrevendo a história do movimento em defesa do peixe no rio Arari e a importância da atuação do movimento para a conservação dos recursos pesqueiros e o apoio à pesca artesanal. O material foi revisado pelo grupo de pesquisadores do INPA e financiado pela mesma instituição (Anexo 4). Durante os encontros, as lideranças distribuíam o material aos moradores com o intuito de sensibilizá-los à aderência ao movimento.

Quadro 5 – Trajetória do movimento em defesa do peixe no rio Arari

Período	Assunto
Setembro/2002	Publicação da Portaria Gerex-AM Nº 04 (Classificação da bacia hidrográfica do rio Arari como área de manutenção, proibindo a pesca comercial)
Junho/2004	Publicação da Instrução Normativa IBAMA Nº 34, proibindo anualmente a captura, transporte e comercialização do pirarucu (<i>Arapaima gigas</i>) (período de 1º de dezembro a 31 de maio), principalmente em áreas em estado de sobrepesca
Novembro/2004	Reunião comunitária Comunidade Santa Tereza
Fevereiro/2005	Comunidade São João da Chocolateira decide realizar o Acordo de Pesca no igarapé da Chocolateira; Reunião comunitária Comunidade Nossa Senhora do Livramento
Abril/2005	Reunião comunitária Comunidade Nossa Senhora do Livramento
Junho/2005	Reunião comunitária Comunidade Santa Tereza
Julho/2005	Publicação da Instrução Normativa IBAMA Nº001 proibindo anualmente a captura e comercialização do pirarucu (<i>Arapaima gigas</i>) no Estado do Amazonas (período de 1 de junho a 30 de novembro), exceto em áreas manejadas em unidades de conservação ou inseridas em Acordos de Pesca
Agosto/2005	Reunião comunitária São Miguel do Bonifácio
Setembro/2005	Envio do projeto de manejo do pirarucu (<i>Arapaima gigas</i>) para a Associação de Desenvolvimento Comunitário da Comunidade São João do Araçá a Superintendência do IBAMA – AM; Reunião comunitária Comunidade São João da Chocolateira
Fevereiro/2006	Reunião comunitária Comunidade São Tomé
Julho/2006	Reunião comunitária Comunidade Nossa Senhora do Livramento
Setembro/2006	Reunião comunitária Comunidade Monte Cristo
Outubro/2006	Elaboração da Primeira versão da minuta do Acordo de Pesca; Autorização Nº03/2006/NRP, autoriza a Associação comunitária da Comunidade São João do Araçá a capturar, armazenar, transportar e comercializar o pirarucu (<i>Arapaima gigas</i>) para fins de pesquisa mediante presença de técnicos do IBAMA e uso da Guia de Trânsito ao comercializá-lo; Reunião comunitária Comunidade Santa Tereza
Novembro/2006	Reunião comunitária
Janeiro/2007	Envio do primeiro Relatório do Manejo do Pirarucu (<i>Arapaima gigas</i>)
Maio/2007	Reunião comunitária Comunidade São João do Araçá (Fechamento do Acordo de Pesca)

Janeiro/2008	Envio do segundo Relatório do Manejo do Pirarucu (<i>Arapaima gigas</i>) ao IBAMA
Julho/2008	Publicação da Instrução Normativa Nº 181 instituindo o Acordo de Pesca do rio Arari
Agosto/2008	Autorização Nº 027/2008/NRP/IBAMA/AM institui o manejo do pirarucu (<i>Arapaima gigas</i>) no Lago Babaçu

Fonte: ASTA (2004,2005,2006,2007); IBAMA (2002,2004,2005,2006,2007) Org.: Said Pinheiro (2024)

À iminência de ações enérgicas do poder público municipal e grupos empresariais não foram suficientes para dissipar o movimento que, após a realização de 12 (doze) reuniões, desde 2004, decidiu aprovar a minuta do Acordo de Pesca do rio Arari, estabelecendo junto às comunidades áreas de preservação, manutenção, manejo e livre acesso (Anexo 1). A assembleia extraordinária ocorreu no dia 19 de maio de 2007, na Comunidade São João do Araçá, contou com a presença de representantes de setores do IBAMA, IDAM²⁶, INPA²⁷, IPAAM, Secretaria de Meio Ambiente de Itacoatiara, Colônia dos Pescadores de Itacoatiara, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itacoatiara e vereadores. O documento foi encaminhado a Superintendência do IBAMA em Manaus, sendo aprovado em 2008, através da Instrução Normativa n.º 18, institucionalizando definitivamente o Acordo de Pesca do Rio Arari, estabelecendo quatro tipos de uso para os lagos, poços e igarapés da região, a saber, áreas de uso comercial, áreas de manutenção, áreas de manejo e áreas de preservação (Quadro 6).

- Áreas de Uso Comercial: destinada à pesca comercial ou área livre para a pesca, respeitando a legislação vigente;
- Áreas de Manutenção: também denominada área de subsistência destinada à pesca apenas para consumo dos moradores das comunidades, nos limites necessários para a alimentação familiar;
- Áreas de Manejo: também denominada área de desenvolvimento das espécies. Nessa área são permitidas despescas temporárias autorizadas pelos órgãos competentes;
- Áreas de Preservação (santuário): destinada unicamente à reprodução das espécies, onde a pesca fica proibida por tempo indeterminado (IBAMA, 2008).

O Acordo de Pesca do Rio Arari aprovava a delimitação de 55 (cinquenta e cinco) corpos hídricos e definia o limite máximo para a pesca nas áreas de manutenção, restringindo o acesso aos comunitários e a captura de pescado não deveria ultrapassar 70 litros, semanalmente (Quadro 6). Métodos e apetrechos nocivos ao ambiente aquático foram proibidos nas áreas demarcadas, sendo autorizada a pesca com linha de mão ou linha comprida, molinete, caniço, espinhel,

²⁶ Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM).

²⁷ Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM).

arco e flecha, arpão, zagaia, tarrafa e malhadeira com malha superior a 70 mm entre os opostos.

Em relação aos apetrechos e técnicas proibidas, a Instrução Normativa n.º 181, decidiu:

Art. 3º Proibir os seguintes apetrechos (arreios) e métodos de pesca:
Redes maiores do que 30 metros de comprimento; o uso de mais de 03 (três) redes de espera por pescaria; a aposição de redes interligadas entre si; redes de arrasto e/ou arrastão; redinha; puçá; armadilhas do tipo pari e cacuri; timbó; tapagem; batção e; o uso de tarrafa com efeito formiga (IBAMA, 2008).

Quadro 6 – Ordenamento pesqueiro no Complexo Lacustre do rio Arari

Região	Classificação	Comunidade
Laguinho	Manutenção	São Tomé do Itapaiuna
Laguinho Vavá		
Laguinho do Edson		
Laguinho do Porto de Fora		
Laguinho do Baixo Grande		
Entrada do Igarapé do Itapaiuna		
Furo do Meio		
Poço geral do Itapaiuna até o limite da estrada que liga o Rio Arari com o Rio Amazonas		
Margem direita do Lago Itapaiuna Poço do Aladim Igarapé da Centopéia Do Igarapé da Centopéia até o Igarapé do Stanislau Furo da Morena com o Estreito até a Cacaia Lago do Pequenino	Manutenção	São Jorge do Igarapé da Centopéia do itapaiuna
Lago do Pequenino	Manutenção	São Sebastião do Monte Cristo
Igarapé do Fazenda	Preservação	
Da boca do Lago do Stanislau até o Lago do Tarumã	Manutenção	Nossa Senhora do Livramento do Lago do Stanislau
Da Boca do Igarapé do Açaizal até Enseada Grande		
Da área da Enseada Grande até o Igarapé do Cavado		
Lago do Chibuí	Manejo	
Da boca do Igarapé da Chocolateira até o Igarapé do Cipó	Manutenção	São João Batista da Chocolateira
Da Baixa da terra do Rio Arari até a Baixa do Maranhão Nossa Senhora do Perpétuo Socorro em frente a boca do Chocolateiro		
Igarapé do Babaçu	Manutenção	

Lago do Juquiri		São João do Araçá e Viva Bem
Lago do Sardinha		
Do canal do Chibuí até o Igarapé do Itapaiuna		
Da enseada da Nova Esperança até a boca do Igarapé do Felipe		
Lago do Araçá		
Igarapé Cará-Açú	Uso Comercial	
Lago Cuianarizinho		
Lago Cuianari Grande		
Do canal do Miratuba até a boca do Igarapé do Batista		
Lago Babaçu	Manejo	
Igarapé do Leonardo	Manutenção	Santa Terezinha do Rio Arari
Igarapé do Janauí		
Igarapé-Açú		
Poço do Pagão		
Lago do Ferreira ou Ferreirão		
Lago do Ferreirinha		
Canal do Urucu		
Poço do Urucu		
Lago do Passarinho		
Poço do Mato		
Lago do Pina Chama		
Cabeceira do Onça		
Cabeceira do Peixe-Boi	Manutenção	São Sebastião do Inajazinho e São Sebastião do Inajá Grande
Cabeceira do Palheta		
Cabeceira do Guariba		
Lago do Caximbão		
Estirão do Boto	Uso Comercial	
Lago do Prainha		
Poço da Piranha		
Lago do Miuá Grande		
Lago do Caximbinho	Preservação	
Lago do Janauí		

Fonte: IBAMA (2008). Org.: Said Pinheiro (2024).

Outra importante medida foi o incentivo ao manejo sustentável de espécies nas áreas demarcadas, onde o espaço dedicado ao manejado seria definido entre as comunidades que utilizassem determinada área de uso comum (lagos). Conforme o andamento das pesquisas desenvolvidas pelo INPA na região, observou-se que, desde 1997, o Acordo de Pesca Comunitário havia contribuído significativamente para a reintrodução do pirarucu no Lago Babaçu, por outro lado, foi identificado o baixo estoque de espécies menores, consequência do comportamento alimentar piscívora

do pirarucu. Diante da demarcação de duas áreas de manutenção na comunidade, o lago Araçá e Babaçu, os moradores deliberaram pela continuidade do projeto de manejo do pirarucu no Lago Babaçu, transferindo definitivamente para o Lago Araçá a pesca destinada à subsistência das famílias. A primeira contagem realizada pelos pesquisadores, em 2005, apresentou um panorama de 173 espécies adultas, com tamanho superior a 1,5 metros, onde a cota de captura daquele total seria de 30%, após aprovação do IBAMA (Quadro 7).

Quadro 7 – Estimativa do número de pirarucus no Lago Babaçu entre os anos de 2005 e 2006

Ano	Juvenis (<1,5m)	Adultos (>1,5m)	% em relação ao número de adultos
2005	*	173	51
2006	216	205	61

* Na contagem não foi estimado o número de espécies juvenis

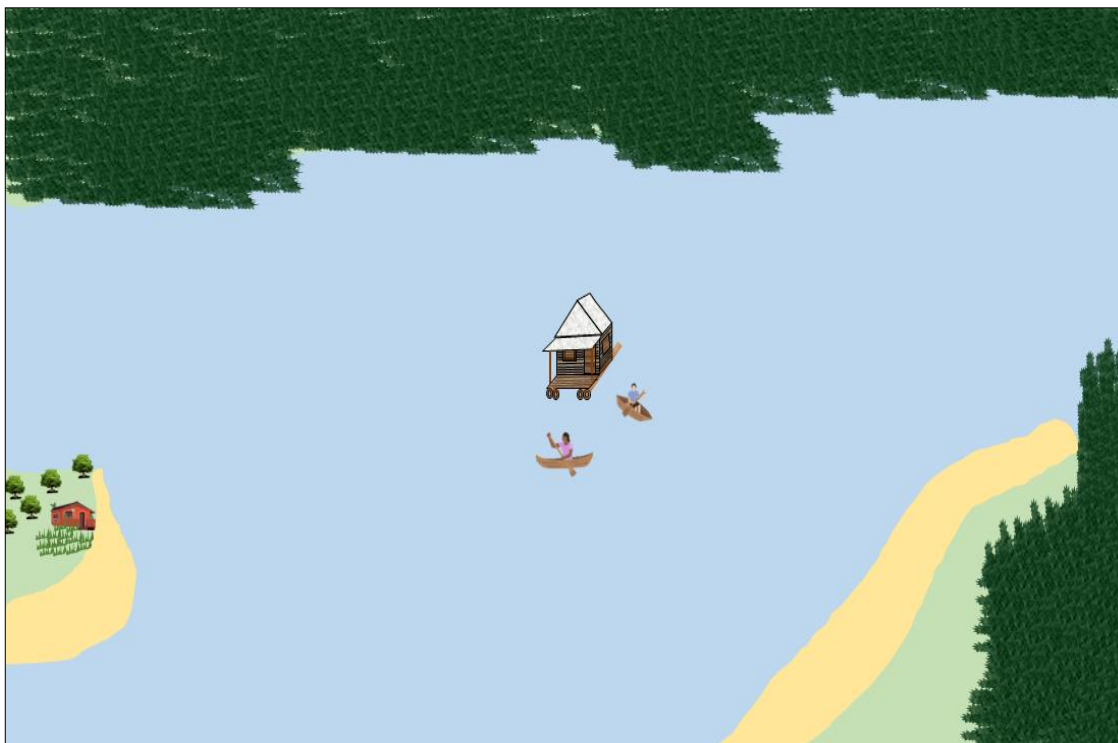
Fonte: Projeto de Manejo (2005) Org.: Said Pinheiro (2024)

Com a aprovação do ordenamento pesqueiro no rio Arari, o monitoramento e a fiscalização das áreas protegidas seriam desenvolvidos mediante a gestão participativa das comunidades e órgãos ambientais. Entretanto, o que se viu foi a desassistência do Estado na promoção das condições básicas para o provimento das atividades. Para os camponeses, aquele cenário refletia a ausência de conexão entre a política ambiental e a social, pensada nos sujeitos e às condições para a efetivação dos trabalhos. A morosidade das operações do IBAMA, no rio Arari, esteve aquém da necessária atuação do Estado na intermediação dos conflitos e invasões de lagos. Por esse motivo, a comissão em defesa do peixe decidiu construir uma infraestrutura flutuante para a fiscalização do lago Babaçu. Socorro e Dico relataram as dificuldades no acesso até o lago, em virtude da demora no asfaltamento da estrada comunitária, contudo, mesmo assim, a família diariamente caminhava da antiga residência (às margens do Lago Araçá) até a base flutuante no Lago Babaçu. Os materiais de trabalho eram levados com auxílio do cavalo da família e aquele momento de caminhada, segundo os oralistas, justificava a luta de uma vida inteira.

A burocracia do IBAMA para concessão do direito ao manejo obrigou a família a transferir sua moradia e roçado, definitivamente, para as margens do lago Babaçu. Segundo Socorro, as dificuldades quanto à infraestrutura para a despesca do pirarucu quase levaram à reprovação da primeira autorização de despesca do peixe, em 2006. Gradualmente, o grupo de comunitários envolvidos no manejo construiu outra unidade

flutuante dedicada ao acompanhamento de representantes de órgãos ambientais que, durante as despescas, monitoravam o número capturado e o processo de evisceramento do peixe para a comercialização (Figura 19).

Figura 19 – Sistema de monitoramento comunitário do Lago Babaçu



Elaboração: Said Pinheiro (2024)

Todo o processo de consolidação do acordo de pesca no rio Arari descende da articulação coletiva, mas, sobretudo, da consonância entre a cultura e o pertencimento dos sujeitos aos seus territórios. Apesar dos inúmeros desafios enfrentados para a aprovação do ordenamento pesqueiro, como pressão e perseguição política, a “caminhada de uma vida”, conforme descreveu Socorro, só seria possível mediante o amor pela vida em comunidade. O contrato social estabelecido entre os camponeses era também um acordo de preservação do modo de vida. Diferentemente da passividade acometida às populações camponesas, a articulação política mostrava ao Estado as interfaces da política segregacionista, transcendendo o mero direito de cobrar, colocando-se ativamente na execução de estratégias para o bem-estar coletivo. Socorro, Dico e Wanderley não ocuparam os bancos da academia, tampouco o ofício de legislar sobre políticas públicas, mas, como eles mesmos disseram, conheciam aquele território como a “palma das suas mãos”. Portanto, ao longo das reuniões que levaram ao projeto de demarcação aquática, todo espaço delimitado foi

concebido mediante ao conhecimento ecológico, pensando na conservação dos recursos e na manutenção da atividade pesqueira entre os moradores.

4.3.1. A despesca do pirarucu

O conhecimento ecológico é intrínseco à atividade de pescar. O pescador, conhecedor do espaço aquático, domina suas funções cognitivas a fim de capturar determinada espécie. Durante a despesca do pirarucu, o uso da metodologia de contagem, além de compreender o tempo de respiração da espécie, é auxiliada pela capacidade do pescador em observar, sentir e ouvir a boiada do peixe e o tempo adequado para a pescaria. Desta maneira, as influências simbólico-culturais e o conhecimento científico confluíram para o sucesso da iniciativa entre os manejadores do pirarucu, no Lago Babaçu.

A metodologia de contagem e captura do pirarucu baseia-se na caracterização das espécies mediante o conhecimento do seu comprimento. A partir daí, o levantamento populacional é dividido entre espécies consideradas bodecos/juvenis (tamanho inferior a 1,5 metros) e adultas (tamanho superior a 1,5 metros). A aplicação dessa prática entre os pescadores do rio Arari se deu após a realização de cursos de capacitação, entre 2005 e 2006. O primeiro curso foi desenvolvido pelos manejadores da RDS Mamirauá. O segundo, realizado em 2006, ocorreu com o auxílio dos manejadores da Associação dos Pescadores e Piscicultores de Pirarucu do Município de Santarém-PA. Este último encontro teve uma certa peculiaridade, porque além do interesse em adquirir conhecimento acerca das técnicas, a iniciativa aproximou lideranças comunitárias de outras regiões do estado com a prática desenvolvida no rio Arari. Portanto, pescadores de Manacapuru, Iranduba, Silves, além daqueles da própria região do rio Arari, conformaram um grupo de 57 pescadores, onde a troca de experiências norteou toda a atividade (Figura 20).

Com a autorização da primeira despesca, por meio da Autorização n.º 03/2006/NRP/IBAMA, o grupo de trabalho, conjuntamente aos pescadores, realizou a despesca do pirarucu (*Arapaima gigas*), entre os dias 08 e 09 de outubro de 2006. Cerca de 20 pescadores atuaram na atividade, coordenados pelo trabalho de agentes ambientais do IBAMA de Itacoatiara e pesquisadores ligados ao projeto de manejo. O método de captura consistia no cercamento das espécies com redes, em seguida, a espécie adulta era alvejada com o arpão, e, posteriormente, transportada para as

canoas até a base flutuante, de onde seguiria para as etapas de biometria (pesagem do pescado), adição do lacre de identificação. Ao final desse processo, o pescado capturado seguiria para a etapa de evisceramento, com o auxílio de pescadores, suas respectivas esposas e filhos, numa espécie de ajuri em prol da atividade (Figuras 21 e 22).

Figura 20 – Curso de contagem do pirarucu (*Arapaima gigas*), realizado em 2006 na Comunidade São João do Araçá, Itacoatiara (AM)

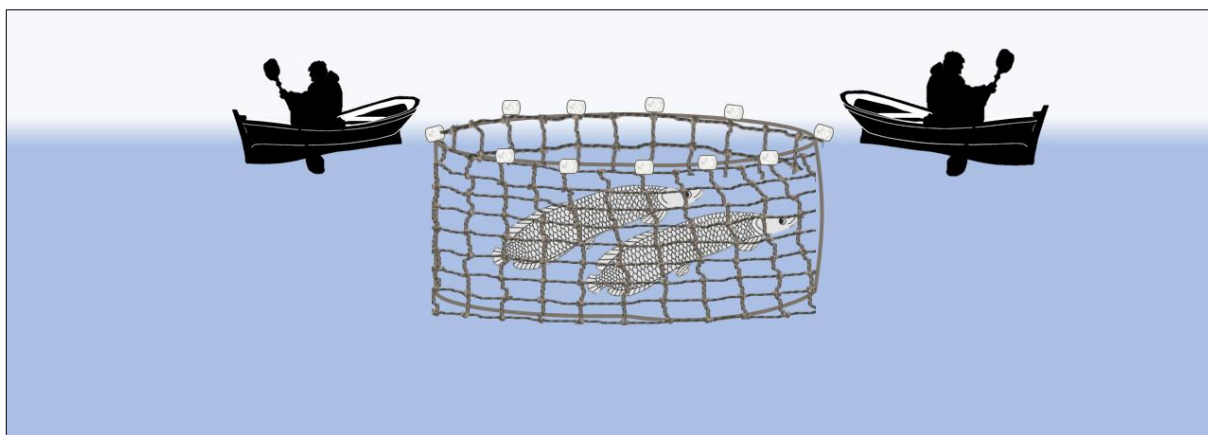


Fonte: Acervo ASTA (2006).

Durante a primeira despesca, foram capturadas 24 unidades do peixe, totalizando cerca de uma tonelada de pescado. O intuito do evisceramento do pirarucu derivava das demandas do mercado urbano, cada vez mais dedicada ao consumo da proteína sem espinhas, embora a comercialização das carcaças ainda fosse expressiva entre a população. O principal destino da produção foi o mercado municipal de Itacoatiara, desta forma, uma infraestrutura logística foi montada pelos manejadores para o escoamento da produção até a sede do município. Um grupo de pescadores foi responsável pela comercialização no mercado municipal de Itacoatiara. Vendidos inteiros ou em partes, com o quilograma variando entre R\$ 5,00 a R\$ 8,00 reais, o faturamento da primeira comercialização foi superior a R\$ 4.000,00 reais (Figura 22). O valor arrecadado na primeira comercialização do pirarucu

manejado teria como destino a construção da Associação Comunitária da Comunidade São João do Araçá (R\$ 1.000,00), da Igreja comunitária (R\$ 1.000,00), e o restante custeou as despesas relativas às pescarias e o traslado das mantas e carcaças até Itacoatiara. Com a experiência adquirida durante essa fase experimental, Socorro estabeleceu a construção de um fundo comunitário dedicado a arrecadação de recursos para a reforma dos flutuantes de vigilância e suporte das atividades do manejo, além disso, o planejamento do grupo almejava realizar melhores repasses aos pescadores envolvidos na rotina do manejo.

Figura 21 – Cercamento do pirarucu (*Arapaima gigas*) com auxílio de redes de pesca



Fonte: Said Pinheiro (2024).

Figura 22 – Lacre de identificação individual de cada pirarucu (*Arapaima gigas*), colocado próximo à sua nadadeira peitoral



Fonte: Acervo ASTA (2006).

A agricultora Socorro evidenciou que, durante os diversos encontros ocorridos no âmbito do movimento em defesa do peixe, a principal reivindicação dos pescadores

decorria de inserir a atividade pesqueira sustentável no plano de desenvolvimento econômico e social. Nesse sentido, o estabelecimento do Acordo de Pesca e Manejo do pirarucu (*Arapaima gigas*) na comunidade seria desenvolvido mediante a governança camponesa quanto ao uso, conservação e introdução de atividades econômicas de baixo impacto ambiental. Contudo, devido à fragmentação do movimento, como consequência da pressão política e empresarial do setor pesqueiro, entrelaçada ao desinteresse do Estado em desenvolver estratégias de promoção ao desenvolvimento social e econômico das populações do campo, especialmente àquelas realizadoras de projetos socioambientais, ocorreu a dispersão dos camponeses das atividades ligadas ao manejo. Seu Wanderley e Roberto (ex-presidente da Associação da Comunidade e atual comandante do barco São João do Araçá), compartilham da mesma opinião quanto ao cenário de exclusão social vivido pelas comunidades, indicando a burocratização do Estado como determinantes para o insucesso das ações planejada pelas comunidades. O baixo incentivo financeiro e a irrisória participação das lideranças comunitárias nas decisões quanto ao estabelecimento de projetos ambientais evidenciam uma fronteira elitista entre aqueles que operam as máquinas do governo e aqueles subordinados às suas forças.

Aqui existe a exploração pesqueira, mas também existe a exploração madeireira, da castanha e tantas outras espécies tiradas daqui. O Arari tinha tantos seringais no passado que o pessoal derrubou para fazerem fazendas. Hoje nem seringa, nem fazenda. Tem o tucumã, o açaí, tudo extraído para a subsistência. A população não quer saber, por quê? Porque não tem incentivo! Preferem ficar na ilegalidade que se legalizar. Disse a eles que é até mais barato porque ele vai receber apoio do IBAMA para a legalização da retirada de madeira, não perderia dinheiros com as multas. Mas eles não querem, acham muito difícil (Dona Socorro).

O IBAMA, principal incentivador da gestão comunitária participativa quanto ao uso dos recursos naturais, sofreu ininterruptas modificações em sua estrutura organizativa, passando pelas reformas internas e a perda de suas competências institucionais. No âmbito do ordenamento pesqueiro, a pressão exercida pela indústria pesqueira, no final dos anos de 1990, foi fundamental para o surgimento dos conflitos institucionais e a perda das competências da autarquia (Goularti Filho, 2017). O retorno aos investimentos para o desenvolvimento do setor pesqueiro, no início dos anos 2000, comprometeu a capacidade da autarquia para fiscalizar, monitorar e restringir o acesso às áreas demarcadas pelas resoluções federais. A ausência da instituição na intermediação de conflitos socioambientais foi sentida entre os

manejadores que, de um monitoramento período, passaram a enfrentar longos períodos sem a presença de guardas ambientais fiscalizando práticas ilegais.

Com o sucateamento do IBAMA e a irrisória participação do Sindicato dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Município de Itacoatiara (SINDPESCA Itacoatiara–AM), a prática predatória avançou nos ambientes rio e lagos no Amazonas, em particular no rio Arari, regredindo substancialmente os feitos do movimento em defesa do peixe no estado. A rotina exaurida vivida pelos manejadores, divididos entre a agricultura familiar e o monitoramento do Lago Babaçu, afastou diversos manejadores da atividade. Seu Wanderley viu diversos compadres se desligarem das ações do manejo devido à rotina cansativa envolvendo o trabalho diário nas roças e a rotina de vigilância no lago. Relatou que a injeção de recursos do executivo municipal na produção oriunda da agricultura familiar para a merenda escolar, motivou diversos agricultores à atenção irrestrita aos seus plantios. Assim, o número de voluntários diminuiu expressivamente, além disso, a ausência de transporte para o deslocamento dos manejadores até o lago, contribui significativamente para o recuo dos pescadores.

Uma das estratégias de enfrentamento à crise foi romper com Associação dos Trabalhadores Rurais da comunidade, à época gestora do manejo, e criar a Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Artesãos do Rio Arari (ASTA), em 2005. A autorização da ASTA junto ao IBAMA ocorreu em 2014, mediante ofício deliberado entre os manejadores, solicitado a mudança da instituição gestora da atividade no Lago Babaçu. Através da ASTA, estratégias de proteção às atividades executadas pelos pescadores ganharam sustentabilidade não apenas jurídica, mas em termos de suporte às demandas com o deslocamento, aquisição de equipamentos agrícolas e pesqueiros, entre outros (Figura 23). Socorro foi uma das idealizadoras do projeto, bem como uma das principais defensoras da mobilização dos pescadores pela aquisição de infraestrutura necessária à atividade. O ato de criação da ASTA foi uma resposta ao movimento de conspiração que emergia entre os camponeses e tinha origem externa, especialmente entre políticos e empresários. O direcionamento da instituição nas ações carentes do movimento em defesa do peixe oportunizou a celebração de parcerias e inclusão em editais públicos de beneficiamento financeiro e de insumos, além da retomada da participação de pesquisadores, ambientalistas e ONGs.

Figura 23 – Infraestrutura da ASTA (A – Sede da ASTA em construção; B – Casa digital; C – Micro-ônibus para o transporte de pescadores e da produção até a comunidade e/ou até a margem direita do rio Amazonas; D – Flutuante para monitoramento).



Fonte: Said Pinheiro (2023)

Ainda sobre a saída dos camponeses das atividades de manejo, Socorro revelou o papel ambíguo Colônia dos Pescadores de Itacoatiara (Z-13), quando a instituição que atuou nas reuniões para o fechamento do Acordo de Pesca e deveria salvaguardar a pesca artesanal executada pelas famílias camponesas, esteve aparelhada com a indústria pesqueira. O trabalho orquestrado entre membros dos setores públicos e privados, deixava a região do rio Arari à deriva para a ação dos invasores de lagos. Dona Socorro lembrou as dificuldades enfrentadas no período de enchente (setembro a março), quando o trabalho se tornava incansável, pois ocorria o movimento de regresso das espécies migratórias. Em razão disso, os invasores, instalados nas bordas do estuário com redes, capturavam o maior número de espécies em trânsito. Dico e Wanderley presenciaram várias ações de invasores, identificando a tentativa de camuflagem dos pescadores ilegais nas matas ciliares na borda do lago. Em alguns casos, a mata ciliar era totalmente retirada dos lagos, dificultando a construção de refúgios para os pirarucus, tornando-os alvos fáceis aos predadores.

Bem, se você não tiver amor a isso aqui, a pessoa não vem! Hoje os compadres estão nessa luta comigo e o Dico. O Robson, meu filho mais novo,

assumiu a frente da ASTA, mas sou eu quem ainda articulo com o pessoal, porque eles confiam em mim. A nova geração não tem mais interesse nisso aqui, não. Nem os filhos dos meus compadres se esforçam de entender como que isso aqui aconteceu. E olha que eles veem todo o nosso esforço (Dona Socorro, 2023).

Um dos maiores desafios enfrentados pelos oralistas é a continuidade do movimento em defesa do peixe no rio Arari. Como consequência do modo de vida camponês, a socialização do trabalho ocorre em diferentes momentos do desenvolvimento humano. Assim, ainda crianças, os filhos dos pescadores inseridos no manejo foram aprendendo com os pais sobre a prática pesqueira e a necessidade da atividade para a sustentabilidade da ictiofauna. Decerto que essa inserção buscou ocupar lacunas futuras, moldada pelas dúvidas quanto à preservação desse movimento. Robson, filho de Socorro, cresceu em meio à luta política dos pais e, na atualidade, preside a ASTA, herdando a missão de salvaguardar esse estatuto. Os filhos de Wanderley atuaram em diferentes momentos do manejo, assim como outros filhos de manejadores. Além da atuação dos filhos de pescadores, o papel das mulheres foi indispensável para a execução do Acordo de Pesca e sua permanência. Mulheres, esposas, filhas, todas estiveram envolvidas no trabalho que antecede e sucede pescarias, despescas e assembleias comunitárias. Com esse arranjo social preservado, a ASTA convocou membros do movimento em defesa do peixe no Rio Arari, em 2017, para discutir o panorama do manejo no Lago Babaçu e os desafios pertinentes à atividade. Socorro confessou que o cansaço motivou o encontro, diante das adversidades, pensou a agricultora que a luta de uma vida se extinguiria, entretanto, os membros deliberaram pela continuidade do manejo, bem como das ações de enfrentamento à pesca ilegal.

4.4. O ordenamento pesqueiro como instrumento em defesa da territorialidade camponesa

Quando criança, Dico ouviu de seus pais a existência de barcos pesqueiros na região do rio Arari. Percorriam os beiradões²⁸ enfileirados, com canoas atracadas, entregando insumos aos pescadores. No dia seguinte, retornavam para recolher os peixes capturados. Socorro presenciou a fartura de pirarucus no lago Itapaiuna, assim

²⁸ O termo Beiradão é tradicionalmente utilizado pelas comunidades ribeirinhas em referência às margens de rios e lagos. Segundo Barroncas (2016), o termo passou a ser adotado através da influência dos locutores de rádio que divulgavam festividades embaladas pelas Músicas de Beiradão.

como Wanderley experienciou a captura deles. O que essas histórias têm em comum relaciona-se ao início da exploração da ictiofauna pela indústria pesqueira. Quando a exploração levou ao desaparecimento de espécies tradicionais para o consumo das famílias, ouviam-se sobre os reflexos dessa atividade ilegal pelo estado, resultando em conflitos, como o ocorrido no Lago Janauacá (Cruz, 2012). Porém, no início da década de 1980, diversos conflitos de pesca foram registrados no médio rio Amazonas e a Prelazia de Itacoatiara atuava na intermediação dos conflitos junto às comunidades ribeirinhas. Segundo comunitários, foram avistados milhares de pescados (pacus) mortos no Paraná de Itapiranga, resultado do descarte de barcos pesqueiros (Spínola, 1997).

O prelúdio evidenciado pela memória narrativa dos oralistas demonstrava que os reflexos da sobrepesca se aproximavam do rio Arari de maneira verossímil. A primeira comunidade a proibir o acesso aos lagos de uso comum foi a Comunidade Tiradentes, em 1979, diante do avanço da pesca comercial. Naquele período, a notícia dos conflitos armados envolvendo pescadores comerciais se espalhava. Quando Socorro participou da primeira edição da Assembleia do Povo, compreendeu que aquele fenômeno havia ganhado proporções inimagináveis, pois a invasão de lagos era uma realidade em diversas cidades da região (Itacoatiara, Itapiranga, Silves e Nova Olinda do Norte). Na ocasião, além do encontro, subsidiar o nascimento do movimento em defesa do peixe no âmbito da Prelazia de Itacoatiara, foi oportuno para a compreensão da natureza dos conflitos territoriais no médio rio Amazonas. Naquele período de formação dos movimentos sociais no campo, o diagnóstico da urgência de intermediação do Estado nos conflitos aquáticos levou à ampla participação de instituições envolvidas em diferentes mobilizações, como a CPT e a Comissão Pastoral dos Pescadores de Santarém (CPP/PA). Em 1982, a CPP desenvolveu ações conjuntas aos movimentos sociais envolvidos na Assembleia do Povo.

O conflito atingiu pescadores dedicados exclusivamente à atividade. Diante da ausência de regulação da Colônia dos Pescadores acerca do cenário de exploração pesqueira, a categoria de pescadores artesanais incitou interromper o abastecimento do mercado local de Itacoatiara. Naquela época, foi criada a Comissão em Defesa do Pescado de Itapiranga (CODEPI), e as comunidades do rio Arari, observando os avanços da CODEPI, passaram a se articular conjuntamente à instituição. O objetivo detrás da criação da CODEPI, no bojo das Assembleias do Povo, era difundir o movimento em defesa do peixe no cenário político nacional. Em razão da inoperância

dos poderes públicos estaduais e municipais salvaguardarem territórios, sujeitos e ambientes, as ações da instituição estiveram alinhadas às constantes denúncias relativas aos conflitos territoriais que avançavam pelo país. O discurso firme e direcionado às indústrias pesqueiras demonstrava a articulação do Estado com o setor, invisibilizando povos e populações tradicionais dependentes da pesca artesanal.

O primeiro ofício enviado pela CODEPI endereçou o Congresso Nacional, relatando o contexto socioambiental dos lagos do médio rio Amazonas, cobrando celeridade nas ações do Estado mediante ao crescimento dos conflitos aquáticos na região. No âmbito comunitário, a comissão do movimento em defesa do peixe no rio Arari construía articulações internas para a mobilização ampla das comunidades de São Paulo, Shalom, Tiradentes, Floresta, Lago Preto, Santa Tereza e Santa Rosa. A existência da Portaria n.º10, da SUDEPE, publicada em 1980, proibindo o uso de instrumentos nocivos ao ambiente aquático, contribuiu para que o movimento em defesa do peixe enquadrasse a ação dos invasores de lagos e seus mecanismos de captura como crimes ambientais (Spínola, 1997). A SUDEPE também publicou portaria determinando a proibição sazonal da pesca nos lagos de Urucará mapeados pela atividade predatória. A adoção dessas medidas suplementares influenciou a caminhada do movimento, porém, do ponto de vista da sua efetividade, o cenário era outro. Socorro e Dico relataram que as denúncias levadas à Igreja, CPT e CPP não evoluíam para a aplicação de multas ambientais ou perda dos registros de pesca e embarcações, pois havia o aparelhamento da polícia com setores empresariais.

Para a corporeidade do movimento em defesa do peixe, era fundamental o apoio mútuo dos sujeitos envolvidos nos conflitos de pesca, no entanto, dissidências internas passaram a comprometer os avanços do movimento. Em 1983, cerca de 16 (dezesseis) comunidades do rio Arari denunciaram o descumprimento das regras do acordo de pesca estabelecido durante a primeira edição da Assembleia do Povo. Em resposta ao crescimento dos conflitos intracomunitários, a CPP de Itacoatiara buscou apoio da SUDEPE para a efetivação do ordenamento pesqueiro no município. Todavia, apesar das mudanças internas realizadas pela SUDEPE para a conservação da ictiofauna, a recessão econômica dos anos de 1980, corroborada pela histórica crise institucional, dificultaram as tratativas. A autarquia operava com o orçamento aquém do adequado para financiar projetos de apoio técnico, pesquisa ou ações para a conservação dos recursos pesqueiros no país (Goularti Filho, 2017).

Assim, além do cenário de constantes invasões, dissidências e inoperância das instituições do Estado, observou-se a conversão de pescadores artesanais em pescadores comerciais embarcados ou de beiradão. Essa transformação no mundo do trabalho se deu mediante ao empobrecimento dos pescadores, obrigando-os à sujeição ao trabalho, às métricas de produção e ao sistema de pagamento em partes. O crescimento da pesca comercial, alavancado pelos incentivos federais, além do papel de intermediários, comprometeu a competitividade dos pescadores artesanais nos mercados locais. Compreendendo a natureza deste processo de conversão, lideranças camponesas traçaram como estratégia a atuação coletiva para a difusão da atividade econômica pesqueira, obedecendo às diretrizes quanto ao uso e conservação dos recursos pesqueiros. Com o apoio da Igreja para a logística e transporte da produção, pescadores reuniam-se para comercializar o peixe capturado nas Feiras dos Produtores das cidades pertencentes à Prelazia de Itacoatiara. Em 1988, ocorreu a primeira comercialização de pescado na cidade de Itapiranga.

O apoio técnico-científico foi fundamental para situar o contexto social e ambiental numa agenda para a promoção de políticas públicas. O interesse de pescadores e ambientalistas na luta em defesa do peixe no Amazonas decorreu dos Encontros de Ribeirinhos realizados no início dos anos de 1990 em Manaus. Os debates que antecederam a ECO-92 preconizavam a conservação dos recursos naturais, numa mudança paradoxal de perspectiva, seja do ponto de vista das ações estatais ou do pensamento social. A preocupação com o avanço das mudanças climáticas atingia a sociedade e, principalmente, povos e comunidades tradicionais. Diante dos acordos consuetudinários, diversas comunidades do rio Arari experienciaram uma espécie de ordenamento territorial comunitário através das microbacias hidrográficas. Coletivamente, definiram áreas onde a pesca aconteceria durante todos os anos; a quantidade-limite para a captura de pescado pelas famílias; espécies proibidas para a captura; áreas de preservação permanente onde a pesca seria proibida durante todo o ano; e áreas onde o acesso à pesca ocorreria livremente. O ordenamento territorial teve como pressuposto a promoção da pesca artesanal e de subsistência mediante a conservação do espaço aquático. Em função da inoperância das instituições de Estado, a resposta foi pensar o desenvolvimento econômico, político e social através do modo de vida das populações ribeirinhas. Foi nesse sentido que os acordos de pesca gestados nas Assembleias do Povo e, posteriormente, nos movimentos em defesa do peixe, pensaram o território alheio à condição imposta pelo

Estado, proibindo a prática predatória e incentivando o desenvolvimento do manejo sustentável como estratégia econômica.

A comissão comunitária em defesa do peixe do rio Arari contou com o apoio de pesquisadores do INPA na observação do repovoamento dos lagos demarcados pelo movimento político. Desde 1997, esses pesquisadores coletaram dados socioeconômicos para identificar o padrão alimentar das famílias estudadas e a relação desses dados com o consumo do peixe. O estudo apontou 41 famílias vivendo em situação de insegurança alimentar. Esses dados foram importantes para o movimento em defesa do peixe construir outras estratégias de enfrentamento ao problema ambiental, político e econômico vivenciado nas comunidades. A mudança no padrão alimentar dos camponeses, especialmente acerca do consumo do peixe, demonstrava o avanço da exploração dos recursos pesqueiros e o esvaziamento da ictiofauna. A pesca de subsistência, que, costumeiramente, capturava pescado livremente pelos rios da região, beneficiava não apenas suas famílias, mas, sobretudo, um conjunto de sujeitos envolvidos no círculo social daquele pescador. Uma particularidade encoberta pelos dados evidenciava o complexo sistema de crenças camponês, uma vez que a maioria dos entrevistados afirmou não consumir peixes lisos em razão do fenômeno da panema. Segundo Socorro, a partir do final da década de 1990, viu familiares, amigos e compadres optarem pelo consumo de ultraprocessados, desencadeando diversas comorbidades, transformando aquele processo numa questão de saúde pública.

Convivendo com a ausência do peixe enquanto viam a pesca artesanal definhar como consequência desse processo, moradores da Comunidade São João da Chocolateira foram os primeiros a institucionalizar um Acordo de Pesca comunitário, em 1992. Essa iniciativa influenciou diversas comunidades a pensarem o ordenamento territorial comunitário a partir da pesca. Assim, o movimento político-camponês atraiu novos interessados na luta coletiva, elevando o número de comunidades participantes dos encontros comunitários. Naquele período, os encontros comunitários eram responsáveis pela catalisação de informações e a radiografia da exploração pesqueira na região, objetivando compreender os desafios para a implementação da demarcação aquática. Foi assim que denúncias de assédio moral cometidos pelo poder público de Itacoatiara, em conluio com empresários do setor pesqueiro, chegaram ao conhecimento das lideranças comunitárias.

A adesão ao Acordo de Pesca do rio Arari demandou inúmeros debates entre os comunitários. Apenas em 2005, o movimento alcançou um número expressivo de comunidades e camponeses alinhados à proposta de demarcação. Este alinhamento foi importante para o levantamento das denúncias encaminhadas ao IBAMA para a fiscalização e monitoramento dos lagos da região. Segundo Dico e Socorro, o protagonismo do movimento político camponês assumia o compromisso de lutar pela construção do ordenamento territorial comunitário nos moldes das reservas extrativistas, conforme preconizado durante a XIII Assembleia Regional da CPP/RR. A idealização de uma reserva extrativista norteava o interesse pelo monitoramento dos recursos pesqueiros mediante a parceria com instituições de pesquisa e órgãos ambientais, bem como a promoção do desenvolvimento social nas áreas demarcadas, proporcionando às famílias o acesso à educação, saúde, transporte, trabalho e remuneração digna (Spínola, 1997). Em relação ao trabalho, Socorro e Dico afirmaram que essa articulação seria resultado da coletivização camponesa acerca de uma determinada atividade econômica, tal como o manejo exerceu para os manejadores do Lago Babaçu.

Desde o seu início, o movimento em defesa do peixe enfrentou diferentes dificuldades para levar adiante o interesse em colocar a pesca e a territorialidade camponesa em evidência nos debates acerca do ordenamento territorial. A primeira conquista esteve circunscrita ao movimento de transformações na política interna do IBAMA, promulgando a Portaria GEREX-AM n.º 04, de 11 de setembro de 2002²⁹, restringindo a pesca na bacia do rio Arari aos pescadores mediante à participação comunitária quanto ao uso e conservação. Em virtude da existência de acordos de pesca comunitários desde os anos de 1990, a publicação da portaria deu esperança à luta de Socorro que, cada vez mais, se aproximava da materialização da demarcação aquática. Na virada para os anos 2000, a organização política do rio Arari passou a dedicar-se ao trabalho comunitário itinerante, percorrendo diversas comunidades, reunindo moradores para apresentar a proposta de demarcação e desenvolvimento de atividades econômicas. Naquele período, o Projeto de Manejo do Pirarucu (*Arapaima gigas*) no Rio Arari era considerado uma prática exitosa entre a população ribeirinhas, seja do ponto de vista prático com o repovoamento do Lago Babaçu, ou pelo incentivo à comercialização do peixe manejado.

²⁹ Esta portaria foi revogada após a publicação da Instrução Normativa n.º 181, de 10 de julho de 2008, a qual institucionalizou o Acordo de Pesca no rio Arari.

Na categoria de lago de procriação nenhuma atividade pesqueira é permitida, caso do lago Babaçu. Que há mais de 10 anos possui esta categoria que é respeitada por todos da comunidade, sendo registrado apenas algumas invasões por moradores de Comunidades vizinhas. Entretanto, neste lago já é possível observar uma grande quantidade de pirarucu (*Arapaima gigas*) que se concentram no mesmo durante o período da seca, época em que o lago perde a conexão com o canal principal, ficando isolado por mais ou menos 5 meses (Projeto de Manejo, 2005).

Além de liderar o movimento em defesa do peixe que desencadeou o manejo do pirarucu, Socorro também esteve à frente do movimento que introduziu mulheres camponesas à agenda de iniciativas gestadas pela organização política. As mulheres tiveram protagonismo nas atividades relativas ao manejo, atuando no processo de batimetria (pesagem e caracterização do pirarucu), evisceramento e comercialização. Além disso, atuaram na articulação comunitária, solidificando a adesão popular ao movimento. Socorro citou a criação da Associação das Mulheres Artesãs do Rio Arari, promovendo a arte camponesa como mecanismo para a independência financeira de mulheres, mães, solos e chefes de família. Em razão dessa frente ampla de coalizão entre homens e mulheres, o movimento alcançou a aprovação do ordenamento pesqueiro em 16 (dezesesseis) comunidades. O resultando exitoso do movimento se deu a partir da conscientização coletiva com o uso de cartilhas educativas sobre a questão do manejo do peixe, bem como o trabalho assíduo de voluntários que percorriam as comunidades para dialogar com a população (Anexo 4).

Conflitos ocorriam demasiadamente nos lagos e dentro das comunidades. O avanço das ações desenvolvidas pelo movimento em defesa do peixe não deu conta de mitigar a pesca comercial na região. Todavia, a organização social foi legitimada pelo alcance de medidas jurídicas proibindo a pesca comercial nos limites da bacia hidrográfica. Essa conquista foi suficiente para incitar a pressão política às lideranças comunitárias e seus membros. A morosidade da polícia para investigar casos de perseguição às lideranças camponesas deflagrava seu aparelhamento com os algozes desse movimento, políticos e empresários. Por intermédio do trabalho de monitoramento ambiental realizado pelas lideranças do rio Arari, foi possível compreender as dimensões do processo de exploração da região pelas frotas pesqueiras, em geral, pertencentes ao mercado de Santarém-PA, além dos comunitários atuantes na atividade predatória. Com o avanço dos conflitos pesqueiros, especialmente a partir de 2001, lideranças se reuniram com

representantes do IBAMA solicitando intervenção na região para conter práticas ilegais e preservar a vida das populações atravessadas pelos conflitos aquáticos. Na primeira década dos anos 2000 foi implementado o projeto de formação de Agentes Ambientais Voluntários (AAV) para atuar como extensões da autarquia em regiões longínquas, com a função de autuar infratores ambientais. Cerca de 50 (cinquenta) camponeses do rio Arari participaram do curso de formação de AAV e a comissão gestora do movimento político deliberou que estes agentes estariam distribuídos em três bases de fiscalização, reunindo comunidades do rio Arari, de tal forma que toda a extensão da bacia hidrográfica fosse monitorada e fiscalizada.

A institucionalização do Acordo de Pesca do rio Arari foi um importante passo para a defesa dos territórios pesqueiros e camponeses no Amazonas. Entretanto, apesar do conjunto de instrumentos jurídicos relativos às proibições de atividades comerciais em determinadas áreas, as invasões de lagos continuaram perseguindo lideranças comunitárias. O repovoamento do pirarucu no Lago Babaçu despertou a cobiça de frotas pesqueiras de diferentes mercados de pesca e/ou indústrias pesqueiras. Por esse motivo, a atuação dos pescadores na vigilância da microbacia foi indispensável. Wanderley e outros parceiros, numa das diversas rotinas de fiscalização na base flutuante, deparou-se com invasores escondidos nas matas ciliares munidos de instrumentos de pesca, armas e cartuchos. Segundo o oralista, o material de “segurança” adotado na atividade predatória tem a finalidade de alvejar manejadores que, no uso de suas atribuições de salvaguardar a área manejada, dificultam o trabalho dos invasores. Outra prática comum dos grupos de invasores é a destruição de instrumentos de fiscalização, como canoas, motores e depredação das bases flutuantes. Seu Wanderley, após quase ser vítima de uma emboscada, decidiu diminuir sua escala de trabalho.

A permanência dos conflitos de pesca no Lago Babaçu decorre de uma série de ações do Estado para o desenvolvimento da pesca comercial. É sabido que a SUDEPE foi a responsável pela injeção de recursos para a industrialização do setor, herança dos incentivos da era Vargas (Goularti Filho, 2017). Entretanto, com a redemocratização nacional e a extinção da autarquia, esperava-se que a política ambiental ganhasse proeminência, uma vez que o IBAMA foi criado para corrigir o desmonte das políticas públicas ambientais durante os governos militares. Mas, a pressão dos empresários desencadeou na retomada dos incentivos estatais ao desenvolvimento do setor pesqueiro no final da década de 1990. A criação da

Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP), em 2003, transformado no Ministério de Pesca e Aquicultura (MPA), em 2009, foi uma resposta do Estado burguês à pressão dos empresários pelo desenvolvimento do setor. Nesse sentido, a aliança entre o Estado e o setor pesqueiro construiu um arranjo espacial consistente para atender as demandas dos mercados de pesca do país.

O estabelecimento da infraestrutura pesqueira numa determinada área considera as características do mercado pesqueiro regional. O mercado de pesca de Manaus está espacializado em mais de 70% dos municípios amazonenses, contudo, as unidades de beneficiamento e entrepostos de pesca estão situadas nos arredores dos centros urbanos ao longo do complexo Solimões-Amazonas. A frota pesqueira que atende o mercado de Manaus também atende mercados menores, como o de Itacoatiara. Por essa razão, a mesorregião central amazonense apresenta altos indicadores de conflitos pesqueiros (Said Pinheiro e Cruz, 2024). A sobreposição de diferentes frotas pesqueiras oriundas dos diversos mercados de pesca intensifica a exploração da ictiofauna. Socorro relatou que a maioria dos barcos de pesca que percorrem o rio Arari pertence ao mercado paraense. Conforme o estudo de Batista *et al.* (2019), o raio de exploração da frota pesqueira do Pará não alcança a cidade de Itacoatiara, entretanto, não se pode negar a possibilidade de que, em algum momento do passado, tenha ocorrido exploração na região. Segundo os autores, além do mercado de Itacoatiara exercer centralidade na exploração de diferentes territórios pesqueiros sob o seu domínio, sua área é explorada pelas frotas pesqueiras de Manaus (Batista *et al.*, 2019).

Com o fechamento de diversos escritórios do IBAMA no Amazonas, incluído o de Itacoatiara, consequência do processo de sucateamento da instituição, áreas de acordos de pesca e manejo sofreram com mudanças abruptas no itinerário dos monitoramentos, fiscalizações e apreensões. O negacionismo político relativo às questões envolvendo a exploração dos recursos naturais envolveu a política de Estado durante os anos de 2016 a 2022, sufocando ações de policiamento do órgão ambiental pelo país. Entre os oralistas, esse período representou a falta de esperança em potenciais mudanças. Sem fiscalização, o Lago Babaçu esteve suscetível às explorações e conflitos, resultando no desligamento de diversos manejadores das atividades. Os impactos dessas saídas comprometeram o monitoramento comunitário do lago e sobrecarregou os voluntários. Wanderley foi um dos voluntários que permaneceu auxiliando Socorro e Dico nas atividades do manejo. Relatou que a

decisão em permanecer no trabalho comunitário decorria da proteção da identidade enquanto camponês. O território de pesca protegido pela ação dos manejadores foi onde o agricultor aprendeu a pescar com o pai, na infância, e pode repassar os ensinamentos aos filhos.

O lago Babaçu, bem como toda a bacia hidrográfica do rio Arari, compõe o arranjo social e territorial das populações ribeirinhas. A relação de pertencimento inserida no campo simbólico-cultural em relação ao território de pesca, na verdade, é consoante à cultura dessas populações. A pesca artesanal, antes de se transformar numa atividade econômica pelas famílias, passa pela socialização do trabalho mediante a questão da subsistência das unidades domésticas. Para dominar a arte da pesca, foi necessário aprender com os mais velhos a produzir equipamentos de pesca extraídos das florestas, conhecer o comportamento das espécies e o período adequado para as capturas. O conhecimento ecológico é resultado da tecelagem social que os sujeitos construíram ao habitarem um espaço geográfico sem destruir o ambiente. Esse conjunto de saberes é uma tecnologia ancestral herdada das sociedades indígenas e das populações africanas que fizeram parte da formação social brasileira e, principalmente, amazônica.

Embora o enfraquecimento das políticas ambientais comprometa as ações do acordo de pesca do rio Arari, o movimento em defesa do peixe permanece resistindo. Segundo Socorro, o sentimento de pertença ao lugar mobiliza pela continuidade na caminhada. Há aproximadamente 50 (cinquenta) anos, essa mesma trajetória é compartilhada por Dico, Socorro e Wanderley que, em diferentes momentos, avistaram um horizonte de esperança, em outros, amargaram os dissabores. Ao analisarem as origens do movimento político-camponês na região, os oralistas compartilham do mesmo sentimento de orgulho. Contemplam as realizações oriundas do trabalho coletivo, como a infraestrutura comunitária e do manejo (ASTA, ônibus e flutuantes), e veem novas gerações darem continuidade à luta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As populações do campo amazônico (re) criam suas histórias mediante a tradição envolvendo a relação sujeito e natureza. A produção desse tradicionalismo genuinamente amazônico deriva do aparato cultural tecido, inicialmente, pelas sociedades indígenas. Essa ancestralidade construiu formas outras de racionalidade quanto à interação das populações e os ecossistemas. O processo de formação social da Amazônia é uníssono à constituição desse espaço enquanto um tecido social composto pelos diferentes sujeitos. Como esse espaço emerge, ainda no decurso da colonização, evidencia nuances intrínsecas ao aparecimento do Estado, nos moldes da formação territorial amazônica.

O campesinato amazônico descende da sucessão de eventos históricos nas frestas da ação do Estado para a formação da ideia de uma região. Primeiramente, concentrado na perspectiva de reserva de valor para o governo colonial, passando à principal estratégia de desenvolvimento econômico para a Coroa (Silva, 1992; Witkoski, 2009). Nessa ruptura da economia política portuguesa, a região passou a ocupar protagonismo quando da difusão da economia extrativista, os recursos naturais incorporaram valores mercadológicos. Pelo rio, iniciou o processo de colonização e defesa militar a partir do século XVII. Nas terras firmes que margeavam rios e lagos, habitadas pelas populações indígenas, o desenvolvimento da prática haliêutica despertou o interesse do governo colonial (Veríssimo, 1895). Em razão das constantes crises da economia agrícola e pecuária (Veríssimo, 1895; Ravena, 2005), estudos para a absorção do conhecimento relativo à piscosidade dos rios foram realizados pela Coroa conjuntamente aos indígenas (Aguiar e Siqueira, 2010). A compreensão da Geografia amazônica se deu através da coerção indígena que, em situação de escravização, eram forçadas a compartilhar o conhecimento ecológico acerca da produção de equipamentos, técnicas de captura e a percepção quanto ao comportamento das espécies. Portanto, técnicas, instrumentos e locais de pesca foram gradativamente territorializados e reconfigurados pelos portugueses, até o desenvolvimento dos Pesqueiros Reais, como parte integrante dos projetos econômicos pensados para a região (Furtado, 2002). Desta maneira, ao falar de Amazônia ou produção do espaço amazônico, a interação entre povos indígenas e a formação da estrutura de Estado são fundamentais para a compreensão dos

processos que resultaram na composição do mosaico territorial, social e cultural da região.

A pesca, ligada à atividade de subsistência das sociedades indígenas, transformou-se numa importante iniciativa econômica entre os séculos XVIII e XIX. No centro dessa exploração encontrava-se o pirarucu (*Arapaima gigas*), espécie tradicional do cardápio dos povos indígenas, que se tornou alvo das campanhas de descimento. Para Veríssimo (1895), a descoberta do potencial econômico do pirarucu ocorreu de maneira inusitada, em razão da aproximação do sabor da proteína ao bacalhau consumido em Portugal. Além disso, o autor salienta que, inicialmente, o consumo da espécie era realizado pelas guarnições militares, transformando-se numa proteína consumida pelas elites locais até alcançar o mercado. Como consequência das reformas políticas visando a constituição de uma sociedade civil aparelhada aos interesses da Coroa, a mão-de-obra indígena foi substituída pela negra africana. Isso não significou o abandono das populações indígenas do mundo do trabalho relativo à pesca, pelo contrário, passaram a atuar fortemente nos pesqueiros reais. Essa permanência indígena na pesca comercial se deu pela perda dos vínculos socioculturais resultantes da colonização, tornando-os cativos das condições impostas pelo sistema de trabalho.

A contribuição da população negra para o desenvolvimento da pesca na Amazônia se deu no interior do processo de escravização. Afugentados em mocambos e organizados comunitariamente, aprenderam com os indígenas diferentes formas para sobreviver e se adaptar na região (Tavares, 2011). Nas encruzilhadas da formação social amazônica, outros sujeitos passaram a atuar na atividade pesqueira como resultado dos processos migratórios. O tecido social que emergiu compôs o arranjo sociocultural de uma região diversa, onde o conhecimento indígena permeou a ocupação das várzeas e terras-firmes, preservando relações ancestrais entre os grupos sociais e o ambiente. Em se tratando da pesca, a pertença acerca do sistema de crenças entre indígenas, brancos e negros, habitantes dos rincões desta região, ajudou a conservar práticas culturais relacionadas à percepção do espaço, extração sustentável e preservação dos recursos.

Com a idealização dos pesqueiros reais, o Estado passou a valorizar a pesca comercial. Segundo Cruz (2007), cada pesqueiro dispunha de uma infraestrutura dedicada à realização das atividades, como bases flutuantes, armazéns e mão-de-obra. Além disso, a fixação dos locais de pesca que, entre os séculos XVII e XVIII,

acompanhavam a presença das fortalezas e fortins, a partir do século XIX, esteve ligada à rede urbana. No Amazonas, cidades pertencentes ao complexo Solimões-Amazonas tiveram a presença de pesqueiros orientados à produção em larga escala diante da proximidade de Manaus. A localização dos pesqueiros variava segundo os locais de pesca, no entanto, geralmente situava-se distante dos centros urbanos. Por esta razão, os sujeitos que procuravam atuar na atividade deveriam buscar meios para a sua fixação nas dependências dos pesqueiros. Foi assim que diversos assentamentos surgiram em decorrência da atividade pesqueira no século XIX. O Pesqueiro de Serpa, em Itacoatiara-AM, é um exemplo para a centralidade das ocupações no rio Arari, visto que diversas comunidades surgiram através da prática pesqueira nesta bacia hidrográfica.

A comunidade São João do Araçá, no rio Arari, é uma das diversas comunidades desta bacia hidrográfica cujo início da ocupação teve relação com a atividade pesqueira. Segundo a narrativa dos entrevistados neste trabalho, os fundadores da comunidade atuavam em pontos de pesca espalhados pela região, indicando que, após a extinção dos pesqueiros, um grupo de pescadores continuou na atividade comercial. Entretanto, esse grupo de moradores, com origens diversas, a maioria oriunda da região Nordeste, outros descendentes de indígenas, possuíam hábitos específicos em relação à exploração dos recursos aquáticos. A constituição desses sujeitos, embora com diferentes origens, foi orientada pelo sistema de crenças indígenas transmitidos pela oralidade. Essas aprendizagens acerca dos mistérios do ambiente desenvolveram diferentes abordagens relacionadas ao mundo do trabalho dessas populações. Assim, a pesca enquanto atividade econômica era acompanhada pelo plantio nas roças, extrativismo florestal e a pequena pecuária. Apesar da necessidade de comercializar o pescado, existia um contrato social entre comunitários acerca dos limites da exploração.

Porém, o cenário de fragilidade do ecossistema aquático era um problema antigo (Veríssimo, 1895), intensificado com as reformas político-econômicas na era Vargas (Goularti Filho, 2017). O anúncio da industrialização do setor pesqueiro evidenciava o interesse do Estado no desenvolvimento econômico da pesca comercial/industrial pelo país. Para Goularti Filho (2017), o período anterior ao golpe cívico-militar inaugurou o processo de politização da pesca no Brasil e o pontapé foi o ato de criação da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), em 1962. Para alavancar a produção industrial, a autarquia instituiu planos e metas para

a injeção de recursos para o desenvolvimento do setor. O avanço do monopólio de produção pesqueira sobre a Amazônia, sobretudo, a partir da década de 1970, com a criação de linhas de crédito e isenções fiscais, construiu uma infraestrutura pesqueira pujante para acompanhar o crescimento das demandas de mercado, principalmente o urbano. Das poucas fábricas de poveiras aos grandes empreendimentos pesqueiros (Cruz, 2007), Manaus tornou-se o principal mercado de pesca do Amazonas, centralizando unidades de abastecimento, beneficiamento e circulação dos produtos.

Na contramão desse processo, nas áreas de várzea, populações camponesas vivenciaram o cenário da escassez dos recursos pesqueiros. A pesca artesanal, enquanto atividade econômica ou àquela considerada de subsistência, compuseram por muito tempo a base da economia das unidades domésticas. Contudo, desde a difusão dos projetos tecnocráticos encabeçados pela SUDEPE, o setor enfrentou obstáculos para a sua reprodução. No rio Arari, esse fenômeno foi visto entre os moradores precocemente, em razão da existência do Pesqueiro de Serpa. Os narradores cresceram sabendo do baixo estoque do pirarucu, espécie tradicionalmente capturada na região. Acompanhado do processo de urbanização de Itacoatiara e a expansão das frotas pesqueiras, a situação da sobrepesca alcançou níveis inimagináveis entre os moradores, obrigando-os a conviver com o desaparecimento do peixe e o surgimento de conflitos aquáticos. Como consequência deste processo, diversos pescadores foram cooptados pela pesca comercial, atuando como exploradores dos territórios pesqueiros por eles mesmos ocupados. Outros, por sua vez, migraram para a cidade em busca de outras oportunidades de crescimento. A grande maioria dedicou-se ao trabalho extrativista, agrícola e à pequena criação de animais.

Naquele período, a comunidade experienciava a adoção de projetos socioeducativos ligados às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), cujo enfoque era a alfabetização da população camponesa. A solidificação dos projetos se deu no contexto da histórica marginalização da população do campo. Adotando uma abordagem crítica acerca da exploração dos recursos naturais, além da questão da invisibilidade social, um grupo de jovens se formou no seio da CEBs, construindo projetos culturais para levar informações à população da região. Conforme o tempo foi passando, os participantes do grupo de jovens migraram para as pastorais ligadas à Igreja, atentando-se às demandas locais. Socorro atuou na Pastoral da Mulher, enquanto Dico e Wanderley lideraram o grupo de jovens. Quando adultos, estes três

personagens iniciaram uma trajetória que marcou a região do rio Arari. A principal temática envolvendo a mobilização comunitária consistia nas dificuldades logísticas para o escoamento da produção da agricultura familiar até a cidade de Itacoatiara. Além disso, outra questão chamava a atenção às condições ambientais da região, tratava-se do desaparecimento do pirarucu e a constante exploração dos lagos do rio Arari pelas frotas pesqueiras.

O início do movimento popular no rio Arari foi conduzido timidamente pelos moradores. Seus membros eram egressos dos projetos socioeducativos da CEBs, por esta razão, tinham apoio da Prelazia de Itacoatiara em suas proposições. Dico, atendendo ao interesse das famílias camponesas, encabeçou a luta pela construção de uma estrada que ligasse a Comunidade São João do Araçá até a margem direita do rio Amazonas. Esse movimento ocorreu nos idos da década de 1970, quando as comunidades puderam participar das deliberações construídas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itacoatiara. Na década de 1980, o anseio comunitário chegou até o poder público municipal, iniciando uma série de tratativas que resultou na construção da estrada e sua entrega devidamente pavimentada, cerca de vinte anos depois. A conquista do espaço para questionar sua histórica marginalização devolveu a esperança aos comunitários, influenciando a ampla adesão aos movimentos dissidentes que emergiriam.

Diante da tensão envolvendo a pesca ilegal na região e o conhecimento dos conflitos de pesca nas cidades e comunidades circunvizinhas, um grupo de moradores buscou a Igreja na tentativa de resolução para o problema. A Prelazia de Itacoatiara, que, à época, recebia denúncia de conflitos de pesca em sua área de atuação, resolveu reunir um grupo de lideranças comunitárias para discutir as diferentes realidades do contexto de exploração dos recursos pesqueiros. Esse encontro foi chamado de Assembleia do Povo e sua primeira edição, realizada em 1982, ocorreu em Itapiranga (Spínola, 1997). Representantes da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e da Comissão Pastoral da Pesca (CPP) congregaram um conjunto de ideias em parceria com os pescadores, resultando em importantes definições para o movimento popular. O intercâmbio das populações com as instituições religiosas oportunizou o conhecimento da escalada dos conflitos pelo país e o papel da indústria pesqueira para este cenário. Com a radiografia da situação advertindo o caminho a seguir, foi determinada a criação de comissões especializadas para discutir o contexto de conflitos a partir das comunidades. Mais tarde, a Igreja compreendeu que a natureza

dos conflitos no Amazonas decorria do acesso aos recursos pesqueiros, diferentemente dos conflitos fundiários que demarcavam o restante da Amazônia (Spínola, 1997).

Neste sentido, a realização da primeira edição da Assembleia do Povo, na Prelazia de Itacoatiara, foi o pontapé para a constituição do movimento em defesa do peixe no Amazonas. Assim, durante toda a década de 1980, diferentes organizações políticas e religiosas foram inseridas nas discussões relacionadas aos conflitos de pesca no estado. O movimento se espacializou, alcançando diversas comunidades pertencentes a outros domínios eclesiásticos (Coari, Manaus, Tefé, Itacoatiara e Parintins), orientando discussões acerca da participação popular em defesa dos territórios de pesca no Amazonas. De acordo com Spínola (1997), o movimento em defesa do peixe no Amazonas priorizou a unidade popular e uma articulação estratégica entre as instituições comunitárias e o Estado. O objetivo das ações de monitoramento dos comitês locais era sistematizar um conjunto de ideias que resultaria no desenvolvimento das demarcações aquáticas. No rio Arari, Socorro foi a precursora do movimento popular, encabeçando diversos encontros entre as comunidades da região, aferindo cenários de exploração e conquistando novos apoiadores. Para a agricultora, participar daquele processo enquanto uma mulher do campo foi fundamental para sua reafirmação identitária e, principalmente, para a conservação dos recursos que compõe seu modo de vida.

As discussões relativas à demarcação aquática chegaram nos anos de 1990 com diversos entraves quanto à sua idealização. A criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), substituindo a SUDEPE, representava uma mudança de abordagem do Estado brasileiro para a questão ambiental, tendo em vista que a autarquia foi criada visando promover políticas ambientais pelo país. Socorro, Dico e Wanderley estiveram em diversos encontros relativos à construção da demarcação aquática, contudo, em razão dos gargalos relacionados a institucionalização desses projetos, foram realizadas diligências com comunitários do rio Arari para a criação do primeiro acordo de pesca comunitário. Baseado nos acordos verbais entre os moradores, ficou estabelecido a proibição da captura de espécies consideradas escassas da região. Socorro relatou que outras comunidades do estado experienciavam a adoção dos acordos de pesca comunitário, tratava-se de uma medida popular para a demarcação territorial e o reestabelecimento da população aquática em áreas sobre-exploradas.

Em meados dos anos de 1990, dirigentes do IBAMA atuaram nos encontros de pescadores realizados em Manaus, compreendendo a natureza do processo de exploração pesqueira no Amazonas. Diante da adoção de políticas ambientais orientadas para a governança dos recursos naturais com a participação comunitária, a autarquia deliberou pela aprovação de estudos para a efetivação de Acordos de Pesca. A demarcação aquática mediante a criação dos acordos de pesca tinha o propósito de ser consultiva e deliberativa entre moradores de uma mesma comunidade ou usuários de recursos em comum, definindo áreas para a conservação dos recursos pesqueiros.

Entretanto, a atuação do Estado demonstrava certa ambiguidade. Ao passo que instituíra um novo modelo de política ambiental, endossava o discurso mercadológico. Ainda nos anos de 1990, o Estado brasileiro retomava investimentos no setor pesqueiro, buscando ampliar a infraestrutura existente. Essa inclinação correspondia à pressão do *lobby* político-parlamentar que reivindicava a (re) inserção do setor pesqueiro nos planos econômicos. No início dos anos 2000, foi criada a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP), mais tarde transformada no Ministério de Pesca e Aquicultura (MPA) (Goularti Filho, 2017). Embora o Acordo de Pesca do Rio Arari tenha sido aprovado em 2008 pelo IBAMA e os comunitários tenham conseguido a aprovação do manejo do pirarucu, lideranças comunitárias continuaram vivenciando o contexto do conflito de pesca. A continuidade da agenda econômica só foi possível mediante o sucateamento do IBAMA e o fechamento de escritórios no Amazonas, impossibilitando a atuação dos agentes ambientais com o movimento em defesa do peixe.

A importância do movimento popular foi fundamental para a aquisição de equipamentos públicos destinados à comunidade. O discurso crítico envolvido no processo de politização das CEBs ajudou a construir uma consciência coletiva entre os comunitários, resultando na organização social. No início da década de 1990, a comunidade criou sua primeira associação comunitária, visando desenvolver a atividade econômica para o grupo de agricultores signatários. Enquanto o movimento em defesa do peixe lutava pela demarcação aquática, os moradores conviviam com a impossibilidade de pescar para a subsistência em razão da baixa oferta de peixe. Aquele cenário de pauperização das famílias camponesas atravessou o comportamento alimentar, inserindo ultraprocessados, resultando no aparecimento de diversas comorbidades associadas à alimentação. Ainda que hoje tenham

conquistado o direito a serviços básicos como condições para o deslocamento da produção com a construção da vicinal que liga a comunidade até a margem direita do rio Amazonas, a escola municipal atendendo a educação básica, serviços de saúde, além da própria instituição do Acordo de Pesca e manejo do pirarucu em 2008, a ausência de interesses em construir projetos políticos, econômicos e sociais inserindo a população camponesa no planejamento é, ainda, uma escolha política (Oliveira, 1989).

O Estado, a gestão pública municipal de Itacoatiara, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e de Pescadores, se opõem à iniciativa de conservação dos recursos pesqueiros e dos territórios de pesca e, por esta razão, são os principais responsáveis pela anuência à exploração das áreas, coagindo comunitários e facilitando a atuação das frotas pesqueiras na região. Contudo, as diversas tentativas de despolitização do movimento em defesa do peixe não lograram êxito, nem mesmo o sucateamento do IBAMA e a baixa cobertura assistencial no que se refere à fiscalização e monitoramento conseguiram desmobilizar a força popular. Por esta razão, a frase proferida pela Dona Socorro, disposta a seguir, além de finalizar este trabalho, demonstra a força da população camponesa em defesa dos seus territórios, quando destituídos do direito de permanecer, organizaram-se para resistir.

Ninguém chegou aqui com projeto pronto para a gente idealizar. Para mim as coisas só funcionam se você mesmo for lá e arregaçar as mangas. Aprendi a liderar esse coletivo com as experiências nos movimentos sociais, observando o que dava certo nas comunidades e tentando incorporar aqui. A cada reunião em Manaus, levava meu caderninho e anotava o que os companheiros relatavam. A questão principal é não trabalhar “ao redor do próprio umbigo” (Dona Socorro).

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Thais Contino Vianna de; SIQUEIRA, Maria Isabel de. **O diário do Ouvidor Sampaio**: as potencialidades da capitania de São José do Rio Negro. Rio de Janeiro: Anais do XIV Encontro Regional da Associação Nacional de História – Rio, 2010. Disponível em: [https://encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276698139_ARQUIVO_trabalho%20anpuh%202010-%20Thais%20Contino\[1\].pdf](https://encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276698139_ARQUIVO_trabalho%20anpuh%202010-%20Thais%20Contino[1].pdf). Acesso: 10 de jun. 2024.
- ALMEIDA, Mauro W. Barbosa. **Caipora e outros conflitos ontológicos**. Revista de Antropologia da UFSCAR, v. 5, n. 1, p. 7-28, 2013.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983.
- ARENDT, Hannah. **Da violência**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.
- ARRAES, R. A.; DINIZ, M. B.; DINIZ, M. J. T. **Curva ambiental de Kuznets e desenvolvimento econômico sustentável**. vol. 44, nº 03. Rio de Janeiro: RER, 2006.
- BARRETO, William de Souza et al. **As ações das instituições para a sustentabilidade dos lagos da amazônia**: o caso do complexo Macuricanã. X Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, 2017.
- BARTHEM, R.; GOULDING, M. Um ecossistema inesperado: a Amazônia revelada pela pesca. Belém – PA: **Amazon Conservation Association (ACA)**, 2007.
- BARTOLI, Estevan; SCHOR, Tatiana; DE OLIVEIRA, José Aldemir. **CIDADES MÉDIAS NA AMAZÔNIA: AMPLIANDO PERCEPÇÕES SOBRE A RESPONSABILIDADE TERRITORIAL DE PARINTINS, AM, BRASIL**. Terra Plural, v. 14, p. 1-22, 2020.
- BATISTA, Vandick da Silva et al. **Frota pesqueira comercial na Amazônia Central: composição, origem, espécies exploradas e mercado**. Revista Agroecossistemas, v. 11, n. 1, p. 146-168, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Charles-Junior/Publication/338002608_FROTA_PESQUEIRA_COMERCIAL_NA_AMAZONIA_CENTRAL_COMPOSICAO_ORIGEM_ESPECIES_EXPLORADAS_E_MERCADO/Links/5e01178f4585159aa495a05b/FROTA-PESQUEIRA-COMERCIAL-NA-AMAZONIA-CENTRAL-COMPOSICAO-ORIGEM-ESPECIES-EXPLORADAS-E-MERCADO.Pdf. Acesso em: 28 de mai. 2024.
- BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia**: formação social e cultural. Valer Editora, 1999.
- BIAGGI, Enali De. **Tradições cartográficas e fixação de fronteiras na independência brasileira**. Os mapas como um meio de delimitar o território. Terra Brasilis (Nova Série). Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica, n. 4, 2015.
- BRAGA, Leonardo Viana. Panema. In: **Enciclopédia de Antropologia**. (2020) São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia, 2020. Disponível em: <http://ea.fflch.usp.br/conceito/panema>. Acesso em: 12 de dez. 2024.

BRASIL. **Decreto – Lei Nº 1,376, de 12 de dezembro de 1974.** Dispõe sobre a criação de Fundos de Investimento e altera a Legislação do Imposto de Renda relativo à incentivos fiscais. Brasília – DF, 1974.

BRASIL. **Lei Complementar Nº140, de 08 de dezembro de 2011.** Fixa normas para a cooperação entre União, Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais. Brasília – DF, 2008.

BRASIL. **Lei Delgada Nº 10, de 11 de outubro de 1962.** Cria a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca e dá outras providências. Brasília – DF, 1962.

BRASIL. **Lei Nº 10.683, de 28 de maio de 2003.** Dispõe sobre a organização da República e dos Ministérios. Brasília – DF, 2003.

BRASIL. **Lei nº 11.958, de 26 de junho de 2009.** Dispõe sobre a transformação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República em Ministério da Pesca e Aquicultura. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, 29 de jun. 2009.

BRASIL. **Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009.** Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca e passa a regular a atividade pesqueira em território nacional. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, 30 de jun. 2009.

BRASIL. **Lei Nº 7.679, de 23 de novembro de 1988.** Dispõe sobre a proibição de espécies em períodos de reprodução. Brasília – DF, 1988.

BRASIL. **Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989.** Dispõe sobre a extinção de órgão e de entidade autárquica, cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, 23 de fev. 1989.

BRASIL. **Lei Nº 9.649, de 27 de maio de 1998.** Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios. Brasília – DF, 1998.

BRASIL. **Lei Nº. 9.445, de 14 de março de 1997.** Concede subvenção econômica ao preço do óleo diesel consumido por embarcações pesqueiras nacionais. Brasília – DF, 1997.

BRASIL. **Lei Nº10.779, de 25 de novembro de 2003.** Dispõe sobre a concessão do benefício do seguro-desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade de forma artesanal. Brasília – DF, 2003.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente (MMA). **Lei Nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998.** Dispõe sobre sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Brasília – DF, 1998.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade.** São Paulo: Contexto, 2007.

CASTELLO, Leandro et al. **Fishery yields vary with land cover on the Amazon River floodplain.** Fish and fisheries, v. 19, n. 3, p. 431-440, 2018. Disponível em:

<https://leandrocastello.org/wp-content/uploads/2019/03/2017-Castello-et-al-deforestation.pdf>. Acesso em: 21 de mai. 2024.

CASTRO, Fabio de; MCGRATH, David. **O manejo comunitário de lagos na Amazônia**. Parcerias estratégicas, v. 12, p. 112-126, 2001. Disponível em: https://ipam.org.br/wp-content/uploads/2019/07/o_manejo_comunit%C3%A1rio_de_lagos_na_amaz%C3%B4nia.pdf. Acesso em: 14 de fev. 2023.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ed. Nueva Visión, 1974.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). Boletim Hortifrutigranjeiro. V.9, N.4. Brasília: CONAB, 2023. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/info-agro/hortigranjeiros-prohort/boletim-hortigranjeiro>. Acesso: 25 de mar. 2023.

CORRÊA, Roberto Lobato. **A periodização da rede urbana da Amazônia**. Revista Brasileira de Geografia, v. 49, n. 3, p. 39-68, 1987.

CRUZ, Manuel de Jesus Masulo da. **CABOCLOS-RIBEIRINHOS: CAMPONESES NA AMAZÔNIA**. REVISTA GEONORTE, [S. l.], v. 14, n. 46, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/revista-geonorte/article/view/13885>. Acesso em: 27 jan. 2024.

CRUZ, Manuel de Jesus Masulo da. **Territorialização camponesa na várzea da Amazônia**. 2007. 274 f. Tese. (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 2007.

CRUZ, Manoel de Jesus Masulo da; MOURÃO, Maria Helena Carvalho; OLIVEIRA, Ercivan G. de. Territorialidades em confronto: a guerra do peixe no Lago Janauacá – AM (BR). In: FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto et al. (Org.). **Amazônia: cultura material e imaterial**. São Paulo: Annablume; Manaus: UFA, 2012.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **A pesca construindo sociedades: leituras em antropologia marítima e pesqueira**. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras/USP, 2004.

FARIA JÚNIOR, Charles Henry; BATISTA, Vandick da Silva. **Repartição da renda derivada da primeira comercialização do pescado na pesca comercial artesanal que abastece Manaus (Estado do Amazonas, Brasil)**. Acta Scientiarum. Human and Social Sciences, v. 28, n. 1, p. 131-136, 2006. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/view/190/140>. Acesso em: 28 de mai. 2024.

FAUSTO, Carlos. **Os índios antes do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2000.

FONSECA, André Augusto da. **Os mapas da população no Estado do Grão-Pará: consolidação de uma população colonial na segunda metade do século XVIII**. Revista Brasileira de Estudos de População, v. 34, p. 439-464, 2017.

FOUCAULT, Michel. Nascimento da biopolítica: curso no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 42 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FURTADO, Lourdes Gonçalves. **Origens pluriétnicas no cotidiano da pesca na Amazônia**: contribuições para projeto de estudo pluridisciplinar. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 1, p. 159-172, 2006.

FURTADO, Lourdes Gonçalves. **Pesqueiros reais & pontos de pesca**. Traços da territorialidade haliêutica ou pesqueira amazônica. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas. 2002.

GOTTMANN, Jean. **A evolução do conceito de território**. *Boletim campineiro de Geografia*, v. 2, n. 3, p. 523-545, 2012.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Da Sudepe à criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca**: As políticas públicas voltadas às atividades pesqueiras no Brasil. Planejamento e Políticas Públicas, n. 49, 2017.

GOULDING, M., VENTICINQUE, E., RIBEIRO, M.L.B., BARTHEM, R.B., LEITE, R.G., FORSBERG, B., PETRY, P., SILVA-JÚNIOR, U.L., FERRAZ, P.S. and CAÑAS, C. Ecosystem-based management of Amazon fisheries and wetlands. *Fish and Fisheries*, vol. 20, no. 1, pp. 138-158, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1111/faf.12328>. Acesso em: 22 de jun. 2024.

GOULDING, M.; FERREIRA, E. **As várzeas da Amazônia**: Habitats, Pesca, Fazenda e Desmatamento. Editora Local. 1996.

GOULDING, Michael. **The fishes and the forest**: explorations in Amazonian natural history. Univ of California Press, 1980.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. **O território em tempos de globalização**. Geo Uerj, n. 5, p. 7-7, 1999.

HARRIS, Mark. Presente Ambivalente: Uma maneira amazônica de estar no tempo. In: ADAMS, Cristina. **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**, Annablume, 2006.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Panorama Censo 2022**. Brasília – DF, 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Tipos e aspectos do Brasil**. 9. Ed. Rio de Janeiro: Departamento de Documentação e Divulgação Geográfica e Cartográfica, 1970.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). **Portaria Nº 8, de 2 de fevereiro de 1996**. Estabelece normas gerais para o exercício da pesca na bacia hidrográfica do rio Amazonas. Brasília – DF, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). **Instrução Normativa Nº 29, de 31 de dezembro de 2002**.

Estabelece os critérios para a regulação, pelo IBAMA, de acordos de pesca definidos no âmbito das comunidades pesqueiras. Brasília – DF, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). **Instrução Normativa Nº 01, de 1 de junho de 2005**. Proíbi anualmente a pesca, o transporte, a armazenagem e a comercialização do pirarucu (Arapaima gigas) no estado do Amazonas. Brasília – DF, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). **Instrução Normativa Nº 181, de 10 de julho de 2008**. Estabelece categorias de manejo para lagos, poços e igarapés nas regiões do complexo lacustre do rio Arari, no município de Itacoatiara/AM. Brasília – DF, 2008.

JUNK, W. J. As águas da região Amazônica. *In*: SALATI. E.; SCHUBART. H. O; OLIVEIRA, A. E. **Amazônia: desenvolvimento, integração e ecologia**. São Paulo: Brasiliense. CNPq. 1983.

JUNK, W. J.; BAYLEY, P. B.; SPARKS, R. E. **The flood pulse concept in river-floodplain systems**. v. 106, n.1, pp. 110-127, Canadian Journal of Fishers and Aquatic, 1989.

LACOSTE, Yves. **A pesquisa e o trabalho de campo: um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadãos**. Boletim Paulista de Geografia, n. 84, p. 77-92, 2006.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Altas, 2003.

LEITE, Serafim. Mapa da expansão dos jesuítas no norte [1943]. *In*: **História da Companhia de Jesus no Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 2004. CD-ROM. Produzido por Nordeste Line S/A.

LOPES, G. C. S.; MATOS, O. F.; FREITAS, C. E. C.. **Spatial dynamics of Amazonian commercial fisheries: an analysis of landscape composition and fish landings**. Brazilian Journal of Biology, v. 83, p. e265791, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bjb/a/fSfqDwzqgkf5TVt9ZpHK3NF/?lang=en#>. Acesso em: 14 de abri. 2024.

LOUREIRO, Joaquim Alfredo Souto. **Luiz Gomes Lana, intérprete e escritor, sucessor do taxaua Firmino Lana, antigo chefe Dessana do povoado de São João do Rio Tiquié**. Manaus: Impressão Gráfica e Editora Ação, 1980.

MAGALHÃES, Felipe Nunes Coelho. **O espaço do Estado no neoliberalismo: elementos para uma redefinição crítica**. GEOgraphia, 2016.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro I: O processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATOS, Octavio Ferreira *et al.* Características da frota e avaliação do desembarque de pescado na Amazônia Central. *In*: CORDEIRO, Carlos Alberto Martins; SAMPAIO, Dionísio de Souza; HOLANDA, Francisco Carlos Alberto Fonteles. **Engenharia de Pesca: aspectos teóricos e práticos**. Guarujá – SP: Editora Científica Digital, 2021. p. 116-137.

MCGRATH, David G. et al. **Varzeiros, Geleiros, e o manejo dos recursos naturais na várzea do baixo Amazonas**. UFPA-NAEA, 1991. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/view/12040/8309>. Acesso em: 25 de jun. 2023.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. 5ª Edição. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MENDES, Ednilce Ferreira Cruz. **Campesinato e associativismo: uma experiência na Comunidade São João do Araçá - Rio Arari - Itacoatiara/AM**. Anais do VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária. Curitiba, 2017. Disponível em: https://singa2017.files.wordpress.com/2017/12/gt15_resumoexpandido_1503452054_arquivo_resumosinga-1.pdf. Acesso em: 15 de dez. 2023.

MOREIRA, Ruy. **A formação espacial brasileira: contribuição crítica aos fundamentos espaciais da Geografia brasileira**. 3 ed. Rio de Janeiro: Consequencia Editora, 2020.

MOREIRA, Ruy. **A Geografia serve para desvendar máscaras sociais**. Geografia, teoria e crítica: o saber posto em questão. Petrópolis: Vozes, p. 33-63, 1982.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2008.

NASCIMENTO, Dilson Gomes; CRUZ, Manuel de Jesus Masulo da. Modo de vida camponês em comunidades ribeirinhas no médio rio Amazonas. (2018). In: OLIVEIRA, José Aldemir de; NOGUEIRA, José Ricardo Batista (Orgs.) **Amazônia, território e ambiente**. 1 ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018.

NERY, Frederico José de Santa-Anna; LEVASSEUR, Émile. **Le Pays des Amazones, l'El-Dorado, les terres a caoutchouc par F [rederico]-J [osé] de Santa-Anna Nery**. Frinzine, 1885.

NOGUEIRA, Ricardo José. **Amazônia: uma visão que emerge das águas**. GEOUSP Espaço e Tempo (Online), São Paulo, Brasil, v. 1, n. 2, p. 79–82, 1997. Disponível em: <https://revistas.usp.br/geousp/article/view/123244>. Acesso em: 17 dez. 2023.

OHLY, Jörg. J. A agropecuária nas várzeas da Amazônia Central: Uma atividade econômica e sustentável? In: JUNK et al. **Várzeas Amazônicas: Desafios para um manejo sustentável**. Manaus: Editora do INPA, 2020.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A Mundialização da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Iandé Editorial, 2016.

OLIVEIRA, José Aldemir de. **A cultura, as cidades e os rios na Amazônia**. Ciência e Cultura, v. 58, n. 3, p. 27-29, 2006.

PAIÃO, Caio Giulliano; LEAL, Davi Avelino. **Trabalhadores e impacto ecológico: portos de lenha e o uso dos recursos naturais pela navegação a vapor na Amazônia (da segunda metade do século XIX ao início do século XX)**. Navigator, v. 19, n. 37, p. 46-58, 2023.

PANTOJA, Geandro Guerreiro. **Acordo de Pesca: instrumento para a co-gestão do uso dos recursos pesqueiros no município de Parintins-AM**. 2010. 116 f. Dissertação

(Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010.

PINTO, Renan Freitas. **A viagem das idéias**. Estudos Avançados, v. 19, p. 97-114, 2005.

PORTELLI, Alessandro. **História Oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

PREDANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. [recurso eletrônico]. 2 ed. Novo Hamburgo: Feervale, 2013.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática S.A., 1993.

RAVENA, Nírvia. **O abastecimento no século XVIII no Grão Pará: Macapá e vilas circunvizinhas**. Novos Cadernos NAEA, v. 8, n. 2, 2005.

REZENDE, Tadeu V. F. de. **A conquista e ocupação da Amazônia brasileira no período colonial: a definição das fronteiras**. 2006. Tese de Doutorado em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

ROCHA, Rafael Ale et al. **Os oficiais índios na Amazônia pombalina: sociedade, hierarquia e resistência (1751-1798)**. 2009. 146 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

SAID PINHEIRO, Francisco Igo; CRUZ, Manuel de Jesus Masulo da. **Territórios em disputa – O ontem e o hoje na luta de pescadores artesanais do médio rio Amazonas**. Revista Geopolítica Transfronteiriça, [S.l.], v. 8, n. 2, p. 54-72, mar. 2024. Disponível em: <<https://periodicos.uea.edu.br/index.php/revistageotransfronteirica/article/view/3391>> . Acesso em: 15 de mai. 2024.

SALATI, Eneas et al. **Amazônia: desenvolvimento, integração e ecologia**. Brasiliense, 1983.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 1 ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SCHOR, Tatiana et al. **Apontamentos metodológicos sobre o estudo de cidades e de rede urbana no estado do Amazonas, Brasil**. PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do curso de Ciências Sociais da UNIFAP, v. 9, n. 1, p. 09-35, 2016.

SCHWADE, Tiago Maiká Müller. **O território agrário ao longo dos rios no Amazonas**. Revista Cerrados (Unimontes), v. 17, n. 2, p. 96-125, 2019.

SHANIN, Teodor. **A definição de camponês: conceituações e desconceituações—o velho e o novo em uma discussão marxista**. Revista Nera, n. 7, p. 1-21, 2005.

SHANIN, Theodor. **Naturaleza y logica de la economia campesina**. Barcelona: Anagrama, 1976.

SILVA, Ana Caroline Sousa da. **“No meio do Pitiú”**: diversidade e antiguidade de sambaquis amazônicos. 2022. 102 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Programa de Pós-graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2022.

SILVA, Christian Nunes da et al. **Pesca e influências territoriais em rios da Amazônia**. Novos Cadernos NAEA, [S.l.], v. 19, n. 1, jun. 2016. ISSN 2179-7536. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/2484>>. Acesso em: 25 de ago. 2023.

SILVA, Marilene Corrêa da. **A Amazônia Colonial**. Anais da Biblioteca Nacional. Vol. 112. Rio de Janeiro, 1992.

SILVA, Marilene Corrêa da. **O paiz do Amazonas**. Manaus: Editora Universidade do Amazonas, 1996.

SIQUEIRA-SOUZA, F. K.; FREITAS, C. E. C. Fish diversity of floodplain lakes on the lower stretch of the Solimões river. **Brazilian Journal of Biology**, v. 64, p. 501-510, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bjb/a/HJj5J3NhNYzPzJ4zP3wBQ4F/?lang=en>. Acesso: 14 de mai. 2024.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná de et al. (orgs.): **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SPÍNOLA, Henriqueta Barbosa. **O ribeirinho**: ontem e hoje na defesa do peixe no Amazonas. 1997. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP, 1997.

SUANON, J. **Padrões de distribuição da Ictiofauna na várzea do sistema SolimõesAmazonas, entre Tabatinga (AM) e Santana (AP)**. Ictiofauna – Relatório Final. Manaus: ProVárzea/IBAMA, 2004.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA PESCA (SUDEPE). **I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República**. Brasília: Ministério da Agricultura, 1985.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA PESCA (SUDEPE). **III Plano Nacional de Desenvolvimento da Pesca 1975-1979**. Brasília: Ministério da Agricultura, 1975.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA PESCA (SUDEPE). **IV Plano Nacional de Desenvolvimento da Pesca 1980-1985**. Brasília: Ministério da Agricultura, 1979.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA PESCA (SUDEPE). **Orçamento da Sudepe para 1988 e situação desejada e atual**. Brasília: Ministério da Agricultura, 1988

TAVARES, A. de Lyra. **Território Nacional: soberania e domínio do Estado**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1955.

TAVARES, Maria Goretti da Costa. **A Amazônia brasileira: formação histórico-territorial e perspectivas para o século XXI**. GEOUSP Espaço e Tempo (Online), v. 15, n. 2, p. 107-121, 2011.

VERÍSSIMO, José. **A pesca na Amazônia**. Livraria classica de Alves, 1895.

WITKOSKI, Antônio Carlos. **Terras, florestas e águas de trabalho: Os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

ANEXOS

Anexo 1: Ata de fechamento do acordo de pesca do complexo lacustre do Arary.

45

ATA DE FECHAMENTO DO ACORDO DE PESCA
DO COMPLEXO LACUSTRE DO RIO ARARY

A Assembleia de Fechamento do Acordo de Pesca teve início às nove horas e trinta minutos do dia quinze de maio do ano de dois mil e sete realizada na comunidade São João do Araya.

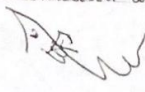
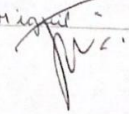
O Senhor Clóvis Pereira da Silva a Assembleia agradece a presença de todos e começa a fazer a composição da mesa chamando os seguintes presentes:

Sr. João Vieira - IBAMA ITACATIARA; Sr. Julio Siqueira - Núcleo de Recursos Pesqueiros IBAMA MANAUS; Sra. Maria de Fátima - IPAM; Sr. João Manoel - Secretário de Meio Ambiente e Turismo / Prefeitura de Itacatiara; Sr. Francisco Agostinho Américo - GTA; Sr. Jânio Pereira - latão de Pescadores de Itacatiara; Sra. Deise Mura - IDAN; Sr. Antônio Pexoto - Vereador PT Itacatiara; Sr. Mário Oso - REATA; Sra. Maria do Socorro - Coordenação do movimento do Acordo de Pesca; Sr. Fernando de Oliveira - Sindicato de trabalhadores rurais de Itacatiara. Cada representante recebeu a palavra e falou sobre a importância desse momento para o rio Arary, de envolvimento de todos os setores envolvidos para a continuidade e efetivação desse processo. A Sra. Maria do Socorro salientou ainda a importância dessa conquista como mobilização comunitária. O Sr. Clóvis Pereira convidou as autoridades a desfazer a mesa e convidou o Sr. Gilson Batista do IDAN para fazer uma exposição sobre o histórico do processo de construção do acordo e das reuniões.

• Comunidade de Santa Tereza, Município de Itacatiara - 28/11/2004
Ficou estabelecido que cada representante deve que realizar reuniões

• Início da Comissão de 20 de fevereiro de 2005

- Sra. Maria do Socorro da Silva - Comunidade São João do Araya
- Sr. Reinaldo Renato Ramos - Comunidade São Miguel

- Sr. Raimundo Filho - comunidade Nova Senhora do Livramento
 Sr. Francisco Ladeira - comunidade São João do Chocolate
 Sr. Antônio Petelo - vereador Itacatara
 Sr. Raimundo Xavier - comunidade Santa Tereza
 Sr. Manoel João - comunidade São João da Graça
- Reunião Nova Senhora do Livramento - 7 e 8 de julho de 2006
- Foram apontados os resultados positivos e negativos das reuniões em cada comunidade.
- Durante esse processo foram alcançadas algumas conquistas como o curso de Agente Ambiental Voluntário onde foram formados 35 agentes enquanto do reforço da comunidade. Também o curso de Manejo Comunitário do Pirarucu. Foram dois dias de curso ministrado por pessoas com experiência prática de outros locais. Também foi realizada a limpeza do pirarucu no lago Sabão.
- Reunião - II no Auditório do IBAMA/ITACATARA 13 de outubro de 2006
- Foram preparados a primeira minuta de acordo de pesca os representantes que formaram a comissão.
- Reuniões 9 e 10 de novembro de 2006 na comunidade Santa Tereza
- Modificação da primeira versão da minuta.
- Reuniões 29 e 30 de março de 2007 - comunidade São Miguel do Bonifácio, município de Itacatara.
- Elaboração da minuta: Foi citada a proibição do uso de locais e a restrição ao uso de alguns apetrechos de pesca.
- Cada ponto da minuta foi explicado pelo Sr. Gibson Batista sendo eles:
- Comunidades participantes;
 - Definição: Área de uso, Área de manutenção, Área de Manejo, Área de Preservação;
 - Limites das áreas em cada comunidade participante;
 - Apetrechos e métodos de pesca permitidos e proibidos.
- Após a exposição o Sr. Gibson Batista mostrou uma apresentação de registros fotográficos das reuniões nas comunidades em toda a

[Assinatura] *[Assinatura]*

procurar. O Sr. Gilson Batista comentou os fatos lembrando as dificuldades que foram superadas pela força das comunidades. O Sr. Gilson Batista convidou a Sra. Maria do Socorro para lembrar a dinâmica que era realizada nas comunidades para descentração. Foi distribuído para cada preste uma cópia da minuta do acordo para conferência e uma cópia da portaria que regulamenta a pesca na região. Para cada representante das comunidades foi distribuído também um mapa colorido do complexo lacustre da região. Após a leitura da minuta foi realizada a votação da minuta. Todos os comunitários votaram a favor e apenas o Sr. João Pereira - Z13 votou contra o acordo. Com a palavra, o Sr. João defendeu sua posição por acreditar que o pescador tem direito de pescar em todo o Território Nacional. Salientou que não participou do processo sendo isto a única reunião que participou das duas que foi convidado. Ele afirmou que até a sua morte na colônia e que algumas duas décadas não há novidade por não haver invasão de pescadores da colônia. Também se preocupou com a situação durante o período da seca. O Sr. Gilson lamentou a ausência das colônias de Pescadores durante o processo e afirmou ser isto a conclusão de um processo comunitário participativo. O Sr. Gilson Batista convidou o Sr. João Vitor IONANITACOTIARA para entregar simbolicamente o certificado do curso de Manejo Comunitário para a Coordenação do Acordo de Pesca do Arary. O Sr. João Manoel em nome da Coordenação do Acordo de Pesca do Arary entregou a minuta do Acordo de Pesca do complexo lacustre do rio Arary, Itacachara - AM. Em seguida, dando continuidade a exposição da Coordenação do Acordo de Pesca outros comunitários se juntaram e falaram sobre a entrega desta minuta ao Sr. João Vitor, representante do IOANA. O Sr. João Manoel da Secretaria de Meio Ambiente e Turismo, representando o Prefeito de Itacachara - AM, parabenizou o trabalho realizado, salientou a importância da parceria entre os órgãos e se disponibilizou a auxiliar as comunidades nas

[Assinaturas]

suas demandas. A Sra Dêla Mica - IDAN também parabenizou o trabalho e se apresenta como parceiros da Secretaria de Meio Ambiente e Turismo. A Sra Maria do Sacramento foi convidada para encerrar a reunião. Ela solicitou anuência para a IDANA e os demais órgãos no apoio na implementação do Acordo de Pesca do Arari. Não havendo nada mais a tratar, encerra esta ata onde na anotação por mim, Rafaela Vazimento Vientini, e pelos demais participantes.

Stacachara, 19 de maio de 2007

Comunidade São João do Arari

Rafaela Vazimento
Secretaria

ERRATA:

Vire da página 56 onde está Sra Dêla Mica - IDAN de Sra Maria de Fátima - IPAM

João Manoel F. FERNANDES - Rep. Inf. Haccatjan / SEC. MEIO AMBIENTE
Maria de Fátima Santana de S. J. V. / Comissão de Pesca e
Agricultura / IPAM

João Carlos da Silva C. S. J. V. / S. J. V.

Francisco Aguiar de Almeida Silva - IDA / S. J. V.

Leandro Monteiro Reis - IDAM - HACCATJAN

Julio Siqueira - IDAM / S. J. V.

Paula Andreia Ennes de Medeiros - IDAM / S. J. V.

Marcos João Viana de Silva - S. JOÃO ARARI

Agostinho Siqueira de S. J. V. / S. J. V.

Elton / Rep. Inf. Haccatjan / S. J. V.

João do S. J. V. / S. J. V.

Miguel Lacerda de S. J. V. / S. J. V.

João de Deus Viana Thaum / S. J. V. / S. J. V.

Maria Assunção J. Viana / S. J. V. / S. J. V.

Maria Redilza Oliveira Pena / S. J. V. / S. J. V.

Rosimilda Soares Braga / S. J. V. / S. J. V.

Ass. S. J. V. / S. J. V.

Jorge Tavares Cruz São Jorge
 Armando José de Oliveira para STA Itacatiara
 Antonio Viana de Freitas C. São D. Arara
 João de Oliveira para Arara
 Antonio Barbosa Lopes. São João do Chocolateira
 Fabricia Siqueira charrê
 Maria do Socorro R. da Silva comunidade S. João do Arara
 Antonio Pessoa de Oliveira - Ver. PT - C. M. Itac
 Raimundo Mano de Silva São João do Arara
 José Maria Leite Martins SÃO TOMÉ
 Petílio da Silva Alves Com. Vila Bem
 Elene da Silva Lopes Com. Vila Bem
 Juliana da Silva Gomes Com. Vila Bem
 Paulo Gomes de Souza Amorim Alves Com. Vila Bem
 Miguel Farias Cardoso Com. S. João Chocolateira
 Marcel Raimundo Santos da Silva Com. S. Miguel
 João Vileza de Souza IBAMA
 CLOVES FANAS DELFIN JWRD
 Rafaela Nascimento Truentim IBAMA IAH
 Maria José Souza Gomes IBAMA IAH
 Gelson da Silva Batista G. J. de Arara
 M^{te} Margarida Xavier Figueiredo G. J. de Arara

Anexo 2: Termo de preservação do meio ambiente.

30

Termo de preservação do meio ambiente

Nós comunitários da comunidade de São João de Chocolateira e moradores do igarapé de Chocolateira,

- considerando que a escassez de peixe aumenta cada vez mais;
- considerando que o desmatamento dos igarapés, beiradas de igarapés e lagoas afugentam os peixes por falta de alimentos;
- considerando que ocorre a falta de monitoria das áreas, através de formas e instrumentos proibidos;
- considerando também, que pessoas estranhas invadem o igarapé e praticam pescarias sem o consentimento dos moradores;
- considerando que existem leis em vigor que não garantem o direito de definir áreas para manejo e equilíbrio do meio ambiente do meio ambiente;

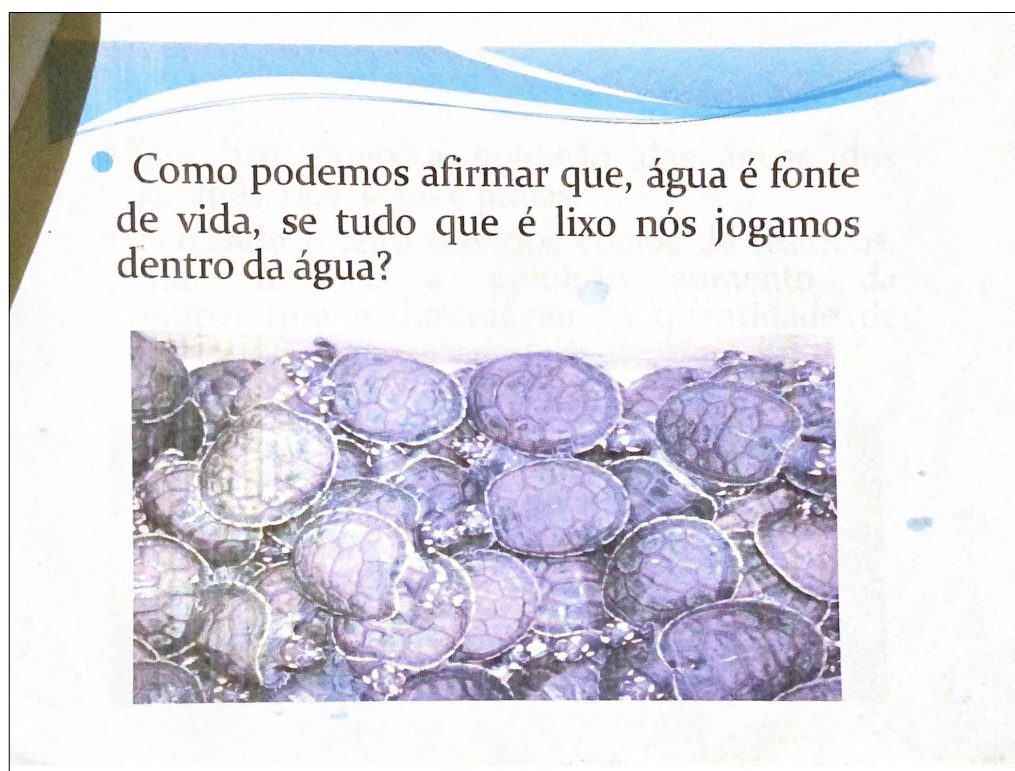
Nos reunimos no dia 13-02-05 e decidimos preservar a seguinte região que vai do boca do igarapé de Chocolateira até do fim do campo, estabelecendo este acordo:

- 1- Nesta região só será permitido a pesca e a caça a comunidade dos comunitários e moradores.
- 2- Durante o verão ou seca que vai de Agosto a Dezembro fica proibido malhadeira além de 25 metros, ferver tapaguas, batiquas ou penas e Tanala.
- 3- No período da seca a pesca deverá ser feita pelos seguintes instrumentos: arco-flecha, anzol, cipó, malhadeira de até 25 metros e zagaia.
- 4- No período da cheia que vai de Janeiro poderá se usar malhadeira de até 40 metros de comprimento e malhas até 10 centímetros de Tanauho.
- 5- Tanto no período da cheia como no período da seca fica totalmente proibido pesca pelo sistema de batiquas, Tapaguas e Tanala.
- 6- fica proibido demarcar e queimar os igarapés bem como as beiradas dos igarapés e lagoas.

- Fortalecimento comunitário e moradores da região que firmam este acordo assumem a responsabilidade pela vigilância, fiscalização e cumprimento destas normas.
- 8- a comunidade s. João fiscalizará da boca do chocolateira até a boca do cipó e a comunidade s. Teodoro fiscalizará da boca do cipó ao Lago do Firme e por estarmos de acordo assumimos o presente compromisso.

Rio Arari - Igarapé do Chocolateira, 03 de
(Dezembro) Fevereiro de 2005

Anexo 3: Campanha de conscientização: Água fonte de vida (ASTA).



- Este lixo causa a poluição das águas dos igarapés, rios, lagos e praias;
- deixando o leito dos rios cheios de resíduos, onde provoca a poluição aumento da temperatura e diminuição da quantidade de oxigênio na água.



Mas vida precisa de água?

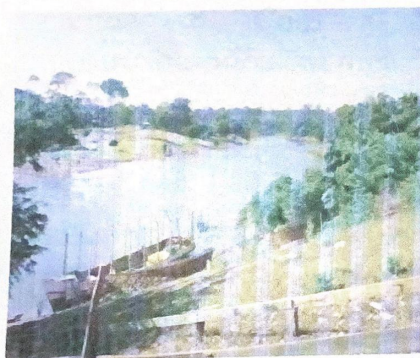
- O lixo ou resíduos sólidos, tem solução pra não prejudicar a água e o meio ambiente.



- São eles:



- Outro problema que prejudica as nascentes de água, são:
 - Desmatamentos nas cabeceiras dos igarapés, córrego de águas.



- Você sabia que o lixo orgânico é transformado em adubo ou terra, pelas bactérias, fungos, minhocas, besouros, formigas e cupins.
- Produzir adubo orgânico é reduzir a maior quantidade de lixo;
- Olha só! Com a compostagem você já está contribuindo com meio ambiente e a natureza.



- É fazer educação ambiental;
- O que causa danos, aos rios, lagos e igarapés. São os usos de agrotóxicos, ceticidas e fungicidas que são levadas pelas enxurradas das chuvas aos rios e causam contaminação tanto da água quanto dos peixes.





Mudanças de comportamento que
precisamos aprender com os três Rs.

- Reduzir;
- Reutilizar;
- Reciclar;

Anexo 4: Cartilha de conscientização: Histórico da luta pelo peixe do Arary.



Realização:

Projeto Validação do Manejo Comunitário de Pesca Extrativista em Lagos no Município de Itacoatiara Amazonas. FAPEAM/PIPT: n° 189/03

Coordenação:

Maria Gercilia Mota Soares, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia-INPA

Redação:

Cloves Farias Pereira
Grace Soares
Gelson da Silva Batista
Maria Gercilia Mota Soares
Marilison Farias Gama

Projeto Gráfico:

Carlos Humberto Gonçalves de Lima

Desenhos:

Jander Kley Damilão Nunes

Agradecimentos:

As comunidades do rio Arary.

Numa manhã no Arary ...

Joãozinho - Hoje a pesca vai ser melhor e tomara que dê peixe.

O lago está tão silencioso, parece que nem tem peixe.

Sou tão panema que só peguei uns peixes miúdos.

Sidney - Joãozinho! Cadê os peixes?

Joãozinho - Tá difícil! Vocês tão indo jogar futebol em qual comunidade?

Helena - Não vamos jogar, vamos participar da reunião do Acordo de Pesca do Arary?

Raimundo - Estamos criando as regras de uso dos lagos do Arari pra ter mais peixes.

Agostinho - Queremos fartura nos nossos lagos.



03

O pai está conversando com o vizinho sobre o Acordo de Pesca do Arary

Miguel - Compadre temos que participar do Acordo de Pesca, só nossa comunidade tá de fora!

Nonato - Vamos saber como podemos participar, depois conversamos com a comunidade.

Miguel - É sabendo do que se trata é mais fácil explicar pros parentes.

Joãozinho - bom dia seu Nonato!

Nonato - Olá curumim! Como foi sua pescaria?

Joãozinho - Peguei, apenas peixe miúdo. Pai, o que é Acordo de Pesca do Arary?

Miguel - Onde você ouviu?

Joãozinho - O pessoal da comunidade do seu Raimundo que falou.

Miguel - Pois é, é sobre isso que estávamos falando.

Joãozinho - Então pai, o que é mesmo Acordo de Pesca do Arary.

Miguel - Sei apenas que os moradores se reúnem, discutem e decidem regras de uso de lagos.

Joãozinho - Como assim?

Miguel - A gente pensava que peixe não iria acabar, mais tá acabando.

Joãozinho - Ah! Por isso que eu pego só peixe miúdo.



04

Joãozinho - Eu não sou panema, o peixe tá é acabando.
Miguel - Olhe filho, precisamos saber como cuidar do nosso lago, ninguém respeita, barco de pesca não respeita, nós mesmos não respeitamos.

Nonato - Os moradores já tão sentindo a falta de peixe no lago.

Joãozinho - Pai, o que senhor está fazendo para ajudar o pessoal?

Miguel - Vamos conversar com a D. Socorro do Araçá.

Joãozinho - Quem é essa mulher?

Nonato - Ela faz parte da comissão do Acordo de Pesca do Rio Arary.

Joãozinho - O que é isso?

Nonato - Não sei!

Miguel - Nem eu.

Nonato - Minha irmã mora no Araçá, vamos lá.



Bem Vindos a Comunidade São João do Araçá.

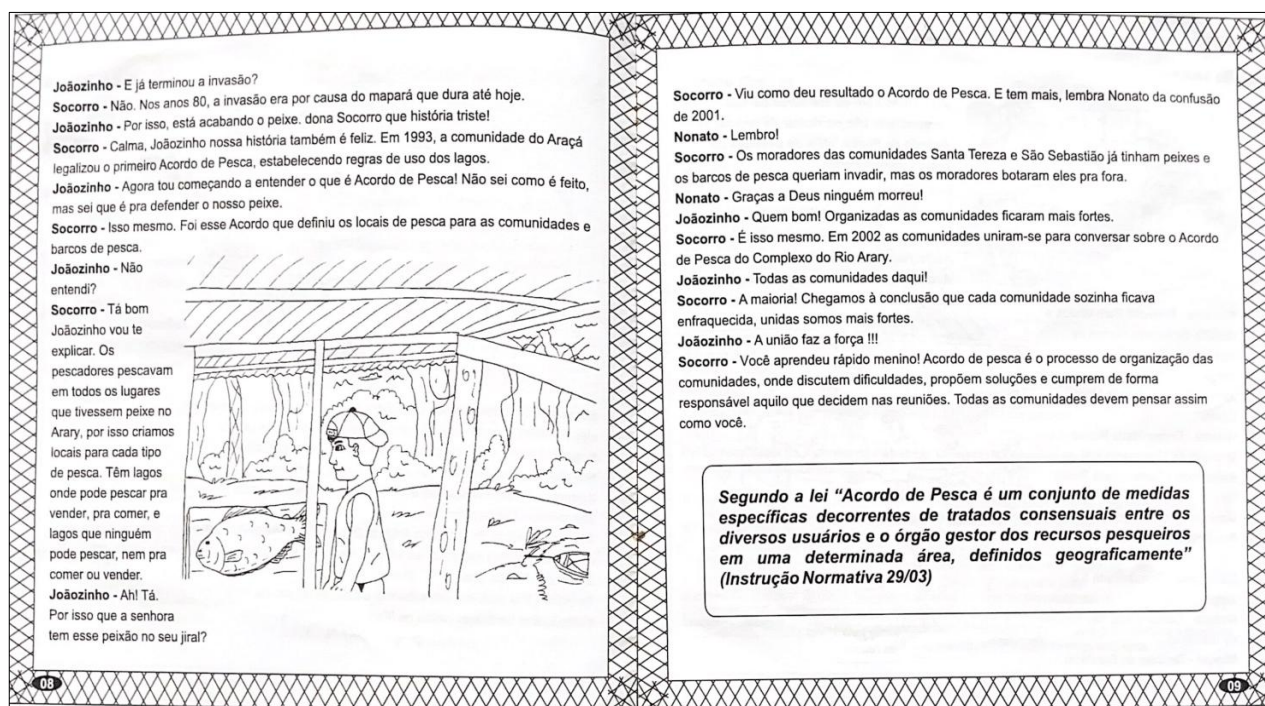
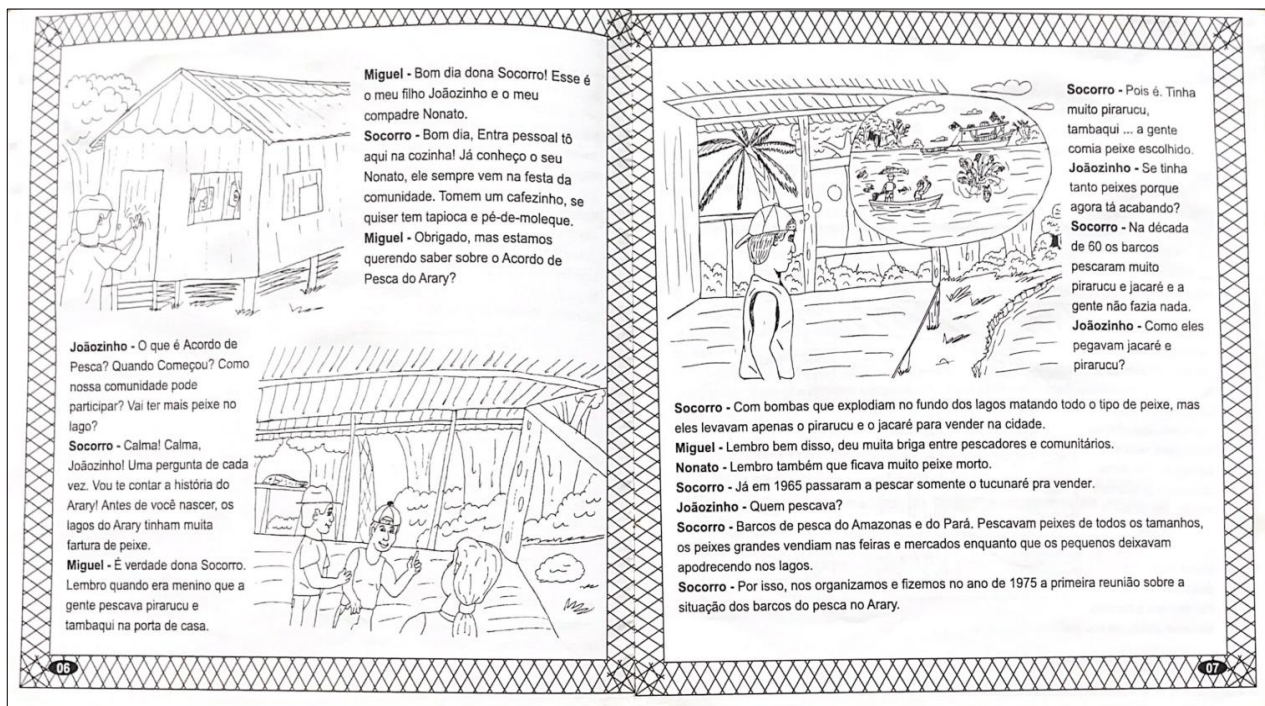
Joãozinho, Miguel e Nonato chegando na Comunidade do Araçá



Nonato - Compadre que comunidade organizada.

Miguel - Devem ter trabalhado muito compadre!

05



Na semana seguinte



Joãozinho com os membros da sua comunidade vão participar da reunião do Acordo de Pesca, além de pessoas de outras comunidades.

Na sede da comunidade São João do Arará, em roda os líderes comunitários estão reunidos para discutir sobre o Acordo de Pesca do Complexo do Rio Arary.

Socorro - Bom dia! Bem vindos a reunião do Acordo, vamos se apresentar. Sou a Socorro do Arará.

Jadenci - Comunidade Monte Cristo.

Helena - Comunidade Nossa Senhora do Livramento.

Raimundo - Comunidade Santa Tereza.

Manoel - Também do Arará.

Francisco - Comunidade São Francisco do Chocolateira.

Elizângela - Comunidade São Jorge.

Nonato - Comunidade São Miguel do Bonifácio.

Miguel - Também do Bonifácio.



Socorro. Quais as comunidades que concluíram o acordo de pesca e o mapeamento das áreas de uso da comunidade.

Manoel: Na minha comunidade definimos áreas para pesca de subsistência, locais onde a pesca é proibida, e onde é permitida para a comercialização.

Raimundo: Na nossa comunidade tem área de manejo, onde qualquer tipo de pesca é proibida, sendo autorizada pelo Ibama somente quando comprovado o aumento de peixes.

Jadenci: Na nossa comunidade não pode cortar capim do igarapé.



Principais itens do Acordo de Pesca do Complexo Lacustre do Rio Arary, que devem ser encaminhadas para o Ibama.

- **Área de Uso**: também denominada área de comercialização ou área livre para a pesca. Local onde é permitida a pesca comercial, respeitando a legislação vigente.
- **Área de Manutenção**: também denominada área de subsistência. Área onde a pesca é permitida apenas para o consumo dos moradores das comunidades, nos limites necessários para alimentação familiar. O pirarucu desde que apresente potencial para seu manejo, mediante aprovação dos órgãos competentes poderá ser manejado.
- **Área de Manejo**: também denominada área de desenvolvimento das espécies. Nestas áreas são permitidas despesas temporárias autorizadas pelos órgãos competentes.
- **Área de Preservação**: também denominada Santuário. Local onde é proibida toda e qualquer atividade de pesca. Este local é destinado à total preservação do meio ambiente.

COMUNIDADES

- São Tomé do Itapauina;
- São Jorge do Igarapé do Centopéia do Itapauina;
- São Miguel do Bonifácio;
- São Sebastião do Monte Cristo;
- Nossa Senhora do Livramento do lago do Stanilau;
- São João Batista do Chocolateira;
- São João do Arará;

- Viva Bem;
- Santa Tereza do rio Arary;
- São Sebastião do Inajá Grande;
- São Sebastião do Inajazinho;
- Comunidade Evangélica Assembléia de Deus do Bacabal;
- São Francisco do Phay;
- São Lázaro do Chocolateira.

APETRECHOS E METODOS DE PESCA:

Permitidos

- Linha de mão e/ou linha comprida;
- Anzol com molinete;
- Curricó;
- Espinhel;
- Arco e flecha;
- Caniço;
- Arpão;
- Zagaia;
- Tarrafa;
- Malhadeiras, conforme Portaria Ibama Gerex-AM nº 04, de 11/09/02.

Outras proibições:

- Timbó;
- Tapagem;
- Batição;
- Queimada em matas ciliares e cacaia;
- Bateria: pescaria onde se utiliza baterias de carro, com o objetivo de gerar corrente elétrica nas lanternas.

Proibidos

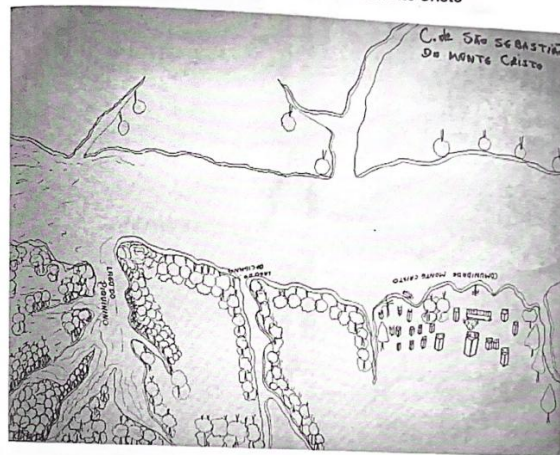
- Tarrafas, conforme Portaria Ibama Gerex-AM nº 04, de 11/09/02;
- Redes de arrasto e/ou arrastão e/ou redinha e/ou rede;
- Malhadeiras menor que 70mm entre nós opostos;
- Pari;
- Puçá;
- Cacuri;

- Cortar capim nas margens dos igarapés, exceto para acesso de embarcações as comunidades.

Cada família tem o direito a uma caixa de isopor de 70 litros com peixes por semana.

MAPAS FEITOS PELAS PRÓPRIAS COMUNIDADES INDICANDO AS ÁREAS DE USO.

Comunidade de São Sebastião do Monte Cristo



Continuação da Reunião do Acordo de Pesca

Socorro. Quais as comunidades que não concluíram o acordo de pesca, o mapeamento e quais as dificuldades encontradas pelas comunidades.

Helena: Na minha comunidade a liderança é contra o acordo.

Joãozinho: Não entendemos o que é Acordo de Pesca

Francisco: Dificuldades na organização da reunião na comunidade

Elizângela: muitos não acreditam no acordo.

Socorro: Então pessoal esperamos com a apresentação das outras comunidades, que fizeram o mapeamento e o acordo, vocês tenham entendido como trabalhar nas suas comunidades. Gente, ainda vamos precisar de algumas reuniões pra fechar o acordo de pesca.



Joãozinho: Ah! Vamos retornar para comunidade e nos organizarmos.

Miguel: temos que sensibilizar nossa comunidade.

Nonato: vamos delimitar os lagos da comunidade.

Joãozinho: o que mais vamos fazer.

Nonato: definir as regras. Os nossos direitos e deveres.

Gente! Manejar a pesca é organizar a atividade pesqueira. Nós da cidade e vocês das comunidades só temos a ganhar, já que o peixe é a nossa comida do dia-a-dia e fonte de renda. Mais para manejar tem que ter regras, tais como: não pescar na época que os peixes estão desovando e proibir o uso de malhadeira com malha muito pequena. Assim os peixes podem reproduzir, crescer, enchendo os lagos e rios e assim o pessoal terá peixe por muito tempo em qualquer época do ano. Essas e outras regras são criadas com a participação de vocês que conhecem muito bem a Região.

Após 12 reuniões discutindo o Acordo de Pesca do Complexo Lacustre do rio Arary, em diferentes comunidades, as lideranças comunitárias, Vereador Peixoto, e representantes do INPA, IBAMA, UFAM, IPAAM, GTA unificaram em uma minuta o Acordo de Pesca.

A minuta, as atas de reuniões, o mapeamento feito em cada comunidade e mapa de toda a área do rio Arary, na qual estas comunidades estão inseridas, deve ser encaminhado ao Ibama para validação do Acordo de Pesca.

Vale ressaltar que cada comunidade reunia-se com seus moradores, com o propósito de: discutir e propor regras de uso dos ambientes aquáticos ao longo dos limites das comunidades, realizar o mapeamento das áreas de uso e dentre outros assuntos relevantes ao processo de construção do acordo. Todas estas informações foram fundamentais no processo de elaboração do Acordo de Pesca, que era discutido e consolidado em reuniões intercomunitárias.

Assim, os usuários do recurso pesqueiro e defensores assíduos da conservação dos ambientes aquáticos e terrestres, os Ribeirinhos foram responsáveis diretos no desenvolver deste novo modelo de gestão dos recursos pesqueiros.

A história das comunidades do rio Arary, não deve ser diferente de outras comunidades localizadas as margens dos rios, igarapés, lagos e outros corpos d'água desde continente chamado Amazônia.

Com a entrega dos documentos necessários para legalizar o Acordo de Pesca do rio Arary, sabemos que o problema não estará resolvido, mas outro capítulo começa a ser escrito, o da consolidação de tudo o que foi discutido e aprovado.